

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Nilo Dias de Oliveira

**A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE
REPRESSÃO NO GOVERNO JK (1956 A 1961)**

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Nilo Dias de Oliveira

**A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE
REPRESSÃO NO GOVERNO JK (1956 A 1961)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lucia Vieira.

SÃO PAULO
2013

A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956 a 1961). Aluno: Nilo Dias de Oliveira Defesa: 06/06/2013 - Doutorado

ERRATA

- Na **página 10 (Introdução)**,
Onde se lê: “Vennucchi”; Leia-se: **Vannucchi**.
- Na **página 11 (Introdução)**,
Onde se lê: “*Comissão da Verdade*”; Leia-se: **Comissão Nacional da Verdade**.
- Na **página 15 (Introdução)**, na **Nota de rodapé 24**,
Onde se lê: “1. ed.”; Leia-se: **46. ed.**
- Na **página 23 (Introdução)**,
Onde se lê: “presidente”; Leia-se: **Presidente da República**.
- Na **página 36 (Introdução)**,
Onde se lê: “golpe civil-militar de 1964”; Leia-se: **golpe militar de 1964**.
- Na **página 52 (Capítulo I)**,
Onde se lê: “1.1 O primeiro perigo – a infiltração comunista”; Leia-se: **1.1 Primeiro perigo – a infiltração comunista**.
- Na **página 53 (Capítulo I)**, na **Nota de rodapé 110**,
Onde se lê: “anuência dos segmentos da burguesia interna que se beneficia, [...]”;
Leia-se: **anuência dos segmentos da burguesia interna que se beneficiava, [...]**.
- Na **página 55 (Capítulo I)**,
Onde se lê: “[...] o poder Judiciário e o Legislativo [...]”; Leia-se: **[...] os Poderes Judiciário e Legislativo [...]**.
- Na **página 55 (Capítulo I)**,
Onde se lê: “para o fato de que, após a sua cassação em 1947, [...]”; Leia-se: **para o fato de que, após a sua cassação em 1947 (07/05/47), [...]**.
- Na **página 58 (Capítulo I)**,
Onde se lê: “conscientizar a população, [...]”; Leia-se: **conscientizar a sociedade, [...]**.
- Na **página 60 (Capítulo I)**,
Onde se lê: “encontra na sociedade toda, um [...]”; Leia-se: **encontra na sociedade todo um [...]**.
- Na **página 63 (Capítulo I)**, na **Nota de rodapé 135**,
Onde se lê: “Dos comandos militares à Secretaria de Segurança Pública a solicitação de dossiê sobre militares suspeitos de atividade subversiva também era corriqueira, grande parte do acervo documental é o levantamento desse tipo de informações. [...]”;

Leia-se: **Dos Comandos Militares à Secretaria de Segurança Pública, a solicitação de dossiê sobre militares suspeitos de atividade subversiva também era corriqueira, e grande parte do acervo documental trata do levantamento desse tipo de informações. [...].**

- Na **página 65 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “Retoma-se assim a tese da ausência de uma legislação repressiva específica para conter tais movimentos.”; Leia-se: **Retoma-se, assim, a tese da ausência de uma legislação repressiva específica para conter a tais movimentos.**

- Na **página 66 (Capítulo I), na Nota de rodapé 146,**

Onde se lê: “[...], mas o STF indeferiu o pedido, mas, devido ao atraso da formação da culpa manteve os acusados em liberdade.”; Leia-se: **[...], mas o STF indeferiu o pedido. Então, devido ao atraso da formação da culpa, manteve os acusados em liberdade.**

- Na **página 68 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “[...], revelando-se que se mantinham reféns de uma [...]”; Leia-se: **[...], revelando que se mantinham reféns de uma [...].**

- Na **página 69 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “[...], apenas neste estado.”; Leia-se: **[...], apenas neste estado da Federação.**

- Na **página 70 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “polícias estaduais,”; Leia-se: **Polícias Estaduais.**

- Na **página 70 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “de Pernambuco,”; Leia-se: **de Pernambuco, presente à Primeira Conferência Nacional de Polícia, [...].**

- Na **página 70 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “organizações de polícia,”; Leia-se: **organizações de Polícia.**

- Na **página 71 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “As dificuldades que retardavam que os aparatos de Segurança no país apresentassem um rendimento desejável eram, segundo eles:”; Leia-se: **As dificuldades que retardavam aos aparatos de Segurança no país que apresentassem um rendimento desejável, de acordo com os delegados seriam:**

- Na **página 71 (Capítulo I)**,

Onde se lê: “Era, portanto, urgente armar os Estados de forma que viessem a dispor [...]”; Leia-se: **Era, portanto, urgente armar os estados da Federação de forma que viessem a dispor [...]**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Todos sabem como é difícil sermos justos com aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, na confecção de uma tese. Talvez seja na produção do conhecimento que o caráter cumulativo e coletivo – vale dizer, histórico e social – do ser humano revela-se mais plenamente. Assim, creio que o melhor é indicar apenas algumas pessoas que por seu auxílio moral, intelectual e afetivo permitiram mais diretamente que eu realizasse este extenso trabalho de pesquisa.

Inicialmente, como não poderia deixar de ser, à minha família: minha esposa Bete, e meus filhos Caetano e Caio, pelo incentivo, paciência e tolerância à minha ausência nesses cinco anos de trabalho exaustivo. Um agradecimento especial a minha fonte inicial, meus pais, que tudo me deram e ensinaram na perspectiva de me tornarem uma pessoa do bem e feliz.

Aos professores, pelo auxílio no amadurecimento intelectual e pessoal. Em especial, a minha orientadora Professora Doutora Vera Lucia Vieira, que me trouxe novamente à profissão de historiador, pela sua competência, paciência e grande amizade. Agradeço também aos professores Doutores Henrique Alonso, Francisco Ferraz – por sua participação preciosa no mestrado como agora, no doutorado, e por sua produção intelectual que muito me influenciou no desenvolvimento dessa pesquisa doutoral. Também desejo agradecer a professora Doutora Maria Aparecida pelo apoio, pela competência intelectual e pelo privilégio da crítica pontual na composição da banca de doutorado, e ao professor Doutor Gustavo Octaviano Diniz Junqueira por sua grande contribuição e sapiência na área do Direito Constitucional.

Aos meus colegas do doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela credibilidade depositada e a todos os professores do Departamento por sua orientação comum e saber acadêmico.

Agradeço aos funcionários das instituições onde realizei as pesquisas: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Biblioteca do Clube Militar do Rio de Janeiro; Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri, na PUC-SP; Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea, na Fundação Getúlio Vargas; Arquivo Nacional de Brasília e o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Ao CNPQ, o sincero sentimento de gratidão pelo auxílio concedido para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A Tese que ora se apresenta demonstra como se estruturou o Serviço de Inteligência no Brasil, também denominado Sistema de Segurança Nacional, que adquiriu estatura e complexidade capaz de proporcionar a vigilância e o controle de toda a sociedade, a partir da segunda metade da década de 1950, em plena vigência do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A articulação dos principais órgãos que atuaram como Polícias Políticas, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Divisão de Polícia Política Social (DPS), as seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, assim como os Serviços de Informações das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS's) e as Secretarias de Segurança estaduais compuseram, pela primeira vez no país, um sistema complexo que integrou horizontal e verticalmente todo o aparato repressivo do Estado. Ao se estruturar como uma “central única de informações nacional”, suas ramificações adquiriram também dimensão internacional, através das conexões com as Polícias Políticas de diversos países europeus, norte-americanos e latino-americanos. Para o desenvolvimento dessa Tese foram utilizados documentos oriundos do Conselho de Segurança Nacional – localizados em grande parte no Arquivo Nacional de Brasília e no CPDOC da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. Desse modo, foram compulsados os documentos existentes nos acervos do CPDOC, depositário dos arquivos pessoais do General Juarez Távora e do oficial militar e político – deputado federal e governador – Ernani do Amaral Peixoto; nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS-SP, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e nos documentos da Divisão de Polícia Política e Social – DPS, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Segundo as diretrizes para o combate ao comunismo, promulgadas sob a égide da Guerra Fria e capitaneadas pelos Estados Unidos para toda a América Latina, essas ações permitiram que o segmento dominante mais conservador e em permanente embate com a sociedade civil sobre as alternativas indicadas ao desenvolvimento econômico do país pudesse consolidar seu poder. Inclusive, de forma articulada com as Forças Armadas. Também participavam na época desses embates militares que, da caserna, propunham alternativas para o desenvolvimento nacional e que foram colhidos de roldão por muitos dos expurgos engendrados pelos órgãos de Segurança da época, taxados de modo arbitrário como

comunistas ou simpatizantes da ideologia. Coincidentemente, tratava-se dos militares que apoiavam a manutenção da abertura democrática. Por sua parte, os mais diversos setores da sociedade ansiosos pela liberdade através da abertura constitucional, passaram a expressar em reiterados debates, mobilizações, greves etc., suas demandas de trabalho, suas opiniões sobre a política ou sobre a coisa pública, em geral, bem como sobre questões internacionais daquele momento. No entanto, sob o clima de aparente democracia do final da década de 1950 vicejava um controle quase total que permitia mapear – de forma cada vez mais detalhada – a maioria das manifestações havidas em todo o Brasil. Para tanto, foi necessária a integração das Forças Armadas brasileiras, responsáveis pela aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com as Polícias Cíveis e Militares de todo o país. Diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) tal sistema passou, a partir dessa época, a fornecer informações às instâncias centrais do Governo sobre qualquer pessoa ou organização existente. Definia ainda quem ou o que deveria ser vigiado, ou reprimido violentamente, ou cerceado em suas liberdades e atividades públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Juscelino Kubitschek; Forças Armadas; Polícia Política; Segurança Nacional; Serviço de Informações.

ABSTRACT

This thesis presents the structure of Brazil's Intelligence Service, also known as the National Security System, which from the second half of the 1950s to the height of the Juscelino Kubitschek government (1956-1961) acquired the stature and complexity that enabled it to provide surveillance and control of the entirety of Brazilian society. Interconnection of the principal agencies acting as police security systems, namely the National Security Council (CSN), the Social Policy Division of Police (DPS), the National Security sections existing in all Civil Ministries of the Republic, as well as Information Services of Police of Political and Social Order (DOPS) and the Secretaries of State Security comprised for the first time in Brazil a complex system integrated both horizontally and vertically throughout the repressive apparatus of the state. Being structured as a "single central national information," its ramifications also extended internationally through connections with the Police security systems in several European countries, North America and Latin America. In developing this thesis we used documents from the National Security Council – largely located in the National Archives of Brasilia, and CPDOC, the Getulio Vargas Foundation in Rio de Janeiro. Thus existing documents from the collections of the CPDOC depository of the personal archives of General Tavora and military officer and politician – Congressman and Governor – Ernani do Amaral Peixoto were necessary; documents from the Bureau of Political and Social Order of São Paulo – SP-DOPS, located in the Public Archives of the State of São Paulo; and documents from the Division of Police and Social Policy – DPS, the Public Archives of the State of Rio de Janeiro. According to guidelines for the fight against communism, promulgated under the aegis of the Cold War and espoused in Latin America by the United States, these actions allowed the more conservative and dominant segment to remain in permanent conflict with civil society concerning recommended alternatives for Brazil's economic development in order to consolidate its power. Even to the extent of coordination with the Armed Forces. Also participating at the time of these military clashes, with loud disapproval, proposing alternatives to national development – and which were collected by storm for many of the purges engineered by security organs at the time, were those arbitrarily accused as communists or sympathizers. Coincidentally, it was the military that gave support to maintaining of democratic openness. On the other hand, the most diverse sectors of society eager for freedom on constitutional grounds began to express themselves through repeated discussions, demonstrations, strikes, etc., in work demands, political opinions or on public affairs in general as well as on international issues at that moment. However, beneath an apparent climate of democracy at the end of the 1950s there was a nearly total control thrived that could be mapped – with increasing detail – of the

greater part of the demonstrations in Brazil. Thus it became necessary to integrate the Brazilian Armed Forces – responsible for implementing the National Security Doctrine (DSN), with Civil and Military Police throughout the country. Directly subordinate to the National Security Council (NSC), such a system, which began at that time, could provide information to the central authorities of the Government about any individual or existing organization. It could even define who or what should be observed, or violently repressed, or restricted in their freedoms and public activities.

KEYWORDS: Armed Forces; Brazil; Intelligence; Juscelino Kubitschek; National Security; Police Policy.

RESUMEN

La Tesis que aquí se presenta muestra cómo se estructuró el Servicio de Inteligencia en Brasil, también llamado Sistema Nacional de Seguridad, que adquirió estatura y complejidad capaces de proporcionar la vigilancia y el control de toda la sociedad, a partir de la segunda mitad de la década de 1950 en plena fuerza del gobierno Juscelino Kubitschek (1956-1961). La articulación de los principales órganos que actuaban como Policía Política, o sea, el Consejo de Seguridad Nacional (CSN), la División de Política Social de la Policía (DPS), las secciones de Seguridad del Estado existentes en todos los Ministerios Civiles de la República, así como Servicios de Informaciones de las Comisarías de Orden Política y Social (DOPS) y las Secretarías de Seguridad de los estados, constituyeron por primera vez en el país, un sistema complejo que integró tanto horizontal como verticalmente todo el aparato represivo del Estado. Al *estructurarse* como una "central única de información nacional", sus ramificaciones también adquirieron una dimensión internacional, a través de las conexiones con las Policías Políticas de varios países europeos, América del Norte y América Latina. Para el desarrollo de esta Tesis hemos utilizado documentos del Consejo de Seguridad Nacional– en gran parte localizados en el Archivo Nacional de Brasilia y en CPDOC (Centro de Pesquisa y Documentación de Historia Contemporánea) de la Fundación Getulio Vargas en Río de Janeiro. Así fueron examinados los documentos existentes en las colecciones del depósito del CPDOC de los archivos personales del general Tavora y del militar y político – diputado federal y gobernador – Ernani do Amaral Peixoto; en los documentos de la Comisaría de Orden Política y Social de São Paulo– SP-DOPS, que se encuentra en el Archivo Público del Estado de São Paulo, y en los documentos de la División de Policía y Política Social– DPS, el Archivo Público del Estado de Río de Janeiro. De acuerdo con las directrices para la lucha contra el comunismo, promulgado en el marco de la Guerra Fría y defendida por los Estados Unidos en toda la América Latina, estas acciones permitieron que el segmento dominante más conservador y en permanente confrontación con la sociedad civil sobre las alternativas sugeridas para el desarrollo económico del país pudiera consolidar su poder. Incluso en coordinación con las Fuerzas Armadas. También participaron en el momento de estos enfrentamientos militares, los cuarteles,

proponiendo alternativas al desarrollo nacional– y que fueron arrastrando por las muchas depuraciones diseñadas por los órganos de seguridad de la época, arbitrariamente calificados como comunistas o simpatizantes de la ideología. Coincidentemente, fueron los militares que apoyaron el mantenimiento de la apertura democrática. Por su parte, los más diversos sectores de la sociedad ávida de libertad mediante la apertura constitucional, empezaron a expresar en repetidas discusiones, manifestaciones, huelgas, etc., sus demandas de trabajo, sus opiniones sobre política o sobre asuntos públicos en general así como sobre cuestiones internacionales de ese momento. Sin embargo, bajo el aparente clima de la democracia a finales de la década de 1950 florecía un control casi total que permitía clasificar– de una manera cada vez más detallada –la mayoría de las manifestaciones que tuvieron lugar en Brasil. Por lo tanto, fue necesario integrar las Fuerzas Armadas brasileñas– responsables por la aplicación de la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), con las Policías Civil y Militar de todo el país. Directamente sometido al Consejo de Seguridad Nacional (CSN) este sistema empezó, a partir de ese momento, a ofrecer informaciones a las autoridades centrales del gobierno acerca de cualquier persona o organización existente. Definía también quién o lo qué debería ser vigilado o violentamente reprimido o restringido en sus libertades y actividades públicas.

PALABRAS CLAVE: Brasil; Fuerzas Militares; Juscelino Kubitschek; Policía Política; Seguridad Nacional; Servicio de Inteligencia.

ABREVIATURAS E SIGLAS (em ordem alfabética das siglas):

Associação Brasileira de Imprensa – ABI

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG

Associação dos Funcionários Públicos e Autárquicos do Estado de São Paulo – AFPAESP

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP

Agency for International Development – AID

Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Aliança para o Progresso (Alianza para el Progreso) – APP

Associação dos Trabalhadores de Transportes Urbanos de São Paulo – ATTUSP

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

British Intelligence Service – BIS

BANCO MUNDIAL

Grupo Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Associação Internacional de Desenvolvimento – AID; Sociedade Financeira Internacional – SFI; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – MIGA; Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – CIADI)

Serviço Federal de Inteligência da Alemanha – BND Bundesnachrichtendienst

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Clube da Aeronáutica – CAER

Comando de Caça aos Comunistas – CCC

Conselho de Defesa Nacional – CDN

Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED

Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN

Comando Geral de Greve – CGG

Comando Geral dos Trabalhadores – CGT

Centro de Informações da Marinha – CENIMAR

Center for International Studies (Massachusetts Institute of Technology – MIT) – CENIS

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL

Central Intelligence Agency – CIA

Centro de Informações do Exército – CIEX

Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA

Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA

Clube do Exército – CLUBEX

Clube Militar – CM

Clube Militar Naval – CM Naval

Clube Naval – CN

Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Conselho de Segurança Nacional – CSN

Departamento de Aviação Civil – D. A. C.

Departamento de Administração do Serviço Público – DASP

Diretório Central de Estudantes – DCE

Departamento dos Correios e Telégrafos – DCT

Departamento Federal de Segurança Pública – D. F. S. P.

Departamento Geral de Investigações Especiais – DGIE

Delegacia de Ordem Política e Social – DELOPS

Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS

Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS-SP

Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI

Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS's

Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo – DOPS-SP

Departamento Político e Cultural do Itamarati – DPCI

Divisão de Polícia Política e Social – DPS

Doutrina de Segurança Nacional – DSN

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT

Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR

Economic Commission for Latin America – ECLA

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNB

Estado-Maior da Aeronáutica – E. M. Aer.

Estado-Maior da Armada – EMA

Estado-Maior do Exército – EME

Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA

Escola Superior de Guerra – ESG

Estados Unidos da América – EUA

Forças Armadas – FA

Força Aérea Brasileira – FAB

Federal Bureau of Investigation – FBI

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Fundação Getulio Vargas – FGV

Fundo Monetário Internacional – FMI

Foreign Relations of the United States – FRUS

Gendarmería Nacional Argentina – GNA

Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES

Inquérito Policial Militar – IPM

International Criminal Police Organization – INTERPOL

Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB

International Telephone & Telegraph Company – ITT

Junta Coordenadora de Informações – JCI

John Fitzgerald Kennedy – JFK

Junta Interamericana de Defesa – JID

Juscelino Kubitschek – JK

Legião Brasileira de Assistência – LBA

Lei de Segurança Nacional – LSN

Ministério da Aeronáutica – MAER

Ministério da Agricultura

Movimento Anticomunista – MAC

Movimento de Cultura Popular – MCP

Ministério do Exército – ME

Ministério da Educação e Cultura – MEC

Ministério da Fazenda – MF

Ministério do Gabinete Civil

Ministério do Gabinete Militar – MGM

Ministério da Guerra – MG

Ministério da Justiça e Negócios Interiores – MJNI

Ministério da Marinha – MM

Ministério das Relações Exteriores – MRE

Ministério da Saúde – MS

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC

Movimento de Unificação dos Trabalhadores – MUT

Ministério da Viação e Obras Públicas – MVOP

North American Contractory Company – NACC

North Atlantic Treaty Organization – NATO

National War College – NWC

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Office of the Coordinator of Inter-American Affairs – OCIAA

Organização dos Estados Americanos – OEA

Organização Mundial de Saúde – OMS

Organização das Nações Unidas – ONU

Operação Pan-Americana – OPA

Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN

Partido Comunista – PC

Partido Comunista Brasileiro – PCB

Polícia Civil

Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Partido Comunista da União Soviética – PCU

Polícia do Exército – PE

Polícia Federal – PF

Polícia Militar – PM

Polícia Marítima e de Fronteiras – PMF

Partido Popular – PP

Partido Social Democrático – PSD

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

Partido Trabalhista Nacional – PTN

Pacto de Unidade Intersindical – PUI

Polícia Política – PP

Polícia Rodoviária Federal – PRF

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional – RSISN

Robert Francis Kennedy – RFK

United States Senate Committee on Foreign Relations – SCFR

Secretaria de Inteligência da Aeronáutica – SECINT

Serviço Federal de Informação e Contrainformação – SFICI

Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – SGCSN

Serviço de Informações do Exército – SIE

Serviço de Informações da Marinha – SIM

Segurança Nacional – SN

Secretaria de Segurança Estadual – SSE

Seções de Segurança Nacional – SSN

Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios do Interior – SSNMJNI

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP-SP

Serviço Nacional de Informações – SNI

Serviço Secreto – SS

Serviços de Informações – SI

Sistema de Segurança Nacional – SSN

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Superior Tribunal Eleitoral – STE

Superior Tribunal Federal – STF

Superior Tribunal de Justiça – STJ

Superior Tribunal Militar – STM

Tribunal Federal Eleitoral – TFE

Tribunal de Justiça Estadual – TJE

Tribunal de Justiça Federal – TJF

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR

Tribunal Regional Eleitoral – TRE

Tribunal de Segurança Nacional – TSN

União Cívica Feminina – UCF

União Democrática Nacional – UDN

União Estadual de Estudantes – UEE

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará – ULTAP

Universidade de Brasília – UnB

United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD

União Nacional dos Estudantes – UNE

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

United States Army Caribbean School – USACS

United States – US

United States of America – USA

United States Air Force – USAF

United States Agency for International Development – USAID

United States Army School of the Americas – USARSA

United States Information Service – USIS

Universidade de São Paulo – USP

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS

Union of Soviet Socialist Republics – USSR

Scotland Yard – YARD

SUMÁRIO

Apresentação.....	I
Introdução.....	1
Capítulo I – Propostas preliminares de centralização e integração nacional das Polícias.....	48
1.1 O primeiro perigo – A infiltração comunista.....	52
1.2 Segundo perigo – A abertura democrática.....	60
1.3 Terceiro perigo – A autonomia dos Estados.....	70
1.4 – Modernizar a Polícia e integrar as forças na defesa da Segurança Nacional.....	71
1.5 A configuração “pelo alto” do Estado Republicano no Brasil.....	80
Capítulo II – A dupla conotação da Segurança Nacional no governo JK através do Conselho de Segurança Nacional (CSN).....	87
2.1 A visão da Escola Superior de Guerra (ESG) na reestruturação do CSN.....	93
2.1.1 A Segurança Nacional e o novo papel do CSN.....	93
2.1.2 Resistências estaduais à reativação do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI).....	101
2.1.3 Alterações no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e da Divisão de Polícia Política e Social (DPS).....	107
2.2 A articulação nacional dos órgãos de Informações e Contrainformações.....	111
2.2.1 O fluxo de informações cobrindo o território nacional.....	112
Capítulo III – A Secretaria-Geral do CSN e o gerenciamento das informações nas diversas instituições governamentais.....	129
3.1 O gerenciamento das informações das DOPSS estaduais e a DPS feita pelo Conselho de Segurança Nacional.....	129
3.2 As demandas do CSN (e seus órgãos complementares) às demais	

instituições governamentais.....	135
3.2.1 O Movimento Operário na malha fina do Sistema de Informações.....	135
3.2.2 A vigilância aos estrangeiros residentes e de passagem pelo Brasil.....	145
3.2.3 O monitoramento dos movimentos sociais: estudantes, militares e camponeses.....	155
3.3 O CSN e a defesa do continente latino-americano: conexões internacionais no combate ao comunismo.....	181
 Capítulo 4 – A Divisão de Polícia Política e Social – DPS no sistema repressivo do governo JK.....	 188
 Capítulo 5 – A Junta Coordenadora de Informações (JCI): a centralização das informações da Segurança Nacional no governo JK	 231
5.1 O Poder Judiciário e a repressão.....	240
5.2 Atestados ideológicos.....	250
5.3 Movimento grevista.....	254
5.4 Conhecendo o “inimigo”: o PCB.....	256
5.5 Além disto, havia o Prestes.....	258
5.6 O perigo cubano – Consolida-se a integração entre as Forças Policiais e as Forças Armadas.....	263
5.7 E os estudantes.....	274
 Considerações Finais.....	 280
 Fontes.....	 285
 Referências Bibliográficas.....	 303

APRESENTAÇÃO

No ano de 2012, findo coincidente ao término desta Tese, luta-se no Brasil pelo esclarecimento da verdade sobre as violações aos Direitos Humanos praticadas durante as ditaduras. O atual Governo – de Dilma Rousseff, eleita em 2010 – passou a dar importância à necessária apuração da verdade sobre os crimes de lesa-humanidade praticados durante determinados períodos e reconheceu a dívida pendente do Estado para com o povo brasileiro. O reconhecimento de que violações de tal ordem continuam sendo postas em prática pelo Estado em tempos mais recentes, fez com que se expandissem as apurações e os investimentos no resgate da Memória e na conscientização da população, denominada esta área de apurações por “Justiça de Transição”, termo concebido pelo Direito Internacional e caro aos Direitos Humanos.

Considera-se que o esclarecimento da verdade sobre os “anos de chumbo” – a rigor, o período mais coercitivo e violento vivenciado pela sociedade brasileira dentro da Ditadura Militar imposta – contribuirá para a construção de parâmetros próprios, para além das reparações individuais e coletivas dos vitimados pela violência institucional. As evidências da continuidade das violações de direitos praticadas pelo Estado brasileiro através de seus agentes policiais têm demonstrado a vigência de uma cultura repressiva que atinge particularmente a pobres, negros e homossexuais. Como na atual Constituição (1988) aboliu-se a figura do crime político que servia de justificativa à criminalização das demandas sociais, a repressão aos movimentos organizados é considerada como crime comum, incurso no Código Penal Brasileiro (1940).

Nessa perspectiva, a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV, 2011) – destinada a apurar os abusos e violações dos Direitos Humanos no Brasil –, tornou-se a ferramenta primordial para o esclarecimento do nosso passado histórico recente, pois abrange o período entre os anos de 1937 e 1985. Para tanto, foi necessário abrir os arquivos mantidos em segredo durante várias décadas. A implantação de uma *Comissão Nacional da Verdade* permite reinserir no debate social – segundo o Governo –, a questão das ditaduras e suas nefastas consequências, o que promove a reflexão e, principalmente, amplia a visibilidade às denúncias sobre as políticas públicas que continuam a se utilizar de

mecanismos que afrontam a Justiça por abusos e violações dos Direitos Humanos.

Apesar dessa importante vitória – fruto da mobilização da sociedade civil na busca da verdade e da justiça, e pela punição aos agentes do Estado que perpetraram tais abusos –, assiste-se ainda a manutenção da violência institucional no cotidiano das grandes cidades brasileiras. As notícias de chacinas com suspeitas de serem praticadas por agentes policiais, como no exemplo da onda de violência ocorrida na cidade de São Paulo no final do ano de 2012 (algumas investigadas pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo), com mortes de civis em confronto com as polícias e torturas nos distritos policiais, além das péssimas condições de sobrevivência nos presídios brasileiros e a lentidão da Justiça em apurar e punir a tais práticas arbitrárias – muitas vezes não apuradas quando se trata dos marginalizados da periferia –, comprovam que se anda em contrassenso com a euforia da *Comissão Nacional da Verdade*¹ que quer apurar os crimes cometidos pelas ditaduras no Brasil, mas sem adentrar aos crimes cometidos pelo Estado através de seus agentes policiais no tempo presente.

Na mesma medida, considerar que a violência institucional somente ocorreu durante as ditaduras é um equívoco em face às evidências de tal violência na cotidianidade descrita anteriormente, como também nos anos precedentes aos do Estado Novo e da Ditadura Militar – que vigoraram no país entre 1937 e 1945, e de 1964 a 1985, respectivamente.

Apesar das críticas existentes à referida Comissão, a grande contribuição trazida pela Lei que instituiu a *Comissão Nacional da Verdade* – Lei nº 12528/2011, de 18 de novembro de 2011 – foi a de prestar à Historiografia que trata do Brasil a possibilidade de acesso, de modo concomitante oferecida aos

¹No ano de 2012, o Governo Federal nomeou um grupo de juristas e professores da área das Humanidades incumbidos de integrar a chamada *Comissão Nacional da Verdade*. Tal Comissão tem por objetivo realizar investigações sobre os vários crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1937 e 1985. Nesse recorte temporal há interesse especial em buscar os crimes que aconteceram nos dois regimes ditatoriais desse período: o Estado Novo, criado no governo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, e a Ditadura Militar, ocorrida entre 1964 e 1985. A importância dessa ação se concentra em revelar vários incidentes de abuso de poder onde, usualmente, agentes que representavam o Governo promoveram prisões, torturas e mortes que contrariavam o respeito aos Direitos Humanos e a constituição de uma cultura democrática no país. Para tanto, uma série de arquivos mantidos sob sigilo serão consultados e nomes envolvidos em tais incidentes serão chamados, com o intuito de depor nesta mesma Comissão.

pesquisadores, de adentrar em grande parte a documentação que anteriormente era de foro inacessível, em virtude de uma legislação oficial que impusera a censura na elucidação do passado histórico pertencente à Ditadura Militar, como os demais acervos existentes e censurados, por exemplo, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional etc.. Nessa perspectiva de abertura de acervos documentais, desencadearam-se pesquisas importantes calcadas nos acervos das Polícias Políticas em todo o país.

Assim, a viabilidade deste estudo vem na esteira da instauração da *Comissão Nacional da Verdade*, embora voltada inicialmente para apurar apenas os crimes cometidos pelo Estado brasileiro nos períodos ditos ditatoriais. No entanto, seus termos permitiram abrir o acervo de documentos anteriores a esse período, antes proibido para a consulta, como já afirmado acima.

Através do acesso a tais acervos, a Tese que ora se apresenta trata do Serviço de Inteligência no Brasil na segunda metade da década de 1950, durante a vigência do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), quando adquire uma capilaridade nacional e internacional, e se transforma em um ativo sistema repressivo.

INTRODUÇÃO

A Tese que ora se apresenta demonstra como o Serviço de Inteligência – também denominado Sistema de Segurança Nacional –, adquire estatura e complexidade capaz de vigiar e controlar toda a sociedade no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, isto é, em plena vigência do governo de Juscelino Kubitschek¹ (1956-1961).

A articulação dos principais órgãos que atuam como Polícias Políticas, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Divisão de Polícia Política Social (DPS), as seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República – assim como os Serviços de Informações: as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS's) e as Secretarias de Segurança estaduais – compõe, pela primeira vez no Brasil, um sistema que integra horizontal e verticalmente todo o aparato repressivo do Estado.

Ao se estruturar como uma central única de informações nacional, suas ramificações adquirem também dimensão internacional pelas conexões com a Polícia Política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, objetivou-se a análise da documentação existente de dois órgãos federais – o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) – que centralizavam as informações das Polícias Políticas estaduais. Dada a imensidão documental, a explanação dessa articulação entre as esferas nacional e as estaduais se explicita através de alguns estados da Federação, principalmente o Estado de São Paulo, no qual funcionava, assim como em todos os demais estados, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-SP).

Embora de posse da documentação das DOPS estaduais de todos os estados da Federação, a análise dos nexos constitutivos de todos eles demandaria um cabedal de pesquisas de tal monta que extrapolaria o período previsto para o desenvolvimento de uma tese, inclusive porque seria tornado repetitivo. Assim, foram selecionados os que pareceram mais representativos por haverem participado dos debates sobre a centralização ou autonomia, ou por expressarem um número maior de atividades de agentes, o que aconteceu na proporção direta da mobilização de cada respectiva sociedade civil estadual. Além

¹ **Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976).**

disso, fica como uma informação para outras e futuras pesquisas. A documentação que demonstra a horizontalidade entre os estados nas comunicações repressivas nesse período é riquíssima, e nada foi analisado pela historiografia anteriormente.

O fato de a historiografia enfatizar que não havia articulação federal da ação repressiva no período JK – governo de Juscelino Kubitschek – levou a centrar a análise na comprovação da articulação nacional de um sistema que pratica, em nome da Segurança Nacional, a repressão ao “inimigo interno”.

A vigilância e a repressão dessa Polícia Política se formalizaram nos vínculos entre o Conselho de Segurança Nacional (CSN), as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, com a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com os Serviços de Informações, as DOPS's e as Secretarias de Segurança estaduais. Todo esse aparato policial estabelecia, já na década de 1950, conexões com a Polícia Política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos, como afirmado anteriormente.

Sendo assim, configurou-se a estreita vinculação desse sistema repressivo com a nova formulação do Estado iniciada em 1948. Em seu interior, cria-se a Escola Superior de Guerra (ESG), cujos preceitos eram o do fortalecimento e o do controle do Estado pelos segmentos militares, que faziam também parte da conexão de informações sobre o monitoramento e o mapeamento do crescimento das lutas sociais naquele período de Abertura política e de desenvolvimento industrial e urbano no Brasil.²

Desse modo, o sistema – também conhecido como Sistema de Inteligência – passou a integrar o cerne do Estado brasileiro e, sob essa perspectiva, afirma Marco Cepik:

² “As lutas sociais através dos sindicatos, das associações democráticas em defesa de maior participação política e econômica dos vários segmentos excluídos iriam endossar cada vez mais aquela tese (**a falência do poder civil**), reforçando tanto a necessidade da intervenção militar nos destinos da Nação, como a formulação de uma doutrina de Estado militar. Dentro desta visão, somente os militares seriam capazes de alterar o caráter, a cultura e a índole do povo brasileiro. Compunham, conforme afirmava o General Juarez Távora, a elite nacional capaz de garantir a consolidação da Nação”. Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. 1. ed. Alemanha: Editorial Académica Española, 2012. p. 62.

[que os] sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. [...] pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo.³

Dessa maneira, a análise da ação das Polícias Políticas civis e militares no controle da sociedade civil mostrou-se de fundamental importância para a compreensão do Estado ao denunciar a vigência de uma democracia para os fins de um determinado segmento da burguesia, mas tomada como valor universal.⁴ Tal fato ocorreu em um momento de rearranjo das forças produtivas e das relações sociais de produção, em uma nova modalidade de inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial.

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910), em São Paulo, como puras “questões de polícia”, ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas.⁵

A agitação da sociedade civil na década de 1950 reivindicava maior participação política e fundamentava o medo dos segmentos dominantes,

³ Ainda conforme este autor, os “Serviços de Inteligência são órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento. São organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversariais em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade”. Cf. CEPIK, Marco. “Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual”. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. v. 46. n. 1. Rio de Janeiro: Iuperj, 2003. pp. 75-127.

⁴ No período entre 1955 e 1967 ocorre a associação entre a burguesia industrial brasileira e os oligopólios multinacionais, ao mesmo tempo em que se acirra a luta de classe entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, apontada por Francisco de Oliveira como já existente no período da República Velha (MARINI, 2000; MELLO, 1998; SINGER, 1986). In ROTHEN, José Carlos. *Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação*. 2004. 270f. Tese (Doutoramento em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba/SP. p. 29.

⁵ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006. p. 242.

expresso nesse sistema repressivo. Afinal, o desenvolvimento industrial, embora tardio e atrófico ante o cenário internacional, trazia consigo a urbanização, o crescimento do operariado e a emergência das classes médias, cujas demandas sociais exigiam a complexificação de um Estado constituído até então para atender apenas pequenas parcelas privilegiadas dos segmentos burgueses agrários, muitos dos quais se expandiam enquanto industriários.⁶

Na verdade, na década de 1950 há uma nova dinâmica nos padrões da acumulação de capital monopolista em nível mundial, e então:

[...] o estado não se limita a reproduzir as condições sociais de produção, mas intervém decisivamente na reprodução do próprio ciclo de produção e mesmo no funcionamento detalhado da economia. Não é necessário insistir que as formas que estas intervenções tomam variam de acordo com a formação social considerada.⁷

Portanto, o importante a se observar por essa lógica é

[...] que as funções econômicas do Estado estão sempre articuladas com seu papel mais geral e que a hegemonia política do capital monopolista uma vez estabelecida passa a ditar o ritmo e a forma de acumulação, seja através da intervenção direta (e assim “legitimada”) do Estado na forma de instituições; seja pela confirmação legal de práticas que agilizam a acumulação do grande capital.⁸

O procedimento analítico que respalda o presente trabalho é o da análise da imanência, no sentido de ser respeitada a integralidade das informações às quais não se atribui significados *a priori*, o que possibilita a elucidação de, pelo menos, alguns dos nexos constitutivos da dinâmica social em sua concretude.

Nessa perspectiva, considera-se que a contribuição dada à historiografia é o resgate de alguns dos nexos que demonstram não apenas a constituição de um

⁶ “O desenvolvimento da indústria acaba com a primazia política da oligarquia agrária, o que não significa o seu afastamento do poder político do país. Ruy Mauro Marini (2000, p. 13) aponta que a instauração do Estado Novo em 1937 é o resultado da associação da burguesia industrial com os latifundiários ao mesmo tempo em que ‘estabelece um esquema particular de relações com o proletariado’.” Cf. ROTHEN, 2004. Op. cit., p. 28.

⁷ DAMÁSIO, João. “Notas introdutórias ao capitalismo monopolista: um comentário”. In *Revista de Economia Política*. v. 1. n. 3. São Paulo: Editora Brasiliense, jul.-set. 1981.

⁸ DAMÁSIO, 1981. Idem.

sistema de vigilância e repressão no período do governo JK, mas também como este atuou e que função social cumpriu. Procede-se a tal análise a partir das evidências documentais produzidas pelos agentes dessa intrincada rede de informações – fossem tais personagens policiais de campo ou autoridades civis e militares –, além de vários outros documentos encontrados nos acervos dos Arquivos Públicos dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, do CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, do Arquivo Nacional e do Clube Militar do Rio de Janeiro.

Os nexos contraditórios e/ou convergentes objetivados demonstram a dinâmica social da qual somos caudatários e com a qual interagimos modificando-a.

*No existe um “camino real” para la ciencia. El científico dispone siempre de una gran capacidad de decisión para orientar su propia búsqueda. Pero no cabe duda tampoco de que los fundamentos del método de la ciencia son cosa real y que pueden enseñarse y transmitirse.*⁹

Os vestígios da História de que dispõem – no caso, os documentos – são tomados como a expressão da concretude social em suas contradições. Mas todo vestígio histórico se apresenta ao pesquisador sempre de forma fragmentada, cabendo à construção historiográfica recuperar a articulação que objetive, na relatividade que lhes é inerente, a realidade a que se referem e da qual constituem evidências, seja na forma escrita, verbal ou iconográfica, ou sob muitas outras.

Ainda sob tais parâmetros e tendo em vista elucidar a extensão deste intrincado Sistema de Segurança Nacional no período JK e a função social que o mesmo cumpre no interior do projeto modernizador da sociedade brasileira – conforme se impunha naquele momento –, torna-se obrigatório retornar várias vezes aos arquivos em busca de documentos que possam esclarecer as reais conexões de informações sobre os mais variados atores da sociedade civil, demonstrando o nível de abrangência do controle imposto à sociedade.

A farta documentação encontrada apenas nos acervos do CSN, da DPS e da DOPS-SP revelou claramente tal articulação, obrigando, mais uma vez, a

⁹ ARÓSTEGUI SANCHEZ, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. 1. ed. Barcelona/Espanha: Critica Espanha, 2001. p. 327.

proceder a um recorte que teve como critério fundamental o tempo necessário a construção e conclusão de uma tese de Doutorado, assim como a inerente possibilidade de se demonstrar, de forma coerente, os citados nexos constitutivos deste intrincado aparato repressivo.

A escolha de centrar o presente estudo na DPS e na CSN, bem como nas relações que se estabeleceram com as DOPS(s) de alguns estados permite, de fato, demonstrar-se como tal rede se articulava entre a Federação e os estados – e estes entre si –, formando um verdadeiro sistema de controle e repressão em meados dos Anos 1950. Tal documentação revela um enredado sistema que atuava como uma malha fina por todo o país, ao cobrir os mais diversos segmentos sociais que se manifestavam sobre a coisa pública, não importando sob qual perspectiva ideológica. Particularmente são mapeadas as demandas sociais que, na ótica dos preceitos da Segurança Nacional, reduzem tais demandas ou expressões sobre a coisa pública a meros reflexos ideológicos exógenos.

O trabalho analítico revelou – mais do que a uma política particular de um período, e mais do que a embates entre as instâncias federais e estaduais, a expressão de um Estado cuja configuração societária é inerentemente violenta, garantindo a excelência necessária para a garantia do monopólio do poder a pequenos segmentos da burguesia que, nesta lógica, explicita sua face autocrata.

Desse modo, tal empreitada é quase que exclusivamente realizada com os relatórios de agentes vinculados ao Serviço de Segurança Nacional, os quais registravam informações sobre os indivíduos, as organizações, as ações, os acontecimentos nacionais e internacionais, as propostas etc., formando um imenso mar de acusações que põe em xeque qualquer expressão social. Representações tomadas a partir de determinados preceitos e, mais do que isso, de determinada doutrina – no caso, a da Segurança Nacional –, o que aborda a questão da ideologia, ou ideologias, que a norteia.

Assim, ao se tratar da abordagem de termo tão polêmico, igualmente suscitado pela intensa existência de polêmicas na historiografia, é dado observar sua relevância. Particularmente no interior de uma tradição marxista, o problema da ideologia vem sendo trabalhado por diversos autores de concepções teóricas distintas. Para este trabalho, a abordagem foi centrada no filósofo húngaro György Lukács, o primeiro a fazer um esforço para resgatar a tematização da

ideologia na perspectiva da ontologia marxiana. Segundo Lukács, “[o] homem é um ser que responde” [Lukács apud Vaisman, 1986], e a ideologia é o conjunto das respostas humanas dadas às questões da vida social, desde que essas respostas operem uma função social. Assim, para Lukács, qualquer pensamento – independente de sua veracidade ou falsidade – pode *vir a ser* ideologia, não existindo oposição entre ciência e o fenômeno ideológico.

No campo de análise aberto por Lukács, do resgate da ontologia marxiana no estudo do fenômeno ideológico, inscrevem-se os trabalhos de Ester Vaisman que, apesar da referência inicial a este filósofo, distancia-se progressivamente dele. Para Vaisman, o fenômeno ideológico em Marx é, em última instância, toda a bagagem cultural humana que exerce, historicamente, uma função social, que em sua radicalidade seria indicada para transformar ou conservar o real.¹⁰ Essa perspectiva da análise da ontologia do ser social, no caso, o Sistema de Inteligência aqui referido, revela também sua ideologia, conforme elucidado por Antonio Rago Filho, ao recuperar as posturas chasinianas:

[...] o procedimento próprio à análise imanente requer o reconhecimento da especificidade da esfera ideológica no interior de um complexo concreto, que não possui autonomia e processualidade própria mais precisamente, por uma análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias, pois estas como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e se afirmam.¹¹

Na perspectiva de uma análise imanente da documentação utilizada nessa pesquisa, relativa à atuação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), do

¹⁰ Cf. VAISMAN, Ester. *A Determinação Marxiana da Ideologia*. 1996. 253f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG. Vale mencionar que tal perspectiva de análise, além de se configurar num esforço de resgatar a ontologia marxiana, se configura também em um combate às análises marxistas marcadas pela perspectiva stalinista, que muito contribuíram para a divulgação de incorreções sobre o pensamento de Marx.

¹¹ RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 64 e os gestores do capital atrofico*. 1998. 371f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo. p. 45.

Conselho de Segurança Nacional (CSN) e das Delegacias de Ordem Política e Social de alguns estados que compõem a Federação brasileira, buscou-se objetivar a lógica intrínseca que tal malha de informações demonstra revelar sobre a configuração do Estado no Brasil, na segunda metade da década de 1950.

Do acervo documental da Divisão de Polícia Política e Social (DPS),¹² foram selecionados os documentos referentes ao período de 1950 a 1961, com o objetivo de perceber as conexões desse órgão com as demais instituições policiais da União. Como uma divisão de Polícia Política federal, a sua articulação com as demais Polícias estaduais tinha como objetivo a formulação, em médio prazo, das estratégias de vigilância e repressão nacionais. Este acervo se encontra tombado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e os documentos integram o arquivo inativo do último órgão de Polícia Política, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE),¹³ que acolheu também os documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Do acervo em questão foram selecionados 84 documentos para subsidiar o presente trabalho.

Também constante desse acervo há um fundo documental denominado “setor Estados” que reúne as informações sobre as atividades e a estrutura do Partido Comunista na região Nordeste do país, com destaque para as *células* e os comitês; os dirigentes e os militantes; os congressos e as correspondências entre os agentes, e ainda entre os vários estados da Federação, bem como a outros tópicos.

Assim, o escopo de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) foi selecionado e buscou-se sustentar a pesquisa no

¹² O acervo documental da DPS está condicionado em 26 “setores” do arquivo do DGIE. O setor escolhido para efeito dessa pesquisa chama-se “Estados”, que trata da comunicação da DPS com os DOPS dos demais estados brasileiros.

¹³ Em 1975, no Rio de Janeiro, foi organizado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), cujas funções de Polícia Política foram extintas em 1983. Convém referir, aqui, sobre a fusão havida durante o ano de 1975 do Estado da Guanabara – cuja capital era a cidade do Rio de Janeiro – e o Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era a cidade de Niterói. A transformação ocorreu quando da transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, sob a chamada Lei San Thiago Dantas (Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960). O Rio de Janeiro tornou-se, então, a única cidade-estado do Brasil. Durante o governo Geisel toma o estado da Federação novamente o nome de Rio de Janeiro, com sua capital sendo a cidade do Rio, realizada tal fusão.

material referente ao período de 1950 a 1961, tendo como preocupação principal dar ênfase a dois momentos na construção de uma *expertise* policial política: um, evidenciando as primeiras propostas de centralização da ação policial na primeira metade da década de 1950; o outro, a efetivação de tais propostas na segunda metade, ou seja, durante o governo JK (1956-1961). Para surpresa do pesquisador, o acervo continha correspondências com os mais variados órgãos federais, estaduais (DOPS de todos os estados da Federação) e municipais, como também das Polícias internacionais.

Frente a essa imensidão documental, foram consultadas todas as pastas do acervo do DEOPS-SP,¹⁴ ou melhor, das “famílias documentais”,¹⁵ priorizando-se o levantamento documental referente ao período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A busca foi iniciada com a consulta aos grupos que formam a Série Ordem Social (OS): OS-Temáticas, constituídas de 240 pastas.¹⁶ Na sequência, foram levantados os documentos das “famílias documentais”, começando pela **Família 20**: a) **20-C-001** – *Movimento Estudantil e suspeitas de atitudes antinacionais (1956-1962)*; b) **20-C-2-002** – *Movimento Político Partidário (1956-1958)*; c) **20-C-009** – *Censura postal (1956-1962)*; d) **20-K-156** – *Vigilância a Jango (1956-1959)*. As **Famílias 30** e **40** não cobrem o presente recorte de pesquisa, pois são **dossiês** anteriores a 1955, e posteriores a 1961.

O maior acervo documental destas séries foi encontrado na **Família Documental 50**, que cobre a década de 1940 até o fechamento do DEOPS-SP

¹⁴ Nomenclatura usada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo ao Fundo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), denominação do órgão a partir de 1975.

¹⁵ Cabe aqui uma explicação de como o acervo documental da DOPS-SP é organizado. Toda a documentação é constituída em “famílias documentais” que abrangem o Período Republicano, nas mais diversas temáticas, como também em **dossiês** individuais e de entidades de classe. Conforme explica a pesquisadora Maria Aparecida de Aquino, na Coleção **Dossiês** DEOPS-SP: *O DEOPS-SP em busca do crime político: Família 50*. “Família é o termo sugerido pela assessoria arquivística do Projeto para a denominação mais geral do tema do código. Cada código se inicia com uma dezena: 10, 20, 30, 40 e 50 a qual corresponde um tema geral. Por exemplo, a família 30 corresponde ao arquivamento de documentação que envolve a perseguição a suspeitos de atividades comunistas, socialistas e anarquistas. Cada família armazena uma grande quantidade de pastas e, conseqüentemente, de documentação, pois, ela se subdivide em subfamílias, ou seja, em números derivados da dezena inicial. Por exemplo: a família 10 subdivide-se nas famílias 10, 11, 12, 13, 14 e 15”. Cf. AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vennucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS-SP em busca do crime político: Família 50*. v. 4. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, 2002. p. 10.

¹⁶ Tanto os DEOPS-MG como também o DEOPS-PR, seguem o mesmo padrão de pastas temáticas para facilitar aos agentes as consultas e a construção de **dossiês** individuais e de classe.

em 1983. Aí se evidencia como as Delegacias de Ordem Política e Social – juntamente com seus Serviços Secretos – intensificavam as suas ações, devido ao momento de grande efervescência dos movimentos populares, das articulações partidárias, do “racha” das Forças Armadas e, principalmente, da articulação do PCB no cenário nacional, revelando os limites da frágil Abertura política que se instalava no Brasil após a Constituição de 1946. Também após o levantamento e a digitalização dos documentos, foram todos separados em pastas por assunto – para uma futura categorização das fontes, totalizando 1.523 documentos.¹⁷

Diversas fontes foram compulsadas durante a pesquisa que fez surgir o presente trabalho. Desse modo, do acervo documental do político Ernani do Amaral Peixoto,¹⁸ foi pesquisada grande parte da documentação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), selecionando-se o material referente ao período de 1959 a 1961, tendo como principal objetivo perceber a atuação deste órgão que detinha, desde a década de 1930, a missão constitucional de estudar as questões de Segurança Nacional. Era presidido pelo Presidente da República e integrado pelos Ministros de Estado, além dos chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada. Em outras palavras, um braço do poder Executivo. Analisou-se também como eram tratadas as questões referentes à Segurança Nacional, a partir da documentação produzida pelas outras instâncias de poder, vinculadas diretamente ao universo das Polícias Políticas federais e estaduais. O CSN, como órgão executivo – e sob àquela conjuntura específica –, traz para si a responsabilidade de coordenação das ações de vigilância e repressão ao centralizar todas as informações das demais instituições da República num sistema de informações gigantesco.

Desse modo, e para melhor administrar esse trâmite de informações foi criada, em 1959, a Junta Coordenadora de Informações (JCI), com atribuições específicas de coordenar as atividades de informações – embora não lhe coubesse a sua execução. A este órgão estavam ligados os Estados-Maiores de

¹⁷ Como se vê, as articulações da DOPS-SP com os demais estados da Federação, como também os mais variados órgãos do governo, assemelhavam-se a Divisão de Polícia Política e Social, órgão federal da Polícia Política, que rotinizava as práticas policiais em todo o território nacional, e por isso centralizava os documentos pertencentes a todas as instâncias policiais.

¹⁸ **Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989).**

cada uma das Forças Armadas e as Seções de Segurança dos Ministérios Cíveis, sob a presidência do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O acervo que demonstra tais características se encontra tombado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), integrante do arquivo pessoal do político e, naquela ocasião, Ministro Ernani do Amaral Peixoto, sendo composto por 263 documentos, que contém as correspondências entre o Conselho de Segurança Nacional, a Junta Coordenadora de Informações (JCI), o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), além de relatórios dos DOPS estaduais remetidos a esses órgãos através de boletins semanais, que carregavam tudo o que acontecia em relação à movimentação operária, rural, sindical, de associações da sociedade civil etc., sem falar de estudos da conjuntura internacional sobre Cuba, China e União Soviética (URSS).

A explicar tal riqueza documental nas mãos do Ministro Ernani do Amaral Peixoto,¹⁹ vale atentar para o fato de que além de ocupar a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas do governo JK, e pertencer ao Executivo federal, incluso no fluxo de correspondências do CSN, ele ainda era secretário da JCI.

Do acervo do Conselho de Segurança Nacional, localizado no Arquivo Nacional, em Brasília, foram selecionados 600 documentos referentes ao período de 1956 a 1961. A primeira tentativa de consulta a esse acervo se deu em 2010, mas, naquela ocasião, havia restrições de consultas aos pesquisadores – sem falar que alguns documentos liberados ainda possuíam tarjas que dificultavam a sua leitura e a identificação de sua procedência.

Com a Lei que criou a *Comissão da Verdade* e a Lei de Acesso a Informações Públicas, ficou facilitado o acesso ao grande contingente de documentos que se encontrava vedado ao público, mas agora disponibilizados à consulta. No final de 2011, o Arquivo Nacional informou aos pesquisadores, de maneira geral, sobre a liberação do referido acervo para a continuidade das pesquisas.

Desse modo, e de forma resumida, foram extraídos para a presente pesquisa os seguintes assuntos: a defesa do continente latino-americano e o papel do Brasil nessa nova configuração; o intercâmbio entre os Serviços de Inteligência estrangeiros; a rede de informações no Brasil; o anticomunismo e o

¹⁹ Ernani do Amaral Peixoto foi casado com a filha de Getúlio Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992).

conceito sobre Segurança Nacional do CSN; as informações sobre pessoas e países latino-americanos suspeitos de atividades comunistas; o controle de imigrantes considerados também comunistas; a atuação de missões estrangeiras no Brasil com ligações diretas ao governo norte-americano; a aquisição de grandes extensões de terra no Brasil por empresas estrangeiras; a vigilância sobre as Forças Armadas; os informes de política internacional entre os ministérios das Relações Exteriores, da Guerra e o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); os intercâmbios culturais e comerciais com países comunistas e a vigilância da repressão; os conflitos agrários sobre a posse da terra em vários estados brasileiros; a vigilância ao movimento operário; o Sumário de Informações que circulavam no CSN; a vigilância ao PCB; o Relatório de Atividades da SG-CSN, e os informes sobre pessoas suspeitas de serem comunistas.

Os Boletins de Informações que circulavam no CSN eram um resumo das informações levantadas pelas Delegacias de Ordem Política e Social de vários estados da Federação. Por isso, chamam a atenção os documentos referentes à política internacional considerados, em geral, como ultrassecretos. Como se vê, a documentação é extremamente rica e variada, principalmente no que concerne à estrutura e ao funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.

Acredita-se que tais fontes respaldam uma reflexão que visa contribuir para o estudo desses aparatos estatais e o seu contexto histórico nos Anos 1950. Também auxiliam no entendimento dos primórdios da inserção e configuração de um sistema de **repressão nacional**, permitindo refletir sobre a natureza do Estado que se expressava nesse período de “modernidade” nacional e que tem como expoente máximo o governo de Juscelino Kubitschek.

Sobre essa questão observa-se que tal sistema de vigilância e repressão esteve a serviço de interesses concretos – defendidos por pessoas concretas –, com possibilidade de interferência e que visava garantir seu domínio e manter a dinâmica estatal e social de acordo com as diretrizes de segmentos de classe que o dominavam. Nesse sentido, a historiografia nos remete a diversas interpretações, dentre às quais se ressalta a que explicita, a partir dessa evidência da subsunção dos interesses públicos aos interesses privados, a configuração da autocracia burguesa na esfera estatal.

Ao analisar o movimento fundante da particular dinâmica histórica do Brasil, José Chasin demonstra como a instauração do capitalismo neste país configura uma dada burguesia, frágil enquanto classe, débil nos liames do capitalismo e incapaz de cumprir a função social de promover a revolução que, rompendo com os segmentos conservadores, pudesse dar plena concretude às forças produtivas liberadas pela industrialização, mesmo que de forma hiper tardia.²⁰

Tal subordinação manifestava-se, também, na sua incapacidade de romper com os segmentos da burguesia agrária com os quais disputava a hegemonia do poder político e na impossibilidade de fortalecer-se via articulação com outros segmentos sociais, tais como os trabalhadores. Sendo assim, sua prática de vigilância e repressão corroborou com a criminalização das lutas sociais e garantiu ao Estado os mecanismos de controle social – inclusive entre os próprios militares, seus guardiões de plantão.

A Atividade de Inteligência no Brasil tem uma longa trajetória que, concomitante à instauração da Primeira República,²¹ foi considerada peça-chave no mapeamento e controle da classe trabalhadora. Oficialmente criada em 1927, como Conselho de Defesa Nacional, careceu de uma infraestrutura que viabilizasse o objetivo de ser uma instituição centralizadora de informações naquela conjuntura. A falta de *know-how* adequado e de agentes do Estado, espalhados em todas as regiões do país tornaram-na deficiente, mantendo o

²⁰ CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. 1. ed. Santo André/SP: Ad Hominem, 2000.

²¹ O Estado-Maior do Exército (EME) foi criado em 24 de outubro de 1896 pela Lei 403, sancionada pelo presidente Prudente de Moraes, e já apresentava uma preocupação com as Atividades de Inteligência: “A Inteligência já se fazia presente nesta organização, porém de forma dispersa. A 1ª Seção cabia “o estudo estatístico e histórico dos exércitos nacional e estrangeiros, especialmente os americanos e tudo quanto possa interessar à mobilização e concentração das forças militares”. A 2ª cabia “o estudo dos teatros prováveis de operações de guerra”. A 3ª, a “organização da carta geral da República, mapas geográficos e topográficos das fronteiras e estatística militar; levantamentos geodésicos e topográficos de operações militares; plano de viação geral da República sob o ponto de vista militar, estradas em geral, linhas estratégicas; emprego das vias férreas quanto ao preparo e direção dos transportes militares, telegrafia e telefonia militares, criptografia, semáforas, todos os sistemas de sinais, aeroestação, pombos-correios”. A 4ª Seção, as “informações anuais de todos os oficiais do Exército”. Cf. ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. *UTI Exploratoribus: credibilidade e controle da atividade de inteligência no Brasil*. 2009. 257f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ. p. 51.

poder Executivo que a administrava desprovido de informações nacionais relevantes que pudessem elucidar as tomadas de decisões do Executivo federal.

Para suprir essa deficiência, o Estado organizou uma rede de informações capaz de subsidiar o poder Executivo no reconhecimento dos que foram considerados inimigos internos e também na definição e implantação de políticas repressivas que garantissem, segundo eles, a ordem instituída.

Uma das primeiras evidências é a de que o conceito e as práticas do que se configura como Serviços de Inteligência remontam a 1927, a partir da urgência que o governo imprimiu ao monitoramento e à repressão aos trabalhadores e, em particular, aos operários, que se articulavam em prol do reconhecimento de sua condição de trabalhadores e da obtenção de condições mínimas de sobrevivência, revelando-se aí a continuidade da face violenta do Estado.

Na medida em que a luta operária crescia, a formação de uma rede de vigilância e de repressão estatal caminhava junto, na perspectiva da aniquilação das lideranças e entidades sindicais dos operários, camponeses ou funcionários das Armadas, principalmente no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Recentemente, novas indicações surgiram sobre os primórdios da criação das Polícias Políticas no país, particularmente divulgadas pelo artigo de Eliana Mendonça, *“Documentação da polícia política do Rio de Janeiro”*. Calcada em uma documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, seu texto esclarece que:

Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, à qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República.²² Essa inspetoria foi extinta a

²² Os organismos vinculados à Polícia Política tinham como competência, segundo o Decreto nº 14.079 (BRASIL, 1920), velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins de expulsão de estrangeiros perigosos. Essas funções, com referências explícitas à liberdade de trabalho, aos anarquistas e expulsão de estrangeiros perigosos relacionavam-se, segundo Vianna (1978), com o início do movimento de reivindicação de direitos trabalhistas, movimento liderado pelos imigrantes italianos e espanhóis, boa parte dos quais se alinhavam ao movimento anarquista.

20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário. Essa seção configurava-se como uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação que dominava o campo do trabalho, e de intensa participação política da população das grandes cidades ao final dos anos 10 e início dos 20. Cabe recordar que Artur Bernardes assumiu o governo em janeiro de 1923 sob a vigência do estado de sítio, decretado no ano anterior após o levante tenentista, e com o Partido Comunista posto na ilegalidade, apenas quatro meses depois de sua criação.²³

A conjuntura de crise que se estabeleceu desde os primeiros anos da República se reproduzia de formas distintas em cada estado do Brasil. Em vários deles, particularmente em São Paulo, as contradições de classe se radicalizavam em decorrência do rápido crescimento urbano, da diversidade que adquiria o parque industrial que se destacava no país – por ser um dos poucos a produzir para o consumo interno –, conforme apontou Caio Prado Júnior²⁴ e que evidenciava a existência de uma emergente classe média visível na ampliação do número de artesãos e manufatureiros, prestadores dos mais diversos serviços que atendessem às demandas dessa urbanidade. Em tal conjuntura, o Movimento Operário surge e explode sob a força da contradição entre o capital e o trabalho, e ante as extorsivas exigências desse mesmo capital e da inexistência de uma legislação que garantisse os mais mezinhos direitos trabalhistas ao operariado.

Para refrear essa movimentação operária nascente, segundo as autoridades à época – que podia colocar em risco a manutenção do Estado, instituição que também fora incapaz de fazer frente aos conflitos trabalhistas existentes, bem como às demandas da população por diversos benefícios urbanos –, é que foi criada em São Paulo a Delegacia de Ordem Política e Social

Cf. RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. “O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos”. In *Revista Brasileira de Inteligência*. v. 2. n. 2. Brasília/DF: Agência Brasileira de Inteligência/ABIN, abr. 2006. pp. 9-20.

²³ MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da polícia política do Rio de Janeiro”. In *Estudos Históricos*. v. 12. n. 22. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. pp. 380/381.

²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

(DOPS-SP),²⁵ em 1924. Voltada essencialmente para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e/ou social, ou seja, o universo dos trabalhadores, a atuação dessa Delegacia passou a se apresentar como o principal órgão do aparato repressivo do Estado, tanto porque a grande maioria dos operários do país estava em São Paulo, como também para servir de parâmetro à repressão em outros estados do país, onde já atuava em consonância com os órgãos sediados no Distrito Federal, isto é, no Rio de Janeiro.

A DOPS-SP foi criada através da Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924 e passou a funcionar no interior do Gabinete de Investigações e Capturas do Estado, regulamentada pelos Decretos nº 4.405-A, de 17 de abril de 1928, e o de nº 4.715, de 23 de abril de 1930. Seu objetivo era o de manter sob controle as ações consideradas crimes de desordem, o que englobava tanto as lutas operárias como as greves e manifestações de revolta contra a penúria em que se encontrava este segmento social, quanto às praticadas por indigentes ou contraventores comuns.

Ora como “delegacia”, ora como “superintendência”, o órgão sofreu numerosas mutações e, em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Delegacia de Ordem Política e Social – então subordinada à Chefia de Polícia Estadual, intensificou suas ações de repressão.²⁶

²⁵ Tanto o movimento grevista anarcossindicalista como o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (1922), mais a revolta da baixa oficialidade do Exército (capitães e tenentes), em última instância ameaçava os poderes constituídos e assustava as oligarquias estaduais que, no domínio do Estado, fizeram dar prioridade ao aumento da vigilância e da repressão no país.

²⁶ Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo/vermais_deops.htm. Acesso: 03/02/2012. Em 1940, a DOPS-SP contava com três delegacias especializadas: Delegacia de Estrangeiros, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições e Delegacia de Ordem Política e Social. Nesta última, funcionava o Setor de Ordem Econômica (Decreto-Lei nº 11.782, de 30/12/1940). Cinco anos mais tarde, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social foi desdobrada em duas: a de Ordem Política e a de Ordem Social. Igualmente, o Setor de Ordem Econômica foi transformado em Delegacia Especializada (Decreto-Lei nº 14.854, de 09/07/1945). Dessa maneira, estavam criadas as cinco delegacias especializadas que funcionaram dentro da DOPS, até sua extinção em 1983. Em 1975, a DOPS passou a ser chamada de Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

De modo concomitante, os outros estados “da Federação também criaram as suas Delegacias de Ordem Política e Social durante os anos 20 e 30”.²⁷ Com a criação dessas delegacias estaduais formou-se uma grande rede de troca de informações sobre os “trabalhadores perigosos”. Diante da grande mobilização operária, tanto no Rio de Janeiro (Distrito Federal) como em São Paulo,²⁸ o Governo federal – através da presidência de Washington Luís²⁹ – criou a primeira repartição pública federal dedicada *exclusivamente* a levantar e processar informações em proveito da Presidência da República – o Conselho de Defesa Nacional.

Instituído em novembro de 1927 (Decreto nº 17999, de 29 de novembro de 1927) o Conselho de Defesa Nacional tinha como missão reunir informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria.³⁰

E em 1933, com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS),³¹ consolida-se a autonomia da Polícia Política no âmbito federal.³²

²⁷ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997. p. 58.

²⁸ A partir da década de 1980, inúmeros trabalhos acadêmicos têm demonstrado as evidências das lutas operárias fora do eixo Rio – São Paulo, revelando as limitações dos estudos mais tradicionais e demonstrando a diversidade de suas estratégias e táticas. O professor Michael McDonald Hall, da UNICAMP, se destaca pelos trabalhos de pesquisa que orientou e que abrangem o movimento operário na região Sul do Brasil. Cf. HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*. v. 1 – *O movimento operário*; v. 2 – *Condições de vida e de trabalho, relações com os empregados e o Estado*. 1. ed. São Paulo: Alfa-Omega/Brasiliense, 1979-1981.

²⁹ **Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957).**

³⁰ Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro, de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2005. p. 37. Em 1937, o órgão passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional e nas Constituições que se seguiram esse órgão será mantido e regulamentado. A nota de rodapé número 38 esmiúça essa informação, fornecendo as Leis e os Decretos que regulamentaram tal continuidade.

³¹ Após a sua constituição, em 1933, como agência estatal com a função de Polícia Política, perpetuou-se no Estado brasileiro esse modelo de organização policial.

³² REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no Pós-Segunda Guerra Mundial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas – IUPERJ, 2000. p. 90. Também há uma edição posterior: _____. *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia Política no pós-guerra*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. A autonomia a que o autor se refere é em relação à divisão da responsabilidade da Delegacia em cuidar do crime político, somente. Anteriormente, o crime comum e o político eram tratados na mesma dimensão.

Conforme apontam os especialistas, os princípios que nortearam a atuação desses órgãos se mantiveram praticamente os mesmos ao longo de toda a sua história, apesar dos redimensionamentos burocráticos pelos quais passaram a cada momento mais específico, de acordo com os interesses do Governo federal. Conforme explica Marcos Tarcísio Florindo, desde a década de 1930:

O conceito de poder de polícia foi redimensionado de acordo com princípios claramente embasados no determinismo da escola positiva, como a noção de que “a polícia luta contra o crime e o criminoso para defender a moralidade e a ordem pública” [...] Isso ajudou a consolidar uma visão orgânica determinista e preconceituosa da sociedade nos meios responsáveis pela vigilância e repressão. Essa noção fazia-se sentir em relação aos indivíduos e grupos provenientes da classe trabalhadora, em especial aos estrangeiros e aos partidários da revolução social.³³

Em 1935 foi criada a Lei de Segurança que regulamentou a ação e a gestão dessas delegacias e do aparato repressivo em geral. Tal Lei garantiu que os militares tivessem papel proeminente, quer na qualidade de chefes de Polícia, quer como magistrados do Tribunal de Segurança Nacional e na condução desta Delegacia, evidenciando-se, desde aí, a interligação entre as Polícias Cíveis e o Exército. Assim, esses aparatos governamentais foram responsáveis pela repressão e pela geração de informações políticas sobre aqueles considerados “inimigos internos”.³⁴ Em um curto espaço de tempo, essas instituições policiais cíveis – sob a gestão direta dos governos nacionais e estaduais, e sob a gestão das Forças Armadas – se tornaram o “braço forte” da repressão na instauração do Estado Novo em 1937.

Nesse contexto, a Segurança Nacional significava a prevenção à mobilização da sociedade civil e a repressão às demandas sociais, principalmente aqueles tachados de comunistas, pois após o levante comunista de 1935 (ou

³³ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. 2000. 242f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Franca, Franca/SP. Já publicada: _____. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

³⁴ “La concepción del ‘enemigo interno’ se instaura a través de un proceso de difusión desde las grandes potencias hacia los países ‘subdesarrollados’, en situación de dependencia estructural, brindando más argumentos para la negación de una apertura y flexibilidad en la participación del poder y reafirmando la negación y la exclusión del outro”. Cf. AHUMADA P., Magda Alicia. *El enemigo interno en Colombia*. 1. ed. Quito/Ecuador: Ediciones Abya-Yala, maio 2007. p. 19.

revolta), a *agenda* da Segurança Nacional considerou o comunismo como o “inimigo número 1” da Nação, tendo as Polícias Políticas a missão de mapear e destruir os focos “bolchevistas”.

Como consta do verbete – “A revolta comunista de 1935” – segundo a pesquisadora Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC-FGV), cuja transcrição segue:

Em março de 1935 foi criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazi-fascismo, a ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Com sedes espalhadas em diversas cidades do país e contando com a adesão de milhares de simpatizantes, em julho de 1935 – apenas alguns meses após sua criação –, a ANL foi posta na ilegalidade. Ainda que a dificuldade para mobilizar adeptos tenha aumentado, mesmo na ilegalidade a ANL continuou realizando comícios e divulgando boletins contra o governo. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado, que desencadearia greves em todo o território nacional. O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão do operariado, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada. A partir daí, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os opositores do governo. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista. A despeito de seu fracasso, a chamada Revolta Comunista forneceu forte pretexto para o fechamento do regime. Depois de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceava seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Esse processo culminou com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso, cancelou eleições e manteve Vargas no poder. Instituiu-se assim uma ditadura no país, o chamado Estado Novo, que se estendeu até 1945.³⁵

³⁵ Disponível: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista> Acesso: 03/02/2012. O debate sobre a extensão, a dinâmica, os objetivos e o alcance da ANL foi objeto de um profícuo debate entre os historiadores, dentre os quais se destacam: ARAGÃO, José Campos de. *A intentona comunista de 1935*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973; CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989, ou em edições anteriores, sob o mesmo título: Editora Buriti, 1965 (1. ed.) e DIFEL, 1975 (2. ed.); CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35!* 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981; CORTEZ, Luiz Gonzaga. *A Revolta Comunista de 1935 em Natal. Relatos*

No ano de 1936, por causa do referido levante, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TRN),³⁶ um tribunal de exceção subordinado à Justiça Militar, composto por juízes civis e militares escolhidos diretamente pelo Presidente da República e que era ativado sempre que o país estivesse sob “estado de guerra”. Uma atuação bem ampla, pois isso incluía processar e julgar, em primeira instância, às pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais, internamente.

Com a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, o TSN deixou de se subordinar ao Superior Tribunal Militar e passou a desfrutar de uma jurisdição especial, diretamente vinculada ao Presidente da República. Ao mesmo tempo, tornou-se um órgão permanente, passando a julgar não só comunistas e militantes de esquerda, mas também integralistas e políticos liberais que manifestavam suas críticas ao governo.

Com essas medidas, o governo do presidente Getúlio Vargas³⁷ cercava cada vez mais as lideranças do movimento operário, principalmente os simpatizantes do PCB. Para ele, não bastava apenas a repressão policial – pois o crescimento do PCB, mesmo na clandestinidade – fazia urgir medidas de caráter mais amplo na perspectiva da Segurança Nacional, com tratativas de “inimigos de guerra”. Assim, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi instaurado pelo Artigo 162 da Constituição de 1937,³⁸ inicialmente com a função de estudar todas as questões relativas à Segurança Nacional. A reboque, também foram criados como órgãos auxiliares ligados ao CSN – em cada Ministério Civil –, Seções de Segurança Nacional.

da insurreição que gerou o primeiro sovieta nas Américas. 1. ed. Natal/RN: s.n., 1985, 2005; OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes, um operário no poder: a Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985; SILVA, Hélio (Ribeiro). *1935 – A revolta vermelha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (4. ed., 2004), ou sob o mesmo título em edição da Biblioteca do Exército – Bibliex-Cooperativa, 1998 (1. ed., Coleção General Benício).

³⁶ O TSN foi extinto após a queda do Estado Novo, em outubro de 1945.

³⁷ **Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).**

³⁸ Cabe esclarecer que o Artigo nº 162 da Constituição de 1937 renomeou o Conselho de Defesa Nacional em Conselho de Segurança Nacional. As Constituições de 1934 (art. 159), de 1937 (art. 162) e de 1946 (art. 179) mantiveram-no. Essas reestruturações se processaram pelos Decretos nº 23.873, de 15/04/1934; nº 4.783, de 05/10/1942 e nº 9.775, de 06/09/1946.

Já naquele momento, a responsabilidade da Segurança Nacional foi estendida para todas as instituições da Federação que compuseram uma rede de informações que no decorrer das décadas de 1940 e 1950 foi consolidando a um grande amálgama de informações que circularam entre os órgãos da Federação e mapearam as personalidades políticas, os funcionários públicos, as propostas partidárias, as entidades de classe, enfim, entidades ou pessoas que, de uma maneira ou de outra, expressaram os interesses da sociedade civil e subsidiaram a elaboração de medidas preventivas e repressivas.

No rol dessas propostas de centralização no Executivo, dos aparatos de Segurança, papel importante desempenhou o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), órgão previsto também pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938 – diretamente subordinado à Presidência da República – com o objetivo de aprofundar a Reforma Administrativa destinada a organizar e a racionalizar o Serviço Público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas.

Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política. Propunha-se, então, a racionalizar a burocracia estatal de forma a garantir maior integração entre os diversos setores da Administração Pública e promover a seleção e o aperfeiçoamento do funcionário público por meio da adoção de sistema de avaliação por mérito – o único, segundo eles, capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos cargos públicos.

Para os organizadores do DASP, a necessidade de uma Administração Pública racional e científica era uma decorrência natural do aumento da responsabilidade do poder Executivo nos tempos modernos, particularmente por garantir os investimentos econômicos. Assim, afirmavam, não havia dúvida quanto à necessidade crescente da intervenção do poder estatal em todos os setores da atividade nacional³⁹ e, para isso, a racionalização administrativa era indispensável.

³⁹ O Estado capitalista é a expressão do poder burguês. Sob uma dada estrutura de classes, são fundamentalmente os interesses da classe capitalista que o Estado defende. É através das estruturas do Estado que se expressa a dominação de classe. Ou, ainda, é pela mediação do Estado que os interesses especificamente de classe podem ser impostos a toda a comunidade nacional, como se fossem interesses de toda a Nação. Não há, no entanto, qualquer automatismo da estrutura

Nessa perspectiva, o DASP também propunha no início dos Anos 1940 a reestruturação da Polícia Política para garantir melhor eficiência de geração de Informações sobre a Segurança Nacional, dada a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Assim, tal perspectiva foi assumida pelo então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra,⁴⁰ através do anteprojeto do Decreto-Lei encaminhado ao Presidente da República.⁴¹

Em 1941, numa mensagem secreta, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, atento ao desenrolar da 2ª Guerra Mundial, afirmava ao Ministro da Justiça a necessidade de ser criado um serviço secreto de informações que teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública e que seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contraespionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior.⁴²

A defesa da criação de um Serviço Secreto de Informações visava a segurança interna do país e também era defendida pelo Ministério da Guerra, pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), conforme apontam Roratto e Carnielli.⁴³ A posição do DASP foi assumida pela SG/CSN, defensora de que as atividades atinentes à segurança interna do país fossem dadas à Polícia Civil do Distrito Federal (que, anos mais

econômica na imposição dos interesses da classe dominante sobre toda a sociedade. Os interesses de classe transformam-se em políticas estatais, através das lutas políticas que se interiorizam nas estruturas e nos organismos do Estado. A autonomia do Estado não decorre de seu arbítrio, mas enraíza-se nas forças políticas que expressam relações de poder definidas na luta política. O maior ou menor grau dessa autonomia do Estado depende da definição da correlação de forças das classes sociais que constituem a base do próprio Estado. A autonomia estatal encontra seus limites na própria articulação dos interesses que compõem a estrutura da sociedade, no sentido que é dado pelas lutas políticas entre esses interesses de classe. São, então, as correlações instáveis das forças políticas que definem tanto a autonomia como os limites e o sentido da ação estatal. Essa autonomia se materializa no próprio organismo burocrático e no funcionamento das instituições estatais. Cf. CORAZZA, Gentil. Resenha sobre o livro de Sonia Miriam Draibe: *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. In *Ensaio FEE*. v. 7. n. 2. Porto Alegre/RS: Fundação de Economia e Estatística – FEE-RS, 1986. pp. 159-169. DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁴⁰ **Eurico Gaspar Dutra (1883-1974).**

⁴¹ Mensagem Secreta 98/59, de 27 de outubro de 1941. Documento sobre o processo de criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Fundo DGIE, Setor Administração, Pasta 1 – cont., Dossiê DPS, p. 3, 1943.

⁴² LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. “Um histórico do fundo DEOPS-SP”. In *Quadrilátero: Revista do Arquivo do Distrito Federal*. v. 1. n. 1. Brasília/DF: Arquivo Público do Distrito Federal, mar.-ago. 1998. p. 78.

⁴³ RORATTO; CARNIELLI, 2006. Op. cit., pp. 9-11.

tarde, se tornaria o Departamento Federal de Segurança Pública). Já os militares defendiam que as funções de segurança, fossem internas ou externas, eram de sua competência; portanto, o órgão a ser criado deveria estar vinculado ao Ministério da Guerra. Por seu lado, o Ministério da Justiça propôs que tal órgão ficasse vinculado a um dos Ministérios, a semelhança do Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, que era vinculado ao Departamento de Justiça:

Não satisfeito com a posição do DASP, o Ministro da Justiça, devido à proximidade com o Presidente da República, tentou viabilizar a criação de serviço de inteligência independente da polícia com base nos seus pareceres e nos da SG/CSN, mas não obteve sucesso. A oposição do DASP, ao reexaminar o assunto, ficou evidenciada na Exposição de Motivos Reservada nº 2.888, de 17 de outubro de 1942, quando se manifestou contrariamente à criação do Serviço Federal de Informações, ao reforçar seu anterior ponto de vista de que essas atividades deveriam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal. Na mesma Exposição de Motivos, o DASP solicitou autorização do Presidente da República para, em entendimento com as autoridades competentes, proceder à revisão da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, com o objetivo de atribuir a esse órgão jurisdição nacional para as atividades de natureza política, conservando-lhe o âmbito local para as funções de Polícia Civil.⁴⁴

Nessa tendência à centralização dos serviços de Segurança Nacional também denominado Serviço de Inteligência –, ganhou novo fôlego em 1944, quando a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) foi transformada na Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e regulamentada em 1946. A nova DPS ficou subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP),⁴⁵ subordinado ao Ministério da Justiça, e, portanto, a função da Polícia Política ficou, nesse período, sob o crivo da hierarquia civil na burocracia estatal, embora sua direção estivesse nas mãos de um militar designado pelo presidente. Segundo Reznik, durante os Anos 1940, em que funcionou como agência federal, a DPS:⁴⁶

⁴⁴ RORATTO; CARNIELLI, 2006. Op. cit., p. 11.

⁴⁵ “Em março de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)”. Cf. REZNIK, 2000. Op. cit., p. 94.

⁴⁶ Apesar das diferenças, o SNI foi herdeiro da DPS.

[...] não apenas rotinizou procedimentos de investigação, como estabeleceu vínculos formais com os DOPS's e as Secretarias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Cíveis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos [sic].⁴⁷ Desta maneira estruturou, para viabilizar as suas funções, uma rede nacional e internacional.⁴⁸

Tais aparatos policiais foram importantes na vigilância e na repressão no período Vargas, sofisticando a sua prática de infiltração nos movimentos operários, nos sindicatos, nas agremiações políticas e nas entidades de classe, como também nos movimentos de caráter associativo e/ou reivindicatórios por direitos democráticos. Todos eram considerados comunistas, acusados de tentarem desestabilizar a ordem vigente, pelo que deveriam ser expurgados onde se encontrassem.

O assunto volta à baila quando da discussão da Lei de Segurança Nacional, ainda na década de 1940, sob a contraditória justificativa de que era necessário vigiar para se garantir os direitos constitucionais e a defesa da democracia.

Seguindo a tendência mundial de reformulação dos conceitos de defesa interna e do continente latino-americano – parametrizado ao National War College criado nos EUA em 1946, sediado em Washington e vinculado ao Pentágono com o objetivo de desenvolver uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria –, aqui no Brasil também os debates se acentuaram e resultaram no que ficou conhecido como a *Doutrina de Segurança Nacional*.⁴⁹ É nesse momento que surgem as Escolas

⁴⁷ O termo é: **latino-americanos**.

⁴⁸ REZNIK, 2000. Op. cit., p. 11.

⁴⁹ Como parte da iniciativa da conhecida *Doutrina de Segurança Nacional*, a **Escola das Américas** foi inicialmente criada em Fort Amador, no Panamá. Sua denominação inicial foi "Centro de Adestramento Latino-americano – Divisão da Terra". Sua missão principal era a de fomentar cooperação ou servir como instrumento para preparar as nações latino-americanas a cooperar com os Estados Unidos e manter, assim, um equilíbrio político contendo a influência crescente de organizações populares ou movimentos sociais de esquerda. Em 1950, a Escola mudou o seu nome para United States Army Caribbean School ("Escola Caribenha do Exército dos Estados Unidos") e foi transferida para Fort Gulick, também no Panamá; neste mesmo ano, o espanhol foi adotado como língua oficial da Academia. Em julho de 1963, o Centro reorganizou-se com o nome oficial de United States Army School of the Americas (USARSA), ou, mais popularmente, como Escola das Américas e durante as décadas seguintes cooperou com vários governos e regimes totalitários e violentos. Vários dos seus cursos ou adestramentos incluíam técnicas de contrainsurgência,

Militares na América Latina, segundo a inspiração da Escola de Guerra norte-americana: a Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; a Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia; a Academia de Guerra, no Chile; a Escola Superior de Guerra, na Colômbia, e a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai.

No caso brasileiro:

A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional”. A instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias.⁵⁰ [...] ⁵¹

Era claro que a ideologia da Segurança Nacional perseguida pelo Estado brasileiro com o endosso da ESG refletia os interesses estadunidenses na contenção do ideário – tanto comunista como nacionalista – que poderia abalar sua influência política e econômica na Nova Ordem Mundial, no pós-Segunda Guerra no continente latino-americano. Dessa maneira,

[os] EUA apressaram a formação de alianças regionais com o intuito de combater a possível expansão soviética e, mais que isso, impedir a expansão do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideais pudessem de alguma forma ameaçar a segurança do país.⁵² Ao

operações de comando, treinamento em golpes de Estado, “guerra psicológica”, intervenção militar e técnicas de interrogação. Manuais militares de instrução destas iniciativas, primeiramente confidenciais, foram liberados e publicados pelo Pentágono (Departamento de Defesa dos EUA), em 1996. Entre outras considerações, os manuais davam detalhes sobre violações de direitos humanos permitidos como, por exemplo, o uso de tortura, execuções sumárias, desaparecimento de pessoas etc., definindo seus objetivos como sendo o de conter e controlar indivíduos participantes em organizações sindicais e de esquerda.

⁵⁰ **Oswaldo Cordeiro de Farias (1901-1981).**

⁵¹ Cf. FERNANDES, Ananda Simões. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. In *Revista Antíteses*. v. 2. n. 4. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – UEL, jul.-dez. 2009. p. 841.

Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso: 03/02/2012.

⁴⁸ “Para os *policymakers* de Washington, Segurança Nacional era definida em termos de correlação de poder. Poder era definido em termos de controle de recursos, infraestrutura industrial e bases

analisar os documentos relativos ao TIAR,⁵³ é possível observar dentre os seus objetivos o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente, restringindo a interferência de potências não americanas na região.⁵⁴ Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. [...] ⁵⁵

A função social que tais práticas cumpriram – transformadas em Doutrina a partir de 1948 –, foi analisada por Maria Helena Moreira Alves em sua retrospectiva histórica, ao explanar sobre tal ideário, que justificava a Ditadura Militar de 1964. A partir de sua perspectiva, pode-se deduzir que na década de 1950 consolidou-se e sistematizou-se a ideologia de Segurança Nacional transformada em Doutrina no pós-64:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas para a legitimação do poder do Estado, nem tenta obter este apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia racial ou uma aspiração imperial. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade

externas. Assim, a Segurança do país residia na superioridade econômica e tecnológica sobre qualquer potencial adversário”. Cf. LEFFLER, Melvyn P. *The preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. 1. ed. Stanford/USA: Stanford University Press, 1992 (principalmente, as páginas 1-15). “Nesse aspecto, é necessário esclarecer que a noção de Segurança Nacional cunhada nos EUA é tão ampla que ela pode ser considerada ameaçada por eventos ou mudanças ocorridos em qualquer parte do planeta. Referindo-se às relações com a URSS, Leffler afirma que a concepção norte-americana de Segurança Nacional podia gerar ansiedades e provocar reações de um governo orgulhoso, suspeito, inseguro e cruel, e que era ao mesmo tempo apreensivo sobre as implicações em relação à reabilitação de inimigos tradicionais e à instalação de bases estrangeiras na periferia do seu território”. Ver: LEFFLER, Melvyn P. “National Security and US foreign policy”. In: _____; PAINTER, David S. (ed.). *Origins of the Cold War: an international history*. 1. ed. London/UK: Routledge, 1994 (2005, 2. ed.). p. 39. [MUNHOZ apud OLIVEIRA]

⁵³ “O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (em Língua Inglesa: *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance*), também conhecido pela sigla **TIAR**, ou como Tratado do Rio, é um Tratado de defesa mútua celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro, entre diversos países americanos. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada ‘doutrina da defesa hemisférica’. O TIAR entrou em vigor em 3 de dezembro de 1948, conforme o seu Artigo 22. O Brasil é o Estado depositário original do Tratado, enquanto que a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a depositária para fins de administração do acordo”. [MUNHOZ apud OLIVEIRA]

⁵⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) – Pasta 389/1 /31 – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final. [MUNHOZ apud OLIVEIRA]

⁵⁵ MUNHOZ, Sidnei J. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. In *Revista Diálogos*. v. 6. Maringá/PR: Departamento de História – Universidade Estadual de Maringá, DHI/UEM, 2002. pp. 43/44.

graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O *slogan* governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista.⁵⁶

A partir de 1946, na tensão entre liberdades democráticas e mobilização social por direitos civis e trabalhistas, ressurgentes após o longo período de ditadura getulista, as Polícias Políticas permaneceram com a mesma prática repressiva, acabando por fazer a defesa dos interesses dos setores das burguesias agrária, comerciária e industrial que se viam ameaçadas pela ampliação dos direitos civis.

O recrudescimento das lutas sociais e trabalhistas colocou em pânico a ordem dominante e esta se mobilizou, mais uma vez, para garantir a continuidade das condições que a mantinha dominante no Estado brasileiro. É como se a democracia liberal, em si, fosse um risco a tal dominação que não poderia conviver com a possibilidade de que propostas alternativas – mesmo no interior do capitalismo –, encontrassem respaldo nos segmentos que tinham força para ampliar o estreito grupo que dominava o Estado e que ditava as regras para o desenvolvimento do país, conforme seus interesses.

Em face às mobilizações de classe, particularmente a trabalhadora, o Estado estampa a contradição: a definição de métodos próprios para a prevenção e a repressão às ações que considerava crimes contra a ordem política e social e o ideário de garantia às liberdades civis e políticas.

Nesse período de prevalência dos preceitos constitucionais, criou-se a Seção de Segurança Nacional, em 1947, vinculada ao Ministério da Justiça e dos

⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 1. ed. Bauru/SP: EDUSC, 2005. p. 31.

Negócios do Interior (SSN/MJNI). Tal órgão era uma espécie de coordenador de estudos sobre a Segurança Nacional no país e foi o responsável pela elaboração do anteprojeto da nova Lei de Segurança Nacional (LSN). Assim, tanto o Departamento Federal de Segurança Pública (DFPS) quanto a Seção de Segurança Nacional (SSN), ficaram subordinadas ao Ministério da Justiça.

Acompanhava tal institucionalidade a importância que o tema da Segurança Nacional no período pós-guerra ganhava mundialmente, na medida da divisão do mundo em países capitalistas e socialistas, reforçando, para os primeiros, o espectro da revolução social e da internacionalização do comunismo no mundo ocidental.⁵⁷ Ante a impossibilidade da construção de um Estado com participação dos segmentos trabalhistas, a violência será a única forma de garantir o Estado que se desenvolvia no Brasil naquela conjuntura, conforme afirma Livia Cotrim:

A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na super-exploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas –, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática.⁵⁸

Nessa perspectiva, não é de se estranhar a continuidade de políticas estatais de investimentos em Serviços de Informações (Inteligência) cada vez mais articulados nacionalmente e centralizados no Governo federal. Assim, em 1946, na gestão de Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI) e como os demais, subordinado ao

⁵⁷ Nessa perspectiva, afirma Luís Reznik: “os supostos perigos de fragmentação do território, invasão por potência estrangeira ou seu controle por quaisquer meios, eram considerados sérias ameaças à segurança nacional. Encaixava-se como uma luva na denúncia contra o internacionalismo comunista, dependente das orientações de um Estado estrangeiro, a União Soviética. Nesse caso, a segurança do Estado era sustentada pela vigilância e controle internos dos grupos, partidos, associações e indivíduos, assim considerados antinacionais”. Cf. REZNIK, 2000. Op. cit., p. 6.

⁵⁸ COTRIM, Livia. “O capital atrofico: da via colonial à mundialização”. In: CHASIN, 2000. Op. cit., p. VI.

Conselho de Segurança Nacional (CSN). Era tamanho o empenho que, segundo a historiadora Priscila Antunes, naquela ocasião o Executivo federal concluía que a SG/CSN não estava preparada para exercer tal responsabilidade, e que seria necessária a criação de um órgão “que tivesse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente, e que tivesse suas atribuições precisamente definidas”.⁵⁹

Desse modo, a perspectiva da guinada autoritária do governo Dutra em 1946, logo após a destituição da ditadura Vargas, pode ser considerada tanto por fatores endógenos como exógenos.

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência fascista, mas pelos governos reformistas ou os movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. Todavia, é enganoso acreditar que a guinada autoritária no continente tenha sido uma derivação exclusiva do projeto de contenção estadunidense. No Brasil, podemos observar uma pesada influência da grande potência do Norte no processo de democratização ocorrido ao final da II Guerra Mundial e um rápido retorno às raízes autoritárias assim que ficaram evidentes os sinais de que o mundo experimentava um retrocesso democrático. Dessa forma, devemos considerar que o fechamento político ocorrido no Brasil, durante o governo Dutra, possui tanto raízes exógenas quanto endógenas.⁶⁰

Tanto na reestruturação das Polícias Políticas na década de 1940, como na criação do Serviço de Inteligência Federal (SFICI) em 1956, analisados ao longo desta tese, a influência das Forças Armadas é notória como ideóloga de uma Doutrina de Segurança Nacional⁶¹ e porque assumiram, concretamente, a direção dos organismos criados.

⁵⁹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN. Uma leitura da atuação dos Serviços Secreos brasileiros ao longo do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 47.

⁶⁰ MUNHOZ, 2002. Op. cit., pp. 43/44.

⁶¹ A marcha pela “modernização”, como objetivo da atuação política, [...], estava em jogo, constituindo-se num dos principais traços de continuidade da intervenção militar entre 1930 e 1964. Sendo assim, é possível inferir que (os militares) disputavam também a forma que iria garantir o prosseguimento da construção da potência, do “destino glorioso que o Brasil teria a cumprir”, ou seja, a “luta pela modernização” e pela “construção da potência” acabava tendo um mesmo e único sentido. PEREIRA, Maurício Broinizi. “Estado Novo: a constituição das bases do ‘partido militar’

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do SFICI era exercida de forma alternada por oficiais superiores das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas. O SFICI foi regulamentado somente 12 anos depois de sua criação através do Decreto nº 44.489-A (BRASIL, 1958), com a competência de superintender e coordenar as atividades de informações que interessavam à Segurança Nacional.⁶²

Assim, embora a tendência a centralização das informações de Inteligência e dos Serviços Secretos de vigilância e repressão tenha ocorrido já nas décadas de 1940, defende-se que a sua real preocupação enquanto um sistema estruturado com capilaridade suficiente para abranger todo o país e subordinar as estruturas estaduais das Polícias – quando se tratava da denominada **segurança interna** –, só ocorrerá de modo efetivo no governo de Juscelino Kubitschek.

Comparativamente, com a criação do SFICI em 1946 e com sua efetivação no governo JK – de Juscelino Kubitschek –, o diferencial existente foi, a partir de 1956, seguir os princípios da Agência Federal de Informação, acrescidos de todo o ideário da espionagem e da contraespionagem – fruto do pós-guerra –, e também do contato das autoridades brasileiras com membros da CIA.⁶³ Conforme afirma Lucas Figueiredo, somente após a efetiva pressão norte-americana, na figura do então Secretário de Estado John Foster Dulles,⁶⁴ em 1956, o Serviço Secreto (federal), ou seja, o SFICI saiu do papel e recebeu apoio financeiro e

e do projeto ‘Brasil Potência’”. In *Caderno Premissas*. n. 15-16. Campinas/SP: UNICAMP, abr.-ago. 1997. pp. 48/49.

⁶² RORATTO; CARNIELLI, 2006. Op. cit., p. 17.

⁶³ “A CIA começou a valer-se de operações encobertas desde a sua fundação em 1947. Nas décadas de 1950 e 1960, os Estados Unidos utilizavam-se de operações encobertas combinadas com outras ferramentas de política externa, muito embora a organização da atividade de inteligência norte-americana remontasse à década anterior. [...] O primeiro treinamento em Inteligência organizado por uma instituição brasileira foi realizado pela ESG, em caráter experimental no ano de 1958, quando foi instalado o SFICI. Obviamente, toda a experiência que a ESG e os militares brasileiros possuíam nesta área havia sido repassada pelos norte-americanos, a partir do relacionamento militar mais estreito. Sob o comando do general Oswaldo Cordeiro de Farias, a ESG enviara para o National War College, em fins da década de 1940, os primeiros integrantes do seu corpo permanente [...]”. Cf. BRAGA, Paulo Romeu. “Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas”. In *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). v. 45. n. 2. Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, jul.-dez. 2002. pp. 54, 59.

⁶⁴ **John Foster Dulles (1888-1959).**

logístico através da CIA e do FBI.⁶⁵ A insistência dos EUA na montagem de uma Agência de Inteligência federal sobre o crivo das Forças Armadas para manter e obter informações do “movimento comunista” nas Américas era crucial na estratégia de repressão, e o Brasil era o maior aliado norte-americano naquele período.

Mas, não era apenas a pressão norte-americana que impulsionava a transformação dos diferentes órgãos e instâncias policiais, tanto civis quanto militares, em um Sistema de Inteligência articulado nacional e internacionalmente capaz de cruzar informações sobre pessoas e instituições de norte a sul do país. Fatores internos, como a própria lógica de funcionamento do Estado e da dinâmica também interna de desenvolvimento do país, explicam porque se impôs a necessidade de organizar – com tanta precisão – tal aparato em pleno período de vigência de preceitos constitucionais, considerado pela historiografia vigente como um dos mais democráticos já vivenciados até então.

Afinal, que sistema era esse, qual foi sua atuação naquele período e quem foram os sujeitos objeto de sua atuação? Se uma de suas principais funções naquele período era vigiar e produzir informações concernentes à Segurança Nacional – ao levantar dados sobre pessoas da sociedade civil ou indivíduos –, quem eram seus agentes, a quem vigiavam e qual foi a extensão de sua ação na sociedade naquele período não ditatorial? Além disso, quem dirigiu esse órgão que uniu, pela primeira vez, agentes das Polícias, Civil e Militar? Ou seja, como se dava a relação entre o governo comandado por civis e tal aparato policial? Sobre este quesito uma nova hipótese foi levantada: se o sistema foi “gerenciado” por militares, como afirma a historiografia que reconhece que houve repressão política no citado período, o governo civil não tinha conhecimento de suas ações? Portanto, evidenciaria a autonomia das Forças Armadas como uma espécie de *terceiro poder social*, considerando-se como tal a burguesia e os trabalhadores a exercerem pressão ou domínio sobre o Estado?

A natureza da influência das Forças Armadas na condução do processo político nacional, em particular da ESG, tem sido objeto de diversas análises que constitui, hoje, um campo historiográfico específico cuja polaridade situa-se entre

⁶⁵ O secretário de Estado John Foster Dulles, “[...] pressionava o Brasil para intensificar seu programa anticomunista. Para Dulles, não podia haver desenvolvimento econômico e político sem segurança interna nacional”. Cf. HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 97.

os que defendem a composição de uma nova classe social, e os que consideram aos demais integrantes da burocracia estatal e, como tal, defensores dos interesses de quem a domina. No período em questão, a conjuntura da Guerra Fria acentuou a visibilidade dos militares no cenário nacional, assim como a sua participação nos debates sobre as alternativas para o desenvolvimento nacional em curso na sociedade civil, conforme será observado ao longo desta tese.

Por tais evidências, as Forças Armadas têm sido objeto de análise em vários estudos que compõem a Historiografia brasileira, dada a importância que adquiriram no cenário nacional em decorrência das sucessivas intervenções que exerceram ao longo do Período Republicano no país. Nesse sentido, no decorrer do tempo, observa-se a elaboração de certo número de explicações que visam fazer entender os aspectos contraditórios e os caracteres exclusivos dessa instituição na consolidação da formação do Estado brasileiro.

A maior parte das referências à década de 1950 se encontra em trabalhos cujo objetivo é entender a gênese da Ditadura Militar ocorrida no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, que aponta para a dinâmica dos partidos políticos e da sociedade civil em relação às Forças Armadas na preparação do cenário do Golpe de 1964. Nesse caso, as Forças Armadas são consideradas atores coadjuvantes, defensores dos interesses da burguesia nacional na preparação do Golpe Militar. Referem-se, por exemplo, a Nelson Werneck Sodré (1965), Hélio Jaguaribe (1968), ou ainda a Alfred Stepan (1976),⁶⁶ em que pesem as diferenças nas posturas assumidas por cada um desses autores.

Dentro desse universo de pesquisas sobre as Forças Armadas, o eixo em torno do qual se desenvolveu a reflexão reside no esforço de entender a relação dessas mesmas Forças Armadas com a sociedade e/ou o Estado. Segundo a observação de Antonio Carlos Peixoto, foram duas as concepções fundamentais que se articularam e que costumam orientar a pesquisa havida sobre os militares no Brasil: a concepção instrumental (criada por Nelson Werneck Sodré) e a abordagem institucional-organizacional:

⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010; JAGUARIBE, Hélio. *Economic and Political Development. A Theoretical Approach and a Brazilian Case Study*. 1. ed. Boston/USA: Harvard University Press (HUP), 1968; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 (1. ed., 1971) ; COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2000.

A concepção instrumental busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressões e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado.⁶⁷

A primeira aparece, segundo ele, na maioria dos trabalhos sobre os militares, considerando-se as Forças Armadas como um poder moderador dos interesses de classe na disputa pelo processo político social. Nesse caso, a intervenção militar é movida por grupos de interesses ou de pressão que favorecem um determinado grupo na disputa do poder do Estado. Assim, os confrontos que existem e se desenvolvem no âmbito da corporação são meros reflexos dos conflitos globais que marcam o processo político. Enquanto que a segunda concepção, a institucional-organizacional:

[...] enfatiza a autonomia da instituição militar face à sociedade global. Segundo essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos *inputs* e dos *outputs* militares; o fenômeno militar é, em última análise, auto-explicável.⁶⁸

Nessa perspectiva, o aparelho militar é visto como uma estrutura monolítica e seu produto político é o resultado da percepção e da lógica dos preceitos institucionais que regem as Forças Armadas. A hierarquia e a disciplina que são os pilares da coesão militar seriam aqui os “manipuladores” da percepção político-social na instituição.

Desse modo, as duas linhas de raciocínio abordadas sobre a interação das Forças Armadas com a sociedade civil, e a partir da consideração realizada por Antonio Carlos Peixoto, tratam dos dois extremos dicotômicos que, se vistos em separado, tornam muito difícil reduzir as Forças Armadas a meros agentes de interesses das classes dominantes, e ainda torna-se mais difícil aceitá-las como uma instituição separada da sociedade civil, daí ser o fenômeno militar percebido

⁶⁷ PEIXOTO, Antonio Carlos. “Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação”. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1980. p. 29.

⁶⁸ PEIXOTO, 1980. Op. cit., p. 30.

somente no interior das fronteiras da instituição. Dentro dessa perspectiva, o autor – que pertenceu a um grupo de trabalho interdisciplinar do Centro de Estudos e de Pesquisas Internacionais de Paris, coordenado na ocasião pelo pesquisador Alain Rouquié⁶⁹ – observou que, sobre as instituições armadas:

O fenômeno militar é, na quase totalidade dos casos, o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global (e às vezes por outros ramos do aparelho do Estado) com um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes (institucionais e partidários) do cenário político. O conjunto dessas características permanece recoberto por sua historicidade, isto é, pela forma como esses traços se formaram historicamente, o que pressupõe, para cada uma dessas variáveis, um quadro permanente de relações com a sociedade civil. Parece, pois, que é na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão.⁷⁰

Se as Forças Armadas cumprem a missão de defender e sustentar o Estado constituído, é porque nas prerrogativas desse Estado a legalidade constitucional e a concessão do poder coercitivo de intervenção social seguem a lógica dos interesses de classe, não só no seu discurso ideológico de mantenedor da ordem estabelecida, mas na ação repressiva das Polícias Políticas caracterizadas como apêndice das Forças Armadas na defesa da Segurança Nacional. Dessa maneira, o Estado de posse desse aparato coercitivo e ideológico se coloca acima dos interesses de classe, prepondo os seus interesses próprios como interesse universal, conforme afirmara Marx.

O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima

⁶⁹ Participaram desse grupo de estudos Antonio Carlos Peixoto (1940-2012), Eliezer Rizzo de Oliveira e Manuel Domingos Neto, entre outros.

⁷⁰ PEIXOTO, 1980. Op. cit., p. 31.

da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções.⁷¹

Assim, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), os DOPS estaduais e o Conselho de Segurança Nacional seriam, na década de 1950, seu aparato legítimo na particularidade da formação social brasileira e responsável pela contenção política através de estratégias de vigilância intermitentes e dissimuladas para auxiliar no controle social necessário à consolidação do projeto político dos segmentos da burguesia dominante, respaldado na ideologia de Segurança Nacional em gestação desde a década de 1930.

Portanto, na lógica que norteia a tais autores, as Forças Armadas cumprem o papel que lhes cabe na ordem social liberal, a de atuar no sentido de preservar a dinâmica que garanta os seus interesses de dominação. Na historiografia tradicional, tanto as divergências entre os vários grupos políticos, representadas pelos embates partidários, como sua estreita ligação com as propostas das Forças Armadas de “fechamento do regime” foram relegadas a um segundo plano, a favor de paradigmas que enfatizaram a democracia, o desenvolvimentismo e o nacionalismo, como aspectos fundamentais da construção da democracia no Brasil. Além disso, tais pesquisas se voltavam apenas para a análise dos aparatos repressivos após o Golpe Militar de 1964, corroborando com a visão da “estabilidade democrática” na segunda metade da década de 1950.

Reconhecendo a existência de ações repressivas nos Anos 1950 e, em particular, no governo JK, os estudos recentes sobre o Sistema de Segurança Nacional⁷² inovam porque adentram as contradições internas da repressão no

⁷¹ MARX, Karl. “A guerra civil na França”. In _____; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v. 2. 11. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2008. p. 80.

⁷² Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de: REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-Segunda Guerra Mundial*. [2000]; NOLLI, Joana D’Arc Moreira; CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. “Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento no governo JK”. Artigo apresentado à XXIII Anpuh – Simpósio Nacional de História. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2005; ROCHA, Luiz Carlos. *Organização Policial Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1991; PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. 1. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001; PEDROSO, Regina Célio. *Estado autoritário e ideologia policial*. 1. ed. São Paulo: Humanitas/USP/FAPESP, 2005; REZNIK, Luís; PEREIRA, Márcia Guerra. “De polícia federal a departamento estadual: o DOPS – evolução administrativa, 1955 a 1983”. In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993; AQUINO;

período JK, questionando “a efetivação da democracia no país”. Atualmente há trabalhos que revelam uma nova postura de pesquisa frente ao período da década de 1950, levando-se em conta os aspectos contraditórios da “democracia”, em particular aos do governo de Juscelino Kubitschek.

Como exemplos dessa nova postura historiográfica, a pesquisa de Marcelo Mattos⁷³ acerca dos governos do período dito democrático do pós-45, que mantiveram ativos e mesmo aperfeiçoaram o braço repressivo das Polícias Políticas na vigilância e repressão aos sindicatos. A partir das greves ocorridas na Capital Federal nos Anos 1950 como um de seus principais alvos, o autor demonstra que, mesmo com tamanha repressão, não foram capazes de evitá-las ou controlá-las. Diante de tal constatação, coloca em xeque a hipótese da aceitação passiva pela classe trabalhadora das políticas públicas em curso, mobilização que se evidencia na própria atuação das Polícias Políticas que tinham como missão neutralizar a tais lutas.

A faceta autoritária de uma elite conservadora, patrimonialista e excludente em relação à participação de movimentos populares e de esquerda no processo político na década de 1950 e até o golpe civil-militar de 1964 é objetivada por Marcelo Delgado,⁷⁴ através da análise da atuação do jornalista e político Carlos Lacerda e da própria composição da UDN.

MATTOS; SWENSSON JR.; LONGHI. *O DEOPS-SP em busca do crime político: família 50*. v. 4. [2002]; SOMBRA, Luiz Henrique. “Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?” In *Revista do APERJ – A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993; FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. Franca/SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Franca, 2000; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 30. n. 59. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 2010. pp. 237-266; _____. “O ofício das sombras”. In *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 1. Belo Horizonte/MG: Arquivo Público Mineiro, 2006.

⁷³ MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 24. n. 47. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 2004. pp. 241-270.

⁷⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático. Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora/MG.

Também a aproximação dos militares ligados à ESG com civis foi analisada por Francisco Ferraz.⁷⁵ Seu trabalho demonstra a criação e o fortalecimento institucional da ESG e a cristalização de articulações políticas e ideológicas de uma ala militar que desenvolveu a luta pela hegemonia dentro das Forças Armadas, com concepções e interesses congruentes às das frações burguesas ligadas ao capitalismo multinacional associado no Brasil.

Já a posição anticomunista e antinacionalista integrada à política norte-americana, assumida pela ala conservadora das Forças Armadas foi objeto de estudos de Ronaldo Moraes.⁷⁶ O pesquisador então demonstra a “guerra ideológica” travada no interior da caserna, da qual essa ala saiu vencedora.

Os elementos autoritários na proposta de Segurança e Desenvolvimento no governo JK foram apontados por Nollí e Cesário.⁷⁷ A partir da constatação da forte presença do aparelho militar nos órgãos de Estado, situa como isso expressava uma estratégia para evitar que forças políticas e civis (principalmente os movimentos populares) participassem das decisões do seu governo.

A imprecisão do uso do termo **nacionalismo** para configurar a década de 1950, foi demonstrada por Vânia Maria Moreira,⁷⁸ segundo a qual esse termo representava vários interesses, prioridades e perspectivas de classes bem diversas.

Dentre os estudos sobre a vigilância na referida década, destaca-se o trabalho de organização documental sobre as Polícias Políticas no Distrito Federal (Rio de Janeiro), realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, sobre a direção de Eliana Rezende Furtado de Mendonça e coordenado por Luís Reznik e Márcia Guerra.⁷⁹ Através do levantamento de um enorme acervo, tais

⁷⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Assis/SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis, 1994.

⁷⁶ MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Newton Estillac Leal: o militar de esquerda e o Exército na frágil democracia brasileira do pós-guerra*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2006.

⁷⁷ NOLLI; CESÁRIO, 2005. “Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento no governo JK”. Op. cit.

⁷⁸ MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 18. n. 35. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 1998.

⁷⁹ Cf. ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. *Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: APERJ, 1994; *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

autores abriram a possibilidade efetiva de pesquisa documental que vai desde o começo do século XX até o desbaratamento desses órgãos em meados dos Anos 1980.

Após um primeiro contato com esse acervo, a equipe do APERJ publicou uma série de artigos revelando a trajetória e o conteúdo dessa imensidão documental, onde demonstraram a atuação e a ideologia das Polícias Políticas como aparatos repressivos na consolidação do Estado no Brasil e na manutenção de uma *práxis* autoritária que se engendrou até os nossos dias.

Particularmente sobre a segunda metade da década de 1950, a visão de como são percebidas por estes pesquisadores as Polícias Políticas no governo JK, e em como seus trabalhos repercutiram em outros autores que, de uma forma ou de outra, também abordaram e abordam a questão da atuação das Polícias Políticas naquele período.

Constata-se que a questão inicialmente posta sobre a centralização das Polícias Políticas em nível nacional durante o governo JK é respondida pela maioria dos pesquisadores na perspectiva da autonomia dos estados da Federação para a constituição e atuação das forças policiais, além da separação entre o aparato militar e o civil. Segundo tais posturas, não haveria a concentração de poderes na esfera federal, pois os debates sobre a federalização X autonomia dos estados frente à jurisdição das Polícias Políticas, não caminhavam para o consenso, muito pelo contrário. As DOPS(s) estaduais e as Secretarias de Segurança Pública estaduais não queriam perder seu *status* de detentoras das informações pertinentes às suas esferas de poder e nem sequer ser dirigidas por um órgão centralizador e normativo de âmbito nacional.

Segundo Reznik, durante todo o período que vai de 1946 a 1964, uma das tensões que acompanhou as preposições para o que se considerou a modernização da Polícia Política brasileira foi a confrontação de:

[...] perspectivas de federalização da polícia política, ampliando os poderes da DPS e do DFSP, ou mesmo criando novas agências, com a resistência das polícias estaduais, desejosas, no mais das vezes, de maior intercâmbio de informações, quiçá de orientações normativa[s].⁸⁰

⁸⁰ REZNIK, 2000. Op. cit., p. 168.

Também Luiz Henrique Sombra, baseado no Decreto-Lei que cria a DFSP, afirma:

De acordo com o decreto-lei 6378, o DFSP devia ter atuação: local, no Distrito Federal, relativamente aos serviços de polícia e segurança pública; e nacional nos assuntos ligados à polícia marítima, aérea e de fronteiras. Na esfera nacional fica, portanto, o DFSP responsável pelo movimento de entrada e saída dos estrangeiros, particularmente dos imigrantes – tarefa onde a estatística foi de grande valia como instrumento de vigilância e controle social.⁸¹

Nessa mesma linha de raciocínio o historiador Rodrigo Patto afirma categoricamente que **não há** centralização das Polícias Políticas nesse período, levando-se em consideração os pesquisadores do APERJ.

[...] é importante esclarecer que as polícias estaduais tinham autonomia em relação ao DFSP, de modo que o adjetivo “federal” constante no nome daquele órgão significava pouco mais que o controle policial sobre o Distrito Federal. Desde a segunda metade da década de 1930 as polícias estaduais cooperavam com a polícia do Distrito Federal no campo da repressão política, sobretudo na troca de informações, mas mantinham-se autônomas e a coordenação era esparsa e pouco eficiente. Naquele mesmo ano de 1958 foi realizada, no Rio, uma Conferência Nacional de Polícia, e um dos objetivos era justamente aumentar a cooperação e a capacidade de interferência do DFSP nos organismos policiais dos estados. Mas os resultados foram magros, pois os estados mais poderosos não aceitaram submeter sua polícia ao controle federal.⁸²

[...] Nos debates apareceram comentários interessantes sobre o tema, reveladores de como eram limitadas e precárias as comunicações entre os Dops. Pelo teor das manifestações dos policiais durante a Conferência, fica evidente que as delegacias e departamentos estaduais continuavam operando isoladamente, embora cooperassem esporadicamente.⁸³

Assim, para o autor a centralização somente ocorrerá após o golpe dos militares em 1964.

Um departamento de polícia federal com atuação efetivamente nacional só surgiu após o golpe de 1964, como resultado de mais um regime político centralizador e autoritário. Os Dops estaduais continuaram em

⁸¹ SOMBRA, 1993. Op. cit., p. 37.

⁸² MOTTA, 2010. Op. cit., pp. 237-266.

⁸³ MOTTA, 2006. Op. cit., p. 61.

funcionamento, mesmo porque não seria inteligente abrir mão de sua longa experiência no campo da repressão política. Porém, à medida que as estruturas autoritárias instituídas pelo regime militar se expandiram, com a criação de novos órgãos de informação e repressão (DPF, SNI, CIE, Cisa, Cenimar e DOI/Codi), os Dops foram perdendo a primazia.⁸⁴

Apesar dessa polêmica entre os referidos autores, é fato que a nova estruturação da Polícia Política almejava um controle da grande rede de informações que circulavam entre as DOPS estaduais, as seções de Segurança Nacional dos Ministérios e os Serviços de Inteligência das Forças Armadas que visavam à contenção das demandas sociais consideradas atentatórias à Segurança Nacional.

Mas, conforme se demonstra na presente tese, a autonomia estadual das Polícias sucumbiu às diretrizes centrais advindas do Governo federal, e nem mesmo a centralização das informações afetas à Segurança Nacional foram resultantes da vigilância realizada aqueles elementos considerados subversivos ou ameaçadores. O aperfeiçoamento da estrutura policial, as mudanças na legislação e a criação de aparatos de controle e vigilância que refletiam as novas estratégias de contenção das lutas sociais e das demandas por direitos civis, integram a “modernização” do Estado naquele período, assim como as políticas desenvolvimentistas.

Como será visto nos próximos capítulos, a partir de 1956, com a criação do SFICI, o envolvimento do alto escalão do poder Executivo federal andarão *pari passu* com a movimentação e organização das classes trabalhadoras, das propostas econômicas e políticas dos segmentos burgueses e do posicionamento das Forças Armadas sobre àquela conjuntura, e sob o espectro da Revolução Comunista.

Tal fato torna-se evidenciado, seja na reivindicação de mudança da Lei de Segurança Nacional de 1953 – considerada ineficiente para conter as movimentações sociais –, seja na reformulação do CSN em 1958, visando maior centralização das informações referentes à Segurança Nacional, como também na criação da Junta Coordenadora de Informações (JCI) em 1959, cuja missão era a de organizar as informações advindas de todas as instâncias

⁸⁴ MOTTA, 2006. Op. cit., p. 62.

governamentais, seja na função social que cumprira essa rede de informações no período em questão, e posteriormente. Em particular, no período ditatorial inaugurado em 1964, que contará com um acervo organizado de informações sobre praticamente toda a sociedade e com os incontáveis **dossiês** já existentes para o aprofundamento da repressão política.

Apesar dessas afirmações sobre a autonomia estadual das Polícias Políticas frente ao DFSP e sua subordinada – a DPS, os autores do APERJ não descartam a centralidade das informações, e, nesse sentido, Luís Reznik tece considerações sobre os anos de funcionamento da DPS:

[...] funcionou como agência federal de polícia política, a DPS, não apenas rotinizou procedimentos de investigação, como estabeleceu vínculos formais com os DOPS's e as Secretarias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Cíveis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latinos americanos [sic].⁸⁵ Desta maneira estruturou, para viabilizar as suas funções, uma rede nacional e internacional.⁸⁶

[...] O intercâmbio de informações era apenas uma faceta da rede que se estabelecia nacionalmente. De todo o país, também chegavam, à DPS, solicitações de ajuda e orientação. As polícias do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco pediram, ao Ministro da Justiça e ao Chefe de Polícia do DFSP, orientação quanto à “repressão à atividades subversivas”.⁸⁷

[...] O reconhecimento institucional da agência federal de Polícia Política – a DPS – perpassava toda a burocracia estatal.⁸⁸

[...] Polícias estaduais, Ministérios federais, Secretarias estaduais, estatais, autarquias, empresas públicas e privadas. Reconheciam na DPS a agência do governo federal responsável pela função de polícia política. Requisitavam da DPS seus serviços, sua orientação, a elaboração de normas de ação. Forneceram à DPS informações atinentes às suas funções. Cooperavam com a DPS. Uma vasta rede nacional se formou, cujo objetivo era prevenir e reprimir os crimes contra a ordem política e social.⁸⁹

Ao que parece, a descentralização e a autonomia das instituições de Polícias Políticas estaduais – respaldadas nas Constituições Estaduais –, não

⁸⁵ O termo é: **latino-americanos**.

⁸⁶ REZNIK, 2000. Op. cit., p. 11.

⁸⁷ Idem, p. 136.

⁸⁸ Idem, p. 139.

⁸⁹ Idem, p. 140.

foram empecilho para o reconhecimento das competências da DPS e DFSP no estabelecimento de uma rede nacional de informações.

Neste momento (1955), ao DFSP competia quer a execução das tarefas de polícia na cidade do Rio de Janeiro quer o papel de órgão federal de inteligência, traçando diretrizes e centralizando procedimentos e informações de outros estados. [...] a mudança do Distrito Federal para Brasília cria uma situação nova. A DPS, seus agentes – delegados, investigadores, funcionários em geral – móveis e seu precioso acervo documental passam para a custódia do governo do Estado. As suas funções, por sua vez, não serão alteradas. Logo, o Estado da Guanabara continuará centralizando as informações de “ordem política e social” vindas de outros Estados.⁹⁰

Para Roratto e Carnielli as atribuições da Polícia Civil do Distrito Federal abrangiam tanto a esfera estadual como a federal no controle das informações.

As atividades deveriam ser exercidas pela Polícia Civil do Distrito Federal no Projeto de Decreto-lei que propunha sua reformulação, foram divididas em dois grandes grupos: o primeiro previa o desenvolvimento de atividades de caráter meramente local, isto é, aquelas que variavam em função de características próprias das diferentes coletividades regionais – costumes, condições econômicas, cultura entre outras, e que, como tal, exigiam em cada caso, tratamento policial adequado; e atividades de caráter nacional, cujo exercício deveria ser uniforme em todo o território federal porque envolveria a segurança do Estado e a defesa do regime. Para atender às funções de busca de informações e contraespionagem tratadas na Mensagem Secreta nº 98/59, do Ministro da Guerra, o Projeto de Decreto-lei criava um Serviço Especializado de Investigações, órgão cujo âmbito de ação se estenderia a todo o território nacional e, quando necessário, ao estrangeiro.⁹¹

Conforme se demonstrou, os debates sobre uma maior ou menor centralização – conforme também aparece nas demandas policiais – revela apenas relações de poder entre as esferas estaduais e a federal. Para qualquer uma das autoridades envolvidas, o aumento das mobilizações sociais colocava em risco o poder do Estado, já que urgia realizar, cada vez mais, o controle e a repressão sobre a sociedade civil do país.

⁹⁰ PEREIRA; REZNIK, 1993. Op. cit., p. 43.

⁹¹ RORATTO; CARNIELLI, 2006. Op. cit., p. 12.

As evidências da existência de um Sistema de Inteligência integrado nacionalmente apareceram quando do desenvolvimento da dissertação de Mestrado,⁹² cujo objetivo foi o de analisar os debates que ocorreram no interior das Forças Armadas na década de 1950, a partir das posições expressas pela cúpula dos militares que frequentavam o Clube Militar,⁹³ no Rio de Janeiro.

Trabalhos importantes⁹⁴ que versam sobre tal debate ocorrido no Clube Militar na década de 1950 e que abordam a questão na perspectiva dos conflitos internos da caserna, já evidenciavam uma politização crescente das facções militares e que surpreendem pela perspectiva de questionamentos aos preceitos da hierarquia militar, colocando os comandos militares e o Ministério da Guerra num clima de forte tensão. Demonstravam também suas posições sobre o desenvolvimento nacional e o grau de influência que chegaram a exercer no interior dos debates que ocorriam na sociedade civil naquele momento.

Inicialmente foram trabalhados os acervos militares sediados no Rio de Janeiro e as evidências ali encontradas sobre esse debate – além de várias outras pistas – levaram a percepção que existira também uma permanente e detalhada vigilância no interior mesmo das Forças Armadas. Na impossibilidade de retornar à pesquisa no Rio de Janeiro, buscou-se, como opção, o ingresso ao

⁹² OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950: sistema repressivo num Estado de natureza autocrática)*. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

⁹³ De um lado se punham os intelectuais da ESG denominados de *sorbonistas*, cujo posicionamento político os aproximava do projeto liberal ou internacionalista, e de outro, os *nacionalistas*, que era a facção do Exército simpatizante com as ideias getulistas, contrários à intervenção militar na política (a não ser para garantir o Estado de Direito na defesa da Constituição) e que consideravam necessário garantir o desenvolvimento da Nação um pouco mais distante do poderio do capital internacional. É preciso esclarecer que havia outros grupos no interior das Forças Armadas com posições mais radicais em relação ao papel das mesmas na condução do processo político nacional, mas que no caso do Clube Militar, eram esses os principais grupos envolvidos na disputa da direção do Clube.

⁹⁴ PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In *Os Partidos Militares no Brasil*. Rouquié, Alain (org.). [1980]; BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. 1988. 157f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Instituto *Sedes Sapientiae* – PUC-SP, São Paulo; ANDRADE JUNIOR, Hermes. *A Escola Superior de Guerra na política brasileira: um estudo sobre o pensamento militar diante da Questão Agrária (1949-1964)*. 1998. 191f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro; MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)*. 2009. 667f. Tese (Doutoramento em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

Arquivo do Estado de São Paulo, sabidamente detentor de alguma referência sobre o tema. A pesquisa – que subsidiou documentação à confecção do presente trabalho – deparou-se, então, com uma enorme quantidade de documentos exatamente sobre o referido debate, assim como o registro de suas posições sobre a conjuntura e o desenvolvimento nacional.

Tratava-se, dessa forma, de relatórios elaborados pela DPS sediada na Capital Federal, assim como de registros e documentos apreendidos por agentes da DOPS-SP que, de forma detalhada anotaram tudo o que se passava nesses debates e dos pronunciamentos das autoridades militares a periódicos diversos. Observou-se, também, que tal vigilância não se restringia aos setores militares, mas atingia a toda sociedade civil no decorrer da década de 1950, cujas manifestações recrudesceram ante a perspectiva da garantia constitucional de 1946 das liberdades democráticas.

Assim, ao ampliar o objetivo a partir do Mestrado anteriormente realizado, abordou-se também a questão da vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas. Foi possível então demonstrar acerca de alguns militares, cujas posições foram consideradas subversivas e acabaram por serem expurgados de suas funções de liderança na hierarquia militar, como muitos deles foram mesmo taxados de “comunistas” ou “simpatizantes de ideologias bolchevistas”. Portanto, maléficos ao organismo das – auto-idealizadas e não contaminadas – Forças Armadas do Brasil. Quem fomentava e pressionava o Alto-Comando Militar para que houvesse esse expurgo de praças e oficiais era a própria ESG, a Escola Superior de Guerra. Mas o expurgo foi muito além, dados os critérios para configurar o tal “inimigo da nação”. Instauraram-se Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que resultaram em banimentos ou afastamentos para a reserva, nas três Armas. Como guardiães do Estado, sua cisão interna representava uma fragilidade perante a sociedade civil. Assim, a pronta ação do Alto-Comando visava restringir a ampliação dos efeitos do “racha” havido, tornando imperativa a atuação de rigorosas medidas exemplares no interior das Forças Armadas, ao apresentarem imediata necessidade em ser saneadas, sem espaço para divergências e unidas por um ideal comum. Algumas diferenças de estratégias poderiam até ser suportadas, mas jamais poderiam dar margem a que outros segmentos da sociedade partilhassem – ou compartilhassem – do poder.

A partir desse cenário, optou-se por entender melhor a que se referia tal “vigilância” e a que objetivos levavam os agentes da DOPS infiltrados nas Forças Armadas (FA) a acusarem muitos colegas de farda de “comunistas” e a outros de “nacionalistas”, de forma aparentemente contraditória e aleatória. Todos os relatórios dessa vigilância eram encaminhados ao alto escalão das FA, embora também esses fossem vigiados por essa complexa rede de informações. Ficou assim demonstrado como os expurgos realizados no interior das Forças Armadas, na década de 1950, possibilitaram sua unificação em torno de uma proposta comum de desenvolvimento da Nação, que vai se consolidar com a Ditadura Militar implantada em 1964.

Revelava-se, assim, a dicotomia entre a efetivação de um Estado democrático e de garantias constitucionais, e as falas das autoridades que se mantiveram na liderança das Forças Armadas. Pois, em sua opinião, tais liberdades abriram uma brecha para desestabilizar a Segurança Nacional do país.

O crescimento dos movimentos populares, *pari passu* com o contexto da Segunda Grande Guerra ampliou o raio de ação da polícia, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS estaduais) estão presentes nas várias unidades da federação e impõe-se que estas tenham uma ação em conjunto em todo território nacional, sob a direção de uma autoridade policial no Rio que conhecendo o que ocorre no país, distribua instruções para os Estados, desarticulando quaisquer movimentos em formação.⁹⁵

No decorrer das décadas de 1940 e 1950 o Governo federal propõe a absorção das funções antes dispersas nos órgãos estaduais, visando cumprir os preceitos de uma vigilância e de uma repressão condizente com os similares internacionais vinculados à Guerra Fria, e também para implantar as políticas desenvolvimentistas e promover a “modernização” do país⁹⁶ “pelo alto”, ou seja, sem a participação dos segmentos que não integravam a dominação estabelecida. Configura-se, assim, mais uma vez, a continuidade de padrões autocratas de dominação e de funcionamento do Estado.

⁹⁵ PEREIRA, Márcia Guerra; FIGUEIREDO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luís. “A reconstituição do acervo”. In *A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 1996. p. 25.

⁹⁶ Sobre essa questão da internacionalização da segurança norte-americana, ver: HUGGINS, 1998. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. Op. cit.

[...] Produzindo diretrizes e metodologia para o controle político e social, centralizando, mas, também, executando as tarefas consideradas inerentes à preservação da Segurança Nacional, a Polícia Política emergente do pós-guerra e do fim da ditadura estadonovista se pretende apta a assegurar a ordem e conter a participação e mobilização da sociedade na democracia que se inaugura.⁹⁷

Desse modo, o presente trabalho divide-se em cinco Capítulos:

O **Capítulo I** aborda como a experiência ditatorial do Estado Novo – de cerceamento às demandas sociais – continuou a habilitar as práticas das Polícias Políticas depois de restaurar a constitucionalidade em 1946, e como o Estado implantou, durante a década de 1950, uma rede de vigilância e repressão já com abrangência nacional.

No **Capítulo II**, analisa-se a reconfiguração do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e seus apêndices, e objetiva-se através dessa visão dar a perceber como a ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG) embasa o conceito de Segurança Nacional que norteia as ações dos agentes do órgão, durante o período do governo de Juscelino Kubitschek.

O **Capítulo III** demonstra como a Secretaria-Geral do CSN gerenciava as informações das diversas instituições governamentais, revelando um complexo Sistema de Informações vertical e horizontal, inclusive em nível internacional.

No **Capítulo IV** aborda-se, por sua vez, a criação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) de âmbito federal, inserida nas preocupações do Estado em centralizar as informações das demais instituições de Polícia Política na defesa da Segurança Nacional, somando forças com as Polícias estaduais [as DOPS (s) estaduais] e com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) no controle efetivo das demandas societárias.

E no **Capítulo V** trata-se da estrutura e do funcionamento da Junta Coordenadora de Informações (JCI), órgão diretamente responsável pelo mapeamento das manifestações sociais em todo o país.

Considera-se a divisão dos assuntos ao longo dos Capítulos assim estabelecidos como a melhor forma de demonstrar a composição nacional que o Sistema de Inteligência adquiriu durante o governo JK. E de como sua complexa

⁹⁷ PEREIRA; FIGUEIREDO; REZNIK, 1996. Op. cit., p. 25.

estruturação serviu como resposta oferecida pelos militares brasileiros a um acirramento entre forças antagônicas existentes dentro do período da Guerra Fria, ao impor à sociedade brasileira parâmetros tortuosos para dominá-la e investigá-la, protelando a permanência de ideologias de dominação praticadas por governos que seguiram as características referenciais e históricas de alijamento das camadas populares do processo político e decisório no Brasil. A relevância e a eficiência que culminaram atingir, à época – assim como a função social de dominação que cumpriram –, permite demonstrar que no arremedo da realização de uma política de modernização para o país, foram capazes de expor a face perversa de um Estado autocrata.

CAPÍTULO I –

Propostas preliminares de centralização e integração nacional das Polícias

A crescente institucionalização das Polícias Políticas nas décadas de 1930 e 1940 foi consolidada nos anos seguintes pela centralização das informações policiais no Ministério da Justiça, através do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Mas, paralelamente, ocorre também a integração dos Serviços de Segurança interna, de responsabilidade das Polícias civis e militares, respaldadas na lógica da Segurança Nacional, de responsabilidade das Forças Armadas.

As medidas de centralização se confrontavam com a autonomia estadual prevista, inclusive, na Legislação Federal de 1933, segundo a qual, as DOPS eram da alçada dos governos estaduais. O que não impedia que as DOPS estaduais se comunicassem tanto horizontalmente entre si, quanto verticalmente, com a DPS diretamente subordinada ao Governo Federal, através do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), constituindo uma verdadeira rede de informações.

Assim, já se manifestava uma rede altamente capilarizada que nutria de informações sobre todo o território nacional, tanto as instituições policiais como as demais instituições governamentais, às quais interessavam tais informações. Conforme aponta Luís Reznik, em 1951, a cúpula do DFSP considerava a uniformização e a centralização dos procedimentos de vigilância e de repressão cruciais para a melhoria do desempenho de toda a estrutura policial, especialmente das Polícias Políticas.⁹⁸ Segundo seus dirigentes, a falta de padronização e de um controle normativo de toda a máquina policial por um órgão federal representava um retrocesso frente às novas necessidades do Estado no combate ao crescimento dos movimentos sociais. Mas tal centralização não se fez sem algum enfrentamento de resistências das

⁹⁸ O DFSP e a DPS sinalizaram, na Primeira Conferência Nacional de Polícia (dezembro de 1951) para o seu papel aglutinador, agências de referências em meio às operações de cooperação. Identificavam-se como orientadoras, coordenadoras e centralizadoras do esforço de modernização das Polícias brasileiras no pós-Guerra. Cf. REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no Pós-Guerra*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 145.

instâncias estaduais, tanto no âmbito policial, quanto no âmbito do Executivo ou do Legislativo, ciosos de sua autonomia.

Todos esses posicionamentos foram postos em prática já em 1951, quando da convocação da Primeira Conferência Nacional de Polícia, onde representantes de todas as unidades policiais da Federação compareceram,⁹⁹ dando suas sugestões e fazendo ponderações, da qual participaram também os representantes do Ministério da Justiça.

Tal conferência realizou-se entre 3 e 8 de dezembro de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas, do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Negrão de Lima, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, presidente e vice-presidentes de honra, respectivamente. O público-alvo compunha-se dos secretários de Segurança Pública e chefes de Polícia dos estados, principais autoridades policiais do país. Contou também com a presença de convidados especiais, especialmente de magistrados, considerados conselheiros.¹⁰⁰

O objetivo da centralização era claro. Tratava-se, em primeiro lugar, de subordinar diretamente ao Governo Federal, a rede de Polícias Políticas, assim como as Forças Públicas estaduais compostas por policiais civis e militares. Até aquele momento, o órgão – DFSP – só atuava na Capital Federal. Além disso, propunham também unificar as Polícias civis e militares que atuavam nos Estados:

[...] somos levados a crer do acerto e da necessidade de se cuidar da uniformização das polícias civis e estaduais, dando-se padronização à sua nomenclatura, disciplinando-se e homogeneizando-se as suas atribuições, desdobrando-se os seus departamentos, de acordo com as exigências e possibilidades locais, de modo a desempenhar o

⁹⁹ O presente Capítulo é respaldado pelos relatórios de duas Delegacias de Polícia Política, a do Estado de São Paulo e a do Estado de Pernambuco, encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. As potencialidades subversivas nos dois Estados, considerados os mais problemáticos em relação à infiltração comunista nas organizações sociais, aparecem nos diagnósticos dos delegados responsáveis por estas duas delegacias de polícia. A situação vigente em suas áreas de abrangência era, segundo os mesmos, praticamente idêntica em todo o país, pois o Diretório Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vez ou outra, estava localizado em Pernambuco ou em São Paulo, de acordo com a perseguição policial.

¹⁰⁰ REZNIK, 2004. Op. cit., p. 135.

funcionamento da máquina policial e facilitar o exercício das funções dos diversos órgãos que a compõem.¹⁰¹

Em segundo lugar, fazer com que todos seguissem as diretrizes emanadas do governo central e se utilizassem das mesmas estratégias para o controle político e social, no exercício do que eram consideradas tarefas inerentes à preservação da Segurança Nacional, a qual visava assegurar a ordem e conter a participação e a mobilização da sociedade na democracia que se inaugurava.

No cerne desse conjunto de preocupações, a justificativa era a da contensão do “perigo vermelho”, conforme demonstra o questionário enviado pela DPS às Delegacias estaduais, um mês antes do início da citada conferência de 1951. Intitulado *Questionário sobre a situação do comunismo em cada unidade da Federação*,¹⁰² era composto de 10 perguntas, conforme abaixo relacionado:

- 1- Organização do PC local
- 2- Principais dirigentes e militantes
- 3- Entidades de aparência legal, com ou sem registro, mas de orientação ou subordinação comunista
- 4- Infiltração e atuação nos seguintes meios: rural, sindical, bancário etc.
- 5- Atuação parlamentar e infiltração nos partidos legais
- 6- Meios de propaganda e difusão disponíveis
- 7- Recursos financeiros que dispõem
- 8- Frente Democrática de Libertação Nacional: desenvolvimento de seu programa. Qual a capacidade de ações subversivas do PC
- 9- Condições de vida das massas e do povo em geral
- 10- Atividades e ligações de agentes estrangeiros, diplomatas etc.

Objetivava-se mapear o inimigo maior – o Partido Comunista em todo o território –, além de consolidar informações sobre as organizações consideradas suspeitas, aquelas “com aparência legal” e também levá-los a ficarem atentos as atuações dos parlamentares. Pois, para situar quem eram

¹⁰¹ Tese da DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folhas 15-14.

¹⁰² Correspondência S.S. 20517 de 30/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 141.

os suspeitos, era necessário observar a atuação de todos. Incitava também a que as Polícias estaduais atentassem para o que era veiculado na imprensa e nos meios de comunicação de massa e até mesmo propagandas.

Durante a Conferência, foram discutidas seis Teses centrais que, conforme o pesquisador Rodrigo Motta observa, “versavam sobre temas relacionados à vigilância e repressão das atividades subversivas como, por exemplo, o controle de publicações, monitoramento de reuniões clandestinas e inelegibilidade de candidatos comunistas”.¹⁰³ Paralelamente, produziu-se um diagnóstico das possibilidades de atuação das unidades existentes em cada estado da Federação, a partir do que foram estabelecidas as melhores estratégias para conter o avanço do comunismo no território brasileiro.

As seis Teses advieram da análise das propostas apresentadas pelos representantes policiais de todo o país,¹⁰⁴ que circundavam a problemática do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dentre elas, destacava-se a da centralização das informações policiais. Outras 35 propostas “[...], na sua quase totalidade aprovadas, versavam sobre diversos temas, a partir dos quais as autoridades propuseram uma nova legislação ou a normalização nacional de procedimentos policiais”.¹⁰⁵

O diagnóstico indicou que as reformas eram necessárias por causa das deficiências e limitações que dificultaram os trabalhos de coleta das informações, na forma imposta pelos novos desafios advindos da Guerra Fria e que afetava todas as forças policiais no continente latino-americano.

A consolidação das informações estaduais apontou a necessidade de se fazer investimentos, considerados urgentes e que garantissem maior eficiência à Polícia, para proceder aquele mapeamento da sociedade.

¹⁰³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O ofício das sombras”. In *Dossiê do Arquivo Público Mineiro*. v. 1. Belo Horizonte/MG: Arquivo Público Mineiro, 2006. p. 61.

¹⁰⁴ O acervo da Dops contém todas as teses, argumentos e propostas de todas as unidades de cada estado da Federação, além das propostas dos integrantes do Governo Federal. Dada a extensão do material, além da incidência nos mesmos temas, problemas, etc.. Optou-se por trabalhar, para demonstrar o teor de tal centralização, com a documentação de duas das maiores e mais fortes unidades, as sediadas nos Estados de São Paulo e de Pernambuco. As propostas das outras unidades da Federação são analisadas para demonstrar as ideias e práticas repressivas à sociedade posta sob suspeita.

¹⁰⁵ REZNIK, 2004. Op. cit., p. 136.

Mas, de qualquer forma, foi possível identificar que a sociedade brasileira era ameaçada por três grandes perigos: o da infiltração comunista, o da abertura democrática e o da autonomia dos Estados.

1.1 O primeiro perigo – a infiltração comunista

O crime considerado mais grave era o da infiltração do PCB nos movimentos sociais (apesar de que toda demanda social acabava sendo enquadrada nesse mote). Perigo que assolava não apenas o Brasil, mas a todos os países que recebiam por alcunha o rótulo de “desenvolvimento retardado”. Por tal condição, diziam, esses se constituíam em vanguarda da ocupação soviética, provocando a desordem e a subversão,

[em] todos os países de desenvolvimento retardado ou não, os Partidos Comunistas são a vanguarda real da ocupação soviética. São a 5ª coluna atuando com maior desembaraço e extensão, para minar as instituições do Estado e a sociedade em geral. Por meio de seus agentes, ostensivos ou camuflados, através dos inocentes úteis ou dos não inocentes úteis, fazem o trabalho de subversão da ordem e da desintegração nacional, doirando a sua propaganda com os pretextos aparentemente mais legítimos e atraentes, como sejam a paz, a liberdade, o exercício do direito de conquistas democráticas, a defesa dos direitos fundamentais do povo, etc., mas, na verdade, o propósito é um só: provocar a confusão, a desordem e a subversão. A ação multiforme e a infiltração generalizada, através de mil tentáculos. É a figura do Proteu gigantesco e anfíbio.¹⁰⁶

Esse “*Proteu gigantesco e anfíbio*” se encontrava em todos os lugares, até mesmo no interior das Forças Armadas e na Administração Pública. Para sanar tal problema, quando se tratava dos funcionários públicos, o melhor eram os expurgos. Na defesa dessa proposta levantou-se o delegado da DOPS-SP que, em sua fala, respaldou-se no General Góes Monteiro¹⁰⁷ cujas teses, segundo ele, eram brilhantes e sintetizavam a evidência da

¹⁰⁶ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Enviado pelo Delegado Adjunto à Ordem Social Hugo Ribeiro da Silva. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 34.

¹⁰⁷ **Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956).**

[...] ação subversiva comunista, por meio de infiltrações em todos os setores de atividade, inclusive na administração pública, mediante aos “slogans” sentimentais e patriotas de “paz”, “liberdade” e “garantias constitucionais”.¹⁰⁸

Sobre evidências de subversão na sociedade civil, o delegado apontava a *Campanha de Defesa do Petróleo* como um ato de sabotagem tanto para o Brasil como para com os países aliados.

Sabendo, de antemão, que não seria possível ao Brasil extrair o petróleo, porque não se possuíam meios técnicos e financeiros para tanto, o PCB lançou essa campanha no sentido de evitar que os outros extraíssem o precioso líquido, tão somente para que o mesmo não viesse a servir aos interesses nacionais e dos nossos países aliados. [...] se jorrasse petróleo no Brasil, este, evidentemente, não iria ser cedido à Rússia, mas sim aos nossos aliados. E com isso, é claro, não concordam os comunistas, pois não ignoram eles que, futuramente, esse produto poderá ser usado contra a própria Rússia.¹⁰⁹

Observa-se que o citado delegado tinha ciência da existência do petróleo e também da incapacidade do Brasil de proceder à sua extração, daí a necessidade do capital externo. Mas, conforme a sua lógica era melhor que fosse cedido aos aliados e não aos inimigos, no caso a Rússia. Até porque, ponderava, “futuramente, o produto poderia ser usado contra a própria Rússia”, em uma clara referência à polaridade entre os EUA e aquele país, então vigente naqueles idos da Guerra Fria.¹¹⁰

¹⁰⁸ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Enviado pelo Delegado Adjunto à Ordem Social Hugo Ribeiro da Silva. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 33.

¹⁰⁹ Resposta ao questionário formulado pela DPS – Ofício nº 3888-S-1, de 17/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folhas 120 e 119. O remetente é o Diretor da DOPS-SP Delegado Manoel Ribeiro da Cruz, ao Diretor da DPS-RJ, Major Hugo Manhães Bethlem.

¹¹⁰ O problema da necessidade de extração do petróleo e as condições tecnológicas não afetavam apenas o Brasil, sendo comum a todos os países que tinham evidências de sua existência na América Latina e que, portanto, necessitavam de ajuda externa. Tal condição levava-os a aceitarem contratos leoninos por parte dos Estados Unidos, juntamente com a anuência dos segmentos da burguesia interna que se beneficia, ainda que subsidiariamente, de tais parcerias. Foi o caso, por exemplo, da Venezuela, da Colômbia e da Bolívia. A campanha do *Petróleo é nosso*, aqui no Brasil, de fato liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, foi um dos fatores que impediu que tais parcerias se firmassem por essa lógica naquele momento, dado o massivo apoio que obteve junto à sociedade. Mas não nos esqueçamos que os investidores

Frente a essa nova realidade externa que afetava todos os países do globo, por se tratar de uma guerra silenciosa, eram necessárias medidas extremas, pois o inimigo estava aqui, afirmavam, “filho” e produto da Guerra Fria: o espectro comunista. Dessa maneira, propunha-se a modernização do sistema policial para defender a ordem pública interna e a ordem social,

O estudo e o estabelecimento de normas que visem uniformizar a organização do sistema policial, marcando diretrizes e criando métodos para o exercício dos diferentes órgãos encarregados da manutenção da segurança pública no país, constituem, de fato, objeto de maior oportunidade e da mais elevada importância. Tal providência representa sem dúvida uma necessidade imperiosa no momento que atravessamos, quando a civilização mundial sofre uma das mais graves crises de orientação que registra a história e cujos reflexos se fazem sentir, acentuadamente, na realidade brasileira. Como nunca, impõe-se hoje, a necessidade de se suprirem os órgãos policiais dos Estados de meios bastantes modernos e eficazes, para que, atuando isoladamente ou em conjunto, o façam de maneira uniforme, segura e coerente, no exercício inequívoco da sua finalidade de conservar a ordem pública interna, defender a ordem social, zelar pelo equilíbrio da ordem econômica, garantindo, particularmente, a segurança e as liberdades individuais, em ações preventivas ou repressivas, de forma a oferecer à coletividade a tranquilidade e a segurança de que necessita, compatíveis com o dever do Estado.¹¹¹

Uma modernização que garantisse a uniformidade, a coerência na ação e que assegurasse diretrizes comuns no agir dos agentes do Estado. Tudo visando a “*ordem pública interna, a defesa da ordem social, o zelo pelo equilíbrio da ordem econômica*”. E tudo também para que ficassem asseguradas as liberdades individuais e que se garantisse segurança à coletividade, “conforme era o dever do Estado”, para o que deveriam ser usadas tanto ações *preventivas* quanto as *repressivas*. Ou seja, competia ao Estado reprimir, em nome da tranquilidade da coletividade e da segurança contra o comunismo, ideologia que tiraria a liberdade das pessoas.

estrangeiros não se interessaram pela extração no Brasil, porque jorrou muito petróleo nos países citados, e ali a extração era de custo bem menor e sem a exigência de toda a tecnologia que se apresentava no Brasil, onde essa matéria-prima se encontrava em águas profundas.

¹¹¹ Tese a DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 23.

Tanto para os delegados de Polícia, como para os representantes das Forças Armadas, a infiltração comunista tinha o intuito de desestabilizar o Estado e, contra isso, se faziam necessárias medidas urgentes e corretivas para “aniquilar” o perigo.

Para eles – os delegados e policiais –, era inconcebível que o poder Judiciário e o Legislativo continuassem dando guarida a tal perigo, mantendo uma legislação “democrática”, pois o preço das liberdades constitucionais era a falência e a destruição do Estado republicano. Atentassem todos, alertava, para o fato de que, *após a sua cassação em 1947, o PCB continuara a “infiltrar-se em todos os setores. Diante do liberalismo democrático e da falência da Lei, constitui-se quase livre”*.¹¹²

Referiam-se, entre outros aspectos dessa legalidade, às Eleições municipais de 1951 que havia possibilitado ao PCB lançar candidatos infiltrados em outros partidos com legendas legalizadas. Para reforçar seus argumentos o representante da DOPS de São Paulo historiou a trajetória do PCB desde a sua fundação, visando comprovar – além do seu crescimento –, sua força de manipulação popular, seu poder de infiltração nas instituições de base legal, mesmo depois de sua cassação em 1947.¹¹³

Chama a atenção a rapidez com que foi dado o retorno das informações estaduais à DPS do Rio de Janeiro, sede da Capital do país, que centralizou o recebimento dos questionários aplicados. A DOPS-SP, por exemplo, uma das mais organizadas pelo maior tempo de existência, pelos investimentos na repressão feitos pelos governos desse estado, e também por contar com o maior número de operários, decorrente de ser um dos maiores polos industriais do país, levou apenas um mês para entregar àquela instância as respostas sintetizadas em um documento de 34 páginas. Tal documento apontava as lideranças, as regiões de cada estado da Federação, os membros de cada célula comunista e as instituições sob suspeita.¹¹⁴

¹¹² Tese a DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 35.

¹¹³ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 43.

¹¹⁴ Resposta ao questionário formulado pela DPS – Ofício nº 3888-S-1, de 17/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 138. O remetente é o Diretor da DOPS-SP Delegado Manoel Ribeiro da Cruz, ao Diretor da DPS-RJ, Major Manhães Bethlem.

O conjunto do documento denota claramente que se atribui toda e qualquer mobilização social à militância comunista, seguindo o teor, por exemplo, do que afirmava o delegado da DOPS-SP, respondendo ao primeiro quesito – a organização do PC local:

O Partido Comunista do Brasil está agindo na ilegalidade, porquanto foi proibido por lei seu funcionamento. Sua missão, entretanto, está sendo cumprida: não só na forma ilegal propriamente dita, ou seja, pelo funcionamento regular de suas células nas empresas, nas fábricas, nos portos, nos meios dos transportes, entre os estudantes e, enfim, em toda parte onde exista um aglomerado de trabalhadores, ou por meio de seus órgãos orientadores, tais como o “Comitê Estadual”, o “Municipal” e o de “Zona”, como também, e mui principalmente, pela forma aparentemente legal, aparecendo o Partido nas diversas organizações por ele criadas e que servem para atrair o operariado em geral, o povo, os intelectuais etc.¹¹⁵

Dos atos do Partido Comunista (PC) classificados como sabotagem à ordem pública e à soberania do Estado, destacavam as greves como uma das armas mais poderosas daquele partido político, pois além de colaborar para o desequilíbrio da economia, servia também “como meio de adestramento da classe operária”.

A consolidação dos diagnósticos estaduais sobre o PC, assim como as propostas e sugestões das DOPS(s) (estaduais), foi feita pela DPS, que tabulou os resultados da pesquisa. Isso subsidiou o DFSP na reformulação das práticas policiais, rumo à articulação nacional, apesar de algumas resistências estaduais, temerosas da diminuição de seu poder e autonomia. Mas, mesmo essas concordavam que um monitoramento nacional (respeitando sua autonomia) se fazia necessário na medida em que a infiltração do PCB era notória nos estados, e só uma ação conjunta¹¹⁶ poderia desarticular tais pretensões de desestabilizar o Estado nacional.

¹¹⁵ Resposta ao questionário formulado pela DPS – Ofício nº 3888-S-1, de 17/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 138. O remetente é o Diretor da DOPS-SP Delegado Manoel Ribeiro da Cruz, ao Diretor da DPS-RJ, Major Manhães Bethlem.

¹¹⁶ Naquela conjuntura, a integração interestadual já era prática nas DOPS(s) estaduais, como bem representa o acervo documental da Família 50 do DEOPS-SP, pois há correspondências com todas as DOPS estaduais, sem falar na participação da DOPS-SP em algumas diligências policiais como exemplo na cidade do Recife, na prisão e apreensão de material e de militantes comunistas, com a presença de Luiz Apolônio, famoso instrutor da Escola de Polícia (ligada a

Assim como foram consideradas ilegais as lutas dos trabalhadores, pois comandadas pelo PCB, toda movimentação social exercendo seu direito de cidadania e usufruindo do Estado de Direito em vigor, foi considerada uma séria ameaça à soberania do Estado, uma vez que a infiltração comunista estava em todas as instâncias sociais, conforme a Tese: *Associações Propagandistas de Teses Aparentemente Legais*, apresentada pelo delegado mineiro, Dr. Geraldo Starling Soares:

O que se processa, pois, é uma perniciosa mistificação, uma flagrante burla da lei, que nos coloca na situação de não sabermos onde existe maior perigo para a democracia; se nos partidos de vida latente, ou se nas associações atuantes, vivas e dinâmicas, as quais, ao cabo de contas, são eles mesmos beneficiando-se de uma esdrúxula forma de mimetismo. Na ausência dos partidos constitucionais, vão essas associações requestando o privilégio de serem as únicas e ardorosas advogadas das reivindicações suscitadas nas crises sociais. Solerte e silenciosamente, infiltram-se no estudo das questões que apaixonam a opinião pública, e adquirem aos poucos a confiança dos que nelas estão empenhados, a cujos olhos desejam apresentar-se como fautores providenciais das soberbas conquistas; A insinuação e persistente, a solicitude incansável e a abnegação comovente. E, na verdade, é a dissimulação criminosa, travestida na pureza dos sentimentos humanitários.¹¹⁷

A tal argumento que criminalizava a sociedade civil, colocando-a como uma ameaça à Nação, porque manipulada pelo PCB, acresciam as acusações do intervencionismo soviético, conforme ainda o delegado da DOPS-SP

É claro que a atividade semilegal do Partido Comunista no Brasil, nada mais é que uma cortina de fumaça que esconde as verdadeiras finalidades de um trabalho incessante, que vem sendo exercido em nosso país desde março de 1922, orientado, antes pela Internacional Comunista e, mais recentemente, pelo Cominform.¹¹⁸

Universidade de São Paulo – USP). Ver documento: Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-694-375, folhas 166 a 162. A análise da formação dos policiais civis e militares no combate ao comunismo através destes Manuais, e em cursos ministrados pelo professor Apolônio, foi realizada por Luciana da Conceição Feltrim, em sua Dissertação de mestrado intitulada: *As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamentos e repressão política no Estado de São Paulo de 1954 a 1960* (PUC-SP, 2012), sob orientação da Professora Doutora Vera Lucia Vieira.

¹¹⁷ Memórias Reveladas. Arquivo Nacional. BR NA, Rio X9.O TAI 2/3, p. 2.

¹¹⁸ Resposta ao questionário formulado pela DPS – Ofício nº 3888-S-1, de 17/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 134.

Para justificar tais suspeitas utiliza-se muito o *Manifesto* lançado pelo PCB em 1950, portanto, um ano antes da Conferência, assinado por Luís Carlos Prestes,¹¹⁹ assim como os materiais de um curso intitulado: *Os comunistas e as eleições municipais*.¹²⁰

Para os agentes policiais, o citado curso, além de ser uma orientação aos militantes de como tirar proveito do pleito eleitoral para divulgar e conscientizar a população, pois as eleições ofereciam a oportunidade de discutir os problemas e mobilizar a população, fazia “*severas críticas ao imperialismo internacional particularmente o norte-americano*”. Ora, tudo isso dava mais visibilidade para o Partido, tornando-o mais forte, sem falar nas referências ao “*desmascaramento dos demagogos e da política das classes dominantes*”.

A campanha eleitoral oferece sempre uma oportunidade para que os comunistas apareçam publicamente e se dirijam às massas na qualidade de comunistas ou como candidatos de Prestes. Esse aparecimento em público, com suas palavras de ordem revolucionária, é de grande importância política no sentido de esclarecer as massas e ganhá-las para a revolução.

Os problemas concretos das massas, colocados em debate, obrigam os políticos a se definirem e a se desmascararem. Por exemplo: a exigência de que os candidatos a prefeito ou vereador se pronunciem publicamente contra o envio de tropas para a Coréia, por um Pacto de Paz, Contra a Carestia, etc., pode levar os candidatos reacionários à desmoralização diante das massas.¹²¹

Para as autoridades policiais, o PCB se infiltrava em legendas legais, pretendendo fazer dos postos eletivos apenas uma tribuna para a propaganda comunista e o preparo das massas para a Revolução Soviética no Brasil. Esse material foi apreendido pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, por meio de um agente infiltrado no diretório político do candidato

¹¹⁹ **Luís Carlos Prestes (1898-1990).**

¹²⁰ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 30.

¹²¹ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 30.

Francisco Antônio Dezen, do Partido Social Democrata (PSD), indicado por Prestes.¹²²

Por isso, era necessário também mudar o Código Eleitoral, que não dispunha de preceito algum que proibisse a inscrição de elementos que pretendiam destruir o regime republicano e representativo; no caso, o PCB clandestino e proscrito, que compunha legendas com outros partidos legais, elegendo candidatos totalmente inimigos da República. Diante desse desafio de impedir elementos comunistas de se elegerem, conclui:

Verificamos, nestas razões históricas, que o Partido Comunista do Brasil, tendo por finalidade a propaganda de uma doutrina internacional, a fim de preparar as massas para a conquista violenta do poder, só será controlado e impedido de atingir os seus objetivos, se, a par de uma legislação repressora adequada, os responsáveis pela nação tratarem, patrioticamente, de dar ao povo, um melhor nível de vida. Certo é que, no dia em que o cidadão tiver o suficiente para viver com dignidade, e sem estar escravizado aos credores, o Partido Comunista dificilmente conseguirá politizá-lo.

São Paulo, 24 de novembro de 1951.

Delegado Adjunto à Ordem Social

Hugo Ribeiro da Silva.¹²³

Assim como se vê, o fio condutor da Conferência era a busca de uma legislação repressiva¹²⁴ para conter o avanço do PCB, “*Necessidade de uma lei de defesa do Estado, em face da extensão dos direitos individuais assegurados pela Constituição*”.¹²⁵

Ou seja, se propunham mais conservadores que o conservadorismo da Constituição de 1946 e, sobre isso, aponta o pesquisador Américo Freire do CPDOC:

¹²² Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 29. Outro candidato eleito pela mesma legenda foi Ramiro Lucchesi, também indicado por Prestes.

¹²³ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 25 e 24.

¹²⁴ Em dezembro de 1951, o senhor A. de Moura Lacerda afirma que desde o mês de novembro de 1951, após a realização da Primeira Conferência Nacional de Polícia, está nas mãos do Ministro da Justiça, o senhor Negrão de Lima, proposta de Lei apresentada pelo delegado Dr. Hugo Ribeiro da Silva, responsável pelo Departamento de Ordem Social da DOPS-SP, propondo medidas legislativas para impedir o crescimento e a existência do PCB. Texto de A. de Moura Andrade – Primeira Conferência Nacional de Polícia. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1.

¹²⁵ REZNIK, 2004. Op. cit., p. 139.

[...] a Constituinte de 1946 optou por uma postura conservadora no tocante ao direito de greve, pois aprovou um texto genérico que reconhecia o direito, mas deixava para o Congresso uma futura regulamentação, que terminou por não vir, ainda manteve dois fundamentos da estrutura corporativista advinda do regime anterior: o imposto sindical, passaporte para o aparecimento e a manutenção dos sindicatos controlados pelos "pelegos", e a possibilidade de o Estado intervir na vida sindical. Como na ideologia estado-novista, o sindicato continuava a ser visto como órgão de colaboração do Estado. Nesse caso, era clara a contradição com a ideologia liberal apregoada pela quase totalidade dos constituintes. Uma vez mais, foram as circunstâncias de natureza conjuntural, marcadas pela ampliação da luta sindical, que definiram o texto constitucional: a estrutura sindical anterior mostrava-se adequada para assegurar a ordem social e política.¹²⁶

Para as autoridades, o paradoxo era evidente: como conviver com liberdades democráticas em face ao inimigo interno, silencioso, sorrateiro, que encontra na sociedade toda, um terreno fértil para divulgar os ideais da revolução social? Diante do dilema, conclui-se: “[...] os direitos civis e políticos, se exercidos por comunistas, tornavam-se contrários à segurança nacional. Logo, nesse caso, deveriam ser cerceados”.¹²⁷

1.2 Segundo perigo – a abertura “democrática”

Para responder à altura a ameaça provocada pela “abertura democrática”, que propiciava o crescimento das “forças invisíveis” na sociedade civil.

Lutamos contra forças “invisíveis”. E não possuímos as mesmas forças suficientemente organizada[s]. A surpresa, em qualquer ato violento, é fator primordial para o sucesso. A revolução comunista poderá nos surpreender, embora estejamos vigilantes. [...] porque, então, não nos organizamos de maneira a não sermos surpreendidos? Deveríamos possuir, nós também, nossas forças invisíveis, postadas em lugares onde fatalmente surgirão os focos revolucionários. [...] Colocadas essas forças invisíveis nesses locais, e outros considerados estratégicos,

¹²⁶Disponível:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>
Acesso: 03/02/2012.

¹²⁷Disponível:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>
Acesso: 03/02/2012.

muito mais fácil será uma reação imediata, do que a coordenação das mesmas para o rechaço do inimigo invisível.¹²⁸

Forças invisíveis que atuavam com “aparência legal”, tais como a *Aliança Democrática Popular*, a *Comissão Central de Trabalhadores Contra a Carestia e a Ditadura*, o *Movimento Unitário e Democrático*,¹²⁹ além dos que eram dirigidos por intelectuais de renome como Caio Prado Júnior, Gilberto de Andrade e Silva, Jorge Amado, Mário Schenberg, Monteiro Lobato e inúmeros outros menos letrados.¹³⁰ Com o fim da ditadura e o advento das liberdades democráticas, afirmavam, os intelectuais tiveram todos os meios de propaganda ao seu alcance de uma forma assustadora “para quem conhece, como nós, o que os marxistas chamam de preparo revolucionário das massas”.¹³¹

Assim, reivindicações que representavam a busca pela efetivação democrática não eram percebidas como tais e as chamadas não passavam de *slogans* sentimentais e patrióticos de “paz”, “liberdade” e “garantias constitucionais”. O respeito pela liberdade de expressão não era admitido, sempre consideravam os participantes dos movimentos societários como massa de manobra do Partido Comunista. Os inocentes úteis, alienados que precisavam da tutela das autoridades para defender o que era certo.

Dentro dessa visão excludente, eles alegavam que todos os movimentos com grande apoio popular eram um estratagema do PCB: *Cruzada Humanitária pela proibição de Armas Atômicas*,¹³² *Centro de Estudos e Defesa do*

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

¹²⁹ Na documentação pesquisada existe correspondência (ativa e passiva) trocada entre os delegados de vários estados da Federação relatando os resultados de suas respectivas vigilâncias e, muitas vezes, comentando suas impressões particulares. Nesse sentido, por exemplo, eram classificados como comunistas – desde um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ou uma Comissão Contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, como a Associação dos Aposentados e o Movimento Contra a Carestia. Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Editorial Acadêmica Española, 2012, p. 50

¹³⁰ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 36.

¹³¹ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 36.

¹³² Entre 1948 e 1954, o DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo confiscou uma série de documentos produzidos por ativistas do PCB envolvidos na campanha em prol do “Plebiscito Nacional Pró-Negociações da Paz”. A iniciativa de

Petróleo,¹³³ *Comissão Piratininga de auxílio aos presos políticos, Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, Movimento Unificado dos Trabalhadores, Liga da Defesa da Constituição, Movimento contra a Carestia*, entre outros.

Apesar da presença de simpatizantes e, às vezes, orientação do PCB na diretoria dessas entidades, a demanda maior era a de poder usufruir da liberdade de expressão “garantida” pela Constituição de 1946, independentemente da orientação ideológica.

Para as autoridades que mantinham informações sempre atualizadas dos movimentos do PCB devido às prisões e apreensão de farto material das *células* comunistas, o partido naturalmente engajava-se na luta pela democracia, na luta por melhorias de vida da maioria da população que vivia em estado de penúria em várias regiões do Brasil. Provavelmente, nem todos os manifestantes desses movimentos eram comunistas, mas tinham um objetivo em comum: a luta pela efetivação democrática. Segundo Emilia Viotti da Costa:

[...] os comunistas, decididos a uma política de cooperação com a burguesia nacional para promover o desenvolvimento, empenhavam-se em defender causas populares, tais como: cursos noturnos, liberdade sindical, direito de greve, formas de participação dos operários nos lucros das empresas, parcelamento da terra, melhoria dos salários e das condições de vida do proletariado, medidas que, muitas vezes, contrariavam os interesses de industriais e de proprietários de terra.¹³⁴

divulgação desses documentos foi liderada pela Cruzada Humanitária pela Proibição de Armas Atômicas, que contou com a atuação do físico Mário Schenberg, fichado como comunista pela Polícia Política. Schenberg foi sistematicamente vigiado por suas “atividades extremistas” e por seu envolvimento na campanha contra o uso da bomba atômica e na Campanha Pró-Paz. Disponível:

<http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/exposicoes/hiroshima/textos.asp>

Acesso: 02/03/2012.

¹³³ Associação civil fundada em 21 de abril de 1948, no Rio de Janeiro, inicialmente com o nome de Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Tinha por finalidade básica promover uma ampla campanha de esclarecimentos junto à opinião pública (através de debates, conferências, artigos etc.) voltada para o fortalecimento da tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal. Em setembro de 1949 passou a se chamar Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. Foi responsável pela publicação do jornal *Emancipação*, cujo primeiro número foi publicado em fevereiro de 1949. Disponível:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/cedpen> Acesso: 03/02/2012.

¹³⁴ Cf. COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 112.

A vigilância que recaía sobre esses movimentos também se estendia aos mais variados personagens da esfera civil e militar,¹³⁵ no caso de São Paulo era exercida pelo Serviço Secreto da DOPS-SP. Qualquer tentativa de engajamento político partidário, dos movimentos reivindicatórios de massa que tivessem alguma posição considerada contrária ao estabelecido pelas autoridades governamentais, colocava seus participantes ou agremiações sob suspeição total.

Nesse sentido, a vida desses indivíduos era monitorada com relatórios periódicos dos agentes aos chefes do Serviço, ou as autoridades que requisitavam a vigilância sobre alguém em particular. Dependendo da importância do vigiado, era criado um verdadeiro **dossiê** onde constava – além das informações pessoais de praxe – a sua agenda social que relatava com quem conversava, onde se encontrava e qual o assunto abordado, enfim, uma “verdadeira devassa” sobre a vida do indivíduo.

Tamanha precaução, obtida através de permanente vigilância, não era somente um simples monitoramento, pois a ação policial se fazia sentir contra o funcionamento de todas essas entidades, das quais algumas como o *Movimento de Unificação dos Trabalhadores* (MUT), a *Associação dos Trabalhadores de Transportes Urbanos de São Paulo* (ATTUSP) e a *Associação dos Funcionários Públicos e Autárquicos do Estado de São Paulo* foram fechadas. Processos foram organizados e remetidos ao Ministério da Justiça, resultando deles o fechamento das referidas entidades.¹³⁶

No exemplo acima, além de se perceber as limitações das garantias constitucionais na atuação reacionária do Ministério da Justiça, o referido Ministério chama a atenção pelo fato de que era um integrante do poder Judiciário (portanto, não era da alçada militar tal competência) que tinha a função de julgar os inquéritos vindos das Delegacias de Ordem Política e

¹³⁵ Dos comandos militares à Secretaria de Segurança Pública a solicitação de dossiê sobre militares suspeitos de atividade subversiva também era corriqueira, grande parte do acervo documental é o levantamento desse tipo de informações. Em 29/12/1952, em ofício secreto, o Major Helio Paulo de Oliveira Brandão, Chefe de Polícia da 1ª Região Militar solicita ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, informações sobre sargento considerado comunista. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 192.

¹³⁶ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 32.

Social,¹³⁷ tais como o desse pedido de fechamento e enquadramento de seus participantes.¹³⁸ Quanto à ATTUSP, afirmava o delegado, “não estando registrada, foi fechada policialmente”.¹³⁹ Em outras palavras, o fechamento era “com ou sem respaldo da lei”.¹⁴⁰

Portanto, tratava-se de uma vigilância que já era, em princípio, punitiva, na medida em que os sujeitos ficavam a mercê de acusações incriminatórias baseadas em preceitos que assumiam a forma mais conservadora do Estado de Direitos vigente na Constituição de 1946.

Além da vigilância e da repressão física, propunha-se também uma propaganda anticomunista¹⁴¹ à altura da que o Partido Comunista veiculava nos sindicatos e em todos os espaços públicos, fosse através dos jornais comunistas, de panfletos, de boletins etc..

O esquema da propaganda comunista, enriquecido com a colaboração valiosa das polícias das demais unidades da federação, aí está, exposto neste relatório. As bases para o estudo das medidas preventivas e repressivas a serem aplicadas, aí estão consubstanciadas nas próprias

¹³⁷ Durante a segunda metade da década de 1940, e até 1969, o DOPS-SP abrigava as Delegacias de Ordem Política, de Ordem Social, de Estrangeiros, de Ordem Econômica, de Armas e Explosivos e, também, o Serviço Secreto. Algumas delegacias foram criadas e extintas de acordo com as determinadas conjunturas político-sociais do país. É o caso da Delegacia de Ordem Econômica, criada para investigar os crimes relacionados ao aumento do custo de vida, as cobranças de taxas indevidas e a venda e compra de produtos considerados “proibidos”. Além dessa, outras delegacias foram criadas para atender demandas específicas como a de Assaltos a Bancos e a de Investigações sobre Incêndios e Danos. A intensidade das atividades da Polícia Política também dependia dos movimentos político-sociais ocorridos durante todo o século XX. Esses eventos, muitas vezes, alteravam a própria estrutura interna do órgão, como os fatos políticos e as greves que eclodiram na cidade de São Paulo na década de 1950.

¹³⁸ “O Departamento de Ordem Política e Social está organizando um inquérito para pedir, ao referido Ministério, o fechamento da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo.” Cf. Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 32.

¹³⁹ Idem, ibidem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Anos mais tarde, era criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O instituto foi fundado em maio de 1959 por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK, julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado pelo IBAD era o da ação política. Dessa forma Hasslocher fundou, mais ou menos no mesmo período, a agência de propaganda *Incrementadora de Vendas Promotion*, subsidiária daquele instituto. Disponível:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica. Acesso: 03/02/2012.

atividades subversivas do comunismo internacional. [...] Também nos parece útil a sistematização de um programa elucidativo, de ampla propaganda contra o regime comunista, por meio de folhetos, jornais semanais dedicados, especialmente, aos trabalhadores, boletins e toda espécie de métodos que permitam esclarecer as classes baixas.¹⁴²

Segundo o material preparado para a Conferência, o PCB desencadeara tenaz campanha contra as ações policiais através de sua imprensa, tanto na devidamente registrada – como na clandestina –, ao mesmo tempo em que fazia propaganda comunista. Em São Paulo, por exemplo, isto se dera através do jornal *Hoje*, órgão oficial do Partido, do *Terra Livre*, direcionado para a zona rural, o *Guararapes* que circulava nas Forças Armadas; além de *A Forja*, *O Breque*, *O Fiandeiro*, *O Libertador*, *O Guindaste* e inúmeros outros, destinados aos metalúrgicos, condutores de veículos coletivos, têxteis, soldados etc.. Além desses, havia ainda no *O Estudantil*, órgão da “União Paulista de Estudantes Secundários”, e as revistas *Problemas*, *Fundamentos* e outras.¹⁴³

E novamente se considera que o problema está na Constituição de 1946, que dava “liberdades demais”. Daí afirmarem que, apesar das inúmeras apreensões dos referidos periódicos e de sua suspensão pelo Ministério da Justiça, outros jornais eram editados com respaldo legal. Mister se fazia, completava a proposta, “a elaboração do remédio legal aplicável à espécie, mas, isso, é problema afeto ao legislativo, ao qual deixamos, aqui, a sugestão”.¹⁴⁴

Retoma-se assim a tese da ausência de uma legislação repressiva específica para conter tais movimentos.

Na simplicidade do telegrama ora informado evidencia-se um grave aspecto da questão social brasileira: a falta de uma legislação agrária adequada e o desaparecimento material e legal do Estado, causas que ensejam ocorrências como as mencionadas aqui.¹⁴⁵

¹⁴² Resposta ao questionário formulado pela DPS – Ofício nº 3888-S-1, de 17/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 92.

¹⁴³ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 32.

¹⁴⁴ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 32.

¹⁴⁵ Processo MTIC-111315/51. Relatório assistente técnico ao chefe de gabinete do MTIC. Dossiê DEOPS-SP OS-0041, Movimento Agrário documento 45. Relato do assistente técnico Valente de Andrade ao chefe de gabinete do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Mesmo que houvesse prisões e indiciamentos, tais autoridades consideravam que as ações teriam que ser mais severas para impedir de vez os avanços de uma “conspiração comunista”. Segundo eles, o conflito se dava quando do julgamento e do enquadramento dos elementos presos em flagrante.

Em geral, diziam eles, a justiça local concedia um “*habeas corpus*”, ou o Supremo Tribunal Federal indeferia o pedido, quando não, devido aos trâmites burocráticos que atrasavam a “formação da culpa” os suspeitos eram postos em liberdade. Pior ainda quando as autoridades relaxavam a prisão cedendo a uma pressão social mais exacerbada, às quais arrogavam as garantias de um Estado de Direito. Portanto, o problema estava na falta de respaldo de uma lei mais rigorosa.¹⁴⁶

Conforme afirma o historiador Augusto Buonicore, ante tais movimentos as autoridades policiais reivindicavam uma legislação repressiva mais contundente, extensiva tanto ao campo como aos grandes centros, uma vez que a política do PCB naquele período se caracterizaria,

[...] pela crítica mais acentuada à estrutura sindical brasileira. Foi, sem dúvida, a crítica mais contundente que esta estrutura sofreu desde a sua consolidação na década de 40 do século XX. O próprio documento: *Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*,¹⁴⁷ mais conhecido como *Manifesto de Janeiro de 1948*,¹⁴⁸ que se constituiria no principal guia para ação dos comunistas até 1950, já afirmava que a luta pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras deveria ser organizada dentro das entidades sindicais já existentes ou, onde isso fosse impossível, dentro das novas organizações profissionais criadas

¹⁴⁶ O delegado da DOPS-SP dá dois exemplos de inoperância da lei: depois de proibida pelas autoridades policiais uma manifestação contra a proibição das armas atômicas, duas entidades – a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e a Cruzada Humanitária pela Proibição das Armas Atômicas se dirigiram a Câmara Municipal e reagiram violentamente à proibição, sendo presos *em flagrante delicto* 27 elementos. A justiça local concedeu “*habeas corpus*”, mas o STF indeferiu o pedido, mas, devido ao atraso da formação da culpa manteve os acusados em liberdade. Outro caso marcante, segundo o mesmo delegado foi a soltura da líder comunista Elisa Branco Batista que distribuiu panfletos revolucionários no Desfile das tropas no dia 07/09/1950, repudiando a participação do Brasil na Guerra da Coréia. Presa em flagrante, o pedido de “*habeas corpus*” denegado e confirmada sua prisão pelo STF por unanimidade, foi solta devido a grande campanha – inclusive internacional – pela sua libertação, onde teria sido condenada a quatro anos e três meses de reclusão. Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folhas 28 e 29.

¹⁴⁷ Grifo meu.

¹⁴⁸ Idem.

nos próprios locais de trabalho. Pode-se afirmar que, para os comunistas, a garantia de eleições livres para as direções sindicais, sem a intervenção direta do Ministério do Trabalho, e o fim do imposto sindical seriam condições suficientes para o estabelecimento da efetiva liberdade sindical.¹⁴⁹

O julgamento do citado delegado paulista para esse conflito entre a ação repressiva policial e a lei, era o titubeante comportamento dos magistrados em seguir a base legal que norteava todos esses processos, pois esta ainda era a que vigia no Estado Novo. Tratava-se do Artigo 3º, do Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938¹⁵⁰ e, para os magistrados da década de 1950, esta deveria ser revogada, frente à nova Constituição democrática de 1946. O delegado porta-voz de seus colegas estaduais esclarecia ainda que novas leis repressoras que substituíssem a do Estado Novo já haviam sido propostas, mas “morrem todas elas nas gavetas das comissões parlamentares”.¹⁵¹ O historiador Rodrigo Motta, ao analisar os documentos do Arquivo Público Mineiro encontrou tais teses também por lá, e comenta que:

[...] um dos responsáveis pelo setor de polícia política do DFSP, apresentou tese extraordinária (não prevista no programa original) sobre a questão da legislação de segurança. No seu entendimento, a Lei nº 431 de 1938, ainda em vigor, não atendia mais às necessidades do país.¹⁵²

Dessa feita, o problema todo do Brasil estava na inexistência de uma lei penal que pudesse reprimir “os traidores da pátria”, devido à gravidade dos crimes que a infiltração comunista poderia provocar.

Pensamos não ser possível a inexistência de uma lei penal para a repressão dos traidores que tentam, por qualquer forma, derrubar, pela

¹⁴⁹ BUONICORE, Augusto César. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. In *Caderno AEL*. v. 7. n. 12/13. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – AEL, 2000. pp. 16-17.

¹⁵⁰ Decreto referente à Lei de Segurança Nacional. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, reforçada pela Lei nº 136, de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938 e pelo Decreto-Lei nº 4.766, de 1 de outubro de 1942, que definia *crimes militares e contra a segurança do Estado*.

¹⁵¹ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 28.

¹⁵² MOTTA, 2006. Op. cit., p. 61.

violência, os governos constituídos. Aliás, o art. 141, § 5º, *in-fine*, da nossa Carta Magna, prescreve que não será tolerada a propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social etc.. Ora, se realmente alguns magistrados não reconhecem a vigência do Decreto-Lei 431, necessária se faz, e com urgência, a elaboração de outra lei, que seja aplicável à espécie, para esse fim, e visando afastar os escrúpulos referidos, sugerimos a inserção, no próprio Código Penal, de um capítulo que poderia se intitular: *Dos Crimes Contra a Estrutura do Estado, sua Ordem Social e Econômica*.¹⁵³ Da mesma forma que existe um capítulo destinado aos delitos relativos à organização do trabalho. Teríamos, assim, uma lei penal comum, de defesa do Estado e do regime, e de fácil aplicação, evitando-se os contínuos protestos contra as leis de exceção.¹⁵⁴

As Teses vinham a calhar com a expectativa da nova legislatura que se iniciava, conforme afirma Luís Reznik:

[...] lembremos que o Projeto de Lei de Segurança Nacional havia sido arquivado em meados do ano anterior (1950), o que nos leva a crer que provavelmente entrou no cálculo do delegado o fato de uma nova legislatura estar começando.¹⁵⁵

Esse ponto de vista não era só dos referidos delegados, mas também das Forças Armadas, revelando-se que se mantinham reféns de uma perspectiva bonapartista.

A impressão de alguns setores de maior responsabilidade nas Forças Armadas, é de que as Leis existentes – inclusive aquelas de caráter estritamente militar, não são suficientes para o expurgo do extremismo. Advogam esses setores, inclusive para o plano civil, uma legislação mais drástica, no estilo das atualmente em vigor nos Estados Unidos.¹⁵⁶

Mantinham-se, portanto, compartilhando com as classes dominantes, o medo de uma revolução proletária, levando-os a querer novamente,

¹⁵³ Grifo meu.

¹⁵⁴ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folhas 27 e 28.

¹⁵⁵ REZNIK, 2004. Op. cit., p. 141.

¹⁵⁶ Recorte do jornal *Diário de São Paulo*, de 25/03/1952. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-09, documento nº 158 – Pasta II Exército – DOI-CODI.

[...] não só a atribuir ao Executivo, poderes de repressão cada vez mais amplos, mas, ao mesmo tempo, a despojar sua própria fortaleza parlamentar – a Assembleia Nacional – de todos os seus meios de defesa contra o Executivo, um depois do outro. O executivo, na pessoa de Luís Bonaparte deixou-as do lado de fora. O fruto natural da república do “partido da ordem” foi o Segundo Império.¹⁵⁷

Mas os fatos comprovam que o reclame sobre a leniência da justiça não procedia, pois as informações passadas pelos agentes da DOPS-SP ao Supremo Tribunal Eleitoral sobre alguns candidatos inscritos na legenda do Partido Social Trabalhista (PST)¹⁵⁸ às eleições para deputados estaduais em São Paulo, sob a acusação de propaganda comunista liderada por Prestes, resultaram na cassação das inscrições e no fechamento de quarenta e nove escritórios eleitorais, apenas neste estado.

Além disso, nas diligências policiais efetuaram-se mais de duzentas prisões e inúmeros autos de flagrantes foram lavrados, sendo os processos em apenso, remetidos à Justiça.¹⁵⁹ O comitê da *Campanha Pela Paz Mundial* também sofreu inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Social, em São Paulo, no qual consta o fechamento da sede do Comitê Estadual e a prisão de vários elementos considerados comunistas.¹⁶⁰

Esse aparente conflito entre a Constituição liberal que determinou a vigência do Estado de Direito, e a *práxis* policial que a nega, estava muito além do que vigiar as movimentações sociais. A prática estava circunscrita na impossibilidade da democracia representativa, fazia parte dos estatutos das Polícias Políticas, pois a vigilância tinha objetivo e endereço definido: reprimir não só os militantes comunistas, mas também as demandas de fundo sociais que reivindicavam melhoria nas condições de existência e participação política.

¹⁵⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlim/DE: Dietz, 1955. [Apud LOSURDO, 2004. p. 123.]

¹⁵⁸ Antigo Partido Proletário do Brasil.

¹⁵⁹ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 31.

¹⁶⁰ Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 33.

1.3 Terceiro perigo – A autonomia dos Estados

Outro tópico que se destaca nos relatórios estaduais consolidados nacionalmente era o das ferrenhas críticas ao funcionamento e à estrutura das polícias estaduais, responsabilizando a descentralização e a falta de uniformidade pela ineficiência da repressão, daí corroborarem com a centralização.

Com o advento da República, dizia o delegado representante da política de Pernambuco, rompeu-se a unidade da organização policial, pois a Constituição Federal de 1891 se absteve de criar uma Polícia Federal, deixando de fixar normas gerais para o exercício das funções de Polícia Administrativa ou Judiciária, transferindo integralmente essa atividade pública para os estados da Federação. Assim, cada estado desenvolvera segundo suas possibilidades econômicas e influências regionais, suas próprias organizações de polícia, acentuando-se as diferenças na forma, extensão e enquadramento das corporações.¹⁶¹

Enquanto se apontavam as falhas das Polícias Administrativas no tocante à descentralização e a falta de uniformização, enalteciam-se as mudanças constitucionais de 1934 e 1937 que “havam devolvido à União o direito exclusivo de legislar sobre o processo penal, através do Código do Processo Penal, baixado pelo Decreto Lei nº 3689 de outubro de 1941”, o qual regulava o processo em todo o território nacional, definindo de vez que a Polícia Judiciária seria exercida pelas autoridades da corporação e traçando normas precisas para a sua atuação. Com isso restabelecera-se, segundo os integrantes da Conferência – na voz do representante de Pernambuco –, a unidade na Polícia Judiciária, o que deveria ser feito com as Polícias civis e militares.¹⁶²

As críticas também se estendiam às delegacias especializadas de Polícia Política – as DOPS estaduais –, “úteis e necessárias” no desdobramento da vigilância e da repressão aos movimentos ideológicos, mas que também teriam evoluído sem planejamento, quase de improviso, para

¹⁶¹ Tese a DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 20.

¹⁶² Tese a DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 20.

atender às necessidades locais, sem ideia de uniformização, sem previsão para uma atuação conjunta de modo a atender melhor aos interesses nacionais.

As dificuldades que retardavam que os aparatos de Segurança no país apresentassem um rendimento desejável eram, segundo eles: a falta de uniformidade na organização e no funcionamento de todos os sistemas policiais nacionais; a autonomia estadual; a heterogeneidade na distribuição populacional no país; a extensão do território e suas vias de comunicação precárias; os órgãos do governo que se instalam nas capitais em detrimento ao restante do estado; o enorme desequilíbrio entre as fontes de produção e de consumo e, conseqüentemente, a desproporcional distribuição de riquezas entre os Estados e suas populações.¹⁶³

A descentralização das Polícias naqueles tempos de Guerra Fria também era apontada como um risco para a defesa e para a soberania da Nação.

A separação da atividade policial entre nós, quando passou da competência exclusiva da União para os Estados, se deu num tempo em que o mundo não estava, em todos os seus ângulos, afetado pelas reações materialistas, que ameaçam a civilização cristã, que trazem a desunião dos povos, pervertendo os costumes, corrompendo os sentimentos nacionalistas, aliciando a traição contra a família e contra a Pátria.¹⁶⁴

1.4 Modernizar a Polícia e integrar as forças na defesa da Segurança Nacional

Era, portanto, urgente armar os Estados de forma que viessem a dispor de meios para “deter o mal”, para assegurar os direitos de forma coesa, unificando os procedimentos, qualificando e padronizando os recursos técnicos, tanto nas capitais como no interior, e garantindo treinamento

¹⁶³ Tese a DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 23.

¹⁶⁴ Tese da DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 17.

qualitativo de pessoal,¹⁶⁵ pois a manutenção da Ordem Política e Social não poderia ser um trabalho isolado. No plano estadual,

[...] seria de todo conveniente ligarem-se as polícias militares e civis subordinando-as de vez aos secretários de segurança pública ou do interior. [...] por outro lado, a multiplicidade de polícias existentes, com características militares ou civis, nas suas diferentes modalidades, demonstra claramente a necessidade de se instituir um organismo único.¹⁶⁶

Apenas com a unificação das forças policiais e a integração com as Forças Armadas, seria possível combater

[...] as forças subversivas (que se) articulavam e atuavam em plano conjunto, produzindo sempre perturbações em várias unidades da federação. Daí porque somente em conjunto poderá a ação policial produzir os efeitos adequados à prevenção conveniente e repressão justa.¹⁶⁷

E que finalizando, propunha: “preparar-se mais nesta conferência, um plano uniforme de ação policial, dentro de um programa preparatório que coordene uma diretiva única dos organismos policiais da União e dos estados”.¹⁶⁸

Conforme se observa, a proposta enfatiza a unificação das redes estaduais em um sistema único, o que já foi constatado pela historiadora Maria da Glória Bonelli, referindo-se à citada conferência de 1951:

[...] avançar a identidade dos delegados em torno da defesa da ordem política e social, tema já abordado na Conferência anterior de 1936. É perceptível que a ênfase discursiva no aumento do crime demandando políticas de segurança e recursos para investigação não foi o fator que unificou os delegados presentes no evento, como ocorrido em outras ocasiões. Além da ordem político-social, a Conferência teve como

¹⁶⁵ Agrava-se o problema nas delegacias do interior, que no exercício das funções de delegado se acham confiadas a sargentos das Polícias Militares, sem nenhum treinamento.

¹⁶⁶ Tese da DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 6.

¹⁶⁷ Tese da DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 15.

¹⁶⁸ Tese da DOPS-PE a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folhas 1 e 2.

preocupação a busca de um regulamento nacional comum, preconizando a uniformidade de organização do sistema policial, que envolvesse as atribuições da polícia militar, da polícia civil e da polícia federal.¹⁶⁹

Os delegados participantes propõem também ampliar o sistema de identificação, incluindo nele as cidades do interior, justificado pelo acentuado processo de urbanização e agudização dos conflitos sociais, que segundo eles foram provocados pela prostituição, pela vadiagem e pela imigração.¹⁷⁰

A criação dessas seções regionais do Instituto de Identificação em 1948 demonstra que as pessoas a serem identificadas, para serem vigiadas e controladas, no período do pós-guerra, estavam dispersas por inúmeras cidades. Neste sentido, é significativo que três anos depois fosse apresentada na Conferência Nacional de Polícia de 1951 a tese de instituir um serviço de identificação que tivesse especial consideração com a população do interior.¹⁷¹

Mas não só aos movimentos urbanos se dirigia a ação repressiva. A repressão também se estendia aos movimentos camponeses que traziam à tona a questão da propriedade latifundiária e as relações de produção no campo. Analisando os movimentos reivindicatórios, tanto no campo como na cidade, o problema para as autoridades policiais era o caráter paradoxal da nossa legislação:

[...] no presente momento, depois das greves dos bancários, agitações de rua entre os metalúrgicos, têxteis, marceneiros e transportes coletivos, permanece o paradoxo das ações da Justiça, de um lado a Lei 9070 de 1946, que assegura o direito de greve dando total cobertura

¹⁶⁹ BONELLI, Maria da Glória. *Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000* (Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association. Dallas, Texas/USA, March, 27-29, 2003. p. 17).

¹⁷⁰ O tom da Conferência, além da preocupação com a vigilância, a repressão e a identificação efetiva dos suspeitos, se preocupa também com a moral e os bons costumes: é importante destacarmos que na Conferência Nacional de Polícia, realizada no Rio de Janeiro em 1951, tenha sido feita a proposta de que era necessário que as autoridades examinassem a “conveniência ou necessidade de impedir a circulação de publicações obscenas, tanto as ilustradas como as simplesmente escritas”. Cf. VIEIRA, Hermes; SILVA, Osvaldo. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. [Apud ROLIM, 2000:156]

¹⁷¹ ROLIM, Rivail Carvalho. “A reorganização da Polícia no Estado do Paraná nos Anos 1950”. In *Revista de História Regional*. v. 5. n. 1. Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Verão 2000. pp. 153-166. (p. 160)

aos comunistas de suas ações subversivas, de outro, o STF em decidir sobre a inconstitucionalidade dessas paralisações. São as confusões resultantes das leis feitas de improviso, sem atender aos imperativos invioláveis da nossa carta magna.¹⁷²

Ou seja, na interpretação destas autoridades, a Lei 9070 de 1946, ao assegurar o direito de greve, afrontava a Constituição promulgada naquele mesmo ano e cujo espírito era atestado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cujas decisões consideravam estas paralisações inconstitucionais. A Constituição de 1946, apesar de coibir a organização da classe trabalhadora, ainda assim era liberal demais para conter os avanços da cidadania.

As propostas das Polícias Políticas civis e militares, vinculadas às DOPSS do país, apresentadas na citada Conferência, se coadunavam assim com o clima de insatisfação vigente na sociedade, naquele início dos Anos 1950.

Em 1951, já havia claros sinais da fragilização do segundo mandato do governo Vargas. A agitação dos segmentos da burguesia autocrata – temerosa da aproximação de Getúlio com a classe trabalhadora – e a forte tensão no interior das Forças Armadas permitia que seu governo ficasse à mercê de um futuro golpe de Estado. O intenso debate político nacional que vinha desde o ano de 1945, e que abrangia também as expressões dos segmentos reprimidos que viam naquele respiro de liberdade – previsto na Constituição de 1946 – a possibilidade de manifestar suas demandas e lutar por ampliação de seus direitos e condições de trabalho e vida, tende a se ampliar, envolvendo também a cúpula das Forças Armadas, que passam a expressar publicamente uma pluralidade de tendências e abordagens sobre os mais variados temas em consonância com o intenso debate nacional da época. Quem orquestrava esse processo era fundamentalmente a Escola Superior de Guerra (ESG), que representava naquele período a ala conservadora das Forças Armadas.

¹⁷² Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 26.

Eram os integrantes da ESG que expressavam o objetivo de construção de um projeto hegemônico liderado por eles, justificado pelo crescimento das lutas sociais e pela crise dos governos. Ante a fragilidade da burguesia autocrata, incapaz de, em períodos constitucionais, fazer valer seus interesses; ante a necessidade de alterações na ordem econômica que pudessem controlar pelo menos a inflação; ante o decréscimo da atividade produtiva em decorrência da reativação da economia mundial no pós-guerra; ante as pressões por aumento do controle social, decorrentes da polarização da Guerra Fria; ante o aumento da mobilização sindical; ante as manifestações contra a internacionalização do petróleo e contra o acordo Brasil-Estados Unidos, como também da defesa, pelo PCB, das plataformas políticas defendidas pelos partidos de oposição, então as Forças Armadas viam um cenário propício a um novo bonapartismo.

Divididos os militares entre *sorbonistas* ligados à ESG e *nacionalistas* ligados ao getulismo, terminaram por vislumbrar uma conjuntura bastante complicada e a necessidade de um golpe para por fim àquele “caos político”.

Nessa tensa conjuntura, dez dias após a realização da Primeira Conferência Nacional de Polícia, a citada reunião de delegados de Polícia Política passou a ser considerada uma armação contra o Governo Federal, o que foi publicado pelo jornal *O Correio da Manhã*, conforme correspondência enviada pelo coronel tenentista, integrante do Departamento Federal de Segurança Pública, João Cabanas,¹⁷³ e amigo próximo de Getúlio, a informação de que

[o] editorial do *Correio da Manhã* do dia dezoito revela uma articulação golpista. Confirmaram-se as minhas suspeitas de que o Congresso Policial não passou duma articulação e coordenação contra a sua pessoa, sob a capa de combate ao comunismo. Na realidade o Congresso foi uma tácita subordinação de todos os delegados de Ordem Política e Social e de alguns chefes de polícia estaduais, ao major Hugo Betlem [sic],¹⁷⁴ que, por sua vez, é orientado e obedece a

¹⁷³ João Cabanas (1895-1974).

¹⁷⁴ A DPS foi a divisão do Departamento Federal de Segurança Pública que participou mais diretamente da Conferência Nacional, através de vários de seus “chefes”, entre eles o diretor, Hugo Bethlem.

ordens do Serviço Secreto do Exército e de alguns oficiais do Estado Maior.¹⁷⁵

O coronel João Cabanas alertava o amigo sobre essa ameaça golpista, e alertava ainda que, tanto ele, Vargas, como o seu Ministro da Guerra, o General Estillac Leal,¹⁷⁶ estavam sendo vigiados e considerados inimigos – tanto das Forças Armadas como da cúpula da DPS –, por permitirem a infiltração comunista no interior da caserna e nas demais instituições governamentais, inclusive no interior das Polícias.

Afirmava ainda que uma das resoluções tomadas no Congresso Policial, a da obrigatoriedade do envio dos prontuários de “políticos suspeitos” ao Serviço Secreto do Exército e aos oficiais do Estado Maior (chefiado pelo major Hugo Manhães Bethlem),¹⁷⁷ na verdade indicava o controle sobre pessoas ligadas ao presidente Vargas, às quais se suspeitava, poderiam oferecer alguma resistência em caso de um golpe de Estado.

Desejam, com tais resoluções completarem um fichário a fim de que no momento preciso se possa isolar os elementos “suspeitos”, isto sob o pretexto de que são comunistas. Querem assim, prevenir o mal que resultaria para eles si [sic] o povo, com seus líderes, reagisse como

¹⁷⁵ GVC1951.12.18/2. FGV-CPDOC. Carta do coronel João Cabanas a Getúlio Vargas denunciando o caráter golpista na Primeira Conferência Nacional de Polícia, datada em 18/12/1951. Arquivo pessoal do presidente Getúlio Vargas.

¹⁷⁶ **Newton Estillac Leal (1893-1955).**

“Em boa fonte um coronel do Estado Maior da 1ª R. M. se colheu a informação de que está em curso um movimento objetivando a demissão do General Estillac Leal. O titular da Pasta da Guerra ainda não se animou a revogar os atos de seu antecessor que puniram, com transferência para regiões distantes, os oficiais que se envolveram nos acontecimentos que tiveram por palco o Clube Militar. [...] Esses fatos vem constituindo o divisor de águas entre as duas correntes dentro do exército: uma de tendências esquerdistas liderada pelo próprio ministro e outra pelos Generais Canrobert e Góes”. *Relatório de 14/03/1951 do Setor. S. V. I.* Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-09 documento nº 139.

¹⁷⁷ **Hugo Manhães Bethlem (1913-?).**

Anos mais tarde, encontramos novamente o Sr. Hugo Manhães Bethlem (agora general) envolvido com atividades ardilosas, acusado pelas autoridades bolivianas de envolvimento na tentativa de golpe de Estado. O general teria passado a quantia de US\$ 60.000,00, em moeda brasileira proveniente de fundos da CIA, como também de empresas privadas brasileiras com interesses na Bolívia aos golpistas. Cf. BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. 1. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2008. p. 210.

reagiu o povo argentino em favor de Perón. Querem deixar a massa sem direção.¹⁷⁸

No mesmo tom alarmante, o Coronel Cabanas advertia o presidente para que substituísse imediatamente seu Chefe de Polícia e, na pior das hipóteses, também o major Hugo e todos os delegados de Ordem Política dos estados, prevenindo também o seu Ministro da Guerra, o General Estillac, solicitando-lhe imediatas reformas no Serviço Secreto e no Estado-Maior do Exército,

Não sou alarmista banal. Estou falando com conhecimento de causa, objetivo e realista, com a experiência de meus anos e de minhas lutas. É a primeira vez que lhe dou um aviso desta natureza e é a primeira vez que lhe faço uma recomendação grave. Atenda-a pelo amor de Deus! De seu amigo Coronel Cabanas.¹⁷⁹

Outra correspondência, sem remetente, no acervo do arquivo de Getúlio Vargas do CPDOC,¹⁸⁰ no mesmo sentido denunciava para o presidente Vargas, elementos antigetulistas lotados nos setores da DPS e da Polícia Civil do Rio de Janeiro. O documento demonstra que a maioria dos delegados e diretores da DPS era composta por integralistas ligados à União Democrática Nacional (UDN). Como os cargos da cúpula da DPS foram indicados pelo próprio presidente, alertava ainda a missiva, era evidente “a falta de informações” dos assessores do presidente Vargas, que permitira colocar inimigos em setores-chave do governo. Referia-se o documento a oficiais superiores da caserna, designados pelo Executivo para exercerem os referidos cargos.

Coincidência ou não, naquele mesmo período – dois anos antes do suicídio do presidente –, em meio à agudização da crise de seu governo,

¹⁷⁸ GVC1951.12.18/2. FGV-CPDOC. Carta do coronel João Cabanas a Getúlio Vargas denunciando o caráter golpista na Primeira Conferência Nacional de Polícia, datada em 18/12/1951. Arquivo pessoal do presidente Getúlio Vargas.

¹⁷⁹ GVC1951.12.18/2. FGV-CPDOC. Carta do coronel João Cabanas a Getúlio Vargas denunciando o caráter golpista na Primeira Conferência Nacional de Polícia, datada em 18/12/1951. Arquivo pessoal do presidente Getúlio Vargas.

¹⁸⁰ GVC1951.00.00140. FGV-CPDOC. Data: 1951. Informações sobre atividades de elementos anti-getulistas lotados nos setores de Polícia Política e Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Arquivo pessoal do presidente Getúlio Vargas.

ocorreu um grande expurgo nas Forças Armadas, sob a acusação dos atingidos serem comunistas.

Mas, tais circunstâncias são mais complexas, não se podendo afirmar que resultaram de iniciativa exclusiva de Getúlio, pois dentre os expurgados encontravam-se militares do Alto Comando, fiéis ao presidente.¹⁸¹ Tal complexidade se manifesta nas palavras do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, dizendo da necessidade de um expurgo dos comunistas infiltrados na Administração Pública, publicado nos jornais *Correio Paulistano* e *Correio do Rio de Janeiro*, respectivamente em 23 de maio e 13 de junho de 1951.

O general Góis Monteiro reedita a sua predestinação histórica de denunciar o perigo comunista em nosso país, e advoga a necessidade de um vasto expurgo de seus adeptos infiltrados na administração, nas Forças Armadas e nos demais setores de atividade oficial da nação. Afirma ele: “nos países que estão conscientes dos perigos da tática e da técnica infernais dos comunistas, as medidas de defesa das instituições e da ordem são constantemente aplicadas de maneira a expurgar esses elementos perniciosos que conspiram contra a própria pátria” – disse a imprensa o chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas [...].¹⁸²

Nessa perspectiva, a associação entre comunismo, getulismo e nacionalismo vai sendo gestada entre a cúpula das Forças Armadas representada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e fomentada pelos Serviços de Inteligência das Polícias Políticas, pois os censores não apenas a registraram, como ajudaram a consolidá-la e, no seu entender, passaram a encontrá-la em todos os lugares, tanto entre os civis quanto entre os militares.

Outro fator que reforçava essa visão entre os militares e as Polícias Políticas eram os objetivos da Política Externa estadunidense que exercia forte pressão na América Latina, especialmente no Brasil, com sua política de

¹⁸¹ Durante a década de 1950 houve um grande expurgo nas Forças Armadas dos oficiais e praças acusados de pertencerem ou serem simpáticos ao PCB. A Dissertação de mestrado, abaixo citada, trata fundamentalmente deste expurgo, a partir do Clube Militar no ano de 1952. Ver o **Capítulo IV** da mesma. Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo. [Sob a orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Vieira.]

¹⁸² Artigo do jornal *Correio do Rio de Janeiro*, anexo ao Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 142, de 13/06/1951.

internacionalização da Segurança norte-americana, sob os auspícios ideológicos da defesa do “mundo livre”. O EUA liderava o bloco ocidental em relação ao combate – tanto dos comunistas, como dos movimentos nacionalistas –, pois representavam um obstáculo tanto à penetração multinacional que assolava o planeta na nova configuração do capitalismo monopolista, como traziam a possibilidade do internacionalismo soviético.

Nessa lógica, o propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às Polícias latino-americanas foi o de atuar como mecanismo para ganhar controle sobre os Sistemas de Segurança interna dos países beneficiários, e não o de fomentar a difusão da democracia.

Tal insegurança entre as autoridades policiais decorria do receio da volta do Estado de Direito, que permitiria a articulação do Movimento Sindical, o retorno à cena política do Partido Comunista – enquanto liderança, e dos movimentos sociais, a aplicação das leis trabalhistas, a liberdade de organização e manifestação e até mesmo a própria Justiça do Trabalho. Essa nova realidade de liberdades democráticas e de direitos previstos na Constituição de 1946 – na visão dos segmentos mais conservadores –, propiciavam cada vez mais a infiltração comunista:

[...] os antigetulistas e os anticomunistas civis e militares, em número cada dia maior, declaram-se solidários com o almirante Penna Botto. Não padece de dúvida que muitos dos seguidores do irrequieto marinheiro estão mais interessados na destruição de Vargas do que na de Prestes.¹⁸³

Diante dessa celeuma, o interesse pelos resultados da Conferência Nacional de Polícia não estava restrito ao meio policial, estendendo-se às esferas do Estado e à sociedade civil. Afinal, as intermitentes notícias de golpe vinculadas pela imprensa – tanto a conservadora como a comunista –, naquele início da década de 1950, trazia o mau agouro de outros tempos: o de mais um golpe de Estado.

O Serviço Secreto da DOPS-SP desempenhou, nesse sentido, uma vigilância crucial, com a montagem de **dossiês** que fomentaram os argumentos sobre a necessidade de criação de aparatos de repressão policial, que agiriam

¹⁸³ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-09 documento nº 200, de 26/01/1953.

respaldados na Doutrina da Segurança Nacional, justificados pela necessidade de apoiar o binômio: Desenvolvimento e Segurança Nacional. No interior das Forças Armadas, observou-se a gradual mobilização dos segmentos que apoiavam os golpes bonapartistas, conforme os interesses dos segmentos da burguesia aglutinados em torno da UDN e às diretrizes dos mentores da Guerra Fria.

O seu fortalecimento se comprovou pelos expurgos dos integrantes das organizações que defendiam a manutenção da legalidade constitucional que, naquele momento, se aglutinavam em torno de organizações denominadas *legalistas* e se estenderam a todos os que manifestavam opiniões que pudessem por em risco a manutenção da autocracia burguesa que norteava a ação do Estado.

1.5 – A configuração pelo “Alto” do Estado Republicano no Brasil

Portanto, a lógica da ação repressiva da ditadura estadonovista (1937-1945) continuou a habilitar as práticas policiais, mesmo depois de reinstaurada a constitucionalidade em 1946, que findava aquele período. Apesar do aparente paradoxo presente no fato das mesmas forças militares que apoiaram a ditadura terem liderado a sua queda, esta situação explicitava, mais uma vez, a função social que cumpriam como defensores da ordem constituída em face aos interesses dos segmentos dominantes (burguesia agrária e industrial).

Frente a esse “modelo” de exploração e relação social, a abertura política manteve a exclusão dos diferentes segmentos sociais, uns relativamente ao atendimento às suas necessidades básicas de sobrevivência e os das classes médias, nas decisões políticas concernentes ao Estado. Os antagonismos de classe se conservaram superdimensionados nessa lógica de exploração, mantendo-se a coerção como controle das classes subalternas, uma vez que a intervenção e a regulação econômica pretendidas só se completam com o controle de tais segmentos da sociedade, garantindo assim o pretenso “equilíbrio” na correlação de forças no interior do Estado.

O comando do Estado sobre o avanço do capitalismo se faz sob modalidades de intervenção e regulação econômica e através de uma máquina burocrática administrativa centralizada e em expansão,

abrangendo aspectos cada vez mais amplos da atividade econômica. A questão está então em apreender o caráter específico dessa relação entre o Estado e a economia, num momento que é simultaneamente o da industrialização e o da aquisição, por parte do Estado brasileiro, de estruturas materiais tipicamente capitalistas. Esse processo estruturava-se sobre um campo peculiar de luta de classes e era aí que se enraizava a ação de “direção econômica” do Estado, isto é, o projeto de desenvolvimento econômico transfigurado num plano unificador da política econômica e social.¹⁸⁴

Assim, não apenas se manteve a repressão violenta, em relação aos trabalhadores organizados, como se cerceou o direito à livre expressão e se manteve a sociedade civil sob suspeita, configurando-se o que se pode denominar de *constitucionalidade restringida*,¹⁸⁵ situação que vai vigorar na década de 1950.

Mas, ainda que nos anos seguintes um Sistema de Inteligência nacionalmente articulado fosse capaz de garantir tais restrições – sob a aparência de equilíbrio entre as forças sociais e com garantias dadas pela Constituição –, foi de fato articulação conseguida muito além de um simples propósito.

Ao associar-se o fato de que, neste mesmo período, as Forças Armadas foram “saneadas” com o expurgo de integrantes da cúpula das três Armas e a incorporação do controle ideológico também em seu interior, pode-se perceber o poder de continuidade de tal dominação.

Na medida em que a sociedade civil pressionava para fazer vigorar – pelo menos os direitos previstos na Constituição de 1946 –, fosse através das

¹⁸⁴ Cf. DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 45.

¹⁸⁵ A Constituição de 1946 mantém a exclusão dos analfabetos. Assim, “nas quatro primeiras décadas do século XX mais da metade dos adultos era analfabeta, com a taxa caindo muito pouco ao longo dos anos: 65% (1900), 65% (1920), 60% (1930), 56% (1940). Somente a partir da década de 1950, o contingente de analfabetos passa a ser inferior a 50% da população adulta: 48% (1950), 39% (1960), 33% (1970), 26% (1980), 20% (1991) e 13% (2000). Os efeitos desses números são claros: como o contingente de analfabetos na população adulta sempre foi muito acentuado, provavelmente esse tenha sido o principal obstáculo para ampliação do eleitorado brasileiro”. Cf. NICOLAU, Jairo. *A participação Eleitoral no Brasil*. Oxford/UK: University of Oxford – Centre for Brazilian Studies, Working Paper Series, Oct.-Dec. 2001. p. 11. [Working Paper CBS-26-2002. Visiting Research Fellow]; _____. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 11. (Coleção Descobrimos o Brasil)

mobilizações que resultavam, muitas vezes, em confrontos diretos com a polícia, fosse através de denúncias públicas da repressão que sofriam; mais se fortalecia o aparato repressivo, tanto pela forma integrada que passou a agir, quanto pela centralização – em nível nacional –, das diretrizes e formas. Assim, as formas de conduta no controle e na repressão assumiram capilaridade nacional que atingiu todo o território brasileiro.

Tais características refletiam, portanto, apenas uma reordenação político econômico e social necessária ao engajamento do Brasil na efetivação do capitalismo monopolista mundial naquele período de Guerra Fria.

Se, por um lado, o país objetivava a sua inserção no bloco ocidental como parceiro estratégico estadunidense no continente latino-americano e até alcançasse certo desenvolvimento econômico industrial; por outro, os conflitos de classe, decorrentes do modelo dependente que se acentuava naquela década, revelavam a fragilidade do Estado em estabelecer uma democracia liberal. Pois com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais de produção também alcançavam outro patamar ao que tangia à busca pela cidadania política. Tais conflitos se externavam já na promulgação da Constituição de 1946, que mantinha a sociedade civil refém do conservadorismo característico de nossa formação socioeconômica.

Naquele período, dadas as características históricas de nosso desenvolvimento: atrasado, dependente e com segmentos dominantes, conservadores e reacionários – majoritariamente advindos de uma aristocracia latifundiária –, o avanço das relações sociais de produção, embora sem alterar sua condição hipertardia,¹⁸⁶ externavam as contradições inerentes ao capitalismo no que tangia à subordinação do Estado na defesa do capital e das classes dominantes que o controlavam.

Existe, pois, um período histórico no qual, por assim dizer, os sinos das camadas populares se contrapõem às trombetas da burguesia e das classes proprietárias. O domínio da burguesia não estará suficientemente sólido e garantido enquanto o monopólio da força armada não estiver completado pelo monopólio da produção espiritual, isto é, pela supressão seja dos meios de informação, seja dos partidos

¹⁸⁶ Cf. CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André/SP: Ad Hominem, 2000; FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

que, por causa da sua organização e da sua relação com classes sociais antagônicas em relação às dominantes, se configuram, ou são suscetíveis de se configurar, em situações de crise, como uma alternativa de poder.¹⁸⁷

Assim, movidas pelas determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, tanto a modernização excludente como a violência institucional, configuravam o modo de ser do Estado no país.

Naquela conjuntura da década de 1950 a externalização dessa configuração se dava, de um lado, com o aumento da entrada do capital associado e multinacional que investia na modernização das forças produtivas como condição básica para a reprodução de um novo modelo de capitalismo mundial. Mas, nos países dependentes a circulação dependia de uma infraestrutura básica que garantisse uma nova acumulação de capital, e de um grande contingente de mão de obra disponível para as condições de super exploração do trabalho, com baixos salários e com o sindicato controlado.¹⁸⁸ Tal cenário se completava com a fragilidade da burguesia que se evidenciava através das divergências em seu interior.

A referida divergência da burguesia se dava entre dois grupos, a partir do debate que ocorria no período em questão: nacionalistas e entreguistas. Na verdade esta divisão espelhava a grande discussão sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado para promover a modernização do país, no qual vários segmentos da sociedade civil tomavam partido por propostas nacionalistas ou internacionalistas, incluindo nessa polêmica tanto as Forças Armadas que tinham também dois grupos que se digladiavam no interior do Clube Militar (nacionalistas e sorbonistas), PCB, intelectuais etc..

Na realidade, o problema era que no modelo defendido pelos alcunhados de “entreguistas”, apenas determinados segmentos conseguiam acesso ao capital financeiro que lhe permitisse investir e crescer. Em

¹⁸⁷ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Triunfo e decadência do sufrágio universal. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004. p. 157.

¹⁸⁸ “Dessa forma, antes mesmo que a Constituinte concluísse seus trabalhos, o governo, por meio de decretos-leis, ia derrubando instituições criadas pelo Estado Novo, dando maior força à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, liberando importações, enquanto mantinha a Consolidação das Leis do Trabalho e reforçava as medidas que restringiam não só a participação do proletariado na vida política do país, como também cerceava as atividades do Partido Comunista”. Cf. COSTA, 2006. p. 114.

contraposição, os burgueses nacionalistas – aos quais se unem segmentos progressistas –, como o formado por técnicos e profissionais liberais (embora por motivos distintos) defendem a modernização, mas com maior autonomia em relação ao capital internacional. O problema desta divergência era, portanto, a de ampliação do acesso aos capitais financeiros que possibilitassem investimentos novos para a necessária e/pretendida modernização.¹⁸⁹

A divisão interna dos grupos dominantes se apresentava como divergência de interesses entre uma plataforma política “nacionalista” e outra internacionalista, mas, na verdade, as duas buscavam maior participação política nos rumos do desenvolvimento capitalista que aqui se configurava. Mas, tais grupos, no que concerne ao controle social das classes subalternas, em essência, defendiam a mesma violência institucional.

Então, naquela perspectiva de uma modernização excludente e calcada na violência institucional, as contradições no interior das instituições policiais e no Sistema Jurídico, se manifestavam em divergências e conflitos sobre a interpretação das Leis. Tais divergências não estavam na observância da Lei enquanto garantia das liberdades constitucionais propiciadas pela Constituição de 1946, mas, sim, na definição das formas pelas quais essas mesmas leis poderiam garantir a manutenção da ordem instituída, mesmo que para tanto, se extrapolasse a Lei.

No caso das propostas de centralização defendidas pela Polícia Política em consonância com os setores conservadores das Forças Armadas, a ordem seria mantida pelo impedimento de participação da maior parte dos segmentos sociais à instância da política, restringindo-se, assim, o preceito democrático da igualdade de expressão e de manifestação, embora contraditoriamente seguindo-se a Lei.

¹⁸⁹ Outros autores que abordam essa divergência entre o capital nacional e o estrangeiro: RABELO, Ricardo Fonseca. “Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil”. In *E & G. Revista Economia e Gestão*. v. 2-3. n. 4-5. Belo Horizonte/MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, dez. 2002-jul. 2003. p. 44-55; SARMENTO, Carlos Eduardo. “O Brasil de JK. O custo do desenvolvimentismo”. Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm Acesso: 02/03/2012; SILVA, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica. Estatização e Desenvolvimento, 1956-1967*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

Ao colocar o Estado como o árbitro dos conflitos de interesses sociais e mantenedor da ordem estabelecida e afirmar que o poder civil era incapaz de governar o país, o viés politicista se exprimia no discurso das autoridades.

Tal justificativa do bonapartismo se revela nos discursos das Forças Armadas e das Polícias. Ambos consideravam que as mazelas da nossa “legislação democrática” contribuíam para a infiltração comunista no país, colocando em risco a manutenção do Estado e da democracia. Diante de tal postura ideológica, a equação social ficava sem resolução: de um lado as movimentações da sociedade civil em busca da participação política e da realização democrática prometida pela legislação, e de outro o Estado que, através de seus aparatos policiais, mantém-se criminalizando tais movimentações, com ou sem respaldo da Lei.

Paradoxalmente, quanto mais se propalava o Estado de Direito mais se aprofundava a necessidade da vigilância e do expurgo daqueles que eram considerados “inimigos da pátria”. Nesta lógica, quanto mais os diferentes segmentos sociais conseguiam expressar suas demandas e encontrar eco no governo, mais riscos representavam para a democracia. E quanto mais alguns círculos oficiais dentre os militares expressavam alguma tolerância às liberdades de organização e expressão, e à aplicação dos preceitos constitucionais que garantiam direitos civis, mais os segmentos conservadores consideravam um risco à democracia.

Destarte, segundo as autoridades, a possibilidade de uma conspiração comunista era iminente, devido a ampla infiltração dos comunistas nas instituições sociais. Exemplo disso era a vigilância aos Comandos Militares pelos agentes do Serviço Secreto das DOPS estaduais e pela DPS, o que nada mais era do que a aparência que camuflava as articulações para o fortalecimento do novo golpe bonapartista que não tardaria muitos anos para se consolidar.

Dessa feita, no início dos Anos 1950, a sociedade civil, apesar da euforia pelos novos tempos, continuava refém da repressão policial que iniciava sua modernização baseada na centralização e integração, tanto das Polícias entre si, como em relação às Forças Armadas. Assim, ao clima de *intentona*

militar¹⁹⁰ se somavam as justificativas para a centralização das atividades policiais e a integração da mesma com as Forças Armadas.

Através de tais concepções, posturas e propostas que se concretizarão ao longo da década de 1950 – conforme será observado nos próximos Capítulos –, a impossibilidade da concretização da democracia (liberal) no Brasil se revelará, conforme já analisado por Chasin. Segundo este autor, tal impossibilidade decorre não das políticas em curso – e acrescenta-se, nem da mentalidade deste ou daquele escalão das forças policiais ou das Forças Armadas, mas, sim, da condição hipertardia, subordinada e dependente do desenvolvimento capitalista no Brasil, cuja burguesia era igualmente conservadora e incapaz de romper com o passado que mantinha atrofico o seu desenvolvimento nacional.

A burguesia brasileira, centrada na defesa dos interesses de seu segmento de classe, assumira o Estado sem perpassar pela via clássica das *revoluções burguesas* e se subordinara a seus interesses privados, não havendo a defesa da coisa pública. Assim, os que defendiam a participação das instituições que garantiriam a vigência da democracia foram expurgados, seja nos períodos ditos democráticos – em que esta lógica é respaldada pelas brechas da Constituição –, ou nos períodos ditatoriais, onde a repressão adentra toda movimentação social, na tentativa mesma em até perpetrar novo golpe bonapartista.¹⁹¹

¹⁹⁰ A partir da década de 1950 o debate no interior das Forças Armadas era intenso a respeito dos caminhos do país em rumo à industrialização e em busca de apoio norte-americano para o desenvolvimento bélico e estratégico das próprias Forças Armadas brasileiras no continente latino-americano. Os sorbonistas, militares ligados a ESG, tinham verdadeira ojeriza pelos simpatizantes das ideias getulistas e os acusavam de comunistas, pela sua aproximação com os trabalhadores e o apoio do PCB na sua plataforma política. Acreditavam piamente que as Forças Armadas eram a única instituição capaz de governar o país. Em contrapartida, os nacionalistas – a facção do Exército simpatizante das ideias getulistas, e contrários à intervenção militar na política (a não ser para garantir o Estado de Direito na defesa da Constituição) – consideravam necessário garantir o desenvolvimento da Nação um pouco mais distanciado do poderio do capital internacional.

¹⁹¹ Termo cunhado por Marx, em análise sobre a natureza da dominação autocrática burguesa durante o governo de Napoleão III na França. Refere-se à hegemonia de segmentos da burguesia sobre o Estado, mas, de forma indireta, respaldada por militares. Assumindo o poder em nome da representação de todas as classes sociais, na prática investem na instituição de mecanismos de repressão, mantendo reprimidas as demandas sociais que não se coadunam com os interesses dos segmentos dominantes. Autores como Florestan Fernandes (2006), Rago Filho (2004), Chasin (2000) e Martins (1977), entre outros, procedem à apreensão desta categoria analítica para configurar o período de Ditadura Militar no Brasil, iniciada em 1964, dado o domínio

CAPÍTULO II –

A dupla conotação da Segurança Nacional no governo JK através do Conselho de Segurança Nacional

A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros à conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade. [...] o conceito de segurança não faz com a sociedade burguesa se sobreponha a seu egoísmo. A segurança, pelo contrário, é a preservação deste.¹⁹²

Na Introdução e no Capítulo anterior, apresentou-se a configuração do Estado brasileiro frente ao desenvolvimento capitalista que aqui se instaurou – arcaico e dependente, que não reconhecia a legitimidade dos movimentos sociais. Tal postura estava explícita na própria Constituição de 1946 que tratava de forma ambígua as “liberdades” concedidas à sociedade civil e o que vai se acentuar ao longo da década de 1950, apesar dos discursos sobre a plena democracia.

Tal postura evidenciava as tensões no interior do poder em dar uma nova conformação à hegemonia política¹⁹³ – representada naquele momento no grande embate da sociedade civil – sobre os rumos da economia e do desenvolvimento brasileiro no contexto dos ditames da Guerra Fria.

Desse modo, a tônica das instâncias de controle, vigilância e repressão do Estado, concomitantes aos aparatos jurídicos que reforçavam e endossavam a *práxis* policial, claramente apoiaram as teses do desenvolvimento nacional via internacionalização do capital, acompanhado da máxima centralização política para controlar as demandas sociais, incluindo-se aí os defensores das propostas de desenvolvimento endógeno.

indireto da burguesia nacional sob a figura dos militares, que em nome do desenvolvimento nacional, construíram um aparato repressivo e violento para conter as demandas populares. Cf. MARTINS, Carlos Estevão. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais – Brasil em Foco. v. 1)

¹⁹² MARX, Karl. *A questão judaica*. 4. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2007. p. 35. [2003]

¹⁹³ O termo **hegemonia** quando se refere às relações políticas entre classes, frações de classes, partidos e categorias sociais é definido por Gramsci. Assim, “a capacidade de direção intelectual e política que uma classe ou fração de classe possui, para constituir-se em classe dirigente, obtendo o consenso ou passividade da maioria da sociedade diante de um projeto social”. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 394.

O conflito subjacente era o da convivência de liberdades democráticas com propostas de mais restrições à já restringida constitucionalidade, às quais nortearam as reivindicações da cúpula policial no que tangia a mudança na Constituição, revogando os entraves jurídicos que impediam, segundo eles, a observância à lei no tocante à implementação da Lei de Segurança Nacional (LSN).

Portanto, naquela conjuntura:

[...] o controle da sociedade civil encontrava fundamento nas respectivas Leis de Segurança Nacional. A dos anos de 1935, que dispunha sobre crimes contra a Ordem Política e Social, na de 1938, que versava sobre crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social; e no anteprojeto de 1947 que definia o que era considerado crime contra a segurança externa ou interna do Estado e a ordem política e social.¹⁹⁴

Sob essa perspectiva, o início da Guerra Fria somente intensificou a cultura repressiva inerente ao Estado brasileiro, na medida em que o crescimento das agremiações de esquerda e a mobilização da classe trabalhadora expressavam – para a burguesia engendrada nos interesses do capital mundializado – um crescente perigo.

Assim, o estabelecimento da Escola Superior de Guerra (ESG) naquele período (1948) e o debate sobre os riscos da vigência da ordem constitucional, a partir de 1946, caracterizaram o empenho das Forças Armadas na manutenção do “*status quo*” ao defender um desenvolvimento com maior ou menor participação do capital internacional. Era nesse exato contexto que se reforçava o ideário sobre a Segurança Nacional que, posteriormente, engendraria a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).¹⁹⁵ A partir da configuração deste cenário, afirma o cientista político Francisco Ferraz:

¹⁹⁴ IPÓLITO, Verônica Karina. “Hierarquização de ideias: a Lei de Segurança Nacional de 1953, o PCB e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no norte do Paraná”. In *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, set. 2011. pp. 862-870. [p. 863]

¹⁹⁵ Na verdade, as ideias que permeiam a Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, se constituíram na adaptação de ideias desenvolvidas no exterior para a realidade brasileira. Pode-se dizer que, no processo social e político iniciado a partir de 1930, já estavam sendo cultivadas algumas das sementes para as ideias desenvolvidas na Escola Superior de Guerra (ESG).

Esta confluência de aspirações entre elites militares e civis pôde fazer da recém-implantada Escola Superior de Guerra um espaço privilegiado para a moldagem de um projeto político comum. Estavam assim cada vez mais distantes as reservas existentes entre os membros das Forças Armadas e algumas frações burguesas em ascensão, o que acabaria permitindo um relacionamento mais equilibrado. A doutrina da Segurança Nacional, ideologia aglutinadora desses interesses, contribuía para a ação política de classe, gestando estrategicamente um planejamento com fins específicos, voltado para a construção de uma sociedade industrial plenamente articulada ao capitalismo mundial.¹⁹⁶

Para reforçar o quadro reacionário do controle da sociedade civil naqueles anos, tramitava no Congresso Nacional – desde 1947 –, o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional encaminhado pelo Ministério da Justiça ao governo do Presidente Dutra, o que muito interessava às Forças Armadas e às autoridades policiais.

Depois de um longo debate parlamentar, a aprovação do anteprojeto em Lei de Segurança Nacional – contraditoriamente obtido sob a égide de uma Constituição liberal, como a de 1946 –, definia a criação de uma legislação específica que versava sobre os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Assim, pelos termos da Lei aprovada sob nº 1.802, de 05/01/1953, as Forças Armadas e os sistemas policiais brasileiros passam a considerar a perspectiva de “guerra total” e fortalecem, a partir daí, a Polícia Política¹⁹⁷ que centrou no controle da vigilância e da repressão à sociedade civil todo o seu potencial represado em justificar e cerrar ataque as ameaças de viés dito comunista à sociedade nacional.¹⁹⁸

Essa radicalização reforçada pelos apelos da Guerra Fria refletia também a dupla crise do segundo governo de Getúlio Vargas: de um lado, a procura da

¹⁹⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. *À Sombra dos Carvalhos. Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955)*. 1. ed. Londrina/PR: Editora UEL, 1997. p. 24.

¹⁹⁷ O termo **polícia política** tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na História do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e a segurança pública”. Dentro desse enfoque, a “polícia política” seria resultante de um processo de “especialização” dos órgãos da instituição policial, surgindo, formalmente, em 1933 com a criação na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) a qual, com a Seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social, encarregou-se dos chamados crimes políticos e sociais. Cf. XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. In *DOPS: a lógica da desconfiança*. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

sustentação política no movimento sindical diante dos vários segmentos sociais que repudiavam o seu governo e, de outro, a crise no interior das Forças Armadas que minavam sua base de apoio, conforme afirma José Murilo de Carvalho.

A organização militar que se alterava profundamente na estrutura, na ideologia e no poder político por força do próprio acordo com Vargas, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do presidente. Incompatível, sobretudo, com a tentativa de mobilizar novo ator político, o operariado. A partir daí, a luta foi sem trégua. A morte de Vargas em 1954 não pôs fim ao conflito, pois se passou então a combater sua herança política, ou seu fantasma que se diziam encarnados em Juscelino Kubitschek e João Goulart.¹⁹⁹ Em 1964, travou-se a batalha final que deu a vitória à facção militar anti Vargas [sic] e a seus aliados civis, abrindo-se novo ciclo político na história do país.²⁰⁰

Dessa maneira, a reordenação das forças políticas em torno do governo Vargas não só afastava os militares das posturas do presidente, mas afastava também a burguesia industrial que via na aproximação do governo com a classe trabalhadora, além do medo da instabilidade social, um ônus ao empresariado para atender às demandas dos trabalhadores representados pelos sindicatos.

Mesmo com o desaparecimento de Vargas do cenário político, no interregno entre o governo do presidente interino Café Filho²⁰¹ e a posse de Juscelino Kubitschek, as notícias de golpe²⁰² se avizinhavam concomitantes aos protestos da classe trabalhadora, tanto no campo como nas cidades, em virtude das péssimas condições de sobrevivência que aquele modelo econômico produzia: uma inflação galopante e a não aplicação das Leis Trabalhistas, sobretudo junto aos trabalhadores rurais. Fora isso, havia grandes dificuldades de ordem econômica: a dificuldade maior era na obtenção de empréstimos para o

¹⁹⁹ **João Belchior Marques Goulart (1919-1976).**

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 102. (Coleção Nova Biblioteca de Ciências Sociais)

²⁰¹ **João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970).**

²⁰² Tanto para a imprensa burguesa como a comunista, a iminência de um golpe de Estado era evidente, pois a cada polêmica surgida em que os Ministérios das Forças Armadas estivessem envolvidos, os jornais logo demonstravam o clima de “racha” nas Forças Armadas, o que para a sociedade civil demonstrava ser o caos, pois as três Armas eram consideradas guardiãs do Estado democrático. Em razão disso, o clima de denúncia prevalecia e os Comandos militares ficavam irrequietos. O Clube Militar apimentava, então, essa polêmica de golpe iminente, através das facções que se digladiavam no interior do Clube e mesmo na imprensa durante aqueles anos.

financiamento da dívida interna e um quadro de permanente desequilíbrio cambial que aumentava ainda mais a instabilidade econômica no Brasil.

Devido a esse quadro de crise estrutural e conjuntural, tanto para a burguesia industrial como para a burguesia agrária, a possibilidade em ter de acatar as reivindicações da classe trabalhadora – que já se manifestava no intenso movimento grevista que assolava os centros urbanos, assim como as propostas por reforma agrária²⁰³ advindas das lutas empenhadas pelas Ligas Camponesas²⁰⁴ –, se configurava como uma ameaça à propriedade privada e, sendo assim, seus agentes deflagradores teriam que ser aniquilados.

Esse falso dilema entre o campo e a cidade na realidade embutia a correlação de forças inerente à transição da economia agrário-exportadora para urbano-industrial e revelava as especificidades da economia capitalista que aqui se desenvolveu – onde o arcaico e o moderno não se excluíram, mas, ao contrário –, compuseram a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento industrial, conforme aponta Francisco de Oliveira.

Nos anos da passagem da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de

²⁰³ Durante toda a década de 1950, o debate em torno da questão agrária é intenso. Os Institutos de Pesquisa, a CEPAL, o ISEB, a *Revista Brasiliense* e, principalmente, o historiador Caio Prado Júnior eram críticos contumazes do problema do campo no Brasil. Conforme observa a pesquisadora Vânia Losada Moreira, o ensaio de Caio Prado “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” estabeleceu de modo contundente a orientação da *Revista Brasiliense* sobre o problema agrário. Entre as contribuições realizadas pelo artigo figurava, em primeiro lugar, a distinção das categorias sociais que compunham a população rural, ao desmontar os subterfúgios ideológicos que igualavam os grandes proprietários e a massa miserável do campo. De acordo com Caio Prado Júnior, a literatura social e econômica, bem como as diretrizes da Administração Pública, escamoteava as verdadeiras razões das péssimas condições de vida da população rural. A visão oficial equivocava-se ao interpretar a pobreza rural como resultado do baixo nível técnico do setor agropecuário e de seus problemas de comercialização e financiamento. Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 18. n. 35. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 1998.

²⁰⁴ As **Ligas Camponesas** surgiram durante a década de 1950, em Pernambuco, apesar de já esboçarem os primeiros sinais de sua formação alguns anos antes. Francisco Julião foi um de seus principais líderes.

capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de acumulação primitiva.²⁰⁵

Para o capitalismo selvagem ou atrofico, segundo Florestan e Chasin, e ante a debilidade da burguesia em administrar os conflitos de classe – fruto da sua dinâmica de instauração de concentração do capital –, o Estado soube garantir tais interesses de classe, através dos seus aparatos coercitivos que garantiam a repressão às classes subalternas. Nesse sentido, o discurso democrático das autoridades não correspondia com sua atuação própria, pois a truculência policial e a não observância da lei, o desrespeito às conquistas e avanços da classe trabalhadora, caracterizavam os limites do capitalismo brasileiro, devido a incompletude da sua burguesia.

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanitárias e de tentativas mesmo utópicas de realizar na prática o cidadão e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido ocorridos no século passado e no início deste século foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas pelo alto através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um grande mundo democrático contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada.²⁰⁶

Para as Forças Armadas – que refletiam as preocupações dos grupos dominantes quanto à participação política das classes subalternas –, aquele cenário de crise reforçado com a morte de Vargas só aumentava os receios de

²⁰⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 42.

²⁰⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas de nosso tempo, v. 51); _____. *A democracia como valor universal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, v. 9); ou em edição da Lech (São Paulo, 1980). [Apud CHASIN, 2000. Op. cit., p. 54]

qualquer tentativa de extensão de direitos previstos constitucionalmente a toda população. Conviver com esse paradoxo entre o Estado de Direito, o aumento da infiltração comunista nas instituições e a perda de controle dos movimentos sociais, segundo os militares, configurava o caos social. Por conta de tal receio, propunham uma maior centralização e mapeamento dos “inimigos” havidos –, sendo por muitos considerada a melhor solução em médio prazo – e já contava com a perspectiva corretiva da própria instituição militar, em caso de desestabilização constitucional.²⁰⁷

2.1 A visão da Escola Superior de Guerra na reestruturação do Conselho de Segurança Nacional

2.1.1 A Segurança Nacional e o novo papel do CSN

Depois da aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1953 e com a estrutura já montada para as Polícias Políticas agirem, como forma de garantir a circulação de informações entre as instituições governamentais, em abril de 1955 o então Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General das Forças Armadas e da ESG, Juarez Távora,²⁰⁸ encaminha ao Presidente da República, Café Filho, um anteprojeto de Lei de reestruturação do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Esse anteprojeto refletia, segundo Juarez Távora,²⁰⁹ as preocupações do Executivo federal²¹⁰ com o reduzido grau de poder de que dispunha o Estado para

²⁰⁷ “As constituições adotadas em 1891, 1934 e 1946 eram praticamente idênticas nas duas principais conclusões sobre o papel do militar na política brasileira. Este papel foi estabelecido em duas cláusulas básicas. A primeira afirmava que os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade do funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário. Na segunda cláusula, estipulava a obediência dos militares ao executivo, mas afirmando, significativamente, que deveriam obedecer somente ‘dentro dos limites da lei’. Com efeito, isto os autoriza a prestar uma obediência apenas discricionária ao presidente, uma vez que ela dependia de sua decisão sobre a *legalidade da ordem presidencial*. STEPAN, Alfred. “Capítulo 4: Aspectos civis do ‘Padrão Moderador’”. In *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 59.

²⁰⁸ **Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975).**

²⁰⁹ Figura importante na História Militar do Exército participou do Movimento Tenentista e foi membro da União Democrática Nacional (UDN), da ala antigetulista. Indicado Diretor da Escola

integrar todos os meios disponíveis, capazes de garantir a consecução de seus interesses.

[...] dotar a nação do órgão mediante o qual poderá o Governo definir as linhas nacionais de aplicação dos recursos da União, com vistas ao efetivo fortalecimento do Poder Nacional e, em consequência, à obtenção de conveniente grau de segurança.²¹¹

O General Távora, na sua exposição de motivos, afirmava que no âmbito interno seria necessário levar em conta a crise econômico-financeira motivada pelo desequilíbrio da produção, pela deficiência dos transportes e pela escassez de energia, problemas decorrentes da falta de coordenação dessas atividades em nível nacional.

No âmbito internacional previa possíveis conflitos devido à nova configuração dos sistemas econômicos entre o bloco ocidental X bloco comunista, e reforçava a necessidade de estreitarem-se, ainda mais, os compromissos de cooperação e de defesa do continente ocidental, os quais colocavam o país no rol dos países desenvolvidos²¹² e asseguravam também a segurança interna.

Os compromissos a que o General Távora se referia eram, fundamentalmente, os firmados com os EUA, não só em relação a uma política de

Superior de Guerra em 1952, foi eleito em 1954 para o cargo de Vice-Presidente do Clube Militar, assumiu a Chefia do Gabinete Militar no governo do Presidente Café Filho, foi candidato a Presidente da República pela UDN em 1955 e elegeu-se Deputado Federal pelo Partido Democrático Cristão, em 1962. Foi ferrenho adversário do governo João Goulart e apoiou o golpe militar de 1964. Com o início da Ditadura Militar, dirigiu o Ministério de Viação e Obras Públicas até março de 1967.

²¹⁰ O General Juarez Távora se referia à apresentação do Presidente Café Filho ao Congresso Nacional das atividades governamentais no decurso de 1954, evidenciando os aspectos da realidade nacional que afetavam a Segurança Nacional.

²¹¹ Exposição de motivos do Secretário-Geral do CSN ao Presidente da República, encaminhando anteprojeto da Lei de reestruturação do referido órgão, datada de 12 de abril de 1955. Arquivo pessoal Juarez Távora do CPDOC-FGV. JT dpf 1954.08.26, página 86.

²¹² Em ocasiões diversas, Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, repetiu que a Política Externa brasileira se resumia na seguinte orientação: apoiar os Estados Unidos em seu papel de potência mundial, em troca do apoio deste a supremacia do Brasil na América do Sul. Conforme a prática na condução da Política Externa brasileira, essa orientação era descrita por Aranha como uma tradição, legada principalmente pela Chancelaria do Barão do Rio Branco. Inserida no governo Vargas, tal política devia auxiliar os projetos do governo que buscavam centralizar e modernizar o Estado e industrializar o país. Supunha-se, portanto, que uma aliança com os norte-americanos renderia frutos neste sentido. ALVES, Vágner Camilo. “Ilusão desfeita: a ‘aliança especial’ Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial”. In *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). n. 48. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 155. [pp. 151-177]

segurança continental (ideologia pródiga da Guerra Fria), mas pela possibilidade de investimentos norte-americanos na produção e na infraestrutura o que, segundo ele, assegurariam maior acumulação do capital para o país.

Por isso, a ação coordenadora só poderia ser alcançada mediante a apresentação de projetos harmônicos bem definidos no tempo e no espaço, destinados a promover o desenvolvimento seguro do conjunto das atividades nacionais, “ao invés de limitarmo-nos à execução de planos regionais, divorciados do quadro geral, ou de planos isolados que abrangem setores *restritos da vida nacional*”.²¹³ Tal planejamento exigiria um elevado quadro de técnicos bem treinados destinados a atender as necessidades do Governo Federal.

Essa linha de raciocínio do conhecido general convergia diretamente com sua formação e revelava seu próprio alinhamento intelectual com a Escola Superior de Guerra, para a qual a instauração de uma tecnocracia-estatal seria uma condição “*sine qua non*” para o planejamento e o desenvolvimento do país. Com tais ideias concordava um dos mentores da ESG, General Antônio Jorge Corrêa.

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular através de um método científico a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites da defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levou o nosso Governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica (decreto de outubro de 1948 do Governo do Presidente Dutra). Tal critério logo evoluiu para o da criação de um instituto de altos estudos, voltado para o planejamento e a direção da segurança nacional. (lei de 20 de agosto de 1949). Em vez de escola puramente militar, destinada apenas ao estudo das questões referentes ao emprego das grandes unidades estratégicas e à direção de guerra, como queria o decreto de 1948, surgia, em 1949, este instituto como centro permanente de pesquisas, destinado a preparar, para o exercício de funções de direção e de planejamento da segurança nacional, oficiais das Forças Armadas e civis que se houvessem destacado em seus campos.²¹⁴

²¹³ Exposição de motivos do Secretário-Geral do CSN ao Presidente da República, encaminhando anteprojeto da Lei de reestruturação do referido órgão, datada de 12 de abril de 1955. Arquivo pessoal Juarez Távora do CPDOC-FGV. JT dpf 1954.08.26, página 85.

²¹⁴ SILVA, Hélio. 1945: *Por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 465. Fala do General Antônio Jorge Corrêa.

Távora afirmava na sua argumentação ao Executivo, que tal estrutura técnica já existia, pois desde governos anteriores a ESG vinha realizando estudos sobre os mais prementes problemas do país, diagnosticando suas causas e interligações e buscando apontar alternativas de solução. Inclusive, já haviam diplomado cinco turmas de estagiários, civis e militares, iniciando-os no trabalho de planejamento para a Segurança Nacional, esclarecia.²¹⁵

Diante do exposto, caberia então montar um órgão de assessoramento ao governo com a missão de orientar esse planejamento, e que para isso não haveria necessidade, por ora, de um novo organismo na Administração Pública, parecendo oportuno aproveitar o Conselho de Segurança Nacional que, sem prejuízo das atribuições constitucionais que lhe eram próprias, poderia, através de adequada reestruturação, tomar a seu cargo essas tarefas.

Mais uma vez, a ideia da centralização de informações era apontada como medida eficaz para resolver os problemas nacionais e também como reforço à Segurança Nacional.²¹⁶ Assim, segurança nacional e desenvolvimento econômico eram sinônimos, tanto na visão dos grupos dominantes, como no Alto-Comando das Forças Armadas.

Para o General Távora seria indispensável que o CSN se mantivesse constantemente informado de todos os acontecimentos que pudessem interessar à Segurança Nacional. De quebra, propunha que tal centralização ocorresse através da Secretaria-Geral do órgão, superintendida por ele. Tal Secretaria poderia assessorar o CSN na fixação das linhas gerais da política de Segurança Nacional que seriam traduzidas em diretrizes orientadoras do planejamento dos diversos setores no âmbito político, econômico, psicossocial e militar. Ou seja, a Segurança Nacional. interna e externa.

Desse modo, é dado observar a alguns itens do anteprojeto nº 176 de 1955,²¹⁷ que dispunha sobre a competência, organização e funcionamento do

²¹⁵ SILVA, 1976. Op. cit.

²¹⁶ O General Távora propõe ainda algumas medidas que contribuiriam para a resolução dos problemas nacionais. Em primeiro lugar, diz ele, deveria ser implantada uma burocracia estatal para o controle, planejamento e responsabilidade funcional através da redução dos grandes órgãos ligados aos altos escalões, propiciando assim uma coordenação efetiva política, econômica e financeira, de bem-estar-social e para a defesa nacional. Em outras palavras, a centralização dos negócios do Estado. Cf. OLIVEIRA, 2012. Op. cit., p. 91.

²¹⁷ Exposição de motivos do Secretário-Geral do CSN ao Presidente da República, encaminhando anteprojeto da Lei de reestruturação do referido órgão, datada de 12 de abril de 1955. Arquivo pessoal Juarez Távora do CPDOC-FGV. JT dpf 1954.08.26, página 84.

CSN. Conforme se observa no documento, a temática da Segurança Nacional implicaria a segurança externa e a interna, ou seja, “*superintender, em todo território nacional, as atividades de informações de interesse para a segurança nacional*” e mais, estabelecer a vinculação entre as Forças Armadas e todos os Ministérios Cíveis:

Da competência: O CSN estudará todos os problemas que interessassem à segurança do país, tendo em vista o estabelecimento de uma Política de Segurança Nacional que objetive: o preparo da Nação para defender-se eficientemente em caso de guerra e o fortalecimento do potencial nacional adequando-o à consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais.²¹⁸ A sua competência era estabelecer os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional; assessorar o Presidente [da República] no estabelecimento das linhas gerais da Política de Segurança Nacional e elaborar as consequentes diretrizes governamentais.

Da organização: O CSN seria presidido pelo Presidente da República e dele participariam, na qualidade de membros efetivos, todos os Ministros de Estado e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Para o desempenho das suas funções o CSN disporia de uma Secretaria-Geral constituída de um Gabinete, do Serviço Nacional de Informações e do Departamento de Estudos e Planejamento.

O **Serviço Nacional de Informações** [SNI] teria por finalidade superintender, em todo território nacional, as atividades de informações de interesse para a Segurança Nacional. O Departamento de Estudos e Planejamento teria por finalidade promover os necessários estudos para que o Governo pudesse traçar as linhas de ação de sua Política de Segurança Nacional, bem como, a qualquer momento, reajustá-las de acordo com os interesses nacionais. Para consecução desses propósitos, cada Ministério Civil manteria um Serviço de Segurança Nacional, em ligação direta com a Secretaria-Geral do CSN. Nos órgãos autônomos não ministeriais, poderiam também ser criados serviços de Segurança Nacional, a critério do poder Executivo.

Dessa maneira, através da mediação do CSN, todas as atribuições do Estado estariam fortalecidas no que concernia ao planejamento econômico, social e político por uma linha definida de Segurança Nacional.

O risco de tal centralização não passou despercebido nem pela grande imprensa que, em geral, dava seu apoio a tais propostas. Quando o Governo

²¹⁸ “Objetivos nacionais são realidades ou aspirações relacionados com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados no espírito da elite, se transmitem à sensibilidade do povo-massa com hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional”. Cf. *A segurança nacional: sua conceituação seu estudo na ESG*. Rio de Janeiro, ESG, documento C-01-59, p. 4-5. [Apud FERRAZ, 1997. Op. cit., p. 21]

Federal acata a proposta de ampliação de poderes do CSN, o jornal *Correio da Manhã*, em 17 de abril de 1955, tece os seguintes comentários:

Essa acumulação de poderes administrativos, militares, diplomáticos, econômicos e financeiros não encontra modelos nas Constituições democráticas em vigor nas Américas ou na Europa. Há só um exemplo, de passado relativamente recente, de autoridade comparável de um órgão deliberativo do governo: o *Gran Consiglio* do regime fascista. Mas este, pelo menos, assim confessadamente em defesa de um determinado partido sem esconder de trás do pretexto de defender a segurança da nação. [...] o projeto de Lei governamental é uma impossibilidade. Se vingar, talvez fique mais seguro o CSN, mas em compensação, perderão a segurança de sua liberdade os brasileiros.²¹⁹

Além da imprensa, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados rejeitou a proposta, solicitando seu arquivamento e denunciando o cerceamento à sociedade brasileira que nele estava embutido.²²⁰ Apesar das críticas e dos posicionamentos contrário dos parlamentares, o estreitamento de relações entre o CSN e os órgãos encarregados da Segurança Pública em todo o território nacional continuou, praticado pelas autoridades de ambos os órgãos. Assim, em dezembro de 1955, o Chefe do Gabinete do Secretário-Geral do CSN, Coronel Antônio Accioly Borges, solicita ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

Proponho a Vossa Excelência se digne verificar a possibilidade de que esse estreitamento de relações se efetue, com a remessa a esta SG, à Avenida Presidente Vargas, 463/21º andar, de um boletim contendo informações que, de qualquer forma, interessem à Segurança Nacional. Certo da valiosa cooperação de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de minha estima e elevado apreço.²²¹

A integração entre tais sistemas logo adquire periodicidade, com o envio, pelas Polícias Civil e Militar estaduais – incluindo-se aí as DOPS –, de Relatórios

²¹⁹ Artigo do jornal *Correio da Manhã*, publicado no dia 17/04/1955. Arquivo pessoal Juarez Távora do CPDOC-FGV. JT dpf 1954.08.26, páginas 93-94.

²²⁰ Disponível:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=172655>

Acesso: 09/01/2012.

²²¹ Correspondência secreta entre o Chefe de Gabinete do CSN e Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 27 de dezembro de 1955. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745, documento nº 128.

quinzenais ao Secretário-Geral do CSN, relativos às questões “ordem social” e “comícios”.²²² O Delegado-Geral da Polícia de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, encaminha a seus subordinados – incluindo o Chefe do Serviço Secreto da DOPS-SP, o pedido do Secretário-Geral solicitando relatório quinzenal.

O propósito do CSN – ligado diretamente ao poder Executivo e tendo como membros efetivos, inclusive, comandantes do alto escalão das Forças Armadas –, era o de gerenciar as informações com a *expertise* e a sofisticação que haviam aprendido com a convivência, durante os treinamentos com os norte-americanos.

Não bastava ter um amontoado de informações desconexas, a quantidade não garantia o bom gerenciamento logístico das ações do Estado, ponderavam à época, os defensores desta ideia. Ou seja, não bastava integrar as informações, era necessário padronizar a coleta, as estratégias de vigilância, definir o foco da suspeição e da logística repressiva.

A tecnocracia estatal que tanto a ESG almejava e que ela colocara em prática através da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), expressava essa nova visão de Estado, onde o planejamento das ações em todos os níveis melhoraria a coordenação do Executivo, principalmente na esfera da defesa e manutenção do Estado. Assim haveria uma melhor sintonia no gerenciamento dos aparatos coercitivos, no tocante a efetivação da repressão.

Desse modo, parece ser essa prática que se efetivava na proposta de reformulação do CSN. Pois a ideia subjacente do anteprojeto é que não haveria desenvolvimento econômico e político sem uma estratégia de Segurança Nacional vinculada.

Nessa linha de raciocínio, a rede composta pelas DOPS estaduais, o DFSP e a DPS, ainda não era suficiente para tornar o Executivo federal forte o bastante para promover o desenvolvimento nacional com segurança. Era necessário haver uma centralização em um único órgão capaz de gerenciar toda essa imensa rede de informações – tanto vertical quanto horizontalmente –, ao promover as providências a serem tomadas.

²²² Despacho secreto enviado ao Chefe-Delegado da 5ª Divisão Policial pelo Delegado-Geral Carlos E. Bittencourt Fonseca, em 05 de março de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745, documento nº 127.

Há de se notar a sintonia fina da ideologia esgueniana²²³ nos Decretos que inauguraram o governo de JK, de que é exemplo a sua mensagem ao Congresso no ano de 1956, ocasião em que o presidente recém-empossado atribuiu ao CSN a tarefa de defender o país contra as “ideologias extremistas”.²²⁴ Segundo a mensagem, caberia ainda ao Conselho assessorar o presidente no estabelecimento das linhas gerais da Política de Segurança Nacional e das próprias diretrizes do Governo. Deixar essa responsabilidade governamental fora do crivo do poder Executivo representaria uma perda de controle político e, consequentemente, a falta de planificação dos objetivos nacionais.

De qualquer forma, em 1958, foi fixado pelo Decreto nº 45.040, o Regimento da Secretaria-Geral do CSN, com a justificativa da manutenção da soberania e da segurança (interna e externa) do país. Conforme esse regimento, caberia à Secretaria elaborar o Conceito de Estratégia Nacional e definir a execução dos planejamentos governamentais na área. À Secretaria-Geral coube dirigir, coordenar e orientar as atividades de informação de interesse para a Segurança Nacional, conforme proposto no projeto original de Juarez Távora.²²⁵

Nessa perspectiva, a disposição do Governo – nos primórdios do nacional-desenvolvimentismo – de reestruturar o CSN, dando-lhe a competência de centralizar o controle e a vigilância exercidos até então de modo descentralizado no Executivo federal, foi somado à pressão norte-americana – na figura do então Secretário de Estado, John Foster Dulles – que instava o Governo brasileiro a criação de um Serviço de Inteligência centralizado no poder Executivo. Sendo assim, dois anos antes da aprovação do regimento da SG/CSN, em 1956, o

²²³ Tancredo Neves aconselhava JK a manter sempre a Petrobras e a Segurança (DOPS e Chefes de Polícia) nas mãos dos militares, pois estes estavam sempre presentes nas grandes decisões. Passaram não apenas de corresponsáveis, mas, como agentes fiscalizadores junto ao próprio Governo. Havia representantes das Forças Armadas em todas as Comissões Executivas, em todos os setores-chave ligados ao Desenvolvimento e à Segurança. Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1979. p. 185.

²²⁴ Assim, JK não fazia mais distinção entre o “inimigo interno” comunista ou de grupos que não apoiassem sua política de governo. Embora o seu discurso explicitasse o comunismo como único “inimigo” a ser combatido, fica implícito que não compactuar com seu modelo de desenvolvimento industrial significava ser “inimigo”, não somente do seu governo, mas da Nação como um todo, uma vez que ele acreditava que sua proposta era a certa. Cf. LIMOEIRO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 234.

²²⁵ Como a Segurança Nacional incluía a prospecção de estudos sobre a riqueza do subsolo do país, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) passou a atuar junto com o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e o CSN. Essas três instâncias do Governo também atuaram juntas na definição de diretrizes de uma política atômica nacional desde essa época.

Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que até então estava somente no papel – pois fora criado no governo Dutra, e por falta de recursos infraestruturais não se efetivara –, fora incrementado de fato.²²⁶

Tal Serviço ficou subordinado, então, ao CSN, pois competia a este último gerenciar e coordenar as informações no país, recebendo apoio financeiro e logístico através da CIA e do FBI. O General Humberto Melo foi nomeado responsável por esse órgão federal.

2.1.2 Resistências estaduais à reativação do SFICI

As instituições policiais eram unânimes no apoio ao mapeamento e à repressão dos movimentos sociais, mas reconheciam que apenas os grandes centros é que possuíam os melhores recursos humanos e econômicos, como também possuíam as melhores unidades policiais. Era o caso das DOPS de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, para citar a algumas. No caso do Distrito Federal ainda havia a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que sempre se colocara como a autoridade principal da *práxis* policial.

Os estados mais pobres da Federação amargavam com estruturas policiais deficientes e, ainda assim, alimentavam de informações as polícias dos grandes centros. Por exemplo, a DOPS-SP possuía documentos de todos os estados da Federação, demonstrando sua importância estratégica que, juntamente com a DPS, detinha também material similar.

Após a reativação do SFICI, os Boletins de Informações que circulavam semanalmente entre os Departamentos de Polícia (similares a um *clipping* de notícias atual) denotam um tom de desdém com o fato.

²²⁶ Após o término da Segunda Guerra Mundial, já em 1946, o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra fracionou a estrutura da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em três seções encarregadas de "**organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico relativos ao Plano de Guerra**". Além disso, atribuiu à 2ª Seção a responsabilidade de "**organizar e dirigir o Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI**", organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das informações no Brasil. Em 1949, foi aprovado o Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional – RSISN, o qual se tornou o primeiro instrumento legal que objetivamente visava à proteção das informações julgadas sigilosas pelo Estado brasileiro.

A reativação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) serviu como um modo para reestruturar a dimensão policial da época, uma vez que a centralização e a normatização dos procedimentos dos Serviços de Inteligência afetavam diretamente as cúpulas estaduais das Delegacias de Polícia Política, que até então dominavam o trânsito das informações.

Os comentários sobre a articulação dos militares com o poder Executivo nacional, o que teria favorecido a decisão de concentração da estrutura policial, tornaram-se recorrentes nos exemplares dos Boletins de Informações, conforme se observa no exemplo abaixo,

Rio de Janeiro, nove de outubro de 1958. [sic]

Serviço de Informações e Contrainformações. Em complemento ao nosso noticiário do dia 06, s/n, informamos que o novo serviço cobrirá todo o território nacional, apoiado em verba especial de alguns milhões de cruzeiros, e “como arma política do governo.” O Coronel Humberto de Melo, considerado um dos homens de confiança de JK, arregimentará agentes para todos os estados, no sentido de informar o governo sobre tudo o que possa ocorrer no setor político-administrativo, especialmente em São Paulo e Minas Gerais (os dois primeiros setores a serem imediatamente cobertos).²²⁷

No mesmo Boletim, outro comentário a respeito do SFICI, revela claramente as disputas de poder entre as Forças Armadas e as Polícias Cíveis, no caso, as Polícias Políticas, para o controle do Serviço.

O decreto reservado baixado há dias pelo Sr. Kubitschek, criando o SFICI (FBI do Brasil), e indicando para dirigi-lo o Coronel Humberto de Melo, veio apenas oficializar o que já existia de longa data, isto sem “nome”. O Serviço já funcionava dirigido pelo mesmo Coronel Humberto de Melo e subordinado a uma das seções do Conselho de Segurança Nacional, cujo secretário-geral é outro Melo – O General Nelson. O Cel. Humberto desejava responder pelo Serviço diretamente com o secretário-geral do CSN, em plano idêntico ao chefe de gabinete do Conselho. Os atritos começaram a surgir entre o Cel. Humberto e o chefe do gabinete (Cel. Alexínio e agora Cel. Crisóstomo), razão pela qual o Cel. Humberto inventou a ideia do decreto, que determina que o serviço seja autônomo. Mas o decreto não andava. O Cel. Humberto teve então um incidente com o General Nelson (acusado de engavetar o projeto) e ameaçou demitir-se

²²⁷ Acervo documental da Pasta do Conselho de Segurança Nacional relacionada ao DOPS-SP. Percebe-se como a rede de informações é capilar, pois o CSN tem conhecimento dos bastidores internos da cúpula policial. Boletim de Informações Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-110 de 09/10/1958. Esse mesmo documento se encontra na pasta da DOPS-RJ. 50-Z-180-685^a.

do CSN. Como o general Nelson quisesse “enquadrá-lo”, o cel. Humberto revelou que tinha permissão pessoal de JK para com ele entender-se em questões de serviço, diretamente, passando por cima de todos. O mal-estar foi grande. Finalmente, o primeiro Melo (Humberto) conseguiu a aprovação do decreto.²²⁸

Os delegados das Polícias Políticas exprimiam a sua frustração ante a perda do poder de controlar as informações geradas em suas delegacias de polícia, uma vez que tal serviço federal centralizaria todo o fluxo de informações.

Além disso, ainda havia um fator mais delicado no melindre dos referidos delegados: era o fato deles, as Polícias Políticas estaduais, terem que enviar todas as suas informações para o Governo central encaminhar e julgar em um momento em que o chefe da nação era considerado por eles como comunista.

Essas disputas de poder interno na corporação policial explicitam que o poder Executivo, sempre na mira da alta cúpula das Forças Armadas, também era vigiado pelas Delegacias de Polícia Política e pressionado pelos segmentos dominantes, ou seja, não tinha garantia total – mesmo com a Constituição vigindo – de exercer as atribuições do poder sem os entremeios do conluio repressivo.

Devido a tal fragilidade, o poder Executivo “alimentava” extraoficialmente Serviços de Informações paralelos, na tentativa de antever atentados conspiratórios.

Essa prática, muito utilizada no governo Vargas, se dava devido ao enorme conflito no interior das Forças Armadas, onde as possibilidades de golpe eram uma constante. As informações que chegavam de seus Comandos Militares e das DOPS estaduais não eram confiáveis. Assim, através dos colaboradores de maior confiança de Getúlio Vargas, praticamente se organizou a um “serviço de informações paralelo”, que funcionava à revelia da estrutura governamental.

O mesmo aconteceria no governo JK, onde o General Lott²²⁹ – sabendo da vigilância que as Polícias Políticas exerciam sobre ele, por acharem que estava a serviço do PCB, somado à desconfiança da ala sorbonista ligada à ESG que o

²²⁸ Acervo documental da Pasta do Conselho de Segurança Nacional relacionada ao DOPS-SP. Percebe-se como a rede de informações é capilar, pois o CSN tem conhecimento dos bastidores internos da cúpula policial. Boletim de Informações Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-110 de 09/10/1958. Esse mesmo documento se encontra na pasta da DOPS-RJ. 50-Z-180-685^a.

²²⁹ **Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1894-1984).**

acusava de ser responsável pela divisão das Forças Armadas- mantinha o mesmo esquema de informações paralelas.

Desta feita, o General Lott era muito bem informado sobre os bastidores da Política e da Polícia Política no Brasil, pois tinha à sua disposição o Serviço Secreto do Ministério do Exército.

Sempre assessorado diretamente pelo major Alencar, que tinha a experiência do Serviço de Informações em São Paulo, Lott incrementou o dispositivo que informava o Ministro, vital naquele momento em que, por qualquer motivo, se falava na queda de Juscelino.²³⁰

Até a imprensa tinha conhecimento da clandestinidade dos serviços de informação, como atesta o jornal *Correio da Manhã*, em 11 de outubro de 1958.

Guerra Particular – *Correio da Manhã* – O Ministro da Justiça assinou portaria, aplicando a pena de suspensão por 90 dias ao funcionário Vidal Ferreira, que serve como investigador do DFSP. Qual foi o crime que inspirou ao ministro pena tão severa? O investigador tinha realizado diligências à revelia dos seus superiores, investigando por assim dizer em caráter particular o crime em vez de denunciá-lo. No mesmo dia em que o Ministro da Justiça assinou aquela portaria, veio à luz o caso do coronel Humberto de Melo que, sem conhecimento dos seus superiores e contra a vontade do Gabinete Militar da Presidência da República e do Conselho de Segurança Nacional, organizou uma polícia secreta, realizando em caráter particular investigações em todo o território nacional. O Ministério da Justiça não deu a conhecer a natureza das investigações realizadas pelo Sr. Vidal Ferreira. Quanto às investigações mais misteriosas realizadas pelo coronel Humberto de Melo, desejamos conhecer os objetos. Em matéria de intrigas e delações bastam as do fichário que a DOPS herdou do Estado Novo e mantém em dia. Gostaríamos de saber porque o coronel Humberto de Melo está gastando dinheiro público para fazer sua guerra particular.²³¹

É difícil imaginar que os investigados tenham feito diligências policiais à revelia de seus superiores, pois naquela tensa conjuntura do governo JK, o controle de informações sobre os inimigos políticos no interior do Governo seria

²³⁰ WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: RECORD, 2005, p. 226.

²³¹ Artigo publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 11/10/1958. Dossiê DEOPS 50-Z-180-754.

crucial para separar o “joio do trigo”, na montagem de um Sistema de Informações.

Além das disputas internas, o endosso norte-americano era moeda política no jogo do poder, uma vez que a presença de funcionários do FBI²³² era corriqueira no treinamento e na montagem do SFICI, conforme consta no Boletim de Informações da DOPS-SP.

O Serviço em questão controla todas as informações relacionadas à segurança nacional. Todas as secções de segurança dos Ministérios, portanto, acham-se tecnicamente subordinadas ao serviço do Cel. Melo. Nos meios militares a voz corrente que o Cel. Humberto de Melo está ligado diretamente ao “Federal Bureau of Investigations”, de Washington.²³³

A descoberta recente de documentos que demonstram como esse Sistema de Informações e repressão se tornou um órgão estratégico no governo JK, desencadeou um debate sobre a sua eficiência naquela conjuntura.

É o caso, por exemplo, do artigo de Wilson Machado Tosta Jr., que traz uma discussão importante. O historiador compara a documentação do SFICI guardada na Coleção X-9 do Arquivo Nacional²³⁴ (que revela a estrutura e o funcionamento do referido órgão) que contém os depoimentos de militares do baixo escalão que trabalharam no SFICI com os do alto escalão golpista descritos por Priscila Antunes e oriundos do CPDOC-FGV, no seu livro *SNI & ABIN...* (2001).

Para os funcionários do SFICI, o órgão já demonstrava – naquela conjuntura –, certa sofisticação e competência para a realização dos Serviços de

²³² Segundo Martha Huggins, a partir da década de 1930 institui-se outra forma de influência norte-americana sobre os países da América Latina, pois os Estados Unidos passaram a defender a política de “boa vizinhança” e o respeito pela soberania dos demais países da América. As formas de penetração assumidas a partir daí foram veladas e praticamente invisíveis. Eram firmados Tratados e Acordos (para troca de suspeitos e informações) e o país interessado poderia pedir ajuda ao FBI para montar seu serviço secreto. A colaboração ente a Polícia Política brasileira e a Embaixada Americana no combate ao comunismo era tal que a DOPS do Rio de Janeiro permitia o acesso a documentos que negava, inclusive, ao Ministério das Relações Exteriores. Os contatos e interferências eram feitos principalmente por meio de agentes do FBI, que ajudaram a organizar e centralizaram muitas forças policiais na América Latina, no período anterior a Segunda Guerra Mundial. HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

²³³ Acervo documental da Pasta do Conselho de Segurança Nacional relacionada ao DOPS-SP. Boletim de Informações Reservado Dossiê DEOPS 50-Z-745-110 de 09/10/1958.

²³⁴ BRAN, RIO X9. Informante do regime militar. In Arquivo Nacional.

Inteligência. Para os generais golpistas, pelo contrário, havia precariedade, amadorismo e ineficiência do SFICI, fatores suficientes para extingui-lo e absorvê-lo pelo SNI.

Desse cruzamento documental, o autor chega à seguinte conclusão:

Concordamos com Antunes (2001): não é possível determinar o grau de eficiência do SFICI, sobretudo no período que precedeu o golpe que acabou por extingui-lo. Mas, acrescentamos, também não é possível dizer, com segurança, que o órgão não tinha um nível bastante complexo de estruturação, tecnologia e profissionalização, indicados nos fragmentos de sua memória que nos chegaram às mãos, quase meio século após sua extinção. Parece evidente que, ao ser extinto, o SFICI avançara bastante em seu crescimento. Seu fim foi determinado por outras causas, possivelmente ligadas ao projeto político dos militares que tomaram o poder, mas essa hipótese deverá ser objeto de outras pesquisas.²³⁵

A documentação intitulada “X9” do Arquivo Nacional, são os Manuais de Treinamento dos agentes do SFICI. Visto nessa perspectiva, podem ser considerados como fragmentos de sua estrutura. Da mesma forma, a fala dos generais golpistas que Antunes apresenta também são juízos de valor, fragmentos de uma realidade, pois os generais falam em amadorismo do referido órgão, ao comparar e considerar o SNI como um órgão muito mais estruturado no pós-1964. Nenhum dos dois autores, na verdade, se detêm na década de 1950 e suas afirmações carecem de comprovação documental para proferir algum julgamento da competência ou não do SFICI. Desse modo, o presente trabalho tenta elucidar essa lacuna – através da comprovação documental –, que a estrutura do SFICI, como também do CSN, era extremamente competente e estruturada no quesito de centralização de informações em nível nacional.

Muitos dos críticos dos aparatos de vigilância e repressão ou, em outras palavras, das Delegacias de Polícia Política, falam em amadorismo nos serviços investigatórios e trâmites de informações. Há de se concordar que erros de julgamento e posturas amadorísticas são visíveis em alguns documentos produzidos por esses aparatos de vigilância, mas negar o

²³⁵ TOSTA JR., Wilson Machado. “O Serviço Federal de Informações e Contrainformação: depoimentos e controvérsia em fragmentos da História”. In *Revista Eletrônica Boletim do Tempo – Estudos de Defesa e Política Internacional*. n. 19. Rio de Janeiro, 2012.

complexo Sistema de Informações que se construiu naqueles anos e que seria absorvido por um dos aparatos mais sofisticados da América Latina na década de 1960, o SNI, é desprezar a imensidão documental que nos possibilitou chegar a tais conclusões.

2.1.3 Alterações no regulamento do DFSP e da DPS

Tudo indicava que, após a ativação do SFICI, a disposição de reformular e integrar os corpos policiais civis e militares no governo JK viesse para ficar.

As reformulações desses sistemas já haviam se iniciado em 1956. Em setembro daquele ano, o Presidente Juscelino assinou Decreto reafirmando que o Serviço de Investigações deveria manter-se em permanente vigilância político-social e realizar investigações sob orientação dos delegados de Divisão.²³⁶ O artigo seguinte, do mesmo Decreto nº 40.047, atribuía ao Serviço de Informações a execução e o controle de todas as atividades da Divisão, elaboração de códigos para a correspondência sigilosa e confecção de trabalhos técnicos solicitados pelas Delegacias de Segurança Política e de Segurança Social.

Desta maneira controlavam-se os conflitos internos das Polícias Políticas estaduais, pois o poder Executivo, além de centralizar as informações, coordenaria a atuação desses órgãos policiais de acordo com uma política de Estado centrada na Lei de Segurança Nacional (LSN), uniformizando a atuação das várias instâncias do poder.

Destaca-se o tom diplomático da missiva, no qual o órgão superior, praticamente pede um favor ao Diretor da DOPS estadual, que vá até a Capital debater as questões relativas à centralização

O Departamento Federal de Segurança Pública, procurando estabelecer maior aproximação com os diversos organismos policiais da federação e planejar uma ação coordenada e eficaz no combate às atividades extremistas nocivas à segurança nacional, muito agradecerá se V. Exa. concordasse na vinda a esta capital, como seu convidado, em data que melhor lhe conviesse, do Diretor do Departamento de Ordem Política e

²³⁶ Decreto nº 40.047, de 27 de setembro de 1956. Altera dispositivos do Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), particularmente o Artigo 108.

Social desse Estado, para debater a matéria com o Diretor da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) deste departamento.²³⁷

Tratava-se de uma reunião com o objetivo de articular a ação dos diversos organismos policiais estaduais, visando o funcionamento de um sistema permanente de troca de informações, conforme informa o Delegado Auxiliar da Quinta Divisão Policial do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Enzo Júlio Trípoli, ao Governador de São Paulo,²³⁸ Jânio Quadros.²³⁹

Tenho a honra de encaminhar ao alto conhecimento de Vossa Excelência o presente expediente, relativo aos entendimentos realizados entre o Diretor do DOPS e o Senhor Chefe de Polícia do Distrito Federal, a convite deste, visando a uma aproximação maior com os diversos organismos policiais da Federação, bem como ao planejamento de uma ação coordenada e eficaz no combate às atividades extremistas nocivas à segurança nacional. Manifestando-se de acordo com a proposta referente ao estabelecimento de um sistema permanente de permuta de informações, nos termos expostos pelo Diretor do DOPS, tenho a honra de submeter o assunto à alta decisão de V. Exa. 14/02/1958.²⁴⁰

O tema da unificação das Polícias era uma polêmica antiga, mas por entraves nas estruturas de poder internas da cúpula policial, não vingavam. Aliás, como vimos no capítulo anterior – Capítulo I –, era uma das propostas de mudança discutidas na Primeira Conferência Nacional de Polícia, em 1951. Assim, o “canto da sereia” repercutia nas diversas instâncias governamentais com propostas de unificação e controle das atividades policiais.²⁴¹

²³⁷ Convite de reunião no DFSP, enviado ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 05 de janeiro de 1958. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-40-1975.

²³⁸ Do mesmo teor é o Relatório do delegado supramencionado sobre o resultado da reunião ao Secretário de Segurança Pública, enfatizando que a permuta de informações recaem principalmente sobre o PCB. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-40-1975, folha 420.

²³⁹ **Jânio da Silva Quadros (1917-1992).**

²⁴⁰ Expediente entre o Delegado Auxiliar da Quinta Divisão do DEOPS-SP e o Governador Jânio Quadros. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-40-1975, folha 419.

²⁴¹ O Golpe de 1964 resolveu o problema, segundo as concepções da ideologia da Segurança Nacional, buscando a criação de uma Força Militar Auxiliar, adestrada para responder aos atos da guerrilha desencadeada por organizações que contestavam, pela via da luta armada, a ditadura então estabelecida. Em São Paulo fundiram-se a Guarda Civil e a Força Pública, e o resultado foi a sua Polícia Militar, guardando a mesma feição de suas congêneres nos demais estados da Federação, onde aconteceram fusões semelhantes. BICUDO, Hélio. “A unificação das polícias no Brasil”. In *Estudos Avançados*. v. 14. n. 40. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo – USP, 2000. p. 94.

Observe-se que, tanto a nível central, quanto estadual, toda esta movimentação era do pleno conhecimento dos governos Federal e Estaduais.

Tal conhecimento se observa já na pauta da referida reunião, organizada pelo Ministério da Justiça, aos quais tais organismos policiais estavam subordinados. Na reunião, os presentes receberam um roteiro que indicava as principais tarefas que todos deveriam cumprir. Quem o apresentou foi o Delegado Dr. Enzo Trípoli após uma longa preleção sobre a situação do comunismo no Brasil, calcada nas informações prestadas pelos delegados da DPS e da DOPS-SP. Devido a enorme infiltração do PCB na sociedade civil urgia, segundo ele, o estabelecimento de um sistema permanente de permuta de informes entre as duas instituições. Ou seja, era necessário:

- 1-** Estabelecimento dos assuntos para pesquisa (PCB): **a)** estrutura e composição (comitê central, seu secretariado e suas comissões; comitês regionais e de zonas; número de comitês distritais e de organizações de base; número respectivos de militantes); **b)** movimento sindical (sindicatos e organizações de classe com diretoria comunista e com frações comunistas na diretoria; nomes e antecedentes dos principais dirigentes comunistas; número de sindicalizados e número geral de profissionais da respectiva categoria.) **c)** movimento estudantil (idem); **d)** movimento feminino (idem); **e)** associações culturais e diversos (idem); **f)** imprensa (jornais, revistas e outros veículos de propaganda comunista: infiltração nas organizações independentes: principais dirigentes e jornalistas comunistas; **g)** movimento de massas (greves, pró-paz, contra cessão de bases, pró-legalidade do PCB etc.: principais dirigentes, finalidades aparentes e objetivos reais; **h)** Infiltração comunista na Administração Pública e nas autárquicas e de serviços públicos (nomes, postos e formas possíveis de atividades); **i)** congressos e conferências de inspiração comunista (principais dirigentes e participantes; finalidades aparentes e objetivos legais); **j)** firmas brasileiras e estrangeiras ligadas ao PCB (atividades; agentes de ligação; contribuições financeiras de vulto); **k)** representações estrangeiras ligadas ao movimento comunista (embaixadas, delegações, e consulados; agentes de ligação; atividades, especialmente espionagem); **l)** escolas e cursos de politização, de capacitação e de técnicas revolucionária (localização, funcionamento, programas, frequências, dirigentes e objetivos; **m)** organizações paramilitares do PCB (estrutura e composição; principais dirigentes; efetivos gerais e por área; armamento; contrabando; descaminho e depósitos de armas, explosivos e munições; rádio emissor de ondas curtas
-

clandestinas; **n)** infiltração nas classes armadas (quartéis, fábricas, depósitos, bases etc.; efetivos, postos e possibilidades); [...] ²⁴²

Enfatizava o roteiro que o “sistema de permuta abrangeria informes, informações e documentários relativos a todo o país” e definia que:

- 2- A DPS e a DOPS se comprometem a envidar esforços no sentido de obter a cooperação de outras polícias do país, para esse fim, bem como a ampliar seus serviços de buscas de informes.
- 3- As medidas de prevenção e repressão, a serem adotadas pela DPS e pelas DOPS, serão sempre precedidas de entendimentos recíprocos, desde que o objeto de prevenção ou da repressão vise ou alcance reflexos de extensão maior que o das respectivas jurisdições.

Diante do exposto fica difícil não reconhecer o grau de vigilância a que são submetidos todos os movimentos sociais e a paranoia anticomunista²⁴³ que circundava a atividade policial. É nítido que tal determinação era de conhecimento do poder Executivo, que compactuava com aquela visão de que toda organização que aventasse questões relativas à cidadania – por ter em suas organizações militantes ou simpatizantes de organizações comunistas –, poderia representar uma ameaça ao poder constituído.

Em dezembro de 1958, a imprensa anunciava em manchetes: “Federalização das polícias militares”.²⁴⁴ O artigo se referia a um projeto de Lei apresentado à Câmara Federal que pretendia transformar as milícias policiais dos Estados da Federação em Polícia Militar Federal. Em tom de crítica, o artigo acusava tal proposta de inconstitucional, pois defendia claramente o Artigo 18 da Constituição Federal (1946), que determinava que os estados da Federação

²⁴² Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública: Documento Secreto: Roteiro para as discussões entre a DPS e a DOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-40-1975, folhas 424 a 422.

²⁴³ Entende-se por “anticomunismo” um fenômeno que assume valores bem mais profundos que o de uma simples oposição à ideologia e aos objetivos comunistas. Durante a Guerra Fria, particularmente, no plano internacional, o anticomunismo é o critério inspirador de uma política de alcance planetário, cujos objetivos são simultaneamente: **a)** a contenção da URSS e dos seus aliados; **b)** a interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista. Cf. BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986. Op. cit., pp. 34/35.

²⁴⁴ Recorte de Jornal sem identificação, datado em 22 de dezembro de 1958. Dossiê DEOPS 50-Z-40-2016 folhas, 1 e 2.

organizassem as suas polícias de acordo com suas peculiaridades e possibilidades.²⁴⁵

Apesar dessa postura “liberal” da imprensa, a preocupação, de fato, era que a repressão em nível estadual tivesse continuidade sem a interferência do poder Executivo Federal, que julgavam ser moroso e ineficiente para combater o inimigo que parecia surgir de todos os lados.

Paralelamente, a imprensa divulgava informações, advindas das corporações militares, sobre a grande infiltração do PCB nas várias instâncias governamentais, insuflando, dessa forma, na opinião pública, o medo ao comunismo.

2.2 A articulação nacional dos Órgãos de Informações e Contrainformações

Após a indicação do Coronel Humberto Melo para ativar o SFICI, em 1956, um pequeno grupo seguiu com ele para os Estados Unidos: o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o então capitão Rubens Bayma Denys,²⁴⁶ “com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informações norte-americanos”.²⁴⁷

Assim começou o SFICI a ser organizado no interior da Segunda Seção da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN). Segundo Antunes,²⁴⁸ a proposta era de que, com o amadurecimento da agência, a SFICI se desligaria da Segunda Seção da Secretaria do CSN e se tornaria um órgão autônomo, subordinado diretamente à Presidência da República.

A Secretaria Geral do CSN, criada pelo Decreto nº 44.489, de 15 de setembro de 1958, continha um gabinete, três seções e o SFICI. Este era composto por quatro subseções: a do Exterior, a do Interior, a de Segurança

²⁴⁵ Ainda quando Jânio Quadros era Governador de São Paulo, chegou-se a constituir um grupo de trabalho que, sob a coordenação de um membro do Ministério Público, esteve na Inglaterra, estagiando por vários meses na Scotland Yard. Esse grupo de trabalho ofereceu extenso relatório sobre as observações feitas e apresentou uma proposta de unificação das Polícias a qual, por questões corporativas, não pôde prosperar. BICUDO, 2000. Op. cit., p. 94.

²⁴⁶ **Rubens Bayma Denys (1929-).**

²⁴⁷ ANTUNES, 2002. Op. cit., p. 48.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*.

Interna e a de Operações. No entanto, não possuía autonomia financeira, pois suas verbas estavam incluídas nas da Secretaria-Geral do CSN.

O SFICI funcionava como agência central de processamento de todas as informações sobre atividades consideradas suspeitas, provenientes de todos os órgãos policiais do país, tais como as DOPS(s), as autarquias, as Secretarias de Segurança dos Estados, Ministérios Civis etc..

Todas essas informações passaram a ser processadas e enviadas para uma Junta Coordenadora de Informações (JCI), criada em dezembro de 1958, quando da aprovação de um novo regimento interno da Secretaria-Geral do CSN e regulamentada em setembro do ano seguinte,²⁴⁹ tendo como atribuições

[...] as informações de interesse para a segurança nacional [que] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela Junta Coordenadora de Informações.²⁵⁰

A JCI era presidida pelo Secretário-Geral do CSN e a integravam os representantes dos Estados-Maiores dos Ministérios Militares, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), os Ministérios Civis, o Departamento Federal de Segurança Pública e o Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do CSN.²⁵¹

Com tal medida o Governo JK articulava a vigilância e a repressão nacionalmente, e a fazia presente em todas as instâncias da estrutura do Estado, apesar do que rezava a Constituição de 1946 sobre as liberdades políticas, de manifestação e expressão – Segurança Nacional, interna e externa.

2.2.1 O fluxo de informações cobrindo o território nacional

Uma infinidade de informações circulava entre as Polícias Políticas, os Ministérios, as Forças Armadas, enfim, toda a estrutura governamental que vigiava e monitorava a sociedade civil.

²⁴⁹ Decreto nº 46.508/A, de 20 de setembro de 1959.

²⁵⁰ Decreto nº 45.040, parágrafo 1º do artigo 4º, de 06 de dezembro de 1958.

²⁵¹ ANTUNES, 2001. Op. cit., p. 51.

Segundo os Boletins diários que eram emitidos das diferentes delegacias de polícia de todo o país, os indícios de focos subversivos eram inúmeros e todos evidenciavam o crescimento do PCB.

Ou seja, conforme as demandas sociais cresciam, usufruindo dos direitos constitucionais, mais focos subversivos eram identificados pelos agentes policiais, agora unificados na ação e com objetivos integrados. Não poderiam prever indivíduos, organizações, mobilizações populares ou partidárias, que sua “cidadania” dava argumentos para restringirem-se ainda mais a já restrita constitucionalidade. Eram notórias as restrições à cidadania nas práticas arbitrárias da Polícia, sempre presentes quando das mobilizações sociais e na obstrução das entidades sindicais, na perseguição aos membros dessa ou daquela entidade e grupo, na violência policial encontrada nas Delegacias de Polícia, na cassação de mandatos parlamentares, enfim, na criminalização do social.

O cotidiano das Delegacias de Polícia já vinha impregnado de uma visão de monitoramento e repressão e, naquele momento, a isso se somava o monitoramento da Secretaria-Geral do CSN, orquestrando essas informações sobre tudo e sobre todos. Os documentos agora analisados se referem as correspondências entre o Serviço Secreto da DOPS-SP e a referida Secretaria. Esses documentos são os boletins diários de tudo o que acontecia no Estado de São Paulo e que abrangia também a outras regiões do país, pois na capital paulista havia representações nacionais de várias entidades de classe.

Os boletins diários nos revelam um universo de movimentações sociais consideradas afetas ao serviço policial por serem, segundo as autoridades, relativas à Segurança Nacional, demandando o monitoramento e possível repressão das Polícias Políticas. Informações que enviadas à CSN eram ali processadas, elencando-se o que era prioritário dar continuidade. Após tal percurso, eram reencaminhados para as respectivas autoridades policiais para maior averiguação e posteriores providências.

Cada **dossiê** de investigação produzido permitia a instauração de um inquérito e de uma ação repressiva dos órgãos de Polícia Política. Tal vigilância denota a impossibilidade da democracia liberal, pois impedia a liberdade de expressão e atentava contra a privacidade do cidadão, configurando-se uma constitucionalidade restringida. Da vigilância partia-se para a montagem de

dossiês, visando aniquilar os movimentos sociais e criminalizando-os, respaldando-se tal ação na Lei de Segurança Nacional:

A polícia política ou serviço de inteligência como é internacionalmente conhecida, não se limita à repressão dos movimentos sociais no momento de sua manifestação. Ela supõe um passo além: objetiva, minucioso controle de caráter ideológico de cada organização procurando, a partir da realização de um diagnóstico bastante rigoroso, esvaziar aquelas intenções de mobilização pela perseguição aos líderes e veículos de difusão.²⁵²

Os Boletins diários eram enviados quinzenalmente ao Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do CSN com o seguinte cabeçalho: Serviço Secreto – Resumo de Informações Reservadas, constantes dos Boletins Diários deste serviço, referentes ao período de (1 a 15, ou de 16 a 30 do corrente).

Os agentes estaduais acompanhavam de perto todas as atividades referentes à sociedade civil, tanto no campo como na cidade. Além da vigilância aos trabalhadores e às suas organizações, lideranças, expressões, mobilidades etc., também acompanhavam as associações da sociedade civil com plataformas democráticas, ou simplesmente progressistas. A justificativa era a mesma apresentada desde a Primeira Conferência de Polícia de 1951: as liberdades asseguradas pela nova Constituição representavam um perigo e, em médio prazo, desembocavam em movimentos subversivos que atentavam contra a ordem estabelecida.

Em vários relatos, como os abaixo relacionados, não há menção do sensor de que havia, de fato, uma infiltração comunista. Mas, mesmo assim, o agente infiltrado nessas instituições continuava de prontidão, monitorando assembleias, pessoas, encontros, saraus, palestras, eventos científicos ou não, debates etc..²⁵³

²⁵² MAGALHÃES, M. B. de. *Paraná: política e governo*. 1. ed. Curitiba/PR: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná) [Apud MONTEIRO, Cláudia; GANDRA, Edgar Ávila. “Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 1950”. In *Revista Analecta*. v. 6. n. 1. Guarapuava/PR: s.n., jan.-jun. 2005. pp. 66/67]

²⁵³ Ato Público em defesa da Soberania Nacional realizado em Vitória/ES, em 16/04/1957, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-696-49; Movimento a favor da reforma do Código Civil dirigido pela jornalista de São Luís do Maranhão, em 20/02/1958, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-708-29; Criação do Movimento Nacionalista Capixaba, em 18/05/1957, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-696-49; Conferência Internacional de Investimentos realizada em Belo Horizonte/MG, em 09/06/1958, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-H-84-1692; Apreensão de documentos de jornalistas em trânsito no Aeroporto Internacional de Guararapes na

O boletim abaixo exemplifica bem o sentido desta vigilância, pois, como se observa, mesmo quando a mobilização era para evitar a greve, mapeava-se o nome dos envolvidos:

Companhia Municipal dos Transportes Coletivos – Uma comissão, integrada por Celso Camargo, Juvenal Carvalho Costa, Silvio Moreira Pinto e Cneu Dantas, seguiu dia 31/03, para o Rio de Janeiro, a fim de solicitar ao Senhor Ministro do Trabalho os seus bons ofícios junto ao Senhor Prefeito de São Paulo, no sentido de ser atendido o pedido de aumento do pessoal da CMTC, evitando-se, assim, a greve.²⁵⁴

Reuniões de servidores públicos – um outro exemplo –, também eram monitoradas, como foi o caso da que deu conhecimento aos citados servidores da tabela de aumento salarial apresentada pela União. Os estados da Federação tinham a liberdade de fixar seus próprios índices, de acordo com as possibilidades orçamentárias, e assim:

Na sessão realizada ontem pela “União dos Servidores Públicos Estaduais do Estado de São Paulo”, foi apresentada a tabela de aumento, elaborada pela União, que será entregue oportunamente ao Senhor Governador do Estado. Ficou decidida uma concentração no dia 18/04, em frente à Assembleia Legislativa, a fim de solicitar o apoio dos Srs. Deputados à reivindicação dos funcionários públicos estaduais.²⁵⁵

Quando a reunião contava com a presença de políticos eleitos, os nomes de todos, assim como suas participações em cada momento, seus

cidade do Recife/PE, em 29/03/1958, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-694-439; Manifesto Nacionalista dos Municípios de Apucarana/PR, em 26/12/1957, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-71-570; Visita de Jânio Quadros a Curitiba/PR, em 23/08/1958, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-71-570; Fechamento da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e do Jornal *Notícias de Hoje*, acusados de serem comunistas. Janeiro de 1957, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-40-1933 DOPS-RJ; Relatório do Movimento Contra o Alto Custo de Vida em Santa Maria/RS, em 23/04/1959, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-98-1383; Convenção Estadual dos Ferrovieiros de Santa Maria/RS, em 23/04/1959, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-98-1384.

²⁵⁴ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 1º a 15 de abril de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 168.

²⁵⁵ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 1º a 15 de abril de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folhas 168 e 167.

pronunciamentos, as conversas com outras pessoas, os trajetos, tudo era anotado e noticiado.²⁵⁶ Por exemplo:

Os trabalhadores na indústria do gás, que reivindicam aumento salarial estiveram reunidos na Associação Atlética São Paulo, sob a orientação de José Romano, Orlando Politequi e Antônio Iovine. Entre os presentes, em número de 200, achavam-se os vereadores Nicolau Tuma, Antônio Sampaio e Prestes Franco, os quais, usando da palavra, teceram considerações sobre as dificuldades em que vivem tais trabalhadores. A reivindicação dos mesmos somente poderá ser concedida após a autorização da Câmara Municipal, do aumento da tarifa de gás.²⁵⁷

As mobilizações da sociedade civil à procura de soluções para os problemas gerados pela continuidade, a desigualdade, o crescimento industrial acelerado e o padrão de expansão urbana e pela continuidade dos problemas do campo – problemas esses relativos aos salários e condições de trabalho, à “carestia dos preços”, às condições de moradia e à representação política de fato eram consideradas um atentado a Segurança Nacional.

Diante de tal assertiva, tanto as movimentações da classe trabalhadora considerada pelas autoridades como engajadas nas estratégias conspiratórias do PCB – ditas comunistas –, como as que eram deliberadamente anticomunistas, sofriam da mesma perseguição e vigilância. Exemplo disso é o oferecido pelo caso dos ferroviários do Paraná, que tinham uma tradição de lutas, greves e reivindicações trabalhistas muito antes de se organizarem em torno de uma entidade de classe, ou por estarem engajados em plataformas do Partido Comunista, conforme ilustra o artigo de Cláudia Monteiro e Edgar Ávila Gandra, “Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 50”:

[...] a ação destes trabalhadores não se limitava a seguir a política nacional do PCB, sendo muitas vezes praticadas greves espontâneas, decididas entre os trabalhadores, elegendo-se comissões de negociações. Principalmente quando as ordens das direções do PCB eram para apertar os cintos, evitando greves e agitações, devido à possibilidade de legalização do Partido (1945 ou 1962), as decisões do Partido contrastava [sic] com os interesses dos trabalhadores. Estes não hesitavam em

²⁵⁶ Reunião de líderes sindicais. Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 1º a 15 de abril de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 164; A campanha salarial dos ferroviários da Santos-Jundiaí. Idem, folha 164.

²⁵⁷ Idem, folha 164.

defender os seus interesses, mesmo sendo acusados de corporativistas ou terem uma falsa consciência de classe. O que demandava a maioria das greves eram as necessidades econômicas, as condições de trabalho ou a precariedade da vida e dos salários, motivos relacionados muito mais à realidade cotidiana do trabalhador do que à conjuntura política nacional.²⁵⁸

Para os autores, “estaríamos comprometendo a compreensão da luta desses trabalhadores, se reduzíssemos o movimento político dos ferroviários às prerrogativas do PCB”.²⁵⁹

Se aqueles não seguiam as determinações do PCB, estes eram anticomunistas, e da mesma maneira eram vigiados e vitimados pela truculência policial.

Do ponto de vista político, o Sindicato de Criciúma se autodenominava como anticomunista. A Ata do dia 12/05/1947, há menção de um telegrama enviado ao Presidente da República pelo sindicato congratulando-se pelo fechamento do Partido Comunista do Brasil. Na Ata do dia 19/10/1947 há menção de outro telegrama enviado ao Presidente da República se solidarizando com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Na reunião do dia 15/01/1948 é expulso mais um operário do quadro de sócios a “bem da ordem e da disciplina”. Numa reunião em 26/01/1948, onde se discutia sobre o dissídio da categoria, muitos operários se exaltaram e ameaçaram a paralisar as atividades, os advogados do sindicato intervieram para “acalmar os ânimos”. Na reunião do dia 31/12/1948 foi encaminhado um pedido junto à polícia da cidade para enviar ao sindicato a lista dos comunistas fichados na polícia. No dia 02/12/1949 foi feita uma assembleia em Lauro Müller na Cia Barro Branco para que os mineiros optassem em serem demitidos (aproximadamente 300 funcionários) ou reduzir um dia de trabalho por semana sem remuneração. A mesa conduziu a assembleia para votar na segunda proposta, que saiu vencedora. Mesmo com a postura anticomunista no período de 1944 a 1956, as greves não foram contidas, como a de outubro de 1952.²⁶⁰

Nessa perspectiva da violência institucional, os trabalhadores sendo comunistas, ou não, são tratados como inimigos da Nação, até que as Forças Armadas são chamadas para reprimir as demandas dos trabalhadores, num claro

²⁵⁸ MONTEIRO; GANDRA, 2005. Op. cit., pp. 66/67.

²⁵⁹ Idem, ibidem.

²⁶⁰ GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. *Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos de 1950 e 1960. Memória e Cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis/SC: Cidade Futura, 2004. p. 86.

desrespeito as garantias constitucionais. É o que fica demonstrado numa outra entrevista, anos mais tarde, quando o mineiro Feliciano faz o seguinte relato:

A greve que ocorreu em 1960 foi a mais ferrenha da história sindical de Criciúma. Houve muita repressão. A greve nasceu na Metropolitana e se estendeu a todas as mineradoras. Para reprimir, veio o exército na rua, com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, etc. Na Próspera, tiveram que fazer piquetes cercando os caminhões do Diomício Freitas, que levavam mineiros à mina de Urussanga. Os piquetes eram formados por mulheres dos mineiros, que se deitavam no meio da estrada; havia mulheres grávidas deitadas no meio da rua, para impedir a passagem dos caminhões que levavam os trabalhadores.²⁶¹

A violência institucional assim era a garantia do Estado de que a sociedade civil seria controlada, tudo sob o argumento de que se tratava da defesa do próprio Estado.

Diante disso, toda greve é duramente reprimida, como o foi a de outubro de 1957 em São Paulo, na empresa Nitro Química. Em suas dependências se postaram 200 policiais da cavalaria, armados com fuzis, pertencentes à Força, à espera dos primeiros piquetes na entrada da fábrica. Pela manhã, as imediações da empresa se transformaram em uma praça de guerra, onde havia cavalos, bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras e fuzis apontados para a população, casas e estabelecimentos sendo invadidos, aprisionamentos, pancadaria, um quadro de pânico no bairro. Dispostos a encerrar pela força o movimento grevista, os policiais chegaram a invadir a sub-sede do sindicato, a fim de dispersar os trabalhadores que lá se encontravam.²⁶²

Posto dessa maneira, a vigilância e a repressão à sociedade civil não se limitava a acusação de seu engajamento no PCB, pois qualquer manifestação estava sujeita à vigilância e à repressão policial.²⁶³ Naquela conjuntura de inflação

²⁶¹ Cf. VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis/SC: Editora UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. pp. 117/118; GOULARTI FILHO, LIVRAMENTO, 2004. Op. cit.

²⁶² BATTIBURGLI, Thaís. *Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Editora Humanitas/FFLCH-USP, 2010. p. 103.

²⁶³ Chacina de trabalhadores em Brasília pela Polícia, em 14/02/1959. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-103-2; Portinari e Niemeyer ameaçados de prisão por colaborarem com a Escola do Povo no Rio de Janeiro, Junho de 1958. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z40-1990; Vigilância ao Movimento Nacionalista de Juiz de Fora/MG, em 15/01/1958. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-H-84-1642; Espancamentos, sequestros e prisões em Pernambuco, em

galopante e com as supostas liberdades que a Constituição proporcionava, era de se esperar um movimento reivindicatório à altura dos problemas que a sociedade vivenciava. Conforme diz a autora, “a polícia é, portanto, uma instituição chave [sic] para se avaliar a efetividade dos valores democráticos de um país, de seu governo e sociedade”.²⁶⁴

Se somente a discussão da campanha salarial já era “motivo de polícia”, quando o assunto era a deflagração da greve os relatórios dos agentes policiais se tornavam mais minuciosos,²⁶⁵ incluindo denúncia às autoridades constituídas, como é o caso da greve da CMTC:

A greve de 24 horas na CMTC está dependendo da reunião a ser realizada, no dia 10/05, na sede do Sindicato dos Gráficos, pelos três sindicatos que congregam o pessoal daquela Cia., tudo indicando que a mesma eclodirá à zero hora do dia 11/05, caso o Senhor Prefeito não venha a atender a reivindicação da classe. (40%). O presidente do Sindicato dos Empregados em Escritórios Owinplane Landa Rodrigues, procura não tomar conhecimento da greve, enquanto o seu secretário, Celso Camargo, é favorável à mesma. Alguns elementos têm percorrido os locais de trabalho, pregando a greve e distribuindo boletins, concitando os seus companheiros à paralisação. [...] ²⁶⁶ Guido Bonafé, presidente do Sindicato dos Rodoviários, está sendo acusado como responsável pelo fracasso do entendimento sobre a reivindicação salarial. Guido afirmar possuir documentos, que oportunamente dirá a público, mostrando que o

04/02/1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-694-352; Vigilância a festa de encerramento do I Festival Esportivo de Bairros de São Paulo, em 08/07/1959. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-J-138-323, folha 185; Vigilância a Federação das Associações de Amigos de Bairros por patrocinar reunião pró-anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha, em 15/06/1959. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-J-138-320.

²⁶⁴ BATTIBURGLI, 2010. Op. cit., p. 78.

²⁶⁵ Há inúmeros relatórios detalhados de movimentos grevistas, apontando as lideranças e as autoridades ou organizações que os apoiavam na sociedade civil. Sindicato dos Carris Urbanos, Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 203; O Congresso de Defesa do Algodão da Alta Sorocabana, realizado em Presidente Prudente. Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 1º a 15 de abril de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 168; Comissão Estadual de Defesa das Leis Sociais solidarizou-se contra o fechamento do Sindicato Rural de Catanduva e evidentemente os censores a tacharam de comunista. Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 185.

²⁶⁶ Neste ponto, o documento faz uma enorme lista dos panfletários, que se preferiu suprimir.

Prefeito Toledo Pizza²⁶⁷ tem interesse na greve, como tinha também o Sr. Lino de Matos.²⁶⁸

Se o movimento grevista era para os censores a atividade por excelência gerida pelo PCB, a possibilidade de uma anistia a uma categoria profissional já colocava as autoridades policiais em pânico, na medida em que tal possibilidade jurídica poderia acarretar uma anistia ampla, incentivando cada vez mais a legalização do partido de Prestes,

Rejubilam-se os comunistas com a decretação da anistia aos trabalhadores bancários, médicos de autarquias federais, demitidos por motivos de greve. José Ortiz Monteiro preconiza para breve a anistia ampla e que logo terão os comunistas a figura de Prestes e de outros, a lhes fazer companhia.²⁶⁹

A possibilidade do cerceamento dessa repressão policial, pelos preceitos constitucionais reforçava, segundo eles, a decadência que o Estado de Direito poderia provocar nas instituições do governo, uma vez que a anistia aos trabalhadores era sinônimo de *anistia política* aos membros do PCB. A possibilidade da interpelação à Lei, diziam, era um sintoma nefasto da democracia, pois tais leis não representavam os interesses do Estado naquela conjuntura política.

Projetos de Lei que pudessem legalizar o PCB punham em alerta o Sistema de Segurança interna, principalmente quando chegavam ao Congresso Nacional, pois para as autoridades tais tramitações expressavam o alto nível de infiltração comunista em todos os setores da vida nacional,

O projeto de lei apresentado pelos deputados federais Rogê Ferreira e Romeu de Campos Vergal, pedindo a legalidade para o PCB, foi motivo de contentamento aos comunistas, tendo o C.C. (comitê central) do PCB “elogiado aqueles deputados”.²⁷⁰

²⁶⁷ Eleito Deputado Estadual em 1950, assumiu o cargo de Prefeito no curto período de 1956 até 1957. Nesta condição, buscou atender às demandas sociais básicas, ou seja, concretizar os preceitos do liberalismo, fazendo o Estado proceder à mediação entre o capital e o trabalho. Devido a essa postura política, os agentes da DOPS-SP indagavam da sua possível aproximação com o PCB.

²⁶⁸ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 185.

²⁶⁹ Idem, folha 204.

²⁷⁰ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 204.

A Constituição já restringia a participação política, mas isso não bastava para acalmar os integrantes do Sistema de Segurança que viam, com desconfiança, qualquer decisão judicial razoavelmente favorável a petições de ampliação de direitos. Nesse sentido, também instâncias judiciárias são alvos de controle e desconfiança, quando não de protestos sobre a interferência daquele poder nas diligências efetuadas pelos agentes. Pois os policiais denunciavam, impediam e controlavam a população suspeita, mas entendiam que o Judiciário não os ajudava nessa empreitada.

Recurso contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Comunicado em 17/05/1956. Dará entrada hoje, no Tribunal Superior Eleitoral, um recurso contra a recente decisão deste Tribunal que deu ganho de causa ao vereador João Louzada, eleito pelo PSP, **que teve seu mandato cassado pelo TER de São Paulo, sob a alegação de que este vereador fora eleito pelos votos dos comunistas.**²⁷¹

De fato, a abertura deu aos integrantes do Partido Comunista a impressão de que podiam agir livremente. Ante suas crises internas e sua perda de base operária, e dos trabalhadores, em geral, estes abraçam inúmeras causas sociais e revelam poder de divulgação à sociedade. Afinal, inúmeros intelectuais respeitados ou integravam suas fileiras, ou eram simpatizantes, ou mesmo participavam dos debates promovidos pelo Partido. Por outro lado, muitos dos integrantes do Partido faziam-se ouvir em debates promovidos por outras associações. Para as Polícias eram como formigas que brotavam de todos os lados e, como o mal, precisava ser extirpado, ou seja, o clima era de guerra, particularmente quando as tentativas de legalizar o Partido alcançavam os poderes legislativos estaduais ou isso era aventado por vereadores nos municípios.

A campanha pró-anistia aos presos políticos, determinada pelo PCB, prossegue ativamente. Nos locais de trabalho estão sendo coletadas assinaturas para esse fim.²⁷²

²⁷¹ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 203. [Grifo meu]

²⁷² Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 166.

Percebe-se que os agentes infiltrados em determinadas células do PCB, dominam bem as informações sobre a conjuntura internacional, chegando até a apontar que o PCB não segue as orientações soviéticas determinadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Apesar de o líder soviético Nikita Khrushchev ter asseverado no XX Congresso do PCUS que, para o advento do comunismo no mundo, sempre é necessária a guerra civil, pois tal advento pode ser conquistado por intermédio dos parlamentos, continuam os comunistas brasileiros falando em revolução popular no Brasil. Dizem eles que o Senhor Presidente da República não terminará o seu mandato, em virtude do agravamento da política nacional e que o PCB marcha a passos largos para a revolução antifeudal e antiimperialista. George Cabral, comentando as modificações feitas nos estatutos do PCB acha que as mesmas fortaleceram mais a orientação do Comitê Central aos CCRR, permitindo a formação de direitos políticos especiais nas regiões ou zonas aonde existem debilidades na direção. Enalteceu a recomendação do CC, quanto ao incremento das lutas dos trabalhadores aliados aos camponeses. Citou, também, como perigosas para o Partido Comunista, as “infiltrações” que se verificam em seu meio a mando dos imperialistas, citando a recente prisão do líder Agostinho Dias de Oliveira, verificada no Rio Grande do Sul, possivelmente delatado por algum infiltrado. (Convém notar que Agostinho Dias de Oliveira é muito conhecido pela polícia política de todo o país e a sua detenção, nessa capital ou em qualquer outro ponto do nosso território, não seria de se estranhar).²⁷³

O vasto conhecimento sobre o PCB era uma tática dos órgãos repressores para se antecipar às suas deliberações políticas, sua estratégia de luta. Apesar das infiltrações no PCB se darem há décadas, a partir das novas determinações do CSN, os infiltrados²⁷⁴ deveriam realmente dominar as informações para dar

²⁷³ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 167.

²⁷⁴ Há indícios de que os quadros da Polícia Política Social contavam com a colaboração de inúmeros civis, também de classe média, o que conferia a este Serviço uma abrangência muito maior do que a consolidada institucionalmente. A rede que se estende à sociedade corrobora a perspectiva do conservadorismo inerente à nossa formação e isso se traduz, neste caso, na colaboração espontânea dessas pessoas com o sistema de vigilância política em tempos de democratização. Um dos autores que se dedicou a este estudo, Marcos Florindo explicita a tal respeito: “a polícia dispunha realmente de alguns homens muito inteligentes, de técnicos com grande capacidade profissional; mas toda máquina se baseava no trabalho de núcleo de funcionários desconhecidos, ou ainda, [...]. É claro que escolher um bom espião é um problema difícil. É impossível aceitar a oferta de qualquer pessoa. Para escolher um espião é preciso conhecer com certeza a sua vida particular, as pessoas com quem ele tem relações permanentes e etc.. Em todas as classes da sociedade há pessoas convenientes, só é preciso procurá-las e convidá-

subsídios à ação policial, reforçando o aspecto técnico das diligências policiais e a comprovação de que se tratava de uma atividade comunista.

Tal perspectiva fica muito clara no registro detalhado das opiniões dos militantes presentes no XX Congresso do PCUS. Tal congresso teve uma importância crucial na condução das estratégias de luta daquele partido, pois nele foi discutido o relatório do presidente russo Khrushchev²⁷⁵ que denunciou os crimes de Stalin.²⁷⁶ De tais discussões decorreu a divisão do partido comunista brasileiro em duas tendências, que passou a constituir dois novos partidos, cada qual reivindicando o passado do partido original. Segundo o relatório do agente policial infiltrado, as notícias que chegaram da URSS sobre as resoluções do XX Congresso do Partido Comunista Soviético, perturbaram os dirigentes comunistas brasileiros, principalmente Luís Carlos Prestes, que submeteu a obra de Joseph Stalin a uma crítica severa.

O Dr. José Pinho de Athaíde refere-se a Stalin como “o grande marxista”. O Dr. José Eduardo Fernandes que durante dois anos representou o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, junto ao Movimento Mundial da Paz, em Viena, e que esteve em ligação com o Kominform, disse que o XX Congresso do PCUS pôs a descoberto as posições políticas de Stalin e algumas de suas obras e que os principais ataques ao mesmo se concentraram contra a sua tendência à liderança pessoal, com a negação da crítica e da autocrítica.²⁷⁷

O conhecimento das divergências internas do PC e da crise internacional que se abatia sobre os comunistas stalinistas no mundo ocidental dava ao Sistema de Segurança Nacional a percepção da fragilização daquele Partido. Os detalhes das informações sobre as grandes manifestações de descontentamento ocorridas na URSS – sobretudo entre os intelectuais e militares que defendiam a democracia partidária naquele país –, os registros que os agentes infiltrados fizeram sobre as críticas e autocríticas que ocupavam os espaços internos do

las. Em tempo de paz, as mais convenientes são as pessoas que, por seus serviços pacíficos, sem despertar suspeitas, podem organizar serviços de informação. Eles são negociantes, corretores, comerciantes, empregados, condutores, operários, artistas, viajantes, fotógrafos e etc.. Anotações sobre a espionagem. Manuscrito. Prontuário DEOPS-SP nº 2431 PCB v. 3. [Apud FLORINDO, 2000]

²⁷⁵ **Nikita Sergueiêvitch Khrushchev [Khrushchov] (1894-1971).**

²⁷⁶ **Josef Vissarionovitch Stalin (1878-1953).**

²⁷⁷ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 166.

partido, davam ao SFICI todas as condições para perceber a fragilidade do inimigo.

Observa-se que tal infiltração ocorria na cúpula do Partido e no meio da intelectualidade comunista, pois as minuciosas informações relatam tudo o que acontecia internamente, tanto nas ações coordenadas pelos comitês como nas discussões mais fechadas, onde eram tratadas as questões sobre os novos rumos que o Partido poderia tomar em nível estratégico diante das determinações soviéticas.

Era necessário ao Sistema de Informações conhecer a fundo a intelectualidade e a direção do PCB. Como o Brasil estava aliado à política estadunidense de defesa do continente latino-americano, com a missão de aniquilar qualquer tentativa de organização e crescimento dos partidários bolchevistas, tal postura indicava as diretrizes de uma ação conjunta dos signatários que visavam defender seus interesses – tanto econômicos como políticos –, no que tangia a seu domínio nos países do Terceiro Mundo.²⁷⁸

Nessa perspectiva, a fala do agente destrincha o posicionamento político do ex-deputado comunista professor Mário Schenberg, e outros renomados militantes:

O cientista e o ex-deputado comunista professor Mário Schenberg, manifestando-se sobre o assunto, disse que em todos os Partidos Comunistas foi bem recebida a nova orientação comunista. Enalteceu a atuação do escritor Ilya Eheremberg, elemento antifascista, de ideias marxistas, um dos dirigentes do Movimento Mundial da Paz, o qual, porém, não pertence ao Partido Soviético.

O ex-deputado comunista Roberto Morena, membro do CC do PCB, referindo-se ao XX Congresso do PCUS, acha que deve ser feita uma revisão histórica, com a restauração dos vultos eminentes, artífices da Revolução Bolchevista de Outubro e que após a consolidação política e social do regime soviético haverá a consolidação jurídica, com a inclusão de “algumas liberdades”.

Elisa Branco Batista, disse que não admite críticas contra Stalin, pois, “o adora e lhe deve grandes favores e gentilezas”.

O Dr. Caio Prado Júnior, sociólogo, admitiu que “as falhas de Stalin retardaram o avanço do socialismo na URSS, e que ‘sem a ditadura Stalin, o socialismo teria feito progressos mais rápidos’.”

²⁷⁸ Trataremos mais detalhadamente dessa política estadunidense de defesa do continente latino-americano no **Capítulo III**, que aborda a conexão internacional.

Wolney Rabello, jornalista, líder comunista, enalteceu a atuação de Palmiro Togliatti do PC italiano, a respeito das resoluções do XX Congresso.

Ana de Andrade Santana enalteceu o artigo “A Revalidação da Obra de Stalin”, de autoria de William Z. Foster, secretário do PC dos EE. UU.²⁷⁹

Os agentes infiltrados se concentravam também no registro de inúmeras conferências proferidas em encontros que reuniam pessoas de diversos segmentos sociais e que tratavam sobre assuntos os mais variados. Em geral, podem deduzir que vigiavam associações que tinham por finalidade ampliar a recém-instaurada “democracia”, particularmente ante a continuidade do cerceamento à livre expressão e ao pleno exercício da profissão, referindo-se, desta forma, os preceitos constitucionais referentes aos direitos e às garantias individuais. Tal foi o caso, por exemplo, da Diretoria da Cruzada Humanitária pela Proibição das Armas Atômicas,²⁸⁰ da Comissão de Jornalistas e Radialistas pró-Anistia,²⁸¹ da Comemoração da Independência Espanhola,²⁸² da Conferência do escritor Jorge Amado sobre Literatura,²⁸³ da Associação Cultural Grito do Ipiranga,²⁸⁴ da Conferência sobre Previdência Social,²⁸⁵ do Congresso Municipal de Estudantes Secundaristas,²⁸⁶ só para citar alguns.

Cumprindo as determinações do CSN, as Delegacias de Ordem Política e Social Estaduais, mantinham semanalmente relatórios de vigilância referentes a diversas instituições de caráter privado ou público, alimentando de informações tanto o CSN como os demais Ministérios Cíveis, na medida dos interesses de cada instituição governamental, no que tangia a busca de informações relativas à Segurança Nacional. Assim, cada Ministério encaminhava o seu pedido de levantamento de informações ou respondia a pedidos de outros departamentos

²⁷⁹ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 16 a 30 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 165.

²⁸⁰ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 1º a 15 de abril de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 169.

²⁸¹ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 189.

²⁸² Idem, folha 187.

²⁸³ Idem, ibidem.

²⁸⁴ Idem, folha 183.

²⁸⁵ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 183.

²⁸⁶ Idem, folha 199.

ministeriais, da Secretaria-Geral do CSN, ou das delegacias especializadas, assegurando o maior levantamento a respeito daqueles assuntos.

No exemplo abaixo, a Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio solicita informações ao Delegado-Chefe do Serviço Secreto da DOPS-SP, sobre um indivíduo eleito recentemente para exercer o cargo de membro do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público do Estado de São Paulo. Observa-se que a capilaridade do sistema de informações reproduz de maneira unânime a visão do Estado no concernente às movimentações sociais, mesmo na composição de uma entidade de classe, que aparentemente não poderia ter um papel ameaçador à ordem.

Senhor Delegado, no interesse da Segurança Nacional, muito agradeceria a V.S. fosse esta Seção informada, com a possível urgência, a respeito do que possa existir nessa Delegacia, sobre a pessoa e atividades de Nabor da Graça Leite, eleito recentemente, membro do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público do Estado de São Paulo.²⁸⁷

Uma semana após a solicitação acima referida, em maio de 1956, o relatório proveniente do Serviço de Informações – Seção de Arquivo e Fichários do Serviço Secreto descreve tudo o que o referido fez na sua vida profissional, social e política. Abaixo, alguns itens dessa investigação:

Ferroviário da EFNB. Na assembleia de ferroviários, realizada nesta capital, em 12-9-1949, no Salão da Policlínica, foi dado a público a relação dos dirigentes do “Partido Socialista Brasileiro”, para o triênio 49/52, figurando nela o nome de Nabor Graça Leite. [30-Z-47-232]

*Candidato a vereador pela legenda do PTN de Bauru, em outubro de 1951, obtendo 65 votos. [50-Z-317-415]

*Conforme publicação do jornal comunista *Hoje*, de 04-5-1951, foi eleito presidente da Diretoria da Cruzada Humanitária Pela Proibição das Armas Atômicas, em Bauru. [50-Z-317-303]

*O jornal *Notícias de Hoje*, de 14-6-1951, insere a notícia de que o Presidente da Cruzada Humanitária Pela Proibição das Armas Atômicas, de Bauru, participou ativamente dos trabalhos de comandos, para angariar

²⁸⁷ Relatórios semanais sobre vigilância Setor Ordem Econômica da DOPS-SP. Correspondência entre o Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Delegado Chefe do Serviço Secreto da DOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-28, folha 104.

assinaturas por um “Pacto de Paz”, tendo sido colhidas mais 2 mil assinaturas. [50-Z-317-317]

*Em 27 de março de 1951, foram remetidos a este DOPS, alguns panfletos assinados por Nabor da Graça Leite, convidando o povo para um comício pela paz em Bauru. [50-Z-317-294]

*Conforme ofício nº 1786, da regional de Polícia de Bauru, datado de 29-9-1951, é Nabor da Graça Leite apontado como elemento francamente comunista, havendo-se candidatado a vereador pela legenda do PTN. [50-Z-317-368]

*Em 31-5-1952, juntamente com Candido José de Siqueira, o comunista Nabor da Graça Leite, requereu “*habeas-corpus*” para a realização de uma Convenção da Paz, em Bauru, **e que fora proibida pela polícia local, que se baseara em determinações do Ministério da Justiça, de janeiro daquele ano, proibindo o Congresso Pró-Paz, visto tratar-se de propaganda comunista.** [50-Z-317-477]

*Relatório de 27-12-1952 informa que o mesmo estava suspenso das funções que exerce na Noroeste do Brasil, por 30 dias, devido suas atividades subversivas no meio ferroviário e que em Bauru, é ele o mentor intelectual dos comunistas. [50-Z-678-45]

*Conforme relatório de 8-11-1955, Nabor da Graça Leite, comunista e líder ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foram um dos que tomaram parte numa reunião realizada na sede da União dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Sorocabana, entre vários líderes comunistas. [30-J-54-98]

*Segundo publicação do *Jornal Hoje*, de 14 de março de 1956, foi vencedora para a direção da Associação dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, chapa encabeçada por Nabor da Graça Leite, com 523 votos contra 331 da chapa da administração da Estrada. [50-J-146-1].²⁸⁸

Desta feita, o seu suposto engajamento no Partido se dá pela sua ativa participação em movimentos de caráter democrático. Apesar dessa evidência, no final do referido **dossiê**, o enquadraram como comunista, por ser participante também de Associação ligada aos trabalhadores ferroviários.

Até das manifestações artísticas não escapavam da suspeição, como a obra de arte da artista plástica Virginia Artigas que representava o cotidiano da cidade de São Paulo, em pintura a óleo,

²⁸⁸ Relatórios semanais sobre vigilância Setor Ordem Econômica da DOPS-SP. Correspondência entre o Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Delegado Chefe do Serviço Secreto da DOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-28, folhas 103 a 99. [Nota-se que no final de cada informação há um código entre parênteses. Isso remete a outras pastas da Seção de Arquivos e Fichários do Serviço Secreto, revelando que essas informações vinham de vários agentes e de várias fontes de informações. [Grifo meu]

Quadro a Óleo: Virginia Artigas está pintando um quadro a óleo, representando os cavalarianos da Força Pública “investindo contra o povo, na Praça da Sé”, para mandá-lo ao Salão Nacional do Rio de Janeiro.²⁸⁹

Assim esses boletins prestam o monitoramento da sociedade civil pelos agentes da CSN, como também costumam proceder a intercomunicação nacional entre as Delegacias estaduais e a Administração Central do Serviço Nacional de Informações.

²⁸⁹ Boletins Diários do Serviço Secreto da DOPS-SP, referente ao período de 2 a 15 de maio de 1956. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745 – s/nº, folha 189.

CAPÍTULO III –

A Secretaria Geral do CSN e o gerenciamento das informações nas diversas instituições governamentais

Neste Capítulo, se demonstra a capilaridade das informações existentes entre o CSN e as demais instituições governamentais, como também as intercomunicações com sistemas de informações internacionais e o monitoramento do que ocorria na América Latina durante a década de 1950.

3.1 O gerenciamento das informações das DOPS estaduais e a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) feita pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN)

As investigações das DOPS estaduais eram tomadas como provas irrefutáveis no quesito da suspeição de atividades consideradas subversivas, principalmente entre a classe trabalhadora na sua militância política no interior dos sindicatos dos empregados. É o caso do pedido de anulação do pleito no Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira de Fortaleza, requisitado pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Ceará. Segundo ele, baseados em provas levantadas pela DOPS-CE, a diretoria eleita exercia atividades subversivas e por isso “solicitava abertura de inquérito a fim de apurar as atividades extremistas de elementos que foram eleitos (...)”.²⁹⁰

O resultado das eleições já havia sido homologado pelo Ministério do Trabalho, mas baseado em tais fatos, o Secretário-Geral do CSN determinava:

Tendo em vista as acusações feitas, no processo, contra a Diretoria do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e Móveis de Madeira de Fortaleza, e a confirmação, das atividades subversivas exercidas pela maioria dos membros da citada Diretoria, pelo Chefe da Secção de Investigação e Segurança Pessoal da

²⁹⁰ Correspondência nº 143/3ª Sec., datada em 11 de Abril de 1956, do Secretário-Geral do CSN enviada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, referente à diretoria de sindicato no Ceará. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_645_Parte 2, documento número 345-346.

Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia do Ceará, em 04/Fev/56 [sic], encaminho a Vossa Excelencia o presente processo.²⁹¹

Infere-se com tal correspondência que a homologação do referido pleito teria que ser reconsiderado pelo Ministro do Trabalho devido as evidências das investigações feita pela DOPS-CE. Dessa maneira, a decisão de fórum trabalhista é determinada em última instância pelo Executivo Federal quando se tratava de assuntos referentes, segundo eles, da Segurança Nacional. E quando o assunto era movimentação operária, mesmo não havendo conotação comunista, era considerada também como atividade subversiva, como foi visto no capítulo anterior.

Da mesma maneira, as diligências policiais corriqueiras que, naquela conjuntura são todas vigiadas pelos agentes das DOPS(s) e da DPS – e que normalmente são do crivo exclusivo das Polícias Políticas –, ainda tinham o respaldo investigatório de um oficial das Forças Armadas locado no SFICI, designado pela SG/CSN, como foi o caso do anúncio da Primeira Conferência Sul-Americana pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal que seria realizada no mês de janeiro de 1960:²⁹²

Essa chefia remete os documentos anexos (informe do Ministério das Relações Exteriores) e solicita sejam intensificadas as investigações sobre o assunto. Outrossim, comunica haver designado o Ten.Cel. Geraldo Knaack desse Serviço para ir a São Paulo, a fim de manter entendimentos a respeito com o secretário de Segurança Pública daquele estado.²⁹³

Percebe-se, assim, que a autonomia das Polícias Políticas se dá no cumprimento de suas atribuições, mas o controle e a centralização das demandas

²⁹¹ Correspondência nº 143/3ª Sec., datada em 11 de Abril de 1956, do Secretário-Geral do CSN enviada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, referente à diretoria de sindicato no Ceará. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_645_Parte 2, documento número 345-346.

²⁹² No Capítulo 4 que versa sobre a Junta Coordenadora de Informações (JCI) está demonstrada a imensa maratona jurídica e de troca de informações entre várias instâncias governamentais sobre a referida conferência.

²⁹³ Memorando confidencial nº 83/59 de 18 de dezembro de 1959, do Chefe de Gabinete da SG/CSN enviada ao Chefe do SFICI, referente à Conferência Sul-americana Pró-anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 3, documento número 113.

policiais agora são da competência do Executivo Federal através do Conselho de Segurança Nacional, que passa a cobrar agilização na resolução dos problemas levantados por outros órgãos governamentais. O documento abaixo discriminado, de procedência da SG/CSN ao Chefe da Divisão de Polícia Marítima e Aérea,²⁹⁴ solicita o impedimento de desembarque no país de cidadãos estrangeiros considerados subversivos. A constatação de tal informação vinha do Ministério das Relações Exteriores, demonstrando tanto o controle horizontal como vertical no Sistema de Informações Federal.

Remetendo a V.Sa., a cópia do ofício anexo, proveniente do Departamento Político Cultural do Ministério das Relações Exteriores, encareço as providências dessa chefia, no sentido que seja impedido o desembarque dos elementos alienígenas indesejáveis, relacionados no documento acima referido.²⁹⁵

Neste outro Ofício secreto, a SG/CSN solicita a Secretaria do Interior e Segurança Pública do Estado do Paraná (na qual a DOPS-PR é subordinada) um minucioso levantamento dos elementos comunistas que atuavam na imprensa no Estado do Paraná, tanto de órgãos declarados ou reconhecidamente de orientação comunista, como os órgãos não comunistas, mas com infiltração comunista, como rádio, televisão e imprensa escrita.²⁹⁶ Todos os departamentos dessas instituições seriam investigados levantando-se os nomes dos funcionários, o cargo ocupado e a orientação política de cada um deles.²⁹⁷

²⁹⁴ Com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, ex-capital da República, no Governo de Getúlio Vargas, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. De acordo com o referido Decreto-Lei o DFSP tinha a seu cargo, no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública e, no território nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

²⁹⁵ Ofício Secreto –Urgente – nº1114 – GAB/31249/60 de 20 de outubro de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Divisão de Polícia Marítima e Aérea. Assunto: Estrangeiros indesejáveis. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_663, documento número 96.

²⁹⁶ Na documentação da DOPS-SP há vários telegramas e correspondências criptografadas entre os seus agentes como também entre as demais autoridades policiais de vários estados da federação. Como é o exemplo de dois telegramas da DOPS-SP que pedem informações sobre radialista na cidade paulista de Jaboticabal. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-37 folhas 122 e 123

²⁹⁷ Também referente à vigilância sobre a imprensa, o periódico *Prensa Latina* (Prela) também é vigiado pelo CSN. Ver com detalhes no capítulo 3. Ofício secreto nº 83-Gab/396/60 de 10 de fevereiro de 1960. Do chefe de gabinete da SG/CSN ao chefe do DFSP. Assunto: Prensa Latina. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília:

Em cada caso, seria muito apreciado, não somente a identificação dos elementos comunistas infiltrados, mas também uma breve resenha contendo dados essenciais tais como nacionalidade, a data e o local de nascimento, antecedentes políticos e profissionais, viagens ao exterior e vinculações conhecidas com outros elementos comunistas nacionais ou estrangeiros.²⁹⁸

A capilaridade das informações é evidente e são abarcadas todas as ocorrências de investigação policial no cotidiano do Executivo Federal. O gerenciamento ao gerenciamento das demandas policiais caracteriza um Estado policial na busca desenfreada aos inimigos internos. Dessa maneira, a Doutrina de Segurança Nacional é gestada no interior de todas as instituições governamentais orquestrada pelo poder Executivo, determinando-se as prioridades ao que concerne os interesses do Estado na sua perpetuação e manutenção das relações de poder.

Nessa perspectiva, as demandas investigativas que eram atributos das Polícias Políticas se tornam agora responsabilidade de todas as instituições governamentais centradas na defesa da Segurança Nacional. O documento a seguir demonstra tal assertiva, pois é proveniente da SG/CSN e estabelece as normas sobre o trâmite de informações intergovernamentais centrada no SFICI (que é subordinado ao CSN):

[...] Toda correspondência pertinente as atividades informativas e operacionais desse Serviço que implique em assegurar ligações laterais com órgãos correlatos, deverá ser da responsabilidade do Chefe do SFICI, e, portanto, por ele assinada, de modo a evitar retardo e burocracia no fluxo de intercâmbio de informes ou informações [...]

[...] a permuta de informes e informações poderá ser feita diretamente com os seguintes órgãos laterais e correlatos: 2ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), 2ª Seção do Estado Maior dos Ministérios da Aeronáutica e da Guerra, Serviço de Informações da Marinha, Seção de Segurança de Ministérios Cíveis, Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Delegacias de Ordem Política e Social das Polícias Cíveis dos Estados e Territórios. [...]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_657_Parte 3, documento número 218.

²⁹⁸ Ofício Secreto nº1226 – GAB/31366/60, de 09 de novembro de 1960, do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Secretário do Interior e Segurança Pública do Estado do Paraná. Assunto: Infiltração comunista na imprensa. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documentos números 72-73.

[...] o entendimento direto dessa Chefia com os membros da Junta Coordenadora de Informações (JCI)²⁹⁹ e com outros órgãos correlatos só se fará por decorrência da execução de medidas aprovadas pela referida Junta ou no interesse de serviços pertinentes à mesma. [...] ³⁰⁰

É centrada nessa determinação do CSN sobre o fluxo de informações que se percebe o envolvimento de várias instâncias governamentais na gênese de diversos processos investigatórios que desencadeiam posteriormente todo o trâmite de informações dos envolvidos até chegar na hierarquia policial, que formaliza a investigação dando aspecto jurídico na obtenção das provas e na montagem do inquérito policial. No documento a seguir, a investigação é proveniente do Ministério da Guerra e versa sobre as atividades comunistas na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A SG/CSN encaminha a denúncia ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores,³⁰¹ ao chefe do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), ao comandante da AMAN, as Diretorias de Ensino, Formação e Diretoria-Geral do Ensino da referida Academia, ao Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e ao Diretor da Divisão de Polícia Política e Social (DPS).³⁰²

Nesse outro informe, o trâmite informativo é mais abrangente e envolve a SG/CSN, os Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, o Departamento Federal de Segurança Pública,³⁰³ a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, a DOPS-MG e o Departamento Nacional de

²⁹⁹ A Junta Coordenadora de Informações (JCI) será tratada no Capítulo V.

³⁰⁰ Memorando Reservado nº 63/Gab/59 de 15 de outubro de 1959, do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: normas sobre correspondência informativa e operacional. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 2, documentos número 83-84.

³⁰¹ Ofício confidencial nº 80-Gab/2253/59 de 29 de dezembro de 1959, do Secretário Geral do CSN ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: atividade comunista. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília:

BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 4, documento número 314.

³⁰² Memorando confidencial nº 90-Gab/59 de 29 de dezembro de 1959, do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do Sáfico com cópias a vários departamentos. Assunto: atividade comunista na AMAN. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília:

BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 3, documento número 121.

³⁰³ Ofício confidencial nº 686-Gab/2799/60 de 22 de julho de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do DFSP. Assunto: atividades nocivas à segurança nacional: Gerard Papaziani. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, documento número 122.

Produção Mineral (DNPM).³⁰⁴ São dois documentos que versam sobre o mesmo assunto, intitulado: atividades nocivas à Segurança Nacional: Gerard Papaziani. O relatório da DOPS-MG fornece o histórico do referido:

[...] Geraldo Papaziani [sic], de nacionalidade egípcia. Reside atualmente no Rio de Janeiro, na Rua Júlio de Castilhos, 102, aptº 601 – Copacabana –(fones: 27 9230 e 27 2497) e possui escritório na Av. Almirante Barroso, 90, sala 1019, 1º andar. Apurei ser ele de estatura mediana, gordo e se vesti [sic] com apuro, usando ricos brilhantes. Possui uma mineração de ferro no município de Belo Vale-MG, que é servido pela EFCB, onde tem um jipe de marca Vemag. No Rio, possui um belo automóvel, com motorista próprio, uniformizado. Não é fácil entrar em contato com o senhor Gerard Papaziani. Sua secretária só permite a entrada em seu escritório de pessoa conhecida. Consoante fui informado, está na iminência de dar um prejuízo de vinte milhões de cruzeiros a seu encarregado de serviço e a vários comerciantes de Belo Vale. Aliás, a informação que obtive é a de que Gerard Papaziani só dá “golpes” de milhões e é conhecido “scroc” internacional, procurado pela polícia de vários países. Vem, com frequência a Belo Horizonte, ficando hospedado no Normandy Hotel. Durante o mês de junho do corrente ano foi feito um embarque de mil e quatorze toneladas de minério de ferro para a DIDIMINE – Rio, estando a mineração com pequena produção, por falta de dinheiro. A mineração possui um pequeno estoque de minério na estação de Belo Vale, pronto para ser embarcado. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1960. [...] ³⁰⁵

Como se vê, o relatório da DOPS-MG é iminentemente policial, caracterizando o estelionato do referido personagem, mas, por se tratar de cidadão estrangeiro, entra na categoria de atividade nociva à Segurança Nacional. É o cotidiano das Delegacias de Polícia Política fazendo parte das instituições governamentais.

³⁰⁴ O Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) foi criado em 1934, pelo Decreto nº 23.979, de 08/03/34.

³⁰⁵ Ofício confidencial nº 951-Gab/21085/60 de 16 de setembro de 1960, do chefe de gabinete da SG/CSN AO CHEFE DO Departamento Político e Cultural do Itamarati. Assunto: atividades nocivas à segurança nacional: Gerard Papaziani. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília:

BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_662_ Parte 2, documentos número 135-136. O outro documento é de 22 de julho de 1960, Ofício confidencial nº 685-Gab/2798/60. Do chefe de gabinete do SG/CSN ao secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília:

BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_ Parte 2, documento número 121.

3.2 As demandas do CSN (e seus órgãos complementares) às demais instituições governamentais

Nesta parte do trabalho serão observadas as solicitações do CSN (representado pela Secretaria-Geral, o SFICI, as Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis) com as demais instituições governamentais em todos os níveis, demonstrando o processo de circulação de informações. Essa documentação revela outra faceta das prioridades do CSN: a preocupação com a divulgação das informações coletadas em cada unidade para todo o sistema, de forma que cada instituição governamental pudesse tomar as devidas providências – de modo descentralizado –, mas coordenado no conjunto.

3.2.1 O Movimento Operário na malha fina do Sistema de Informações

Em tese, na lógica desse sistema, todos os órgãos do Governo deveriam agir segundo as diretrizes estabelecidas pelo CSN, levando os informantes a reagirem com indignação quando tal não ocorria.

Um exemplo bem claro dessa situação pode ser tomado quando se lê o que ocorreu, quando da realização do Primeiro Congresso Sindical do Estado de São Paulo, apenas para citar um dentre muitos exemplos semelhantes.³⁰⁶ O informe do CSN é denominado *Administração Pública – Assistência Social*, e integra um documento maior de estudos sobre as lutas sociais. O informante alertava que havia farta publicação na imprensa sobre o referido evento. O Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, que convocava o evento a ser realizado em São Paulo, entre os dias 28 de abril e 1º de maio de 1956 – e que congregava todas as categorias profissionais –, tivera apoio extensivo e intensivo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), dos Governos Estadual e Municipal.

O espanto do informante era com o endosso das autoridades governamentais a tal conclave, o que – segundo sua lógica – não se coadunava com a postura coercitiva que orientava sua própria ação policial. Para ele, mesmo

³⁰⁶ Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral. OF.SFI nº 54/60 de 18/02/1960. Correspondência entre o Chefe do SFICI e o Delegado Titular do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-116 folha 17.

com a afirmação do Delegado Regional do Trabalho de que não se tratava de atividade política, não seria prudente permitir a realização de tal evento, pois o perigo à Nação não se dissiparia. Em seu argumento, ele contrapõe à afirmação do Delegado do Trabalho as diretrizes do PCB ao Movimento Operário, publicadas nos veículos de imprensa do setor *O Movimento Operário e a Política Sindical dos Comunistas*, em *separata* do jornal comunista – *Novos Rumos*, segundo as quais:

Nos últimos meses de 1958, as reuniões conjuntas de dirigentes sindicais dos Estados do Sul do país, do Distrito Federal, de São Paulo e dos estados do norte e nordeste, marcaram novas e importantes iniciativas dos trabalhadores com o objetivo de ampliar sua unidade de ação e alcançar a unidade orgânica do movimento operário. A experiência dos últimos anos demonstra que os trabalhadores, utilizando os direitos assegurados pela Constituição da República e pela legislação Trabalhista vigente, podem não só obter vitórias de caráter estritamente sindical, mas influir nos rumos políticos do país. Ao participarem de movimentos nacionalistas, as organizações sindicais contribuem para o fortalecimento da frente única nacionalista e democrática.³⁰⁷

Baseado em tal postura, o informante alegava

[que] O Conselho Sindical dos trabalhadores, por sua organização atende a política sindical comunista. Ampliando a unidade de ação e a unidade orgânica do movimento operário. Permitindo maior influência nos rumos políticos nacionais, contribuindo assim para o fortalecimento da Frente Única Nacional e Democrática. Servindo de forte elemento na luta pela autonomia sindical.³⁰⁸

O medo dessas autoridades era o da possibilidade da classe trabalhadora ter alguma participação na política nacional. Pois, diante daquela conjuntura, as garantias prometidas pela Constituição de 1946 levavam a classe trabalhadora, assim como os demais segmentos sociais, a objetivarem tal participação política e representativa no grande debate sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

³⁰⁷ Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral. OF.SFI nº 54/60 de 18/02/1960. Correspondência entre o Chefe do SFICI e o Delegado Titular do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-116, folha 15.

³⁰⁸ Idem, folha 10.

Mas, para os agentes do Estado, tal reivindicação representava o "caos social", na medida em que o Movimento Operário Brasileiro era sinônimo de Partido Comunista, e a realização do referido Congresso auxiliaria a consecução da política sindical comunista, porque

Permite a realização efetiva da política unitária, sem exclusivismo partidário. Permite unir e organizar a classe operária, elevando sua consciência para o desejo de que se torne a classe dirigente. Fortalece a classe operária na influência política do país. Apresenta em temário as reivindicações mais cobiçadas pela classe operária, provocando assim o desejo da unidade de ação, indispensável à unidade sindical. Dá margem a que a liderança vermelha se sobressaia no conclave. Dá oportunidade a que por movimentos dessa natureza seja conseguido o direito da modificação da atual estrutura sindical. Anima a que o trabalho nos sindicatos não seja trabalho de alguns, mas de todos os comunistas.³⁰⁹

Assim o informante concluiu que a realização do Congresso favoreceria em muito aos anseios comunistas de criação, naquele ano, da Central Unitária dos Trabalhadores.³¹⁰

O que levava as autoridades policiais a temerem qualquer concentração dos trabalhadores era a grande movimentação grevista ³¹¹ que assolava o país desde o início dos Anos 1950, demonstrando a rearticulação da classe trabalhadora e seu poder de contestação e de luta. Como resultado dessa grande movimentação, o PCB buscou apoio de instituições da sociedade civil que eram a favor de maior participação política e na defesa da luta dos trabalhadores em uma articulação intersindical.³¹² Como bem observa Lúcio Flávio de Almeida sobre a postura do governo JK frente ao Movimento Operário:

³⁰⁹ Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral. OF.SFI nº 54/60 de 18/02/1960. Correspondência entre o Chefe do SFICI e o Delegado Titular do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-116, folhas 8 e 7.

³¹⁰ Idem, folha 7.

³¹¹ Embora não haja qualquer homogeneidade nos dados sobre o número de paralisações e de trabalhadores em greve, o fato indiscutível, confirmado por todas as estatísticas, é o do crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o fim da década de 50 e o ano de 1963. MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. Publicado no Rio de Janeiro, Revista Lutas Sociais n.6 página 85.

³¹² Conforme José Albertino Rodrigues, embora a primeira tentativa de criar um órgão de cúpula paralelo à estrutura sindical date de 1946, por ocasião do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a mais importante tentativa da década de 50 foi o Pacto de Unidade Intersindical que *“durante cinco anos comandou as ações políticas e sindicais, sobretudo na cidade de São Paulo, constituindo-se uma espécie de plenário permanente de organizações sindicais aderentes que*

[...] sua inabalável disposição de não permitir, sob pretexto algum a perturbação da ordem, do regime e das liberdades públicas. Como de praxe, atribuía a organização do movimento a conhecidos agitadores, que pretendiam produzir condições que ameaçassem a ordem e a paz do povo brasileiro através da deflagração de greves ilegais e concomitantes inspiradas por entidades marginais da vida sindical, estando nos seus planos até mesmo a greve geral. Na defesa da ordem e da paz do povo brasileiro, Juscelino foi duro, o que não significa nenhuma novidade. Contrapor o interesse nacional a greves de trabalhadores, desqualificar as lutas destes últimos fazendo referências a elementos e interesses estranhos ao movimento e recorrer a eufemismos como, no contexto, ordem, paz, liberdades públicas, para ameaçar o exercício da violência física, são procedimentos comuns a qualquer chefe de Estado burguês.³¹³

E nessa perspectiva de refrear o Movimento Operário Brasileiro através de uma legislação antigrevista que o Executivo Federal – representado pelo Secretário-Geral do CSN – que apela ao Ministério da Justiça para que considerasse o estudo realizado por aquela secretaria sobre o projeto de Lei que tratava sobre o direito de greve:

Incumbiu-me o Exmº Sr. General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de encaminhar a V.Exª o estudo realizado nesta Secretaria, versando sobre projeto de lei, que regula o direito de greve, em tramitação na Câmara dos Deputados, submetendo-o à distinta e esclarecida consideração de V.Exª.³¹⁴

O referido estudo apontava que as ameaças de Greve Geral no país apresentavam como uma de suas reivindicações a aprovação urgente de uma nova Lei de regulamentação do exercício do direito de greve. Para os mentores do Estudo, tal reivindicação poderia atentar contra os imperativos da Segurança

chegaram a atingir mais de uma centena”. Este órgão passou a tratar de vários assuntos e necessidades dos trabalhadores, constituindo-se num fórum de debates e decisão. Entre eles, pode-se citar o debate e a criação de um órgão intersindical de estudos socioeconômicos, o DIEESE. RODRIGUES, L.B. Bancários – Movimento sindical e participação política, apud CHAIA, M.W. DIEESE: Saber intelectual e prática sindical. Lua Nova – São Paulo – Novembro de 1989 nº19.

³¹³ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. Página 289

³¹⁴ Ofício secreto nº 143/Gab 57-93 de 10 de setembro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Projeto de Lei sobre o direito de greve. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documento número 74.

Nacional, impedindo o livre pronunciamento dos poderes Legislativo e Executivo e contrariando a Lei que regulamentava as greves, em vigor naquela conjuntura.

Os agravantes de tal situação – segundo o mesmo estudo – tinham a ver com o panorama político nacional, pois a próxima eleição estava programada para outubro de 1960, o que aumentava progressivamente a intensidade das manifestações político-partidárias que tinham em vista obter reflexos psico-sociais capazes de motivar e arregimentar o eleitorado nacional. Destarte os partidos políticos, formadores do processo eleitoral, buscavam definir posições em torno de seus candidatos e de seus programas – realizando as mais diversas demonstrações de apoio aos movimentos sociais com o fim de motivar, a seu favor, a maior parcela do eleitorado brasileiro. Sendo assim, “os fins justificavam os meios”.

A crítica residia justamente nessa postura dos integrantes dos poderes Legislativo e Executivo que eram parte diretamente interessadas no processo eleitoral. Pois os interesses político-partidários suplantavam os interesses da Segurança Nacional. Para o CSN, o relaxamento do Executivo Federal – no caso, a Presidência da República – contribuía para o clima favorável à atuação dos extremistas, que poderiam posicionar-se em relação

[...] ao clima de intraquilidade assim caracterizado, [e] não ficam estranhos os extremistas nacionais. Pelo contrário, encontram nas classes operárias assim motivadas o instrumento ideal para o desenvolvimento de suas atividades. Politicamente organizados tendem a dominar os mais importantes postos da hierarquia trabalhista, como objetivos intermediários para, em nome do operariado, realizar a conquista final do poder. Observa-se que entre os extremistas são os comunistas os mais exaltados e interessados mentores dos movimentos grevistas. Ante uma evidência desta ordem não há como negar ao Estado poderes para agir energicamente tendo em vista a sobrevivência do regime democrático de governo. Deve-se considerar que os comunistas evoluíram seus processos de atuação, interessam-se particularmente pelas atividades em que menos se expõem. Atuam paralelamente com os elementos que desavisadamente lutem por seus objetivos. Anular o Poder Judiciário, e particularmente a Justiça do Trabalho é um de seus grandes objetivos [...] ³¹⁵

³¹⁵ Estudo sobre o projeto de Lei regularizando o Direito de Greve, proveniente da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, de setembro de 1959. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documento número 81.

Diante dessa exposição de motivos contra uma adequação da Lei ao direito de greve, percebe-se ainda os resquícios de uma postura ditatorial do Estado Novo no controle da classe trabalhadora, pois o conflito das novas prerrogativas “democráticas” advindas da Constituição de 1946, não se coadunava com o pensamento do alto escalão militar que compunha o CSN. Sendo assim, o Secretário-Geral do CSN sugeria

[...] [a]o executivo deve intervir para assegurar a ordem pública; acompanhar atentamente os trabalhos que a respeito se desenvolvem nas casas do legislativo; atuar no sentido de esclarecer aos integrantes dos poderes legislativo e executivo os aspectos que interessam à segurança nacional; atuar, através do Ministério da Justiça, Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), no sentido de coibir a ação dos elementos extremistas nas manifestações tipo grevista que reivindicam urgência para a provação da nova Lei; enviar aos Ministros do Trabalho e Justiça, cópias do presente estudo, como subsídio para seu pronunciamento a respeito do movimento grevista previsto para 3 de outubro do corrente ano; planejar e coordenar, por intermédio da Secretaria-Geral (a cargo do SFICI), um sistema de contra-propaganda a ser realizado, por forma a esclarecer a opinião pública e particularmente os trabalhadores.³¹⁶

Nessa perspectiva, a repressão aos “inimigos internos” – que sempre fora uma constante no governo republicano –, naquela conjuntura propícia e com o recrudescimento do Movimento Operário, ante a articulação das entidades representativas dos trabalhadores o cerco foi total, tanto das entidades como de seus participantes que se tornaram o “bode expiatório” para justificar a vigilância e a repressão na manutenção da segurança interna e na defesa do Estado constituído.

Observa-se um recrudescimento de atividades subversivas que podem vir a comprometer a Segurança Nacional e que tem exigido pronunciamentos e medidas repressivas por parte do governo. Destacam-se as ações de elementos comunistas, e em particular do cidadão Roberto Morena, junto a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio de Janeiro, e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. No interesse da segurança interna, e sobretudo pretendendo evidenciar, uma vez mais, a energia e serenidade com as quais o Governo objetiva preservá-la, tenho a honra de encarecer a V. Exa., a necessidade,

³¹⁶ Estudo sobre o projeto de Lei regularizando o Direito de Greve, proveniente da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, de setembro de 1959. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documento número 85.

de como medida preventiva e na forma facultada pela legislação em vigor, examinar o possível afastamento de Roberto Morena das referidas entidades³¹⁷ [...] ³¹⁸

Desta maneira, a sintonia do Sistema de Informações é evidente na ação conjunta dos órgãos envolvidos na vigilância e repressão aos movimentos da classe trabalhadora. Abaixo, a correspondência do CSN ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a exemplificar o caso discutido.

O Exmº Sr. Secretário deu-me a incumbência de remeter a V. Excia., os informes em referência que anexo ao presente. Esta chefia já determinou ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI – para proceder as investigações necessárias para averiguação ou maior conhecimento do assunto e bem assim proceder estudo mais aprofundado sobre agitação social.³¹⁹

O informe que acompanhava a referida correspondência intitulado “Informe Secreto – Ação Subversiva – Agitação Social”, de 14 de dezembro de 1959, traçava um quadro conjuntural desagregador, no qual a classe trabalhadora, por exercer o seu direito constitucional de livre expressão e reivindicar por melhores condições de trabalho e sobrevivência, era julgada vítima de elementos comunistas e partidos políticos no jogo eleitoral. Em outras palavras, uma “massa de manobra”, reforçando sempre a ideia de um povo ordeiro e pacífico por natureza que precisava ser tutelado pelo Estado (forte e aguerrido), para se proteger de tais influências nefastas.

³¹⁷ No informe anexo não há referência que o cidadão Roberto Morena seja filiado ao Partido Comunista, mas pelo fato de ser membro atuante dos referidos sindicatos de classe, fica caracterizado como elemento subversivo e consequentemente comunista. Informe secreto – Administração Pública – Assistência Social de 02 de dezembro de 1959. Assunto: verificação de situação ilegal nas diretorias de órgãos sindicais. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 247.

³¹⁸ Ofício secreto nº 28-2S/3232/59 de 10 de dezembro de 1959. Do secretário-geral do CSN ao ministro do trabalho, indústria e comércio. Assunto: Segurança Interna (encarece providências). Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 246.

³¹⁹ Ofício secreto nº 168-Gab/324/59 de 18 de dezembro de 1959. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao ministro do trabalho, indústria e comércio. Assunto: ação subversiva (remessa de informes). Referência: informe sobre agitação social de 14 de dezembro de 1959, proveniente do SFICI. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 291.

No presente ano de 1959, uma onda de agitação popular vem tendo lugar, com intensidade ainda não observada no país. Acontecimentos como os de Belo Horizonte, Uberlândia, Florianópolis, Fortaleza, Recife, São Paulo, Rio, Bahia, Niterói, Paranaguá, Curitiba, Aragarças, Distrito Federal (bombas) inúmeras e constantes greves, dão bem uma ideia da inquietação que se avoluma e generaliza. As atuações populares têm sido dia a dia mais violentas e audaciosas, inclusive enfrentando, como no caso de Niterói e Curitiba, as Forças Armadas. Nota-se que, cada vez mais, o povo brasileiro, tão tradicionalmente pacífico e ordeiro, está a mercê da exploração de elementos mal formados ou interessados em agitações que sirvam aos seus “desideratuns” doutrinários ou eleitorais. Encontram, certamente, tais elementos, campo preparado à propaganda e aceitação de tal exploração, por manobrem um povo ingênuo e mal informado que com a maior facilidade aceita pregação demagógica e que está convencido de que o custo de vida a que está submetido é sacrifício acima de suas características humanas; de que as irregularidades administrativas são a regra comum e que o princípio da autoridade já não mais existe.³²⁰

Diante desse quadro, urgia uma ação imediata dos órgãos do governo:

A efetivação desses movimentos pode conduzir o Governo à necessidade de tomar providências para a garantia da ordem pública, face a uma situação em que os Estados não sejam capazes de controlá-la, criando assim, um clima propício a um acirramento da campanha contra o atual governo, por parte dos elementos contrários a sua orientação.³²¹

Além de uma ação repressiva por parte do Governo Federal, também sentiam a necessidade de formar líderes sindicais afinados com a ideologia de segurança e desenvolvimento nacional, para vir a conter tais movimentos.

Esta chefia solicita seja elaborado por este serviço, com a maior urgência, uma proposta de programa para a formação de líderes sindicais. Esclarece contudo que o programa em apreço deve estabelecer, em linhas gerais,

³²⁰ informe sobre agitação social de 14 de dezembro de 1959, proveniente do SFICI. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 292.

³²¹ Idem, documento número 295. O documento ainda informa os movimentos que poderão ocasionar perturbações da Ordem, como exemplo a Greve Geral patrocinada pelo CNTI, as greves dos ferroviários, marítimos, transportes urbanos, descontentamento na Força Pública de São Paulo e na Brigada do Rio Grande do Sul, movimentos populares contra a Cia Energética do Rio Grande do Sul, a Indústria de Laticínios de São Paulo e o aumento dos subsídios aos deputados estaduais de Minas Gerais. Como este informe, há uma centena deles cobrindo todo o território nacional, evidenciando o grande poder de infiltração das polícias políticas e do SFICI nos movimentos da sociedade civil.

ideias que fixem diretrizes indispensáveis ao que se tem em vista, sem ater-se a detalhes ou minúcias desnecessárias.³²²

E para salvaguardar os interesses da Nação, segundo as autoridades, os projetos de Lei em tramitação no Legislativo tem que assegurar que o desenvolvimento econômico calcado nos preceitos de Segurança Nacional fossem a prioridade dos parlamentares para conter a onda extremista que assolava o país.

Esta Secretaria-Geral tem acompanhado com particular atenção as agitações sociais da presente conjuntura nacional e suas repercussões no campo político-social e econômico. As experiências das greves e dissídios coletivos de tão profundas consequências na vida social e econômica do país, vêm confirmar mais uma vez a extrema urgência da regulamentação do “Direito de Greve”, projeto que se encontra presentemente em discussão no Senado. É imperioso na proteção e salvaguarda dos interesses da nação que as atividades grevistas não fiquem ao sabor da demagogia e dos elementos extremistas, provocando constantemente o desassossego e a insegurança. Esta Secretaria-Geral tem a honra de solicitar a consideração de Vossa excelência a urgente necessidade – imposta pela experiência e pelas atuais circunstâncias – da aprovação do projeto que regulamenta o “Direito de Greve”, de acordo com os superiores interesses da Segurança Nacional.³²³

Não escapava ainda ao crivo das autoridades outras instituições que, de alguma maneira, pudessem envolver-se na defesa dos trabalhadores, conforme revela o documento abaixo citado, onde o Setor Político da DOPS-SP informa que o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio Grande do Sul, estaria articulando com os comunistas uma “greve nacional”, com as manifestações pontuais que ocorriam no país, apenas uma prévia do que estava por vir

³²² Memorando secreto nº 033/Gab., de 11 de agosto de 1959., Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: Programa de Formação de Líderes Sindicais. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 1, documento número 53.

³²³ Ofício Confidencial nº 82-2S/21480/60 de 05 de dezembro de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Direito de greve. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_665, documento número 18.

Greve Geral.³²⁴ Consta que no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil Seção R.G. do Sul, onde atuam os comunistas:³²⁵ Dr. José Teixeira, Dr. Antônio Pinheiro Machado Neto e Dr. Afrânio Vidal de Araujo, foi montado um plano geral de greves em que as atuais greves são consideradas como treinamento geral, fora a Greve Geral que o PCB pretende desencadear em março próximo.³²⁶

Observa-se que basta citar a palavra Partido Comunista para levantar a suspeita, mesmo que o assunto fosse de crítica ou expressasse alguma conotação pouco favorável aos atos do Governo. No exemplo seguinte, o Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do CSN, Coronel José Alexínio Bittencourt recebe informação (de procedência desconhecida) e a repassa ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, alertando-o sobre atividades suspeitas na Assembleia Legislativa de seu Estado. O documento se denomina, já acusatóriamente, de *Comunismo na Assembléia Legislativa de São Paulo*.³²⁷

Informe: Comunismo/novembro-1956/S.Paulo. Na assembléia legislativa de São Paulo, o Deputado Wilson Rahal, líder janista, comunista fichado, preconizou a volta à legalidade, o PCB, no que foi apoiado por seu colega Ranael, o qual, após tecer comentários favoráveis ao PC, afirmou “se os comunistas erram, os partidos erram muito mais”. Nesta mesma oportunidade o Deputado Martins Di Ciero, em aparte, disse: “se o povo brasileiro tenciona ser, todo ele, comunista, o será espontaneamente, pois não serão as leis de arrocho e de força que freiarão [sic] os anseios de qualquer povo”. Este último parlamentar é médico, eleito na legenda do PSP.³²⁸

Ora, o documento é de procedência federal e enviado por um integrante da alta cúpula do Executivo, mas o informe mais parece uma rede de mexericos e chama atenção a importância que adquirem tais tipos de boatos, a ponto de

³²⁴ Grifo meu.

³²⁵ Na maioria da documentação apontam-se as pessoas envolvidas nas demandas do PCB, como comunistas, nem sempre dispomos de confirmação que estes indivíduos sejam realmente militantes do Partido. Qualquer engajamento de defesa dos direitos constitucionais e plataformas nacionalistas já são indícios de envolvimento ideológico comunista.

³²⁶ Documento Secreto do Setor Político do DEOPS-SP de 30/12/1960. Informe que consta na pasta do CSN da DOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-118

³²⁷ Correspondência confidencial OF nº 888 – 2ª S. de 11/12/1956. , entre o Chefe de gabinete do CSN e o secretário da SSP-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-58 folha 319

³²⁸ Informe anexo à correspondência acima discriminada. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-58 folha 318.

solicitar das autoridades providências policiais. Isso nos remete a uma perseguição ideológica sem precedentes, onde o anticomunismo assume dimensões doentias.³²⁹

3.2.2. A vigilância aos estrangeiros residentes e de passagem pelo Brasil

Nas mesmas dimensões de um “cuidado excessivo” com os focos bolchevistas, era a preocupação com os estrangeiros residentes ou de passagem pelo Brasil e também na constituição de empresas estrangeiras de procedência de países comunistas.³³⁰ Há uma imensidão de pedidos de antecedentes ideológicos a esse respeito, de profissionais liberais, teatrólogos, engenheiros, presidentes de associações internacionais ligadas a movimentos pela paz, pela anistia de presos políticos espanhóis, portugueses etc., geralmente de procedência eslava.

Nesse documento, o Chefe do SFICI solicita ao Diretor da Divisão de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo antecedentes de um engenheiro russo.

Solicito providências de V.Sas. no sentido de serem remetidos a esta Secretaria, os antecedentes político-sociais de Stambolos Dimitrios, engenheiro de nacionalidade russa, exercendo atividade na Cia. Indl. De Rocuas Betuminosas, situada em Tremembé, Estado de São Paulo.³³¹

Ser de origem eslava como ser operário engajado no movimento sindical, já era uma credencial de militante comunista. No informe abaixo, procedente do Gabinete da Secretaria-Geral do CSN ao Diretor da DOPS-SP, um ex-militar russo residente em São Paulo é apontado como “aparentemente anticomunista”,

³²⁹ Sobre o anticomunismo no Brasil, ver o estudo de Rodrigo Patto de Sá Motta. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva, 2002.

³³⁰ A título de exemplo é a correspondência entre o II Comando Militar do Exército e o Serviço Secreto da DOPS-SP solicitando investigação de empresa Russa querendo se estabelecer e investir na cidade do Rio de Janeiro. Ver documento, Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-109 folha 441.

³³¹ Correspondência N.210/2ª. S./SFICI de 18/04/1956. Entre o Chefe do SFICI e o Diretor DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-24 folha 84.

mas, pelo fato de manter contato com pessoas suspeitas, o torna um comunista.³³²

Informe. Comunismo/Distrito Federal/mês de julho /57. Vladimir Petrovski, russo, apontado como ex-coronel do Exército, habitando no Brasil já a algum tempo, residente atualmente em São Paulo; muito influente, autor de um livro político; aparentemente é anticomunista. Informes colhidos na capital bandeirante o indicam como sendo agente de informações, de primeira categoria, do PCUS. No dia 12 do corrente foi assinalada sua presença nesta capital conferenciando com pessoas sob forte suspeita. Tem como auxiliar, entre outros, o russo Potienkin, ambos são apontados como ativos agitadores e propagandistas do credo vermelho.³³³

Havia também informes sobre os cidadãos declaradamente comunistas, como o registro sobre determinado cidadão italiano, proveniente do Chefe da 2ª Seção da SG/CSN e destinado ao Diretor da DOPS-SP solicitando mais informações a seu respeito:

Informe- Ruggero Iacobbi – comunista-capital São Paulo. Ruggero Iacobbi, comunista italiano e célebre teatrólogo, já foi chefe de formações de “partigiani” – partisansa³³⁴ – e que, atualmente, é um dos líderes do comunismo no Brasil é um dos secretários do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz no 1º Congresso Italiano dos Partidários da Paz, conclave esse realizado em Roma. Declarou ter palestrado em Roma e em Milão com os dirigentes máximos do Partido Comunista Italiano, entre os quais Palmiro Togliatti, Luigi Longo, senador Sereni e Giorgio Amendola, e recebera de Togliatti um convite para acompanhá-lo a Moscou, onde Togliatti deveria representar o seu partido - PC italiano – no 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da URSS, porém, declinou do convite

³³² Correspondência confidencial OF. nº 466/S/2-1 Rio de Janeiro 26/07/1957. Do chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN ao Diretor DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-86

³³³ Informe anexo à correspondência acima discriminada. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-85.

³³⁴ Por Resistência Italiana (chamada também resistência *partisana*, ou apenas Resistência) se entende a oposição militar, ou também apenas política, conduzida no âmbito da segunda guerra mundial - depois do armistício de 8 de setembro de 1943 e a consequente invasão da Itália por parte da Alemanha nazista – relativamente aos ocupantes e à República Social Italiana. O movimento de resistência – parte do movimento mais amplo em toda a Europa contra a ocupação nazista – caracterizou-se na Itália pela união de múltiplas e às vezes oposta correntes políticas (católicos, comunistas, liberais, socialistas, monárquicos, anarquistas). Os partidos inspiradores da Resistência, reunidos no Comitê de Liberação Nacional, mais tarde constituiriam juntos os primeiros governos do pós-guerra. A Resistência constitui o fenômeno histórico sobre o qual residem as origens da República Italiana.

devido aos seus compromissos em São Paulo, quer no setor artístico (Rádio, televisão e teatro), que no movimento a favor da paz.³³⁵

A resposta da DOPS-SP veio num documento sem data:

Devido aos seus compromissos profissionais constantemente se encontra entre São Paulo, Belo Horizonte e o Rio, com os elementos do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). No Rio, onde fica a maior parte do tempo hospeda-se na residência da atriz Cacilda Becker, sita a Rua Visconde de Pirajá, em Ipanema. [...] a atriz Cacilda Becker, grande amiga de Ruggero Iacobbì, foi eleita membro do Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.³³⁶

Pelo fato do diretor de espetáculos ser declaradamente comunista, todas as atividades do Teatro Brasileiro de Comédia e de seus integrantes passaram a ser monitoradas. Nada escapava da suspeição, principalmente as atividades que pudessem levar certos conteúdos que propiciassem a consciência crítica e a discussão política.

Mais um caso de devassa da vida privada, agora de um membro da aristocracia da Bavária, o Conde Dr. Ludwig Graf Von Isemburg. O Chefe do SFICI solicita informações ao Titular da DOPS-SP nos seguintes termos:

Solicito a V.Sas. informar-nos acerca do Dr. Ludwig Graf Von Ysemburg – Philippseich – Rua Maranduba n. 67 São Paulo. Muito agradeceríamos se fosse possível obter os seguintes informes: Fotografia, dados de identificação, atividades que exerce atualmente, ligações sociais, econômicas e políticas se tiver, desde quando está no Brasil, viagens para o exterior e qualquer outro dado conhecido sobre o citado senhor.³³⁷

Duas semanas após o pedido de averigação, em 16/02/1960, a subchefia de Ordem Social responde com um relatório minucioso sobre o referido conde abordando sua família, amigos, vizinhos, contatos comerciais etc..

³³⁵ Informe anexo à correspondência da referência 107. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-16 folha 56

³³⁶ Resposta à solicitação de informe do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-16.

³³⁷ Correspondência OF. SFI n. 30/60 de 02/02/1960 entre o Chefe do SFICI e o Delegado do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-114A

O Dr. Ludwig Graf Von Iseburg é uma personalidade de dupla situação social, ou seja, Conde Von Yesenburg é de fato cunhado mundialmente conhecido da Condessa Helene Von Yesenburg cuja estadia no país foi notada várias vezes desde o ano de 1955. O investigado é também aparentado com a Casa Real da Bavária e íntimo da princesa da Bavária que reside no Brasil e é uma das maiores proprietárias das áreas de terras no Estado de Mato Grosso, sendo que a princesa da Bavária adquiriu essas terras na zona dos municípios de Diamantina e Chapada dos Guimarães na mesma época com os diretores da Mercedes-Benz do Brasil – um dos maiores negócios imobiliários do ano findo. Parece que existem ligações do Conde Yseburg com a Mercedes-Benz onde deveria ser diretor (informação do Dr. Schitzlein, secretário geral da Câmara Teuto-Brasileira do Comércio em São Paulo).³³⁸

O relatório revela que o referido Conde e seu círculo de amizades eram representantes da nova elite fundiária no Brasil, ligada a empresas multinacionais.³³⁹ De fato, cresce nesse momento a concentração de terras concedida a estrangeiros que pareciam ser “representantes” de grupos privados multinacionais em contraste com os limites impostos pela legislação.³⁴⁰

Sem falar no peculiar favoritismo político brasileiro,³⁴¹ onde um coronel – cunhado do governador do Estado – detém as grandes reservas de borracha natural.

³³⁸ Relatório da subchefia de Ordem Social datado de 16/02/1960 sobre o Conde Dr. Ludwig Graf Von Yseberg. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-113, folha 451.

³³⁹ Conforme Dreyfus, o processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse da terra. De 1950 a 1960 o número de grandes propriedades baixou de 2,3% do total de estabelecimentos agrícolas para 0,98%. Assim mesmo, esses últimos controlavam até 47,29% da terra, ao passo que 10,4% dos estabelecimentos agrícolas controlavam 79,9% da terra. O comércio agrícola estava ligado a uma grande parte da estrutura bancária. DREIFUSS, René Armand. 1964 *A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 2006, página 69.

³⁴⁰ Há uma série de documentos relativos as atividades de missionários estrangeiros atuando na Amazônia. Para as autoridades do CSN, havia fortes indícios de que a ação desses missionários estrangeiros em território da Amazônia, particularmente, na região da fronteira do Território federal do Rio Branco com a Guiana Inglesa e República da Venezuela (onde já havia inúmeros campos de pouso e considerável movimento de aeronaves), não se limitavam apenas às atividades de catequese junto aos índios, estendendo sua influência, inclusive, junto às populações civilizadas, prestando-lhes assistência social de várias naturezas, com finalidades duvidosas e pesquisáveis. Admitia-se ainda que entre os missionários estrangeiros houvesse geólogos e outros especialistas operando clandestinamente na região. Por se tratar de tema específico abordando a penetração de missões estrangeiras no Brasil, trataremos desse assunto em outra oportunidade, para não fugirmos do foco dessa Tese.

³⁴¹ Desperdícios, malversação de recursos públicos, fraude, abuso de poder, nepotismo, tráfico de influência, improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, vazamento de informações privilegiadas, sonegação fiscal, formas veladas ou explícitas de obstrução à justiça em diferentes

Na referida zona de Mato Grosso onde são registradas essas compras existem grandes concessões com reservas de borracha natural, concessões essas do Cel. Máximo Levy, cunhado do atual governador do Estado de Mato Grosso. Seja-nos permitido indicar, que existe uma lei de terras e colonização que determina como limite de área, de um só proprietário com 10 mil hectares, e a área acima citada e negociada às pessoas em apreço é superior, pois representa um milhão de hectares. Nesses negócios aparece uma segunda pessoa de nome Mister Wentz, ex-funcionário da firma Mercedes-Benz.³⁴²

Ainda em relação ao referido Conde, foi apurado pelos censores que ele trabalhava para o Consulado Geral da República Federal Alemã, e que a condessa Von Yesenburg prestava serviços ao Banco Francês-Italiano para a América do Sul, onde exercia o cargo de subchefe do Departamento de Estudos Econômicos. A mesma terminava naquele momento o segundo relatório informativo sobre a situação econômico-financeira do país.³⁴³

A aproximação da condessa com uma instituição bancária multinacional reforça a nossa argumentação da ligação da grande concentração fundiária no Brasil com a estrutura bancária, uma vez que é difícil imaginar que uma pessoa física, mesmo dona de grandes posses, fosse a maior proprietária de terras no Estado do Mato Grosso.

Para resumimos este extenso documento, vamos nos deter nas conclusões do investigador sobre o Conde Von Isemburg e a condessa, as suspeitas de suas ligações com a Alemanha comunista e com pessoas próximas ao nazismo, como o piloto de Hitler hospedado em sua residência,

1- Negócios ilícitos com terras e concessões no Estado do Mato Grosso; **2-** Ligação com a Cia. Gdynia, de navegação comunista, firma essa já envolvida em atos subversivos ligados à entrada de agente comunistas no país com passaportes falsificados; **3-** Alfred Englinger. Trata-se efetivamente de um nacional socialista de alto quilate; sua irmã, que já morava no Brasil e que trabalha na Sando Laboratório e reside em São Paulo, no bairro de Moema, é conhecida sob o nome de d. Santa Bergfeld. A mesma é “curier” da Organização Neo Nazista, estando

momentos no tempo e sob diferentes formas, tornaram-se práticas generalizadas e rotineiras, estimuladas por deficiências da legislação ou pela herança patrimonialista do Estado brasileiro. DINIZ, Eli. (2000). Globalização Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil Anos 1990. Rio de Janeiro, Editora FGV.

³⁴² Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-113, folha 451.

³⁴³ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-113, folha 450.

atualmente na África do Sul, na cidade de Johanesburg. D. Santa, no ano de 1957, quando da visita ao Brasil do Capitão Hanna Raitsch, último piloto de Hitler, teve este militar da Força Aérea Alemã como seu hospede em sua residência. 4- O cônsul alemão e adido cultural Von Kammecke negou a informação pormenorizada, indicando, porém, que o Conde Ysemburg não trabalha no Consulado, mas é diretor da Mercedes Benz. 5- [...] o conde trabalha por conta do Serviço Secreto da Alemanha Oriental. É conhecido que o primeiro comitê estritamente de obediência soviética, organização essa conhecida sob o nome de Die Roté Kapelle – a orquestra vermelha foi dominada quase exclusivamente pelos representantes das mais antigas famílias da aristocracia da Alemanha.³⁴⁴

O investigador termina o seu relatório questionando que pessoas da estirpe do conde e de sua esposa, possuidores de grande patrimônio na Alemanha Oriental, tivessem necessidade de uma vida misteriosa, “e ter sua esposa trabalhando no Banco Francês-Italiano.”³⁴⁵

O que podemos inferir de mosaico de informações sobre os referidos nobres bavianos, acusados de informantes russos, é que estes eram, na realidade, representantes de multinacionais. Mas era necessário justificar a suspeição e assim eles aparecem nos pareceres técnicos como “testas de ferro” de neonazistas interessados em se apoderar de nosso país, daí a aquisição de grandes latifúndios. Há que se concordar que o rastreamento de informações percorre sinuosos caminhos, demonstrando um altíssimo poder de infiltração nas várias instâncias sociais.

Outro caso semelhante que chamou a atenção das autoridades do Executivo Federal, relativo à concentração de terras para as mãos de empresa multinacional, foi a aquisição da Empresa de Navegação e Comércio do Jarí, com sede em Belém, pela empresa North American Contractory Company, de Washington. A referida empresa do Pará, possuía um milhão e meio de hectares de terras nas margens dos Rios Amazonas e Jarí.³⁴⁶ A correspondência era da

³⁴⁴ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-113 folhas 449e 448.

³⁴⁵ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-113 folha 448.

³⁴⁶ A região se caracteriza por uma floresta primária tropical muito rica em recursos naturais, principalmente a castanha do Pará (*bertholletia excelsa*) e a seringa (*hevea brasiliensis*), cuja exploração sempre constituiu a fonte principal de subsistência para as populações extrativistas, mas também da economia regional baseada na exportação dos recursos naturais em estado bruto. Já nos tempos da colonização, os missionários instalados na região do Jari enriqueciam-se com a comercialização das « drogas do sertão ». A organização da atividade extrativista no Jari, em uma comercialização no estilo de uma empresa, desenvolveu-se a partir do final do século XIX, com a

SG/CSN ao Ministério da Guerra, anexada um informe do Ministério das Relações Exteriores sobre tal aquisição:

[...] o referido grupo financeiro pretende desenvolver a Companhia do Jarí mediante investimentos de cerca de 20 milhões de dólares, no próximo quinquênio. Esses investimentos consistirão principalmente na construção de estradas de rodagem que possibilitem o escoamento da produção daquela zona de um modo mais rápido e econômico. Tratando-se de enorme faixa de terra na região amazônica e de vultoso empreendimento financeiro, pareceu-me conveniente levar o assunto ao conhecimento de Vossa Excelência [...] ³⁴⁷

Nessa perspectiva da presença de grupos multinacionais nos diversos setores da economia nacional, principalmente ao que se refere ao agronegócio, a concentração de terras não se deu pela entrada dessas grandes empresas

aparição na região do cearense José Julio de Andrade, em 1882, em pleno apogeu do ciclo da borracha. Aliando o poder político (Andrade era prefeito de Almeirim) com o poder econômico, esse homem declarou-se proprietário de uma área maior que a atual região do Jari, convertendo-se, assim, no “maior latifundiário de todos os tempos” (LINS, 2001, p. 37). O “Coronel”, como foi chamado pela população local, manteve o monopólio sobre a comercialização dos produtos da floresta destinados ao mercado internacional até 1948, quando várias insurreições da população local contra a opressão do Coronel obrigaram-no finalmente a fugir para o estrangeiro. O domínio sobre a área passou então às mãos de um grupo de empresários de origem portuguesa que continuaram a exploração extrativista no sistema do aviamento: os recursos eram coletados pelos seringueiros e castanheiros no interior da floresta e juntados nos “barracões”, pontos estratégicos na beira do rio, onde os “donos” passavam regularmente de barco para procurar a produção dos extrativistas. Essa era trocada por mercadoria a preços astronômicos que os extrativistas não podiam pagar e ficavam sempre endividados. Dessa maneira, o dono garantiu a dependência do seu trabalhador. Além disso, o extrativismo exigia um grande esforço físico e a necessidade de o extrativista passar vários meses do ano em acampamentos isolados na floresta, às vezes longe da família. De fato, o sistema de aviamento apresenta um fenômeno paradoxal: se o extrativismo manteve-se até hoje como principal fonte de renda para muitas regiões da Amazônia, ele também é a causa da precariedade durável nas quais vive grande parte desses extrativistas. Apesar do alto preço que alguns produtos extrativistas (como a castanha do Brasil) tiveram e ainda têm no mercado internacional, a repartição justa dos benefícios dessa atividade foi evitada por uma elite que, por falta de políticas públicas para o setor, sempre dominava as redes de comercialização dos produtos extrativistas. Na Amazônia brasileira oriental (e também na região do Jarí), essa elite no domínio da castanha do Brasil é controlada há anos pelo mesmo monopólio: os famosos irmãos “Mutrán”, cuja sede e fábrica de transformação situa-se em Belém. Greissing, Ana. *A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do Projeto Jarí*. REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, dez. 2010, p.46 a 48. Cabe ressaltar que o famoso Projeto Jarí nos tempos da ditadura militar só foi constituído em 1967, pela aquisição dessa região pelo empresário americano Daniel K. Ludwig.

³⁴⁷ Ofício número 139/2S-56-07 de 08 de setembro de 1959. Do SG/CSN ao Ministro da Guerra. Assunto: transação de terras da Amazônia. Anexo cópia do ofício nº GAB/59/580.2 de 23 de julho de 1959, do Ministério das Relações Exteriores ao Estado Maior das Forças Armadas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documentos números 67 a 69.

multinacionais, elas adquiriam empresas que já se caracterizavam como grandes latifundiárias, mantendo a exploração das relações de trabalho numa forma arcaica, e modernizando a infra-estrutura para a circulação das matérias-primas. Dessa maneira, os padrões de acumulação de capital no Brasil se mantêm – como já foi mencionado anteriormente, na tese de Francisco Oliveira –, no qual o arcaico e o moderno não se excluem nas formas de acumulação de capital, mas pelo contrário se completam gerando uma grande fonte de lucros através da super exploração do trabalho dos camponeses.

Também fazia parte das atividades de vigilância, violar correspondências e bagagens de pessoas sob suspeição. O relatório abaixo explicita a violação de bagagens e demonstra bem como tais procedimentos ocorrem, pois relata o conteúdo da correspondência de jornalistas em trânsito no aeroporto de Guararapes, na cidade do Recife.

De regresso da Europa, onde foram participar de um Encontro Internacional de Jornalistas, na Filândia, as jornalistas brasileiras Detelba Rodrigues de Brito e Jurema Yare Ferreira, tocaram o Aeroporto Guararapes a bordo de um Constellation Transcontinental a 18 de agosto p/passado. A primeira continuou viagem ao Rio, tendo porém o cuidado de dividir sua bagagem com Jurema, que fez transbordo para outro Constellation Intercontinental. No Recife, a jornalista Jurema Yare Ferreira, hospedou-se na residência do médico Ilo Lins e esteve em contato com os comunistas Paulo Rodrigues, deputado Estadual, Sr. Carlos José Duarte, Francisco Chermon e também o prefeito Pelópidas Silveira. Dada a busca na bagagem desta jornalista e funcionária do Ministério da Fazenda, foi encontrado material e documentos referentes a uma herança de Anita Leocádia Benário Prestes.³⁴⁸

O agente se referia a uma carta encontrada na bagagem da jornalista e endereçada ao escritor Jorge Amado, enviada por um advogado alemão que procurava saber da existência da filha de Olga, pois essa tinha direito a herança deixada pela sua mãe – equivalente a U\$\$ 150.000 –, ou seja uma enorme quantia para os padrões daquela época. A família de Olga Benário,³⁴⁹ em Berlim, reivindicava a herança, alegando que não existia tal filha, mas o advogado em contato com o livro de Jorge Amado *O Cavaleiro da Esperança*, que se refere a

³⁴⁸ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-694-439 folha 105.

³⁴⁹ **Olga Benário Prestes (1908-1942).**

Anita, procurava desesperadamente entrar em contato com ele para resolver o litígio.

Mas, em tempos de constitucionalidade restringida, não causa espanto que o sistema de vigilância e repressão invadissem correspondências pessoais, rastreando a vida privada sem nenhuma restrição.³⁵⁰

Da mesma maneira, outros jornalistas de cidadania estrangeira foram vítimas de tal violação, com os agentes fazendo cópias do material apreendido, sempre com a preocupação de, num momento oportuno, serem usadas como prova incriminatória num inquérito policial.

Estes jornalistas, juntamente com outros brasileiros, chilenos e argentinos, visitaram alguns países da cortina de ferro, especialmente a China Comunista, de onde trouxeram, material de propaganda, relatórios, literatura bolchevique, dados estatísticos de produção etc., para incentivar no Brasil a doutrina da URSS.³⁵¹

Mas a violação de bagagens e correspondências não se restringia aos jornalistas que eram sempre considerados elementos perturbadores da ordem e engajados em movimentos subversivos e que tinham como missão difundir a ideologia bolchevista. A comprovação disso são os documentos oriundos da SG/CSN que expõem que até as autoridades do governo também eram vítimas de tal violação de direitos, como é o caso desses dois ofícios a seguir. O primeiro deles, endereçado ao Ministro da Guerra, tinha como objetivo a restituição do processo de apreensão de bagagem feita num navio de bandeira polonesa ocorrida em julho de 1955, pertencente a um ex-deputado federal brasileiro, acusado de transportar material de propaganda comunista.

O interessante é notar que o referido material apreendido encontrava-se sob a responsabilidade do Ministério da Guerra e não de uma Delegacia de Polícia Política, e que a continuidade da investigação do processo era reivindicada pela SG/CSN, desempenhando dessa forma atribuições que são dos departamentos policiais,

³⁵⁰ Essa prática contumaz de vigilância exacerbada nos portos, aeroportos, estações rodoviárias e ferroviárias, era devido ao grande fluxo de passageiros oriundos de várias regiões tanto do Brasil como de outros países, pois naquela lógica de suspeição que imperava na prática policial, todos são culpados até provarem o contrário.

³⁵¹ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-694-439 folha 105.

Em face dos estudos realizados na documentação apresentada, esta Secretaria verificou a necessidade de efetuar pesquisas minuciosas no material de propaganda subversiva mencionado nos “Termos de Abertura e Verificação do conteúdo de volume” (fls. 7, 8, 9 e 10). Em face do exposto, solicito os bons ofícios de V. Excita., no sentido de determinar as providências necessárias a fim de que [...] sejam encaminhados a esta Secretaria Geral, para fins de estudo [...] ³⁵²

No segundo Ofício (apesar de não se tratar de vigilância aos estrangeiros residentes ou em trânsito no Brasil, serve como exemplo das práticas arbitrárias referentes a violação de correspondências) endereçado ao Diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos, em 30 de junho de 1960, em que a SG/CSN solicitava da referida instituição a não divulgação da violação de correspondência feita pelos seus agentes ao então governador do Estado de São Paulo, o Dr. Carvalho Pinto. A carta do governador era endereçada ao próprio diretor dos Correios e Telégrafos. O governador por estar nas malhas da suspeição por ser simpatizante e defensor dos movimentos populares em defesa da cidadania e por melhores condições de trabalho do operariado paulista, ficava a mercê da perseguição arbitrária mesmo sendo uma autoridade do primeiro escalão estadual. ³⁵³

Incumbiu-me o Exmo. Sr. General Secretário-Geral de ter a honra de comunicar a V.S. ter sido violada a correspondência reservada de sua Excelência o Governador do Estado de São Paulo a este órgão. Muito embora, o Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional faça referência mais a ideia de controle, jurisdição, origem ou grau de interesse que possam ter as informações para a Segurança Nacional, do que a substância da informação, estou enviando em anexo cópia do documento que o envelope, também de cópia anexa, continha, a fim de que V.S. possa ajuizar da salvaguarda contra sua divulgação. ³⁵⁴

³⁵² Ofício nº 142 S2 (2/2S) . 64-08 de 09 de setembro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao general chefe do gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: apreensão de bagagem contendo propaganda comunista. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documentos número 72-73.

³⁵³ A dissertação de mestrado de Luciana Feltrim demonstra com detalhes a vigilância ao referido governador paulista. Ver, FELTRIM, opus cit.

³⁵⁴ Ofício reservado nº 584 – Gab/1682/60 de 30 de junho de 1960. Do chefe de gabinete da SG/CSN ao Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos. Assunto: Comunicação de violação de correspondência. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_659_Parte 4, documento número 265.

Diante de tais fatos, observa-se que o cerceamento alcançava total apoio do Estado, para o qual a Carta Magna não era garantia na observância da lei. Dessa forma, consideramos um equívoco afirmar que a truculência policial e o desrespeito às normas constitucionais no cotidiano policial se dá por razões intrínsecas ao universo das delegacias de polícia em detrimento a democracia que se inaugurava a partir de 1946. É o caso das conclusões a que chega a historiadora Thaís Battibugli, em sua pesquisa sobre a polícia paulista e a democracia, de 1946 a 1964. A autora então conclui:

[...] a polícia não se adaptou, totalmente, às exigências do estado de direito e de uma sociedade democrática. A atuação da polícia ora se pautava por ideias e ações condizentes com um estado de direito, ora por condutas características de períodos autoritários. A tradição democrática começava a se firmar, e a autoritária não fora esquecida.³⁵⁵

3.2.3 O monitoramento dos movimentos sociais: estudantes, militares, camponeses

Outra manifestação social que dispensava uma total vigilância das Polícias Políticas e também do alto escalão do Executivo Federal, era o movimento universitário. No começo da década de 1960, o movimento expressava-se na demanda pela reforma universitária, em que se combinavam desejos de democratização, desenvolvimento e atuação social da universidade, constituindo a principal bandeira e preocupação das entidades estudantis de então.³⁵⁶ Tais plataformas com caráter político soavam e eram inaceitáveis como acontecia com o Movimento Operário que juntamente com reivindicações de melhorias nas condições de trabalho e reposição salarial, naquela conjuntura abraçavam também propostas de participação política na conquista da cidadania.

³⁵⁵ BATTIBUGLI, Thaís. *Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2010, p.22.

³⁵⁶ Um exemplo posterior da força do movimento universitário iniciado na década de 1950 foi o surgimento, entre muitas outras formas de manifestações, do **Movimento Artístico Universitário – MAU**. Composto basicamente por jovens, a partir de 1965 no Rio de Janeiro, pregava a participação dos universitários da época no engajamento social e político através da boa música: MPB, canções de protesto social e música para Festivais. Nomes como Aldir Blanc, Gonzaguinha e Ivan Lins começaram suas carreiras de compositores dentro deste movimento.

Para as autoridades assim como para as classes dominantes que consideravam que as classes subalternas não tinham direito a participação política por ser incapaz de decidir os caminhos para o desenvolvimento nacional, a repressão a tais movimentos se tornou cada vez mais presente através da infiltração dos agentes da Polícia Política para minar o seu direcionamento e neutralizar as lideranças, enquadrando-as como criminosas e subversivas.

Durante a década de 1950, a União Nacional dos Estudantes (UNE)³⁵⁷ voltou à atividade, se reestruturou, entrando numa nova fase de sua história. O movimento estudantil vivenciava então um processo de politização, discutindo temas de interesse nacional, como o aumento de preços, a defesa de princípios nacionalistas, a oposição à presença de empresas estrangeiras no Brasil e aos acordos militares entre Brasil e Estados Unidos, entre outros. Além disso, também se interessou por temas diretamente ligados à educação, pois foi grande defensora da escola pública e na severa crítica ao elitismo do ensino no país. Mas a sua aproximação com a classe operária a colocou definitivamente na lista dos inimigos do Estado, pois a partir de 1957 a UNE marcou um novo tempo para a recuperação democrática, na qual

[...] os estudantes universitários, até então buscados como massa de manobra para conflitos entre segmentos das classes dominantes, passaram a atuar como aliados explícitos das classes trabalhadoras na construção de uma nova ordem social.³⁵⁸

Nessa nova configuração da UNE considerada como subversiva, o chefe de gabinete da SG/CSN alerta a 2ª Seção do CSN enviando um relatório

³⁵⁷ A UNE foi fundada em 1937, como resultado de um grande movimento estudantil em defesa da criação de uma entidade que congregasse todos os estudantes universitários na discussão das grandes questões nacionais. A UNE surgiu às vésperas do Estado Novo, sistema autoritário, o que significou a manutenção de um determinado controle do Estado sobre suas atividades durante algum tempo. SANFELICE, J. L. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas: Alínea, 2008, p. 17.

³⁵⁸ CUNHA, H. Conselho da UNE. Movimento, p. 4-5, fev., 1963. Apud AZEVEDO, Lúcia Rangel. O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do século XX. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez., 2010

detalhado sobre a atuação da UNE “e sua natureza político-ideológica na liderança das organizações universitárias estudantis”.³⁵⁹

A partir dessa constatação pelas autoridades de atividade subversiva, a UNE, o movimento estudantil e conseqüentemente os encontros da juventude foram vigiados pelo Sistema de Informações. Na correspondência a seguir, o chefe do gabinete da SG/CSN solicita ao secretário geral do Itamarati³⁶⁰ o nome dos elementos nacionais e estrangeiros que participaram do Festival da Juventude Comunista em Viena na Áustria,

Muito agradeceria a V. Exa. a determinação de providências para a remessa a esta Secretaria da relação de elementos nacionais e estrangeiros que, no provável período, de 26 de julho a 10 de agosto do corrente ano, em que se realizará o Festival da Juventude Comunista em Viena, tenham obtido desse Ministério, assim como quais os elementos que ausentes do país conseguiram visto em seus passaportes com permissão para penetrar no território da Áustria.³⁶¹

Devido a UNE ter participado ativamente dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo projeto encontrava-se em discussão na Câmara dos Deputados, a SG/CSN encaminha ao diretor da Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura informações detalhadas sobre os signatários de um *Manifesto* do Sindicato de Professores do Rio de Janeiro, com relação ao referido projeto. Reproduzimos aqui algumas informações constantes, como exemplo, devido à grande extensão do documento e para demonstrar a capilaridade de informações entre as Delegacias de Polícia Política e o Executivo Federal no que tange à vida pregressa dos manifestantes.

³⁵⁹ Memorando nº 11/58/Gab em 12 de novembro de 1958. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe da 2ª Seção do CSN. Assunto: Atuação da UNE e sua natureza político-ideológica na liderança das organizações universitárias estudantis. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_651, documento número 74.

³⁶⁰ Da mesma forma a SG/CSN envia informe ao chefe do Departamento Político e Cultural do Itamarati, referente ao Primeiro Festival Latino-Americano da Juventude realizado em Cuba em janeiro de 1960. Pelo fato de tal festival ter o apoio do governo cubano, “*terá a finalidade de propagar ideias vermelhas. A capital de Cuba foi escolhida porque o grande país das Antilhas transformou-se com a última revolução, em cabeça-de-ponte do comunismo no continente americano.*” Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_657_Parte 2, documentos número 111-112.

³⁶¹ Secreto nº 08/Gab. 35-72 em 28 de julho de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao secretário geral do Itamarati. Assunto: Festival da Juventude Comunista em Viena. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, documento número 10.

[...] informo que foi possível obter os seguintes informes sobre os signatários do Manifesto do Sindicato de Professores do Rio de Janeiro sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se encontra em discussão na Câmara dos Deputados: [...] Walter N. F. R. – 2º secretário: nome idêntico, porem sem qualificação, figura em uma relação de pessoas que contribuem para o extinto PCB, relação esta existente na DPS do DFSP, datada de 10/04/58. Hélio M.S. Vice presidente: professor, segundo notícia do Jornal Comunista “Imprensa popular” (17/10/56), fez parte da comissão de greve dos professores tendo em vista a realização de jornadas de protesto, a 25 e 26 de outubro, exigindo o pagamento de salário-aula de acordo com a portaria 204. Segundo “O Globo” (16/10/56) tomou parte na Assembleia, realizada a 15, na sede do Sindicato dos Professores sendo eleito componente da Comissão de Greve. Bayard D.B. – Presidente, natural de Santa Catarina, professor e jornalista, reside... figura como elemento comunista, constando dos seus assentamentos o seguinte: candidato a vereador pela Esquerda Democrática no pleito de 1946; membro de Liga Antifascista da Tijuca, segundo publicação do “Diário de Notícias” de 18/06/47; signatário do manifesto dos professores contra a cassação dos mandatos; 1º tesoureiro do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, segundo publicação do Diário Carioca de 20/04/48; sócio da ABAPE, mediante contribuição de cr\$5,00 por mês; professor da Escola do Povo; bibliotecário do Centro Nacional do Petróleo; presente ao comício realizado na Praia do Russel em 1/06/48, segundo Boletim Reservado nº100; participou dos festejos comemorativos do dia 1º de maio, na sede socialista do Engenho Novo [...] ³⁶²

Os arquivos das Delegacias de Polícia Política tinham, na sua imensa maioria, documentos dessa natureza, mas a inovação nesse processo é a lista de distribuição dessas informações a outras instituições do Executivo Federal, todas elas envolvidas com a questão da segurança nacional, fruto da reformulação da qual já comentamos anteriormente do CSN.

Essa ideia de que a responsabilidade e o gerenciamento de atividades consideradas atentatórias ao Estado (diga-se, à Segurança Nacional) era competência de todos e torna-se evidente na interlocução dos poderes do Executivo Federal. No caso do movimento estudantil, até o Ministério da Guerra ³⁶³

³⁶² Ofício confidencial nº 169/Gab-26-115 de 12 de outubro de 1959. Do chefe de gabinete da SG/CSN ao diretor da seção de segurança do Ministério da Educação e Cultura. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 1, documentos número 118 a 120.

³⁶³ Ofício secreto nº 339-Gab/3397/60 de 06 de abril de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: conjuntura estudantil. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 2, documento número 209.

e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores³⁶⁴ receberam estudos sobre a conjuntura estudantil brasileira elaborada pelo SFICI.³⁶⁵

Apesar da vigilância se concentrar mais em movimentos que tivessem uma repercussão social mais abrangente, como era o caso do movimento estudantil e da classe trabalhadora, a movimentação no interior das Forças Armadas também causava grande preocupação das autoridades. Tanto das Polícias Políticas estaduais como as federais, incluindo-se aí o SFICI.

Nos acervos das referidas polícias há pastas específicas que tratam desse assunto, uma vez que as Forças Armadas representavam ainda um baluarte na composição e na manutenção do Estado constituído. Em períodos considerados autoritários ou “democráticos” pela sociedade civil, a sua coesão era uma garantia anti-golpista, pois todo o Período Republicano tinha sido marcado pela atuação golpista no interior do Estado. E não havia nenhuma garantia constitucional em momentos de crise institucional, na manutenção do Estado de Direito, pois até mesmo na posse do presidente JK houve tentativas de impedir a mesma e, posteriormente, seu governo foi vítima de levantes internos das Forças Armadas, que queriam derrubá-lo. Assim posto, golpe e contragolpe era somente uma reconfiguração de forças que representavam os segmentos dominantes na luta pela hegemonia política.

Destarte, as polêmicas em relação se haveria ou não um golpe de Estado num breve espaço de tempo já fazia parte da cultura política nacional, na qual a imprensa tinha um papel fundamental na disseminação desse paradigma – quando não se referia abertamente a possibilidade de golpe iminente –, e fazia por demonstrar que não havia consenso no interior da caserna frente as propostas de segurança e desenvolvimento nacional. Em paralelo a essa postura da imprensa de “colocar lenha na fogueira”, o jornalista e deputado pela UDN Carlos Lacerda,³⁶⁶ seguindo as diretrizes de seu partido, fomentava ainda mais as

³⁶⁴ Ofício secreto nº 340-Gab/3398/60 de 06 de abril de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: conjuntura estudantil. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 2, documento número 210.

³⁶⁵ Esses estudos sobre a conjuntura interna será visto com detalhes no capítulo 5, pois a Junta Coordenadora de Informações (JCI) valorizava e disseminava tais estudos, estruturando as bases de um Estado tecnocrata, no qual o planejamento estratégico e ostensivo no entendimento e criação de cenários conjunturais lhe dava a certeza de um gerenciamento eficaz e preventivo aos movimentos considerados ameaçadores ao *status quo*.

³⁶⁶ **Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977).**

notícias de conflitos internos na instituição castrense, dando ênfase à infiltração comunista nas suas hostes³⁶⁷ e mantendo as autoridades do governo em estado de “alerta e prontidão”, ao reforçar a maneira dos agentes infiltrados nas próprias guarnições militares com a finalidade de “separar o joio do trigo”.

Incumbiu-me o Exmo Sr. General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de remeter para apreciação de V. Ex^a o informe anexo, versando sobre Tentativa de Divisão das Forças Armadas.³⁶⁸

O Ofício secreto proveniente da SG/CSN e dirigido ao Ministério da Justiça anexava um sumário de informações,³⁶⁹ intitulado: Secreto- ação comunista – Sumário de Informações (Em 17.12.1959) – Tentativas de divisão das Forças Armadas:

1. Ultimamente vem sendo publicados comentários e notícias que envolvem oficiais das Forças Armadas, em particular do Exército.
2. Como exemplos, citam-se os seguintes: *O Correio da Manhã*,³⁷⁰ em editorial acusou frontalmente alguns oficiais do Exército de serem comunistas ou cripto-comunistas; *A Tribuna da Imprensa*,³⁷¹ (de propriedade de Carlos Lacerda), igualmente, tem apresentado em tópicos isolados acusações semelhantes ou feito insinuações a respeito; *A Última*

³⁶⁷ No início da década de 1950 a imprensa burguesa, em particular o jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, criou uma grande polêmica denunciando a infiltração comunista no interior dos comandos militares. O seu jornal deu voz aos generais da ESG para propor o expurgo dos militares acusados de serem simpatizantes ou militantes do Partido Comunista. Mas, mesmo depois da efetivação do expurgo nas FA, vez ou outra seu jornal e a imprensa, em geral, continuavam denunciando a infiltração comunista nas instituições militares, considerando-a como a maior ameaça na efetivação da democracia no país. OLIVEIRA, . Op. cit.

³⁶⁸ Ofício Secreto nº 172-Gab/3245/59, de 23 de dezembro de 1959. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: tentativa de divisão das Forças Armadas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 299.

³⁶⁹ O Sumário de Informações era originário do CSN, elaborado pela 2ª Seção da SG/CSN e circulava em todos os ministérios e seções de Segurança Nacional e o alto escalão das Forças Armadas. (incluindo nessa lista de distribuição o SFICI e a JCI que compunham a referida Seção). O sumário tinha edição quinzenal com todas as informações consideradas relevantes a segurança nacional, provenientes de todo o sistema de vigilância já mencionado anteriormente. Segundo o chefe de gabinete da SG/CSN “(...) é preciso, portanto focalizar periodicamente a situação interna do país e para isso nada melhor do que o Sumário de Informações (...)”. Memorando Confidencial: Mem.014/Gab. De 23 de junho de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: Remessa de Sumário de Informações. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 1, documento número 32.

³⁷⁰ Este jornal circulou no Rio de Janeiro de 1901 a 1974, fundado pelos irmãos Edmundo e Paulo Bittencourt.

³⁷¹ Em 1949, Carlos Lacerda fundou o diário carioca que levou o nome da coluna que mantinha n’O *Correio da Manhã*, permanecendo à frente do veículo até 1961.

*Hora*³⁷² quer em artigos, quer em comentários, particularmente na Seção “Plantão Militar”, acusa alguns oficiais de partidários de uma linha política oposicionista e, por isso mesmo, dizem os artigos, solapadores da estabilidade do regime [...] ³⁷³

O documento ainda afirmava que outros jornais e revistas incluíam, esporadicamente, nomes de oficiais em seus assuntos políticos, classificando-os de simpatizantes ou ativistas comunistas, ou golpistas. Diante desses fatos, o secretário-geral solicitava uma análise das possíveis razões dessas atitudes da imprensa nacional. A preocupação do interlocutor é que tais notícias poderiam ter o objetivo de colocar as Forças Armadas como instrumento de pressão política e como contingente eleitoral almejava as correntes políticas, como já acontecia com os movimentos das classes trabalhadoras. Entretanto, o resultado de tal noticiário era muito mais desagregador, na medida em que parecia estar sendo urdido seu enfraquecimento, provocado pela divisão em facções que gerava a desconfiança mútua, fundamentada em acusações ideológicas suspeitas. A esse respeito, a cúpula do CSN afirmava que

[...] o sistema de criar e manter um clima de agitação e efervescência dentro das Classes Armadas parece obedecer a um plano pré-estabelecido tendo em vista facilitar a marcha em busca do poder comunista. A falta de compreensão desse sistema tem, de certo modo, desvirtuado e dado interpretações tendenciosas a atos que são apresentados como fatores de desconfiança entre as Forças Armadas e mesmo dentro de cada uma, em particular o Exército.³⁷⁴

Assim o anticomunismo foi a base sustentatória dos discursos de instabilidade institucional que objetivavam sempre alertar para o avizinhamento de um golpe de Estado. Nessa lógica, o procedimento da investigação policial não era exclusivo das Delegacias de Polícia Política que se concentravam todas em vigiar e coagir tais possibilidades, mas partiam também do próprio Executivo Federal, por estar circunscrito num sistema de informações no qual era o gestor e

³⁷² Samuel Wainer fundou o jornal em 1951, e em 1971 foi vendido ao Grupo *Folha da Manhã*.

³⁷³ Ofício Secreto nº 172-Gab/3245/59 de 23 de dezembro de 1959. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: tentativa de divisão das Forças Armadas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, documento número 300.

³⁷⁴ Idem documento número 302.

quem dava as diretrizes para a ação investigatória. O documento a seguir, proveniente da SG/CSN e endereçado ao general e chefe de Polícia do Distrito Federal, alertava:

Em face da possível gravidade do assunto focalizado, esta Secretaria está envidando esforços e empenhado todos os meios disponíveis no sentido de averiguar o seu grau de veracidade e esclarecê-lo o mais possível. Os resultados obtidos serão, oportunamente, levados ao conhecimento de V. Excia., esperando esta Secretaria receber, as conclusões de averiguações que, se for o caso, forem procedidas para apurar a existência ou não de um Plano Subversivo Político Militar ³⁷⁵ [...] ³⁷⁶

Mas a vigilância não era calcada somente na boataria de um possível golpe de Estado liderado por algumas das facções no interior das Forças Armadas. Mais do que isso, a vigilância tinha como foco principal a manutenção dos preceitos e da hierarquia militar que, segundo a cúpula do EMFA (cujo oficialato pertencia ao CSN), a não observância de tais preceitos geravam divisão e ruptura em facções no interior das Forças Armadas.³⁷⁷

Por isso mesmo, o pronunciamento de militares em defesa de alguma plataforma política defendida por outros segmentos sociais, nas quais divergiam do posicionamento governamental – e a participação destes em agremiações partidárias e de classe, era considerada uma afronta não só às decisões do Executivo Federal como também a própria constituição das instituições

³⁷⁵ O documento não traz a cópia do informe esclarecendo a procedência e os referidos participantes de tal *Plano Subversivo Político Militar*. Inferimos baseado na data do documento, julho de 1957, que se trata dos preparativos da Revolta de Aragarças, ocorrida em 02 de dezembro de 1959. Segundo Célia Maria Leite Costa, pesquisadora do CPDOC, os preparativos de tal revolta começou a ser articulada em 1957. Ver verbete: *O Brasil de JK – Revolta de Aragarças*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas>. Acesso em: 01 de setembro de 2012.

³⁷⁶ Ofício Secreto nº 37-206/Gab-37-148-A de 09 de julho de 1957. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao general chefe de polícia do Distrito Federal. Assunto: informe. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 2, documento número 160.

³⁷⁷ *Como se sabe, o projeto das Forças Armadas interventoras a serviço da ordem vem da década de 1930, e é de autoria do general Góes Monteiro. A doutrina Góes previa a eliminação da política dentro das Forças Armadas para que pudessem agir mais eficazmente como ator político. Em consequência, o Exército foi expurgado de divergentes e submetido a intensa doutrinação. Previa ainda a tutela sobre as forças políticas civis e uma política de industrialização baseada na iniciativa estatal.* CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p.134.

militares.³⁷⁸ Nessa perspectiva, o Chefe do Gabinete do SG/CSN encaminhou informe ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Visitaram a Confederação Nacional dos Marítimos e se entrevistaram com o Sr. Alfredo Nunes, três oficiais da Aeronáutica e um civil. Nessa ocasião solicitaram apoio dos trabalhadores a suas pretensões: o SAPS para um deles, o Loyd Brasileiro, para um outro e o Serviço de Meteorologia para o terceiro. Capitão aviador Theles Faria Bremme – Deputado Estadual, Major Capelli, Capitão Nicoll e advogado Hélio. Consta também que esses oficiais estiveram no Sindicato dos Aeronautas. Segundo ainda o informante o capitão Bremme declarou que teriam a cobertura do Marechal Lott e do vice-presidente da república desde que contassem com o apoio dos Sindicatos.³⁷⁹

Também com a preocupação de preservar a imagem imaculada das Forças Armadas frente à política nacional e justificar que os investimentos a sua modernização são condição *sine qua non* para o desenvolvimento e a Segurança Nacional – temas recorrentes no discurso-padrão da corporação –, a SG/CSN solicita ao SFICI um Estudo sobre a campanha de parlamentares contra as Forças Armadas.

Tendo em vista os recentes pronunciamentos de parlamentares no Congresso e campanha desenvolvida pela imprensa sobre os gastos das Forças Armadas, por eles considerados excessivos e sobre a compra do N.A., pela Marinha de Guerra, fazendo nessa oportunidade comparações as mais diversas em que confrontam o que se poderia adquirir ou realizar no campo econômico com as importâncias orçamentárias destinadas às Forças Armadas, esta chefia solicita seja com máxima urgência realizado pelo SFICI um estudo sobre esses fatos, com vistas às consequências que poderão advir dessa campanha no quadro político nacional.³⁸⁰

³⁷⁸ A abertura de 1945 reintroduziu nas Forças Armadas as divisões políticas que tanto preocupava o general Góes. O conflito aprofundou-se com o agravamento da crise política nacional, até que em 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas. CARVALHO, Op. cit., p. 135.

³⁷⁹ Ofício secreto nº 21– Gab/325/60 de 14 de janeiro de 1960. Do chefe de gabinete da SG/CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: informe sobre atividades de militares junto a sindicatos de classe. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_657_Parte 1, documentos número 47-48.

³⁸⁰ Memorando nº 062/Gab de a6 de outubro de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: Estudo sobre campanha de parlamentares contra as Forças Armadas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 2, documento número 82.

Dessa maneira, no rol das preocupações que circundavam o Executivo Federal, a revisão ou atualização da Lei de Segurança Nacional era uma das molas propulsoras. Segundo esses interlocutores, a Lei que vigia era insuficiente para conter o avanço comunista que tantos danos provocaram na manutenção da ordem e da autoridade do regime democrático. Para os militares, as mazelas nacionais se resumiam no fomento dos antagonismos de classe exacerbados pelo PC, colocando em risco não só a Segurança Nacional, mas também o desenvolvimento econômico da Nação. Então o movimento das classes trabalhadoras, dos estudantes, das agremiações democráticas com discursos nacionalistas e, é claro, a divisão das Forças Armadas, já eram sintomas nefastos da falência da lei.

Esta Secretaria-Geral tem acompanhado com particular atenção a atuação dos elementos de ideologias contrárias ao regime democrático. Atuando segundo um plano de ação objetivo e tenaz, estes elementos têm procurado agitar paixões, envenenando a opinião pública e provocar antagonismos, solapando as bases da ordem e da autoridade do regime democrático. A própria lei da Segurança Nacional quer-nos parecer ser insuficiente porque tem permitido aos comunistas, acobertados por ela e talvez pela própria Constituição Federal, desenvolverem seu meticuloso programa de agitação social, diante dos poderes constituídos da nação. A própria convenção do Partido comunista anunciada por todos os jornais, realizou-se em plena cidade do Rio de Janeiro, no edifício da Associação Brasileira de Imprensa, num flagrante desrespeito e numa incontestável ameaça ao regime democrático. É contra este estado de coisas, que esta Secretaria-Geral tem a honra de se dirigir a Vossa Excelência sugerindo a revisão ou atualização da Lei de Segurança Nacional, a fim de que o regime democrático tão bem estabelecido no Brasil possa combater com real eficiência as ideologias contrárias ao regime.³⁸¹

E para reforçar os argumentos do CSN de que as liberdades propiciadas pela Constituição incentivavam o crescimento do Partido Comunista e colocavam em risco a manutenção do Estado, existia a intensa mobilização no meio rural na maioria dos estados brasileiros. E quem se destacava no apoio e na organização desses movimentos era o Partido Comunista. “As outras agrupações políticas se

³⁸¹ Ofício confidencial nº 83-2S/21481/60 de 05 de dezembro de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Lei da Segurança Nacional. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_665, documento número 19.

limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários”.³⁸² E justamente por essa aproximação dos comunistas com a liderança do movimento, que toda a estrutura do Sistema de Inteligência acompanhava com grande receio seu crescimento, pois suas reivindicações exigiam uma legislação para as relações de trabalho no campo, somadas a uma reforma agrária que colocavam em pânico o Estado comprometido com os grandes latifundiários.

Essa assertiva é comprovada na vasta documentação encontrada nos arquivos das Polícias Políticas sobre a questão agrária.³⁸³ A vigilância e a repressão a tais movimentos será muito mais violenta no campo do que no espaço urbano, já que a tentativa de organização dos trabalhadores na zona rural – apontava para o terreno fértil de uma revolução camponesa nos moldes da Revolução Cubana ou da Revolução Chinesa. No capítulo V, serão tratados os estudos realizados pela JCI sobre os movimentos agrários.

A documentação a seguir, proveniente do CSN, com as demais instituições governamentais, principalmente as advindas das Delegacias de Polícia Política, comprovam as tensas relações dos governos estaduais com o movimento agrário, principalmente com a atuação de empresas colonizadoras na apropriação de terras nas faixas de fronteira. Entretanto, essas grandes extensões de terra que pertenciam à União eram disputadas pelos governos estaduais que as cediam a tais companhias – sem o devido endosso do Executivo Federal –, expulsando dessas regiões os colonos que estavam ali há décadas. É o caso do incidente entre os colonos e os empregados da Companhia de Colonização Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA³⁸⁴

³⁸² MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969*. In (org) STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil volume 4. História e natureza das Ligas Camponesas – 1951-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21.

³⁸³ Essa questão sobre os movimentos agrários estarão sendo tratados em outros capítulos demonstrando que em todas as instâncias voltadas para a vigilância e repressão, esse tema era recorrente nas preocupações do Estado e seus aparatos coercitivos.

³⁸⁴ Os problemas surgiram nas glebas *Missões* e *Chopim*, situadas no sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina e suas origens mais distantes remontam à [Guerra do Contestado](#). Desde dezembro de 1950, quando a companhia de colonização *Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA* obteve, ilegalmente, um título de domínio de terras que já eram ocupadas por colonos, até a revolta de 1957 a região foi palco de atos de violência repugnante: As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes. Em outubro de 1957, colonos e posseiros tomaram suas cidades e expulsaram as companhias

[...] Comunico a V. Exa. Que em virtude dos graves acontecimentos verificados entre colonos e empregados da Cia. Colonizadora CITLA, localidade de Santo Antônio e Capanema no Estado Paraná, transladei-me a esta zona acompanhado do chefe de polícia, ministro de assuntos sociais e subchefe da Gendarmerie,³⁸⁵ a fim de poder informar com segurança os fatos. Existe um verdadeiro estado de comoção pública, não sendo possível calcular o número de mortos até o presente momento, em vista da falta de garantia para transitar fora do perímetro urbano, que está conflagrado. Os colonos brasileiros pediram asilo às autoridades argentinas, ascendendo a várias centenas. As autoridades argentinas pedem providências a fim de evitar um possível conflito em virtude da proximidade da fronteira.³⁸⁶

As disputas pela propriedade da terra são constantes, violentas e ocorrem sem cessar, seja no Paraná ou em outros estados da Federação. Envolvem os interesses de poderosas empresas nacionais e multinacionais, e a milhares de agricultores sem-terra, acampados à beira de rodovias. No meio ou fora desta disputa fundiária está o Estado tentando conciliar os interesses dessas partes. Em geral, a favor das empresas ligadas aos governos estaduais. As transmissões de rádio enviadas ao SG/CSN das regiões envolvidas confirmam o ambiente de confronto e violência policial quase que permanente:

[...] por incrível que pareça houve retrocesso em todos os acontecimentos nesta cidade. Estamos sem prefeito, juiz, promotor e delegado Dr. W.P. já é demissionário. Várias centenas colonos estão se aglomerando a cada instante derredor desta sede, como represália a chegada inesperada de 150 soldados da polícia do Estado fortemente armados e municiados sob o comando do Tenente Coronel Parede, subchefe da Casa militar do governador do Estado. Segundo informação capitão de polícia Kandrick aguarda-se chegada novo contingente a qualquer momento. Não desejamos alarmar nem criar pânico, mas graves acontecimentos poderão surgir de momento para outro nesta região. Ponderamos seja levado

grileiras e os jagunços por estas contratados em outros estados, exigindo que novas autoridades assumissem.

³⁸⁵ A Gendarmería Nacional Argentina (GNA) é uma força de segurança, de natureza militar e características intermédias que tem por missão atender problemas tanto de segurança interior como de defesa nacional ao longo de 9.370 km. de fronteiras que a Argentina partilha com cinco nações vizinhas, assim com também em instalações estratégicas internas específicas.

³⁸⁶ Ofício Reservado nº 150/Gab. 61-105 de 23 de setembro de 1957. Do secretário-geral do CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Incidente entre colonos e empregados da Cia.CITLA – transcrição de informe, remetido pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 1 documentos números 79-80.

conhecimento do Conselho de Segurança Nacional tais acontecimentos que são notoriamente sabidos pelo QG de Curitiba [...].³⁸⁷

Neste outro informe enviado pela SG/CSN ao Ministério da Guerra, percebe-se claramente a ação do governo estadual em conluio com as empresas privadas na concessão e na venda ilegal de terras, antes pertencentes aos colonos ali assentados há vários anos,

A situação na faixa de fronteira, no território da 5ª R.M., tende a se agravar, particularmente na região de Cascavel. Tem-se conhecimento que terra aforadas pelo Serviço do Patrimônio da União vem sendo tituladas pelo Governo do Estado do Paraná e também transacionadas por terceiros. Nessa questão consta que se tenta envolver oficiais do Exército pertencentes às unidades de fronteira naquela faixa. A polícia estadual, segundo consta, tem procurado coagir aqueles que não são protegidos pelo Estado. A situação no momento é tão tensa que já foi marcada a data do dia 21 de abril para início de uma revolta semelhante a que se verificou anteriormente na região do norte do Paraná.³⁸⁸

Apesar do acompanhamento do Executivo Federal a tais conflitos, não há uma posição clara das autoridades para resolver o verdadeiro problema que foi a desapropriação das terras dos colonos que ficaram “sem eira e nem beira”. Tentaram chegar a um denominador comum ao que se referia somente à propriedade de terras pertencentes à União, o direito de concessão ao governo do Estado e os interesses das empresas colonizadoras. É o caso desse outro Ofício secreto no qual o secretário-geral do CSN solicita uma Comissão de Inquérito integrada por elementos da Secretaria-Geral do CSN e dos Ministérios da Guerra e da Justiça, “para averiguar e definir as causas do estado caótico e predatório a que está submetido esse grande trato de terra do território nacional, recolhendo

³⁸⁷ Ofício confidencial nº 201/Gab. 77-144 de 24 de outubro de 1957. Do chefe de gabinete da SG/CSN ao secretário-geral do CSN. Assunto: Ocorrências no Paraná. Anexos: a) cópia do rádio 351 de 23/10/57 b) cópia do rádio 353 de 23.10.57. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 2 documentos números 152 a 154.

³⁸⁸ Ofício Secreto nº 341-Gab/3399/60 de 07 de abril de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe de gabinete do ministro da guerra. Assunto: subversão no norte do Paraná. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 2 documentos números 211-212.

os dados necessários às providências globais e definitivas de um problema que se cronifica e agrava a cada dia”.³⁸⁹

Uma questão precisa ser esclarecida. Essas empresas colonizadoras ofereciam aos colonos que chegavam à região, em crescente número, todo tipo de ajuda e assistência: terra, casa, ferramentas e sementes agrícolas, além de benefícios médicos. Mas sem o título de propriedade da terra. De modo que, na prática, os agricultores eram posseiros. Tinham a posse da terra, mas não um documento que atestasse a sua propriedade.³⁹⁰ Diante disso, a retirada dessas famílias era visto como problema menor, uma vez que as relações de trabalho no campo sempre foram extremamente violentas, considerando os camponeses como classe inferior. O que prevalecia eram os interesses dos grandes latifundiários e de empresas que representavam os interesses dessa burguesia agrária.

Nesse sentido, para o CSN a solução definitiva para o problema somente seria alcançada com a decisão – realizada pelo Supremo Tribunal Federal –, das questões pendentes entre a União, o Estado do Paraná e as Companhias Colonizadoras, pelo que solicitou ao Exmo. Ministro da Justiça houvesse por bem empreender gestões junto a mais alta Corte do país no sentido de serem dirimidos tais litígios. Percebe-se que em nenhum momento o problema sobre a expulsão dos colonos de suas terras foi abordado, pelo contrário. As preocupações são todas de outra dimensão, circundam apenas os interesses materiais dos causadores dos problemas. Desse modo, a sugestão do Secretário-Geral do CSN frente a essa demanda revoltosa dos posseiros se apresenta:

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores entraria em entendimento com o Governo do Estado do Paraná para o estabelecimento e execução de um plano de conjunto, entre a União e o Estado, visando restaurar e manter a ordem na região litigiosa; O ministério da Guerra cooperaria, propondo o deslocamento de elementos da tropa para pontos adequados

³⁸⁹ Ofício Secreto nº 51 – GEP/3467/60 de 29 de abril de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro de Estado dos negócios da guerra. Assunto: situação no oeste paranaense. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 2 documentos números 287-291.

³⁹⁰ *Este projeto de colonização federal instituído pelo presidente da República Getúlio Vargas fez parte da política da “marcha para o oeste”, com o propósito de fixar naquela região agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com uma economia baseada na agricultura familiar de pequena propriedade. A maior parte destes gaúchos e catarinenses era oriunda de colônias agrícolas formadas por descendentes de alemães e italianos.* ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969, p.p 358 e 359.

da região, com a finalidade de, policiando a fronteira, manter a ordem e assegurar o cumprimento da lei; o Ministério da Fazenda cooperaria por intermédio da Comissão Especial de Combate ao Contrabando, propondo medidas para intensificação da repressão ao contrabando.³⁹¹

Após seis meses dessa sugestão do Secretário-Geral do CSN, tudo indicava que a situação revoltosa não se arrefeceu, pois outra rebelião no sudoeste paranaense³⁹² desafiava novamente as autoridades governamentais. O agravante em tal episódio era a presença de elementos da companhia colonizadora juntamente com a polícia do Estado, tentando embargar serrarias da região reivindicando certa porcentagem na produção de madeira. Diante disso, já existindo um clima de descontentamento por parte dos colonos pelas atuações dessas companhias, foi levada a efeito uma rebelião de colonos que prenderam e desarmaram a referida comitiva. Os revoltosos enviaram representantes a esta cidade comunicando que somente entregariam os prisioneiros a representantes da ativa do exército nacional, estando dispostos a “repelir a bala” qualquer tentativa de entrada de policiais do estado naquela região. É notório que o descrédito das polícias estaduais se dava na sua parceria incondicional às empresas colonizadoras, revelando atitudes de desenfreada corrupção no seu interior,

[...] idêntico movimento esboça-se em diversas localidades dessa região, principalmente Gleba Chopin, onde os colonos interromperam o trânsito com a derrubada de diversas pontes, havendo quem diga que ficaram encurralados uns cinquenta policiais fortemente armados. Outras localidades como Dois Vizinhos, Empossado, Valdomera, neste núcleo

³⁹¹ Ofício Secreto nº 51 – GEP/3467/60 de 29 de abril de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro de Estado dos negócios da guerra. Assunto: situação no oeste paranaense. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 2 documentos números 287-291.

³⁹² Três anos antes em 1957, já havia ocorrido uma revolta semelhante entre posseiros e jagunços das empresas colonizadoras nessa região do sudoeste paranaense. Cabe ressaltar que muitos desses movimentos agrários, não tiveram a participação de elementos do PCB. Apesar de serem tratados pelas polícias políticas como movimentos subversivos influenciados pelos comunistas. Na Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste paranaense não ocorreu a participação de militantes ligados ao PCB. Segundo Wachowicz, *dois fatores contribuíram para isso: a rapidez com que os acontecimentos se precipitaram; o primeiro conflito ocorreu em meados de abril de 1957 e o apogeu seis meses depois, em outubro do mesmo ano. O outro fator seria a grande religiosidade demonstrada pela população local; a sociedade, em fase de organização, estava fundamentalmente ligada aos valores característicos das sociedades agrárias oriundas das aldeias europeias; esta sociedade não havia ainda atraído a atenção dos ativistas do PCB.* WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p. 289

também estão susceptíveis a se rebelarem. O clima geral é de intranquilidade temendo-se maiores consequências [...] ³⁹³

No Estado do Mato Grosso, os colonos também eram vítimas de ações inescrupulosas provocadas por políticos que com ajuda da polícia estadual e mercenários armados com munição proibida pelas autoridades (a bala *dumdum*), ³⁹⁴ estavam sendo escorraçados das suas propriedades. Pela Lei, os terrenos tinham sido doados a políticos gananciosos que depois de expulsar os pobres colonos, que naquela altura já haviam construído o seu rancho, feito benfeitorias, saiam sem qualquer compensação, para depois os malfeitores lotearem e venderem os terrenos aos próprios colonos. Abaixo a denúncia de tal ocorrência num jornal de Ponta Porã:

[...] Com o advento da enorme valorização das terras, os marreteiros políticos se pegaram no fato de estar cedido no decreto, somente 300.000 hectares para considerar todo o resto da área contida no limite citado no decreto, como excesso pertencente ao Governo do Estado, e não, à União como em realidade deve ser, em face dos limites naturais como reza o decreto. Baseado na exposição retro fizeram os políticos pressão aos governadores e obtiveram os títulos provisórios e definitivos, também nesta área que parece ser de propriedade exclusiva da União. Devido ao problema social, político e econômico que está acarretando esta intromissão indébita, com finalidade exclusivamente política local, necessário se torna o estudo do problema a fim de submetê-lo à apreciação de quem julgar conveniente, para que não sejam prejudicadas a imensidade de colonos, que por própria determinação da administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi residir, trabalhar e produzir nesta faixa considerada como excesso da Colônia, inclusive que existem nesta faixa, famílias situadas há mais de dezessete anos. O problema social está praticamente criado e aguarda-se agitação no meio dos colonos que, estribados em razões de ordem econômica e moral, apelam para as autoridades da República [...] ³⁹⁵

³⁹³ Ofício Reservado nº 1086 – Gab/11221/60 de 17 de outubro de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: rebelião no sudoeste paranaense. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_663, documentos números 64-65.

³⁹⁴ Bala dumdum é o nome para os projéteis de armas de fogo concebido para se expandir e fragmentar durante o impacto, causando sérios ferimentos no corpo da vítima.

³⁹⁵ Ofício Confidencial nº 145 – Gab/2213/59 de 19 de novembro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Assunto: Informe e recorte de jornal sobre questões de terras. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 2, documentos números 216 a 218.

Há aparentemente um descaso das autoridades federais com a concessão de terras consideradas pela legislação como pertencentes à União, mas que estavam sendo apropriadas pelos governos estaduais e cedidas aos seus comparsas. Assim, a ênfase na preocupação do governo em controlar os levantes dos camponeses nas referidas regiões revela que a composição política de apoio ao Governo Federal ainda se mantém nos moldes clássicos do mandonismo local, do coronelismo político, no qual a corrupção e a troca de favores prevalecem em detrimento da lei. Não há uma postura de resolução dos problemas decorrentes da expulsão dos camponeses de suas terras, mas, sim, uma tremenda maratona interdepartamental que focaliza o problema apenas nos levantes camponeses, considerando-os como um atentado a ordem estabelecida, sem considerar as práticas ilícitas que os provocaram.

Nessa perspectiva, o problema agrário para o governo se resumia numa elevada empreitada capitalista na ocupação das terras devolutas, no qual os governos estaduais mesclados com interesses de grandes latifundiários iam se apropriando desse imenso contingente territorial em total detrimento aos camponeses que ali residiam; esses haviam rumado para aquelas regiões em busca de terras para a subsistência própria e a de suas famílias.

O grande debate que ocorria no Legislativo e na sociedade civil a respeito de uma reforma agrária radical, naquele momento – apesar de poder ser considerada como uma empreitada liberal de incentivo a pequenas propriedades, rumo à modernização das relações de trabalho e da produção rural –, só eram vistas como uma ameaça à propriedade privada e mantinham a visão altamente conservadora e reacionária que se coadunava com a visão governamental – uma miopia de intenções em prol dos interesses de poucos.

O problema da apropriação das terras virou contenda até entre os governos estaduais, como é o caso do conflito agrário na região da Serra dos Aimorés, região fronteira entre os Estados de Minas Gerais e o Espírito Santo.³⁹⁶ No documento a seguir, a Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho informa:

³⁹⁶ Nas primeiras décadas do século XX as frentes de colonização mineira e capixaba se facearam nos arredores da Serra dos Aimorés, ávidas por darem início à ocupação das fartas extensões de terra na região.

Tropas mineiras invadiram território capixaba, ocupando Vila Tipiti situada no município Ecoporanga. O Governo Estadual determinou embarque de tropas sob o comando Cel. Maia de Carvalho retomar a referida vila. Sds, Delegado do Trabalho.³⁹⁷

O descaso das autoridades frente ao problema dos colonos que ali residiam, foi analisado pelo historiador Wallace Pontes, o qual esclarece que as informações que interessavam ao Executivo Federal eram as relativas ao conflito entre as autoridades, mas não as referidas à situação de penúria da classe camponesa.

Com suas fronteiras ainda imprecisas naquela região, os governos dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, sob argumentos antagônicos, arvoravam jurisdição sobre o imenso território, litigiando exaustivamente nos tribunais enquanto grandes levas de migrantes em busca de terras devolutas e alheios à disputas políticas e judiciais impulsionavam uma abrupta ocupação da zona contestada. [...] a existência de jurisdições conflitantes levou à zona contestada a sobreposição de autoridades, enfraquecendo a presença do próprio poder público na região e marcando de forma ainda mais particular o duro cotidiano de seus habitantes. Onde havia várias autoridades nenhuma se impunha, prevalecendo a lei do mais forte, o que vitimou especialmente os migrantes que para lá haviam rumado em busca de terras para subsistência de suas famílias. Nesse contexto, fraudes, ameaças, abusos e agressões foram cometidos tanto por jagunços a mando de poderosos latifundiários quanto por agentes do Estado atuando contra os pequenos lavradores que se apossaram de terras na zona contestada. O clima de insegurança repercutia significativamente no processo de ocupação da região, influenciando nas décadas seguintes o surgimento de um êxodo rural igualmente sem paralelo em nossa historiografia regional.³⁹⁸

Agora, quando se tratava dos movimentos camponeses na envergadura das Ligas Camponesas, que detinham a capacidade de articulação e recebiam apoio de vários segmentos da sociedade civil – pois sua bandeira de luta primava

³⁹⁷ Ofício Reservado nº 202/Gab-87-145 de 31 de outubro de 1957. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao secretário-geral do CSN. Assunto: Invasão de território capixaba (transcrição de telegrama). Anexo: cópia do ofício nº SSN/363 de 30 de outubro de 1957 do Ministério do Trabalho. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 2, documentos números 155-156.

³⁹⁸ PONTES, Wallace Tarcisio. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)*. Dissertação de mestrado defendida na UFES em Vitória-ES no ano de 2007, p.9.

por uma reforma agrária radical –, as autoridades policiais não davam trégua em vigiar e reprimir as suas ações e seus principais líderes. A aproximação das Ligas Camponesas com setores do operariado urbano, comerciantes e pequenos industriais representava para o Estado a falência do seu poder em médio prazo, na perspectiva da ideologia anticomunista apregoada pela política externa estadunidense aos países do continente latino-americano.

Devido a sua importância na aglutinação das massas trabalhadoras, era considerada como um satélite da Revolução Comunista no Brasil e, por isso, todas as instituições que compunham o sistema repressivo forneciam informações a seu respeito e recebiam também informes periódicos. A correspondência a seguir é proveniente do SG/CSN ao Departamento Político e Cultural do Itamarati, versando sobre o presidente de honra das Ligas Camponesas, Francisco Julião.³⁹⁹

Em atenção ao solicitado no ofício em referência, esta chefia tem a honra de remeter a V.Exa., em anexo, as informações pertinentes às atividades de Francisco Julião, obtidas pelo Serviço Federal de Informações e Contrainformações desta secretaria.⁴⁰⁰

O informe confidencial elaborado pelo SFICI sobre o referido caso nos dá a dimensão de como as autoridades ligadas às Polícias Políticas encaravam a sua militância política, considerando-o como pessoa de “extrema periculosidade”, ligada aos preceitos da Revolução Chinesa.

Os antecedentes de Francisco Julião Arruda de Paula não deixam dúvida de que se trata de um elemento comunista, embora não possa afirmar sua filiação ao PCB. [...] é de elementar conclusão que a “sua” Reforma Agrária tem similitudes com a reforma chinesa, apresentando características do “maomismo” em que a revolução comunista marchou da periferia para o centro. Entretanto, uma das bases da reforma chinesa, - a comuna - não tem sido ventilada por Julião que apenas instiga a revolta e a arregimentação dos camponeses em organizações por ele controladas. É possível que tal “*modus-fasciendi*” demonstre apenas a compartimentação da manobra: primeiro, a arregimentação e a efervescência; segundo, o

³⁹⁹ **Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999).**

⁴⁰⁰ Ofício Confidencial nº 1225 – Gab/21365/60 de 09 de novembro de 1960. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao chefe do Departamento Político e Cultural do Itamarati. Assunto: atividades comunistas. Francisco Julião. Ref.: ofício confidencial DPC/221/500.1 de 18 de outubro de 1960. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documento número 69.

cerco das cidades de engenho por engenho, e o domínio delas; finalmente a organização dos camponeses em “comunas” das quais as Ligas seriam o germe [...] ⁴⁰¹

Em contrapartida, o próprio Francisco Julião afirmava qual era seu objetivo na condução das Ligas Camponesas:

Eu dizia sempre: “A terra é para o camponês; a casa, para o trabalhador; e o peixe, para o pescador”. A gente queria , quem sabe , daí a mais adiante, fundar um partido agrário nacional, ou qualquer coisa assim. A gente estava pensando, incluso, em estruturar um grande partido que tivesse como eixo o movimento camponês, pela importância que tinha o campesinato no Brasil, para lutar pelo voto do analfabeto, reformar a Constituição da República para que o camponês tivesse acesso à terra, limitar a extensão da propriedade , uma serie de coisas assim”. ⁴⁰²

Era justamente por essa maneira de encarar a luta pela inclusão do campesinato brasileiro na política nacional que o movimento era visto como uma ameaça. Um conflito latente entre as liberdades propiciadas pela Constituição e as demandas sociais calcadas nela, feriam àquela visão conservadora e reacionária da política nacional. Mas, o mais preocupante para as autoridades era que essa concepção de Julião – realmente democrática – extrapolasse para todas as classes trabalhadoras com apoio de outros segmentos sociais

Simultaneamente, a convergência de interesses em busca das mesmas reivindicações e campanhas do “operariado” o que significa a tão buscada aliança operário-camponês. Sabe-se que o “cimento” para essa união tem sido como para quase todas as campanhas comunistas, a classe estudantil que não tem poupado nem tempo nem esforços para fazer a propaganda da Reforma Agrária. ⁴⁰³

⁴⁰¹ Informe Confidencial. De 04 de novembro de 1960 – SFICI. Quanto a Francisco Julião Arruda de Paula. Anexo ao Ofício Confidencial nº 1225 – Gab/21365/60 de 09 de novembro de 1960. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documentos número 70-71.

⁴⁰² Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Francisco Julião – Depoimento. CPDOC – História Oral -1982.

⁴⁰³ Informe Confidencial. De 04 de novembro de 1960 – SFICI. Quanto a Francisco Julião Arruda de Paula. Anexo ao Ofício Confidencial nº 1225 – Gab/21365/60 de 09 de novembro de 1960. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documentos número 70-71.

Na verdade, as Ligas Camponesas começaram atrair a atenção de vários segmentos sociais engajados na luta pela cidadania, tanto internamente como externamente, conforme observa Caio Navarro de Toledo,

Na luta pela Reforma Agrária, as Ligas se associaram às demais organizações políticas progressistas do país, participando [...] de comícios, passeatas e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base, em particular da Reforma Agrária. Extensas reportagens, em revistas e jornais do Brasil e do exterior, informavam seus leitores acerca da ação e dos objetivos, "subversivos" e "revolucionários", das Ligas Camponesas. O Nordeste, faminto e sedento, estava a um passo de uma radical e violenta "guerra camponesa", era a conclusão a que se chegava com a leitura dessas alarmistas reportagens da grande imprensa.⁴⁰⁴

Diante disso, fica claro o porquê de tanta violência no campo, como vimos nos parágrafos anteriores. Para as autoridades do Estado brasileiro, conceber tal possibilidade era o caminho para o caos político e social. Assim, os movimentos no campo, engajados ou não ao Partido Comunista, teriam que ser reprimidos a qualquer custo como forma de manter o Estado e o regime "democrático" nos parâmetros da Lei de Segurança Nacional.

Apesar de o Estado representar os interesses da burguesia industrial e agrária, o que prevalecia era o jogo de forças dessas facções no interior do Estado. Era do resultado das pressões sociais que o Estado se estabelecia, não mecanicamente como representante direto de um ou outro segmento social, mas, sim, na dinâmica das pressões da sociedade civil. A sofisticação do Sistema de Inteligência instalado que aqui se demonstra, não estava a serviço exclusivamente de alguns setores das classes dominantes – e nem foi forjada por elas –, mas se estabeleceu frente às demandas da classe trabalhadora, pelo seu papel de confrontação e questionamento do *status quo*.

Nessa perspectiva, a classe dos proprietários rurais também não escapava do crivo das autoridades policiais. Muitos estavam engajados na luta pelos seus interesses de classe, mas assumem posturas que vão desencontrar-se da política estabelecida pelo Governo Federal. Esses objetivaram reformas econômicas que pudessem contribuir com o crescimento e a expansão dos seus investimentos.

⁴⁰⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004, p. 21.

Engajaram-se em movimentos de caráter democrático – buscavam defender a democracia, a cidadania –, mas dentro da lógica da sua classe social. Como os partidos políticos, que também defendiam diferenciadas propostas de classe, mas estavam no limiar entre a democracia para alguns *versus* a democracia para todos.

A infiltração em movimentos de classe garantia tal entendimento dessa correlação de forças sociais sobre a qual as autoridades federais traçavam “cenários espetaculosos” sobre a melhor estratégia de ação no uso de seus aparatos policiais. É exatamente o caso da investigação determinada pela Secretaria-Geral do CSN ao Movimento Ruralista de Marília, no interior do Estado de São Paulo

Remeto-vos uma cópia do relatório referente à investigação “in loco” mandada fazer por esta secretaria-geral, sobre o movimento ruralista de Marília – São Paulo.⁴⁰⁵

O intento da investigação era medir o grau de descontentamento dos cafeicultores do centro-oeste paulista frente à política cambial do governo federal. A partir da vigência da reforma cambial instituída pela Instrução número 70 de 1953, a consciência cafeicultora do estado de São Paulo foi sendo tomada por um descontentamento que veio se agravando à medida que o café perdia preço no mercado internacional e a inflação consumia o valor da moeda nacional. Em Marília a onda de protestos foi notória através dos periódicos e da Associação Rural daquela localidade.

Foi também dali que as “marchas da produção” ocorreram em duas ocasiões: maio de 1957 e outubro de 1958, reunindo cafeicultores de São Paulo e do Paraná insatisfeitos com a política de “confisco cambial” posta em prática por Lucas Lopes, Ministro da Fazenda de JK. Em 1957 a organização coube a Associação Rural de Marília e o objetivo era ir de carro e caminhões até o Rio de Janeiro. O movimento foi impedido pelo Exército. Em 1958 os plantadores do norte do Paraná marcaram nova marcha para 18 de outubro. O governo enviou à

⁴⁰⁵ Ofício Secreto nº 160/Gab – 21-115 de 27 de setembro de 1957. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe da 2ª Div/Gab/M.Guerra. Assunto: cópia de relatório. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 1, documentos número 104 a 109.

região tropas do Exército e aviões da FAB. O movimento dividiu-se: um grupo de Londrina concordou em adiar a manifestação e outro, de Maringá, Paranaíba e Nova Esperança, decidiu mantê-la. A marcha foi barrada na estrada Maringá-Londrina, mas em represália os agricultores da região desencadearam ações que foram do *lock-out* até o depósito dos impostos em cartório.⁴⁰⁶

Frente a essa liderança dos movimentos de protesto, o agente do CSN, conclui,

[...] as principais causas do movimento parecem residir nas dificuldades por que atravessam os cafeicultores em face dos custos sempre crescentes da produção, da baixa remuneração do produtor (pressão do mercado internacional e ação dos intermediários), da falta de garantia de preços e da escassez de créditos); essas dificuldades poderem refletir, no plano político, a relativa perda de prestígio da burguesia rural e, no plano econômico, o aviltamento da produção nacional em face da estrangeira, e a tentativa de transferirmos a primazia no dinamismo de nosso desenvolvimento no setor exportador para o setor industrial [...] ⁴⁰⁷

A compreensão desse movimento dos cafeicultores como uma questão conjuntural que não ameaçava o Estado, dava a certeza ao agente do SFICI, de que se tratava de um movimento pacífico, sem maiores repercussões. Para ele, o que era realmente preocupante, era a postura dos políticos da União Democrática Nacional (UDN) que apoiavam tal movimento, de fomentar um clima de perturbação da ordem e destruição do regime democrático. É sabido que o papel da UDN no governo JK era de crítico contumaz, pois apregoava a incompetência do governo em resolver os problemas econômicos que afetavam a nação e a sua defesa das plataformas políticas do Partido Comunista. Assim nos parece que o agente percebia a tendência golpista dos referidos parlamentares em fomentar tais problemas de plataforma econômica como sinais de desestabilização do governo.

⁴⁰⁶ ABREU, Alzira Alves de et. Al. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001, p. 3552.

⁴⁰⁷ Ofício Secreto nº 160/Gab – 21-115 de 27 de setembro de 1957. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe da 2ª Div/Gab/M.Guerra. Assunto: cópia de relatório. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 1, documento número 107.

Finalizando o seu relatório, atesta que não havia motivos de preocupação com tal segmento, pois fica subentendido que o movimento não tinha a presença de comunistas no interior de sua organização,

[...] não se justifica o alvoroço verificado em face de eclosão de movimentos dessa natureza, pacíficos por sua finalidade e levados a efeito por elementos os mais conservadores da sociedade brasileira [...] ⁴⁰⁸

Afora esse movimento dos cafeicultores, os demais eram tratados como caso de subversão política patrocinada pelo PCB. Na medida em que crescia os movimentos reivindicatórios dos vários segmentos sociais frente à política econômica e social do governo JK, mais as autoridades pressentiam um cenário revolucionário. Diante dessa conjuntura o secretário-geral do CSN, envia uma correspondência ao Presidente Juscelino Kubitschek solicitando providências urgentes para impedir a ação dos “adeptos do credo vermelho”,

[...] em face da inexistência de instrumentos legais que permitissem impedir tal ação, e, beneficiando-se mesmo da legislação vigente, que, por suas deficiências torna-se praticamente inócua, o comunismo, mesmo fora da lei, continua exercendo sua nefasta atuação, sem que as autoridades responsáveis possam, eficazmente, coibi-la [...] ⁴⁰⁹

O documento sutilmente faz uma crítica ao relaxamento do executivo aquele estado de coisas, pois, apesar de todo o aparato coercitivo que já descrevemos, a mentalidade do CSN refletia as preocupações das Forças Armadas com a atuação do governo civil na condução do problema da infiltração comunista. A reivindicação era a criação de uma legislação cada vez mais coercitiva aos movimentos societários, como se aqueles já colocados em prática já não ferissem demasiadamente a Constituição restringida de 1946.

⁴⁰⁸ Ofício Secreto nº 160/Gab – 21-115 de 27 de setembro de 1957. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe da 2ª Div/Gab/M.Guerra. Assunto: cópia de relatório. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_648_Parte 1, documento número 108.

⁴⁰⁹ Correspondência Confidencial nº 054-A Gab-24/38 de 09 de abril de 1958. Do secretário-geral do CSN ao Presidente da República Juscelino Kubitschek. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_650, documentos números 1 a 4.

[...] a propaganda de sua doutrina, através de jornais, revistas, panfletos e outros meios, permanece intensa e ostensivamente difundida, sem que praticamente nada seja possível fazer, com os meios atualmente existentes, para deter a ação dos comunistas e seus simpatizantes nem dos meios que dispõem e utilizam para prosseguir em sua atuação, reconhecidamente contrária ao regime democrático que pretendem subverter até mesmo por processos violentos [...]

[...] desse modo, protegidos pelas falhas da legislação existente e manobrando por dentro dela, serve-se de todos os processos para, inclusive, infiltrar-se e tomar parte ativa nas atividades políticas, civis e sociais do país, até mesmo penetrando nos partidos políticos à custa dos quais chegam a cargos eletivos. Finalmente, o que se conclui é que, por falta de medidas legais que complementassem a decisão tomada pelo Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, o PCB, embora na ilegalidade, permanece ativo e desenvolve intensa ação subterrânea, praticamente, em todo o território nacional. [...] ⁴¹⁰

A preocupação também do secretário-geral era com a revogação da prisão de Prestes pela Justiça, mesmo embora com restrições de participação política, ele achava que tal atitude do referido juiz, permitia a reativação da ação comunista, sem falar nas suas consequências,

[...] a cobertura exagerada e inusitada da imprensa, de um modo geral, fazendo crescer demasiada a figura do referido chefe comunista; os benefícios imediatos para esse chefe, e aos comunistas, cujo apoio vem sendo, ora claramente, ora veladamente disputado por políticos, partidos e mesmo homens de negócio; é claro que, tanto Prestes como os comunistas só terão a lucrar com isso, e não perderão a oportunidade de negociar, procurando obter o máximo de vantagens imediatas e futuras; possíveis reações no seio de vários setores, especialmente no Clero e nas Forças Armadas, estas, por sua natureza, formação e finalidade, visceralmente contrárias ao comunismo e a outras doutrina exóticas e incompatíveis com o regime democrático, defensoras natas que são da Ordem, da Lei e das Instituições. [...] ⁴¹¹

A advertência objetivava que o governo além de ficar a mercê de crítica contumaz de seus adversários políticos, fragilizava a sua autoridade frente às

⁴¹⁰ Correspondência Confidencial nº 054-A Gab-24/38 de 09 de abril de 1958. Do secretário-geral do CSN ao Presidente da República Juscelino Kubitschek. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_650, documentos números 1 a 4.

⁴¹¹ Idem, ibidem.

Forças Armadas, que como era de “costume”, poderia tomar as rédeas da situação diante de tal ameaça comunista, desta maneira aconselha o secretário,

[...] Em face do exposto e levando em consideração a hora presente em que o Partido Comunista, achando-se fortalecido com a revogação da prisão preventiva de seu líder, e que procura tirar partido da atual situação, necessário se torna armar-se o Governo por meios legais e positivos que permitam fazer frente à ação dissolvente e destruidora da ordem política e social. Assim, julga-se esta Secretaria-Geral seu dever, pedir a Vossa Excelência, medidas legais que permitam dar cumprimento integral ao dispositivo constitucional em que se apoiou a decisão do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, emitida em acordo de 7 de maio de 1947, que cassou o registro do Partido Comunista. Tais medidas devem permitir fazer face, com eficiência, rapidez e energia, não só a ameaça comunista como a quaisquer outras representadas por ações contrárias à Ordem, à Lei e às Instituições, partidas de qualquer origem, pois, é preciso ressaltar que deve o regime democrático, mesmo pelo fato de o ser, assegurar todas as liberdades menos uma – a de ser destruído -.[...] ⁴¹²

Destarte, o apelo das autoridades que assessoravam o presidente era restringir ainda mais as “liberdades” concedidas pela Constituição, pois para eles todos os problemas nacionais eram emanados pela atuação do Partido Comunista, sem levar em consideração em nenhum momento que os problemas que assolava o país eram muito além de problemas conjunturais, eram estruturais, no qual o Estado reflete a sua conduta reacionária no enfrentamento dos problemas sociais.⁴¹³ Diante da sua atuação concluímos que o Conselho de Segurança Nacional se converte no governo JK, na matriz dos *inputs* e dos *outputs* do sistema de informações na tentativa de refrear a sociedade civil.

⁴¹² Correspondência Confidencial nº 054-A Gab-24/38 de 09 de abril de 1958. Do secretário-geral do CSN ao Presidente da República Juscelino Kubitschek. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_650, documentos números 1 a 4.

⁴¹³ No início do governo JK, já havia reivindicações de maior controle na rede de informações frente àquelas já existentes. Como é o caso das propostas do Ministro da Marinha em criar uma rede de informação e propaganda anticomunista denominada de Catarina 1 (denegada pela SG/CSN) e um setor de informações especializado nas questões do petróleo nacional. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_645 Parte 2, documento número 333, de 19 de março de 1956 - Proposta de uma rede de informação e propaganda anticomunista: Catarina 1. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_645_ Parte 1, documento número 112, de 02 de abril de 1956 - Solicita setor especializado de informações no setor do Petróleo. Ambas sugeridas pelo Ministério da Marinha.

3.3 O CSN e a defesa do Continente Latino-Americano: conexões internacionais no combate ao comunismo.

Nos primeiros anos do governo JK não houve alteração substancial na política externa brasileira, incorporando plenamente os pressupostos da Guerra Fria, o alinhamento político-ideológico-militar com os EUA como “guardião do mundo livre” contra o Estado Totalitário a URSS.

Destarte no começo do governo de Juscelino Kubitschek, em setembro de 1956, o Conselho de Segurança Nacional, sinalizava a sua preocupação estratégica em se impor na liderança da defesa do Atlântico Sul. Em resposta ao Ministério das Relações Exteriores sobre a proposta da Argentina seguindo as recomendações feitas pela Junta Interamericana de Defesa (JID)⁴¹⁴, ressaltava,

[...] o fato da República Argentina assumir iniciativa inconveniente à tradicional posição do Brasil, atribuindo-se uma liderança e excluindo-nos, a priori, de qualquer participação mais ativa na defesa a ser organizada, já que reivindica para o Uruguai a sede do organismo a ser constituído, sob o pretexto, aliás improcedente, de que Montevideo é ponto equidistante para a defesa das rotas do Atlântico Sul [...]

[...] no que tange à defesa do Atlântico Sul, o preceito fundamental da nossa política, no campo militar, deverá ser o da liderança efetiva na sua defesa, conjunta ou isolada, em virtude do imperativo geográfico que nosso litoral determina [...] ⁴¹⁵

Era notória que a orquestração norte-americana nas propostas de defesa do hemisfério ocidental partindo do território brasileiro, sugeria ao Brasil uma posição de supremacia continental latino americana, e em contrapartida o governo brasileiro esperava receber em médio prazo as benesses de tal parceira em desenvolvimento econômico industrial.

Assim em Julho de 1956 o embaixador americano em nome do seu governo, transmitiu ao Ministério das Relações Exteriores, Nota Secreta, em que

⁴¹⁴ A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi criada em 30 de março de 1942 em pleno transcurso da Segunda Guerra Mundial, por uma Comissão Especial do Conselho Deliberativo da então União Panamericana, formada por embaixadores do Brasil, Panamá e Venezuela para frear eventuais “agressões estrangeiras” ao continente.

⁴¹⁵ Documento Ultrassecreto nº 0252/1ª Sec/01-11 de 05 de setembro de 1956. Do Secretário Geral do CSN ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Assunto: Defesa do Atlântico Sul. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_646, documentos números 110 a 113.

solicitava a instalação e operação em território brasileiro, em proveito da defesa do Hemisfério Ocidental de: Base para orientar projéteis dirigidos, que seria construída na Ilha de Fernando de Noronha; Estações para comunicações do Exército americano que seriam construídas em Maceió; Desenvolvimento e uso dos aeroportos de Natal e Belém; Estações LORAN, auxiliares de navegação, que seriam construídas em Fernando de Noronha, Fortaleza e Natal.⁴¹⁶

Apesar da preocupação norte-americana em garantir pontos estratégicos no continente latino americano, não se via o continente latino americano como prioridade nos investimentos econômicos e de segurança externa na política de Estado estadunidense. Somente com o advento da Revolução Cubana em 1959 que a América Latina foi reinserida de forma dramática nas preocupações estratégicas dos EUA.⁴¹⁷

Fica evidente que o papel do Brasil naquela conjuntura marcada pelo acirramento das movimentações sociais em grande parte dos países latinos americanos era o de monitorar e fornecer informações calcadas nos acordos internacionais que objetivavam a vigilância e a troca de informações dos movimentos considerados atentatórios a Segurança Nacional interna e do continente latino americano.

Nessa perspectiva viam nesses movimentos internos uma extensão internacional da exportação da revolução comunista que poderia colocar em cheque, segundo eles, o desenvolvimento da economia capitalista em nível

⁴¹⁶ Documento nº 300 A GAB. – 83 A/ 134 A de 31 de outubro de 1956. Do chefe de gabinete do CSN ao Secretário Geral do CSN. Assunto: Compromissos do Brasil na Defesa do Hemisfério. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_646, documentos números 225. Cabe ressaltar também que a expectativa brasileira frente a esses acordos era o reconhecimento norte-americano na facilitação de acordos econômicos que pudessem incrementar as indústrias de base e a liberação de empréstimos em médio prazo. Para o Chefe de Gabinete do CSN: “Fortaleçamos o nosso poder econômico, fortalecendo o nosso poder nacional.”

⁴¹⁷ A administração John Kennedy procurou responder rapidamente àquilo que considerou uma preocupante crise socioeconômica e um forte desejo de mudança na América Latina no início da década de 1960. O governo norte-americano também estava preocupado que a região se transformasse num foco de revolução e que os latino-americanos pudessem abraçar o comunismo. Dessa forma, a América Latina tornou-se uma prioridade para a gestão Kennedy desde seu início. Era encarada como um misto de confiança, na medida em que se esperava que a situação socioeconômica do continente pudesse mudar para “melhor” com a ação dos Estados Unidos, e alarme, receando a ação do comunismo na região. Assim, segundo a percepção da então nova administração norte-americana, para se manter a “segurança” dos Estados Unidos fazia-se necessário vencer a Guerra Fria na América Latina. PEREIRA, Henrique Alonso de A.R. Criar Ilhas de Sanidade: Os Estados Unidos e a Aliança Para o Progresso no Brasil (1961-1966).

mundial e a manutenção dos governos “democráticos” sob a égide da política estadunidense.

Diante disso dois meses após a Revolução Cubana, a JID através da Resolução XXXVII contempla que se estabeleça, entre os Estados americanos, um intercâmbio de informações sobre os assuntos que interessam à segurança de um deles, de vários ou do continente, e um intercâmbio adicional de conhecimentos e técnicas gerais para a luta contra a subversão, espionagem, sabotagem e outras atividades congêneres.⁴¹⁸

A documentação do CSN, no decorrer de 1959, é de total vigilância ao hemisfério sul, aos nossos vizinhos. Os relatórios sobre a infiltração comunista na América Latina chegam a surpreender, pois percorrem diversos países, pessoas, entidades de classe, personalidades, como se fosse uma extensão de nossa polícia política interna, na mesma proporção, no mesmo *modus operandi*.

É o caso da detenção de cidadão de nacionalidade paraguaia na cidade fronteiriça de Uruguaiana, sob a acusação de portar *“farta documentação de fundo comunista, contendo propaganda da URSS, campanha contra os norteamericanos e ataques violentos ao Presidente Stroessner do Paraguai”*.⁴¹⁹ A documentação e o acusado foram encaminhados ao III Exército daquela região.

Se a detenção do cidadão paraguaio em solo brasileiro causa certo espanto, o que dirá vigiar um cidadão equatoriano em visita à China Popular? A SG/CSN encaminha informação ao gabinete do Ministério da Guerra:

Tenho a honra de encaminhar para conhecimento de V. Ex^a. O informe anexo, versando sobre – “Visita a China Comunista do Professor Equatoriano Manuel Medina”.⁴²⁰

⁴¹⁸ Junta Interamericana de Defesa. Conselho de delegados, apêndice 1, Ata. Sessão 284 de 12 de março de 1959. Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_322, documento número 3. O anexo da Resolução XXXVII traz oito itens todos direcionados a um intercâmbio de informações para um Plano Militar Geral. Versam sobre possíveis atentados e infiltrações de elementos simpatizantes ou comunistas no interior das Forças Armadas de cada país membro da Junta, e que medidas de prevenção e cursos destinados a neutralizar tais perigos estão sendo ministrados no interior das Forças Armadas, como exemplo: as medidas que tem sido postas em prática a fim de capacitar suas unidades militares: Guerra contra guerrilhas; combate dentro de cidades; redução de distúrbios nas ruas etc..

⁴¹⁹ SEGRETO –Aviso nº 88 D2/C de 06 de Maio de 1959. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 1, documento número 17.

⁴²⁰ Ofício Reservado nº 706-Gab/1819/60 em 25 de julho de 1960. Estado da Guanabara. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: Visita a China Popular do professor Equatoriano Manuel Medina. Acervo documental do CSN localizado no

De igual teor, a visita a Cuba do redator do *Semanário Indiano Blitz*,⁴²¹ de Raul Castro a Tchecoslováquia e a República Árabe Unida,⁴²² visita de Senador chileno a Polônia,⁴²³ visita de delegação parlamentar boliviana à China Comunista,⁴²⁴ viagem à China Comunista de representante da Associação de Mulheres Cubanas,⁴²⁵ só para citar alguns casos.

Do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI) o levantamento da situação interna dos países vizinhos (principalmente a ação dos comunistas e seus aliados políticos) além de servir como monitoramento das fronteiras e trocas de informações entre governos, servia de base para comparar com a situação interna do Brasil.

[...] Diante das referidas informações foi determinado ao SFICI que elaborasse um estudo comparativo da situação interna da Argentina com a conjuntura nacional brasileira, convindo desde já ressaltar a V.Ex^a que o desenvolvimento dos acontecimentos naquele país é um sinal de alerta para o nosso governo, pois a simples e superficial apreciação da nossa situação interna, apresenta: a realização de greves programadas em diferentes áreas do país, continuamente, havendo mesmo ameaça e indícios de greve geral; aumento constante do custo de vida particularmente nos gêneros de primeira necessidade; e finalmente a realização dos primeiros atos de sabotagem violentos que se identificam com os de terrorismo; tudo, em condições de tempo e intensidade que muito se assemelham às modalidades de atuação dos elementos

Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 1, documento número 142.

⁴²¹ Ofício Confidencial nº 699-Gab/2812/60 em 25 de julho de 1960. Do chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: visita a Cuba de redator do “Semanário Indiano Blitz”. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, documento número 135.

⁴²² Ofício Secreto nº 726-Gab/3839/60 em 27 de julho de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Assunto: Visita de Raul Casto a Tchecoslováquia e República Árabe Unida. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, documento número 162.

⁴²³ Ofício Reservado nº 803-Gab/1921/60 em 12 de agosto de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: visita de Senador chileno à Polônia. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_661_Parte 1, documento número 125.

⁴²⁴ Ofício Reservado nº 806-Gab/1924/60 em 12 de agosto der 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Assunto: Visita da Delegação Parlamentar Boliviana à China Comunista. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_661_Parte 1, documento número 128.

⁴²⁵ Ofício Confidencial nº 945-Gab/21079/60 em 16 de setembro de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Assunto: Viagem à China Comunista de representantes da Associação de Mulheres Cubanas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_662_Parte 2, documento número 129.

extremistas, no início dos eventos, quer evoluíram para atual situação interna da Argentina [...] ⁴²⁶

Os agentes do SFICI comparavam o apoio dos comunistas aos peronistas no movimento grevista argentino, na infiltração do PCB na grande onda das greves que aconteciam naquela conjuntura no Brasil.

Mas também as informações do material de agitação terrorista apreendido pelo governo da Guatemala chegavam ao CSN e ao Ministério da Guerra,⁴²⁷ a compra de armamentos militares em países comunistas efetuada por Cuba,⁴²⁸ o Movimento Revolucionário Paraguaio “14 de Mayo”,⁴²⁹ percebe-se que a conexão internacional vai muito mais além, a vigilância extrapola as nossas fronteiras, e serve como troca de informações entre governos.

É o caso desse relatório, que fora preparado secretamente para o Conselho Nacional do Governo do Uruguai (sobre as atividades comunistas naquele país) e remetido pela Embaixada do Brasil em Montevideu. Nele se constata existir um verdadeiro centro continental de agitação e espionagem comunistas por excelência.⁴³⁰

Naquela conjuntura os intercâmbios entre os serviços de inteligência estrangeiros visavam à troca de expertise e de informações para o combate do inimigo comum: os comunistas. A correspondência a seguir considerada ultrassecreta, era da SG/CSN ao Ministério das Relações Exteriores, versando

⁴²⁶ Ofício Secreto nº 149-Gab/3217/59 em 30 de novembro de 1959. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assuntos; Informações. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 2, documento número 225.

⁴²⁷ Ofício Confidencial nº 1218-Gab/21358/60 em 04 de novembro de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: material de agitação terrorista apreendido pelo governo da Guatemala. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documento número 62.

⁴²⁸ Ofício Secreto nº 1169 – Gab/31308/60 em 04 de novembro de 1960. Do chefe do Gabinete da SG/CSN ao Chefe do Gabinete do EMFA. Assunto: Compra de armamentos em países comunistas. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, documento número 10.

⁴²⁹ Ofício Secreto nº 638 – Gab/2738/60 em 07 de julho de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça. Assunto: Movimento Revolucionário Paraguaio “14 de Mayo”. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 1, documento número 49.

⁴³⁰ Ofício Secreto nº 89 – Gab/3104/60 em 11 de fevereiro de 1960. Do Chefe de Gabinete do SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: atividades comunistas no Uruguai. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_657_Parte 3, documentos números 231 a 239.

sobre o aceite ao convite do Governo da República Federal Alemã através do Chefe do Serviço Federal de Informações dessa República⁴³¹ ao SFICI. O Secretário-Geral do CSN assim define o objetivo da viagem:

[...] com o fim de estudar a organização do serviço de informações, - dessa república amiga, e estabelecer as necessárias ligações e entendimentos para uma mútua colaboração na luta contra o inimigo comum – O COMUNISMO INTERNACIONAL. – [...] ⁴³²

Meses depois a mesma comitiva foi convidada a uma viagem de estudos ao famoso serviço secreto britânico, British Intelligence Service. O Secretário-Geral justifica a importância da viagem de sua comitiva ao referido serviço britânico:

[...] aquiesci ao convite – formulado pelo Governo do Reino-Unido para uma visita ao British Intelligence Service, por bem aquilatar da real importância moral e das vantagens para o nosso próprio Serviço Federal de Informações e Contrainformações, face ao aprimoramento da sua eficiência no combate aos processos mais diversificados que utilizam os comunistas para a sua expansão o domínio político em o nosso país. Desejo focalizar a V. Excia. que se trata, em verdade, de um estágio de instrução num dos serviços de informações mais famosos do mundo, o que, só por só, ressalta a mais alta utilidade para a defesa da estrutura político-administrativa do estado e do próprio continente sul-americano, pelas ameaças que evidenciam o exame das conjunturas – mundial e nacional [...] ⁴³³

Assim posto, o espectro comunista rondava os corações e as mentes, e as autoridades governamentais achavam que os focos revolucionários estavam todos na América Latina. O bloco capitalista ocidental assim se articulava na troca

⁴³¹ Serviço Federal de Inteligência da Alemanha, O Bundesnachrichtendienst ou BND, fundado em 1 de abril de 1956, é o serviço de inteligência exterior da Alemanha, com sede em Pullach e Berlim.

⁴³² Ofício Ultrassegredo nº 330/Gab 4388/60 em 04 de abril de 1960. Do Secretário-Geral do CSN ao Ministro das Relações Exteriores. Assunto: Viagem de comissão da SG/CSN ao Serviço Federal de Informações da Alemanha Ocidental. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 1, documento número 192.

⁴³³ Ofício Ultrassegredo nº 514/Gab/4608/60 em 15 de junho de 1960. Do Secretário-Geral do CSN ao Ministro das Relações Exteriores. Assunto: Viagem de delegação da SG/CSN ao British Intelligence Service. Acervo documental do CSN localizado no Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_659_Parte 3, documento número 170.

de informações para mapear e rastrear o avanço comunista mundial. Na verdade os golpes de Estado com suas ações extremamente reacionárias que estariam por vir estavam focadas mais no imaginário anticomunista do que na realidade objetiva da miséria provocada pelo sistema capitalista: a injusta divisão internacional da riqueza.

CAPÍTULO IV –

A Divisão de Polícia Política e Social – DPS no sistema repressivo do governo JK

Conforme demonstramos no primeiro capítulo as propostas concretas para a organização de um sistema nacional de informações, organicamente articulado entre as polícias, civis e militares, horizontalmente e verticalmente, envolvendo todo este corpo nas funções de polícia política, foram discutidas na I Conferência de Polícia, em 1951.

No entanto, anos antes, a necessidade de atingir tal organicidade frequentemente aparecia na fala de integrantes dessa rede que atuava em todo o território nacional, em nome da defesa do Estado de Direito, objetivando maior eficiência no cumprimento das funções de preservação da ordem e da segurança nacional. Tais demandas refletiam a compreensão que a polícia política era parte constitutiva da modernidade, nascia *pari passu* à própria complexidade de uma nova ordem social – o mundo urbano-industrial – no qual o Estado deveria responder com uma nova organização:

Com a evolução dos tempos, fatores diversos nos vêm fazendo uma vida nova. Novos horizontes surgiram com outros detalhes que nos obrigaram a novos rumos. Os acontecimentos políticos em todo mundo anularam a rotina que durante séculos, orientou a vida dos povos, nos diversos setores da existência humana. Hoje, nos grandes centros, há polícias especiais para vários misteres.

Penso que devemos ter em mente uma organização capaz de conhecer, nos seus detalhes, a situação do País, a sua vida e de como agem os elementos que as compõem. Desse modo, estaríamos seguros da execução das leis e garantia do regime. O governo disporá de uma organização capaz de dar conta de tudo o que possa interessar à Segurança Nacional.⁴³⁴

⁴³⁴ Severino Gomes Procópio, Delegado de Ordem Política e Social da Paraíba, 23 de abril de 1941, em resposta a uma solicitação do Delegado Especial de Segurança Pública e Social/DF Capitão Batista Teixeira. *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados 13. In REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional. A polícia política no pós II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese doutoral defendida em agosto de 2000, p. 89.

A fala do Delegado de Ordem Política e Social da Paraíba em abril de 1941, demonstra era necessário aperfeiçoar o sistema de vigilância dando-lhe condições estruturais de proceder a estudos sobre as novas demandas sociais, novos problemas que se punham na sociedade.⁴³⁵

Tais considerações não eram novas. Desde 1933, quando da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a definição de uma legislação específica voltada para os crimes considerados de natureza política, introduzia tais funções, embora restrito ao Distrito Federal, naquela época, localizado no Rio de Janeiro.

Passados alguns anos, em 1944 a DESPS ganhou novo status, transformando-se na Divisão de Polícia Política e Social (DPS), subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e regulamentada em 1946.

A ideia de centralização das informações também era veiculada na cúpula das polícias políticas, conforme o demonstra a correspondência do Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública para todos os Chefes de Polícia e Secretários de Segurança Pública dos Estados brasileiros em maio de 1945:

[...] venho esclarecer a Vossa Excelência que, em fase da nova situação que se criou, o sistema de mútua colaboração originalmente proposta não mais corresponde aos imperativos da ação policial. O fornecimento de informações em períodos mais ou menos longos, como vinha sendo feito, mostra-se inoperante diante da rapidez com que se desenvolvem os fatos políticos, dando especial relevância ao fator cronológico e exigindo dos órgãos policiais o controle imediato dos acontecimentos em plena atualidade. Esclareço, outrossim, a Vossa Excelência, que as informações deverão se referir a fatos concretos, que digam respeito a movimentos grevistas em geral, sua natureza e causas determinantes; atividades,

⁴³⁵ Fruto dessa percepção de novos tempos que na verdade refletiam os apelos à modernidade do “mundo ocidental e capitalista”, o delegado de Segurança Política da DPS José Picorelli em 1951, apresentava o seu relatório no 20º Congresso da Comissão Internacional de Polícia Criminal (CIPC) realizado em Lisboa: “Até as últimas décadas do século 19, a Polícia brasileira, como todas as polícias americanas, como quase todas as Polícias europeias, tomou as cores do tempo. Sem fortes coeficientes de preparo técnico, sem coordenação administrativa, quase sempre alheia às renovações científicas do método, comprovavam todas elas a diferença que vai da Teoria aos fatos.” (...) (hoje em dia,) nossos departamentos de Segurança estruturaram serviços de investigações, criaram seções especializadas, instituíram setores técnicos, seriaram atribuições específicas, varreram regulamentos obsoletos, adotaram pesquisa científica, ergueram escolas de polícia, difundiram livros e revistas de policiologia, servindo-se, num labor de assimilação incessante, das lições de mestres, dos cadastros da prática, da experiência de aparelhamentos e organizações congêneres.” José Picorelli, Relatório do 20º Congresso da CIPC, 31 de julho de 1951. Arquivo Nacional. IJ1 1313. In: REZNIK, opus cit., p. 163.

movimentação e diretrizes de elementos ou grupos políticos naquilo que possa afetar a ordem pública e outras informações que, a critério de Vossa Excelência, possam interessar aos poderes públicos. [...] ⁴³⁶

Como sempre, o cerne das preocupações dos aparatos policiais era o temor das movimentações da classe trabalhadora, pois a partir de maio de 1944 aumentando consideravelmente no início de 1945, ocorreram centenas de greves no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Campinas, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Porto Alegre, despertando um clima de greve geral.

A negação dos antagonismos de classe que as autoridades queriam infringir à sociedade civil, não dava conta de impedir a organização sindical e os movimentos reivindicatórios. ⁴³⁷

Apesar de que o consenso, entre as polícias, de que a articulação desses movimentos representava um perigo para a consolidação da incipiente democracia – argumento esse por sinal assaz contraditório –, a proposta carecia de unidade no interior das classes dominantes, onde não havia consenso em relação aos interesses econômicos representados pelo médio e grande capital.

Tais divergências entre os segmentos da burguesia dominante deixavam claro que o pacto social proposto, já no período de JK, era o limiar entre os interesses da estabilização monetária defendida pelos organismos internacionais (FMI) e segmentos do grande capital, e a aceleração do projeto desenvolvimentista fincado na emissão monetária e na política de facilitação do crédito, beneficiando o médio capital. Conforme observa o economista Ricardo

⁴³⁶ Ofício enviado “À S. Excia. O Senhor Chefe de Polícia do Território de Iguassú”, em 2 de maio de 1945. *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Político 11. Dossiê “Situação Política do Brasil”. In REZNIK, opus cit., p. 85.

⁴³⁷ “Ora, qualquer tentativa de definir a visão do país e o programa político da corrente conservadora brasileira – que foi responsável no século XIX pela construção do Estado e pela manutenção da unidade territorial, forneceu no século XX a diretriz básica da ação dos grupos políticos e das burocracias dominantes no país (do tenentismo e do primeiro varguismo ao geiselismo, de Agamenon Magalhães a Antônio Carlos Magalhães), (...) Reconhecerá que eles se assentam na tese de que não é possível construir um Estado liberal (e democrático) em uma sociedade que não seria liberal. Sua consequência prática é que esta precisa ser tutelada e a centralização política e administrativa afirmada. A imagem do Brasil que emerge do pensamento conservador é a de que esse é um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos e que depende umbilicalmente do Estado para manter-se unida.” BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 2, 2005, p. 246.

Fonseca Rabelo no seu artigo, *Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil*:

O Estado surge, assim, como o grande instrumento da acumulação de capital. Seja na agilização de instrumentos de incentivo, seja na oferta direta de bens e serviços, o Estado tem aí um papel insubstituível. À parte do grande incentivo ao capital estrangeiro, o Estado vai também viabilizar os investimentos do capital privado nacional. A lógica do processo não destaca a dicotomia nacional versus estrangeiro, mas sim a aquela já imposta pela própria matriz produtiva, qual seja a do grande capital versus o pequeno ou médio.⁴³⁸

O embate entre o grande capital versus o pequeno e médio capital, foi analisado pelo já citado historiador Carlos Eduardo Sarmiento, em seu artigo *As determinações políticas do governo JK*,

[...] a política econômica do governo Kubitschek procurou estabelecer condições para a implementação dos compromissos desenvolvimentistas do governo, sintetizados no Plano de Metas. A prioridade dada ao fomento do desenvolvimento econômico contava com uma larga base de apoio que incluía interesses empresariais, trabalhistas e militares, irmanados pela ideologia nacional-desenvolvimentista. De outro lado, porém, enfrentava a oposição de alguns setores internos e de organismos internacionais favoráveis a uma rígida política de estabilização. As tensões entre essas duas tendências marcaram as gestões dos três ministros da Fazenda do período: o político José Maria Alkmin, o banqueiro Sebastião Pais de Almeida e o técnico Lucas Lopes.⁴³⁹

Apesar da polêmica entre os detentores do médio e pequeno capital que pretendiam maior participação na política econômica do governo JK e os grupos que se beneficiavam daquele modelo proposto pelo governo,⁴⁴⁰ não havia

⁴³⁸ RABELO, Ricardo Fonseca. *Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil*. Revista Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p. 44-55, dez. 2002/jul. 2003, p. 50.

⁴³⁹ SARMENTO, Carlos. *O Brasil de JK: O custo do desenvolvimentismo*. <Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Desenvolvimentismo>> acessado 07/04/2012.

⁴⁴⁰ “Na medida em que a burguesia brasileira se desenvolvia e, conseqüentemente a economia do país, os industriais “nacionais” era menos uma força vital do Brasil do que agentes da integração do país no sistema produtivo internacional dominante, isto é, o capitalismo. (...) a esperada confrontação nacionalista-entreguista baseava-se em avaliação errada, falando-se em antagonismos estruturais onde só existiam conflitos conjunturais.” DREIFUSS, René Armand. 1964 *A conquista do Estado: ação política, Poder e Golpe de Classe*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2006, p. 34. Para Fernando Henrique Cardoso, “o próprio desenvolvimento industrial passa a depender

antagonismos de classe entre eles. Era somente uma questão de participação nas decisões e nos investimentos do capital. Desta maneira o Estado cumpria a sua função de regular a luta de classes (na tentativa de um pacto social com a classe trabalhadora) assegurando a estabilidade da ordem social, na manutenção e defesa do capital.

Para tanto, os aparatos coercitivos são condicionados por uma racionalidade que sustenta “que os interesses de uns são apresentados como interesses de todos”, resultando daí uma visão atrofiada da conjuntura nacional, encarando as manifestações societárias como delito a ser punido. Nessa perspectiva, a formação do sistema repressivo denota uma vinculação direta com os segmentos que detinham o poder político e econômico. Pois eram exatamente estes segmentos que temiam pela continuidade do modelo de desenvolvimento vigente no país correr riscos, se fossem ampliados os espaços rumo a uma democratização, mesmo a de teor liberal.

Cabe ressaltar que tal leitura ideológica da realidade social, se punha claramente, como determinações de uma classe cuja fragilidade estava condicionada á particularidade do capitalismo, atrasado, dependente e subordinado,

[...] o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Isto se dá dessa maneira porque os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.⁴⁴¹

O imbricamento entre o *modus operandi* deste sistema recém-criado na época, e as interconexões com as demais instituições governamentais, conduzida

crescentemente do capital estrangeiro, não se criando uma camada empresarial capaz de formular uma política autônoma em relação a estes interesses.” WEFFORT, Francisco C. O Populismo na política Brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, p. 56.

⁴⁴¹ MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. pp. 36-7.

na época, pelos civis, nos permitiu evidenciar os fins a que ele servia e sua finalidade última, para além da aparente autonomia dos militares aos quais foi delegada a função de o gerir. A articulação entre este sistema, seus coordenadores e o governo, no período compreendido entre 1956 a 1960, se evidencia claramente nos acervos da DPS.

Dentre os relatórios produzidos pelos órgãos envolvidos na vigilância e repressão os informes sobre pessoas suspeitas de serem membros do PCB. Comunistas, estrangeiros, sindicalistas e militantes de organizações reivindicatórias, se destacam, revelando qual era a justificativa imediata dada para o seu funcionamento, o que já ocorria com os diferentes órgãos desde a década de 1930. O problema é que, nesta categoria, conforme já dissemos, entravam as mais diversas pessoas, com perfis muito distintos entre si, daí a extensividade dessa vigilância à sociedade em geral. Por exemplo, no ofício abaixo⁴⁴² solicitava-se informações sobre um bacharel em direito interessando em participar de um concurso público para o ingresso na carreira do Ministério Público de Goiás. Três dias depois o chefe de Gabinete do referido Departamento solicitou à DPS que tomasse as devidas providências neste sentido. Esse procedimento, ou seja, “levantar a ficha” de candidatos a ingressarem em órgãos públicos governamentais, que era comum nas diversas delegacias de polícia política e tinham a finalidade de impedir o ingresso de “pessoas subversivas” no quadro funcional do governo. Tratava-se, portanto, de um controle sobre o ingresso de pessoas na máquina administrativa do Estado, sendo constituídos dossiês que acompanhavam sua vida, caso ingressassem.

Em outro documento, este procedente do Estado do Paraná, a DOPS-PR respondia uma a solicitação de investigação da DPS sobre cinco advogados residentes em Curitiba e Londrina. O documento acusava-os de militantes comunistas e afirmava que um deles era suplente de um vereador da cidade de Curitiba.⁴⁴³

Tudo indica que tais averiguações foram solicitadas porque estes deveriam ter contato com agricultores no norte do Paraná, pois o documento se encontra na

⁴⁴² Ofício nº 312/56, Goiânia em 05/03/1956, da Procuradoria Geral de Justiça de Goiás ao Departamento Federal de Segurança Pública. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 8.

⁴⁴³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná folha 72 Informações sobre militantes PCB no meio rural

pasta do Ministério da Justiça,⁴⁴⁴ num dossiê sobre a infiltração comunista naquela região. Destaca-se, portanto, que as delegacias de polícia política, tinham uma ligação direta com o Ministério da Justiça, para o qual eram encaminhados tais dossiês. Apenas para rememorar, lembremo-nos que, em muitas das delegacias, o agente que exercia a função de polícia política era um policial comum.

Portanto, a malha fina que se estendia a toda a sociedade, além da intercomunicação entre as polícias dentro de cada Estado, se estendia entre as unidades da Federação e a administração central do governo.

Assim, o que, aparentemente seria apenas uma averiguação de rotina, toma uma dimensão maior na medida em que as informações percorrem vários departamentos e instituições governamentais, centralizando-se, tudo na DPS.

No exemplo, abaixo, escolhido dentre inumeráveis, outro profissional liberal um médico de nome Luiz de Souza Borges, passou a ser alvo da vigilância policial. A visibilidade sobre o controle de sua vida se dá pelo telegrama enviado pelo Delegado Auxiliar da DOPS-PE, ao Diretor da DPS, informando que o referido médico iria viajar para o México e para a Venezuela, países que lhe haviam concedido bolsa de estudos. Mas, para a repressão, esta atividade acadêmica não passava de mais um engodo para exercer atividades subversivas naqueles países, pois

Trata-se de elemento perigoso nas hostes do Partido Comunista Brasileiro, mesmo um dos dirigentes atuando no referido Partido, onde consta com larga folha de serviços e atividades prestadas. Estamos informados com segurança, que além da bolsa de estudos, tem o mesmo a incumbência de exercer as suas atividades partidárias naqueles países. Oportunamente remeteremos uma cópia da sua autobiografia apreendida quando da derrubada do Comitê Estadual do Partido Comunista nesse Estado em seis de janeiro de 1956.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. D.A. 10 de outubro de 1956. 044813 Serviço de Comunicações. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná Ofício 55/56 Câmara Municipal Cornélio Procópio denúncia ação comunista

⁴⁴⁵ Departamento Federal de Segurança Pública. Seção de rádio, telégrafo e telefones. Radiograma. De Recife-PE NR.68 Ols 150 Dt. 19/06/1958 Hr. 15:30. Telegrama contendo Informações sobre médico bolsista acusado de ser do PCB. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15-C Pernambuco folha 480

O embasamento do agente em criminalizar tal cirurgião, eram, segundo ele, suas fontes de investigação, “estamos informados com segurança”, sem revelá-las com exatidão.

Nesta lógica, sequer o direito de defesa era dado ao acusado ou suspeito, pois as peças de investigação, os dossiês, que se tornavam provas de futuros inquéritos policiais, não eram dados ao conhecimento do acusado. Denota, portanto, que a postura repressiva considerava que a manifestação do pensamento, as liberdades políticas, não tinham possibilidade de efetivação na prática.

Muitos dos vigiados, o eram apenas pelo fato de terem tido algum contato com pessoas suspeitas de ter algum envolvimento com atividades “comunistas”. Bastava isto para também ser tachado de comunista.

Neste outro relatório, o mesmo procedimento é aplicado ao cidadão, o que se revela de forma mais contundente, pois se suspeita, inclusive que ele falsificara seu nome. Assim, o Delegado de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina, na solicitação que fez ao Diretor da DPS, anexou a foto da pessoa:

Com o presente encaminhado a V.S, a fotografia acompanhada da individual dactiloscópica do indivíduo que se diz chamar Maruto Ramon Casal ou Assis Hipólito Pinto, rogando informar o que constar nessa repartição sobre o referido, de quem se tem suspeita de atividades subversivas.⁴⁴⁶

Da mesma forma e mais continuamente, foi a busca de antecedentes políticos criminais sobre os estrangeiros, tratados pelos agentes como alienígenas. O que chama a atenção nestes pedidos, é que a solicitação da DPS é feita à INTERPOL, ou seja, havia uma intercomunicação também entre este sistema nacional e agências internacionais, de forma direta, sem passar pelos Ministério das Relações Exteriores, pois, em princípio, se tratava de um assunto afeto à Polícia Federal. No exemplo abaixo, o Diretor da DPS solicitou ao Delegado Chefe da INTERPOL⁴⁴⁷ do DFSP,

⁴⁴⁶ Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Diretoria de Administração. Delegacia da Ordem Política e Social. N° 148 de 13 de maio de 1960. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 21-A SC folha 470 Suspeita de cidadão subversivo

⁴⁴⁷ En 1923, por iniciativa de Johannes Schober, presidente de la policía de Viena, se crea la Comisión Internacional de Policía Criminal (CIPC), con sede en Viena (Austria). Por primera vez

[...] as necessárias providências de V. S^a no sentido de que seja esta Divisão informada sobre o que constar a respeito do alienígena Antoine Chucrilshak, a fim de possibilitar esta DPS a atender ao pedido feito pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social da Polícia do Estado do Espírito Santo.⁴⁴⁸

Assim, tratava-se de uma interconexão rotineira que procediam a mapeamentos diversos, envolvendo unidades todo o sistema policial, instalado em todo o país, cada qual construindo um dossiê específico sobre o trânsito de tais sujeitos. Neste outro relatório a DOPS-RS solicitava informações ao DOPS-RJ, sobre estrangeiros de procedência eslava, após ter passado pelo crivo da DPS:

Transcrevemos abaixo, a parte de um informe, recebido por esta Delegacia de Ordem Política e Social e solicitamos a V.S. que nos forneça, dentro do possível, dados a respeito. A cópia do informe é a seguinte: “Dirigem atualmente a campanha comunista no Brasil os seguintes agentes: Leônidas Ordyngeu –Rio de Janeiro, Alejan Vansovych – Rio de Janeiro, Vedenski – São Paulo. Padre Russo-Ortodoxo Nicolas Prodaivich – São Paulo e a organização terrorista “Gato Preto”⁴⁴⁹ em São Paulo, os membros: Gregório Salamakha, Andrés Kirichenko, Padre Volkov e Padre-russo Miguel.⁴⁵⁰

se publican en el diario de seguridad pública internacional de INTERPOL notificaciones sobre personas buscadas. Em 1926, la Asamblea General, reunida en Berlín, propone que cada país establezca un punto central de contacto en el marco de sus respectivas estructuras policiales nacionales, que será el antecedente de la Oficina Central Nacional (OCN). En 1946 una vez terminada la Segunda Guerra Mundial, Bélgica lidera los esfuerzos de reconstrucción de la organización. Se crea una nueva sede en París y se elige “INTERPOL” como su dirección telegráfica. Se establece un procedimiento democrático para elegir a su Presidente y a los miembros de su Comité Ejecutivo. Se pone en marcha el sistema de notificaciones, diferenciadas por su color, y se publican las primeras notificaciones rojas sobre personas buscadas a escala internacional. En 1949 la Organización de las Naciones Unidas (ONU) concede a INTERPOL el estatuto consultivo como organización no gubernamental. En 1956 tras la aprobación de un Estatuto modernizado, la CIPC pasa a ser la Organización Internacional de Policía Criminal-INTERPOL, más brevemente OIPC-INTERPOL o INTERPOL. La Organización adquiere autonomía mediante el cobro de contribuciones a los países miembros y las inversiones como principales medios de financiación. <http://www.interpol.int/es/Acerca-de-INTERPOL/Historia>

⁴⁴⁸ DPS-02551. Referência: Prot. n° 9615/59. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 7.

⁴⁴⁹ Não encontrei nenhuma referência a tal organização em São Paulo. Não nos foi possível encontrar referências, aqui no Brasil, sobre tais pessoas.

⁴⁵⁰ DOPS-RS Of. n° 7/58 M.M.B.M. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1958. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 19 H RS folha 1480 Informe sobre agentes estrangeiros comunistas agindo no Brasil.

Os informes cumpriam, assim, a função configurar a criminalização, pois o pedido de investigação de uma autoridade policial já era “meio caminho andado” que estereotipava a pessoa a ser investigada. Pois, uma vez alcunhado, conforme o processo andava, não se perdia tempo em verificar as bases iniciais da alcunha. De antemão, ele passava a ser culpado.

O emaranhado de relatórios arquivados, por mais que se leia, não permitem saber-se ao certo quais foram os critérios exatos da culpabilização. O que parece é que, uma vez suspeito, tornava-se culpado, mesmo quando se comprovava que as pessoas não estavam envolvidas nas atividades que haviam levantado a suspeita.

Não há intermeios de outras fontes de investigação a não ser as produzidas pelo universo policial, dificultando uma melhor interpretação dessa documentação, ficamos no denominador comum, inferindo-se que tal julgamento era fruto de uma mentalidade arbitrária dos policiais, valendo o princípio que o cidadão era culpado, mesmo que provasse o contrário.

Um telegrama intitulado urgente, proveniente da DOPS-RJ, solicitava ao Diretor da DPS informações sobre um turista hospedado na cidade de Vitória.

O trânsito de estrangeiros era objeto de muitas preocupações, pois acreditavam numa conspiração comunista internacional. No exemplo em pauta, suspeita-se da veracidade da filiação da pessoa,

Afim de atender ao Exmo Sr Chefe Polícia do Estado Espírito Santo – Vitória, em caráter reservado solicitamos com possível urgência informações conduta indivíduo Carlos Horácio Serranio, chileno, 31 anos, advogado, cor clara corado cabelos loiros ruivos, rosto fino nariz ailado, altura 1.80, peso aproximadamente 70 kilos, que se diz filho embaixador chileno junto ao vaticano, atualmente hospedado aqui Hotel Canãa procedente Rio Copacabana Rua Barata Ribeiro, 621 apto 703.⁴⁵¹

Tanto quanto as suspeitas que não tinham uma base concreta para incriminar os cidadãos, quanto os critérios variavam muito: se estrangeiro - procedência, ser militante, mesmo que fosse de associações de caráter democrático, etc... Operários então, nem precisava ser sindicalizado - sua

⁴⁵¹ Departamento Federal de Segurança Pública. Seção de rádio, telégrafo e telefones. Radiograma. Polícia-Rio NR.3459 Pls 80 Dt 24 Hr. 18:00. Para Coronel Diretor da DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 7.

criminalização se dava, mesmo que o levantamento de seus antecedentes políticos não apresentasse uma militância de esquerda, bastando apenas ter uma atuação sindical para ser considerado pernicioso e com “tendências comunistas”,

Em atenção ao vosso ofício nº 1223 de 27 de maio último, informamos que José Carlos Guimarães, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários deste Estado, embora não seja identificado como extremista na seção respectiva desta secretaria, é notoriamente conhecido como elemento agitador, “dono” do Sindicato dos Bancários, entidade da qual se utiliza para a prática de suas tendências.⁴⁵²

Como tal procedimento é notório em todas as delegacias, deduz-se deduzir que é um padrão, sendo a DPS a reguladora de tal espertize policial, pois emanava, buscava e centralizava informações de todo o sistema.

Entrava também nestes padrões a vigilância à imprensa. Esta área era das que causava mais preocupação para as autoridades, dada a facilidade com que o Partido Comunista produzia jornais, meio de comunicação dos mais usuais no período. Assim, por exemplo, dentre muitos, observa-se que a vigilância controlava todas as suas iniciativas, até porque, este partido passou a apostar na abertura civil.

Tendo a honra de, atendendo a solicitação, dessa Divisão, radiograma, 618, remeter a V. S. um exemplar do jornal “Folha Capichaba”, editado nesta capital, informando que a redação está localizada à Rua Duque de Caxias nº 269 sendo o seu diretor responsável Vespaziano Meirelles. Outrossim, informo a V.S. que é o único jornal de orientação comunista neste Estado, não havendo revistas ou outras publicações de tendências comunistas.⁴⁵³

De fato, conforme vários autores especialistas na história das esquerdas no Brasil, na sua volta à legalidade, o PCB organizou uma rede de periódicos, denominada imprensa popular, em diversas capitais estaduais.

⁴⁵² Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás. Gabinete do Secretário. Of. nº 32/60. Goiânia 14 de junho de 1960. Do Delegado da DOPS-GO ao Diretor da DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 8.

⁴⁵³ Secretaria do Interior e Justiça. Chefatura de Polícia – Delegacia Especializada de Ordem Política e Social. Of. nº 182/56, Vitória 11 de setembro de 1956, para o Coronel Diretor da DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 7.

O jornal fazia parte de uma rede de periódicos, denominada imprensa popular, que estava sendo criada pelo PCB, desde a sua volta à legalidade, em diversas capitais estaduais. Faziam parte dessa rede os jornais Hoje, em São Paulo, Folha Capixaba, em Vitória, Folha do Povo, em Recife, Tribuna Gaúcha, em Porto Alegre, O Democrata, em Fortaleza, Voz do Povo, em Maceió, e Jornal do Povo em Belo Horizonte. (RUBIM, Antônio A. Canelas, Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In MORAES, João Quartin, História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 1988, vol. III. Cit. por FERNANDES, Karina Pinheiro, As dores do povo em texto e ilustrações do jornal Tribuna Popular (1945 – 1947) do PCB. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – Rio.⁴⁵⁴

No informe abaixo, o caráter regulador da DPS fica claro, pois o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás solicita orientação de procedimentos repressivos,

Confidencial urgente – comunico V. Ex^a que estão programando, dias primeiro e dois de junho vindouro, duas conferências serem pronunciadas nesta capital pelo Chefe Comunista Luiz Carlos Prestes, que serão realizadas salão Cine Goiânia. Esta secretaria de Estado está capacitada assegurar ordem pública e não permitirá, hipótese alguma, comícios ou manifestações em praça pública durante permanência aqui referido chefe comunista. Solicito valiosa cooperação V. Ex.^a sentido enviar, possível urgência, orientações e instruções qual melhor atuação esta secretaria mesma oportunidade e sobre aludido acontecimento. Atenciosamente SDS. Reinaldo Baiocchi – Secretário Segurança Pública do Estado de Goiás.⁴⁵⁵

Cumprindo seu papel de coordenação das atividades policiais em âmbito nacional, a DPS demonstra também que tinha conhecimento do que se passava em países latino-americanos, pelo menos na área sindical. Na correspondência abaixo, ela solicitava ao Delegado de Ordem Política e Social do Estado do Pará, informações sobre uma organização peronista denominada: *Liberdade para os Trabalhadores; em caso positivo caberia a DPS tomar às providências nacionais de vigilância e repressão a referida organização:*

⁴⁵⁴ FINEP | MCT e Fundação Biblioteca Nacional <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/tribuna-popular>.

⁴⁵⁵ Departamento Federal de Segurança Pública. Seção de rádio, telégrafo e telefones. Radiograma. Goiânia-GO, 20 de maio de 1959. NR. 293 Pls 120 DI. 20 Hr. 17:00. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás para o Diretor da DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 8.

Senhor delegado, tendo chegado a esta Divisão informes, segundo os quais o Comitê Executivo da organização peronista denominada “liberdade para os Trabalhadores” está localizado nesse Estado, com o propósito de formar células de elementos nativos, recrutados nas classes pobres, rogo a V. S^a a especial fineza de remeter a esta Divisão, com possível urgência, o que de positivo aí tiver sido ou vier a ser apurado, a fim de possibilitar ação coordenada da polícia em todo o território nacional.⁴⁵⁶

Essa preocupação das autoridades policiais com a questão do peronismo⁴⁵⁷ não era novidade, pois em 1953, a indicação de Goulart ao Ministério do Trabalho sofreu fortes resistências, principalmente da cúpula das Forças Armadas e da UDN.

Os principais jornais do país o atacaram por seus laços com o operariado, acusando-o de nutrir simpatia pelo peronismo argentino e de pretender implantar uma república sindicalista no Brasil. O que estes meios de comunicação expressavam era o medo dos segmentos da burguesia industrial, vinculada ou não ao capital internacional, das características do governo peronista: a participação das massas operárias, o afastamento das velhas oligarquias do poder, o distanciamento da influência norte americana, num claro quadro de antiamericanismo e o processo de nacionalização da economia.

Apesar de linhas ideológicas antagônicas, se comparado ao PCB, a estratégia adotada pelo peronismo era semelhante, segundo as autoridades policiais: ambas as visões, consideradas nacionalistas e populistas, representavam tudo que o Estado queria expurgar dos movimentos sociais.

⁴⁵⁶ Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública. Solicitação enviada da DPS para o Delegado de Ordem Política e Social do Estado do Pará referente a organização peronista. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 12-B Pará folha 310.

⁴⁵⁷ O peronismo implementou, na década de 40, um modo inovador de fazer política na Argentina, com base na participação de trabalhadores e sindicatos. As estratégias do poder, até então, tinham seguido a tradição contrária, pondo em prática políticas que tratavam com arrogância os mais pobres e menos organizados. Recluídas nessa visão, as elites, banqueiros, fazendeiros e, mais tarde, industriais, não eram capazes de perceber em que medida a força popular viria a ser protagonista da vida política argentina. A massa ganha definitivamente seu espaço político na história argentina com Perón, e Perón com as massas. Por isso é que o surgimento do peronismo, com seu impacto sobre os setores populares, deixou os partidos tradicionais num verdadeiro impasse e ainda surpreendeu os partidos de esquerda, uma vez que eles, mesmo sendo anteriores ao peronismo, não tinham conseguido uma adesão popular dessa dimensão. ETULAIN, Carlos R. *Peronismo e origem dos operários na Argentina*. Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 163-176, 2005, p. 163. Departamento de Economia – USF – 12916-900 – Bragança Paulista – SP.

Também proveniente do Pará foi a resposta dada a um ofício que se referia ao levantamento de informações sobre três pessoas: um pertencia à Diretoria da *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará – ULTAP*⁴⁵⁸ – e os outros dois eram militantes do PCB:

Esclareço-vos que a “ULTAP” é, presentemente, a única associação classista formada por elementos reconhecidamente comunistas, sendo dirigida pelo “vermelho” Benedito Pereira Serra, o qual não conseguindo seu intento na Capital, pois nem sede possui, instalou núcleos no interior, já tendo atingindo vários municípios.⁴⁵⁹

Para as autoridades policiais, a tática dos “comunistas” era agrupar camponeses nas cidades do interior dos Estados, tornando-os capazes de se organizar em futuras guerrilhas, principalmente se sofressem a influência cubana, de exportar a revolução do campo para os grandes centros urbanos.

Desta maneira, a preocupação não era propriamente com o credo ideológico dos participantes – se eram comunistas ou não -, mas sim com a tentativa de mobilização de classe, a mesma que já tomava conta dos centros urbanos e que, se somada a esta, poderia gerar um caos social, ameaçando a manutenção e o poder do Estado.

O aumento da repressão aos movimentos camponeses⁴⁶⁰ demonstrava o medo das autoridades e do Estado e conseqüentemente das classes dominantes, de que o modelo agrário-exportador (ainda a base de sustentação da acumulação de capital) fosse rompido, desestabilizando também os detentores do capital industrial. A questão agrária, durante toda a década de cinquenta, foi uma “panela de pressão” prestes a explodir, principalmente no período do governo JK.

⁴⁵⁸“A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, ULTAP, nos moldes da entidade nacional, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, procurava a restringir o conceito de seus associados aos assalariados agrícolas não filiados a sindicatos rurais, aos lavradores pobres e médios, explicitando a exclusão aos latifundiários e seus herdeiros”. GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *Sindicatos Patronais rurais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará. Novas estratégias de representação política*. Paper NAEA, 124, agosto de 1999, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

⁴⁵⁹ Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará. Ofício nº 9 S-1 /DESPS de 22 de março de 1961. Ofício encaminhado a DPS-RJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 12-B Pará folha 310.

⁴⁶⁰ Devido á grande importância do tema, desenvolveremos num próximo estudo a repressão policial frente aos movimentos agrários, fruto da dura realidade de miséria e opressão a que estavam submetidos.

Diante disso, a infiltração policial dos agentes do Serviço Secreto das Delegacias de Polícia Política nesses movimentos no campo, geram informações precisas sobre as táticas do PCB, quando não, das lideranças dos incipientes sindicatos considerados clandestinos pelo Ministério do Trabalho, acompanhando partidos políticos, posicionamentos jurídicos de magistrados, vigiando advogados que os defendiam perante o judiciário, assim também procedendo junto a políticos do legislativo, principalmente quando propunham qualquer medida visando a melhoria das condições de trabalho e de vida dos homens do campo. O mapeamento era geral e circulava entre as diversas instâncias de poder.

Exemplar foi o caso da sindicância na Associação dos Lavradores Fluminense, apontada como célula comunista, e que mapeou todos os participantes, fossem juristas, advogados, militares, etc., tachados todos de comunistas, por defenderem as reivindicações dos camponeses e ainda lhes dar apoio profissional, tornando-se assim inimigos das autoridades policiais e mal vistos pelos segmentos dominantes.

Estendendo as investigações ao Estado do Rio, obtivemos na DOPS as seguintes informações: Dr. Ary Fontenelle – Juiz de Direito da Comarca de Duque de Caxias. Em 4.6.1948 foi apreendida em poder do agitador Ramiro de Souza uma relação de assinantes da “Imprensa Popular e contribuintes do PCB”, nela constando o nome do Dr. Ary Fontenelle, na época em que era Juiz de Direito da Comarca de Angra dos Reis.

Dr. Heitor da Rocha Faria – advogado, procurador da Associação dos Lavradores Fluminenses, é prontualizado da DOPS do Estado do Rio como elemento comunista agitador, que vem de há muito agitando o meio rural dos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Mirity e Duque de Caxias.

Francisco Medeiros – Ex-marinheiro, também é fichado da DOPS do Estado do Rio como elemento agitador.⁴⁶¹

Para a cúpula da DPS, a China Comunista⁴⁶² com base na experiência adquirida nos países subdesenvolvidos, seguindo as instruções emanadas da

⁴⁶¹ Divisão de Polícia Política e Social- Serviço de Investigações – Seção de Investigações, informe nº 229. Ref. Prot. Nº 769 (interno DPS) Assunto sindicâncias. 22.03.1955. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 20-D. Folha 1089. Informe sobre membros da Associação dos Lavradores Fluminense.

⁴⁶² Os agentes da DPS documentam cópia do jornal “Última Hora” de 13 de janeiro de 1959, noticiando o seguinte: *Recebido por Mao Tse Tung o Governador Cid Sampaio. O presidente do Partido Comunista Chinês, Sr. Mao Tse Tung, recebeu hoje o Sr. Cid Sampaio, Governador eleito*

direção central do Partido Comunista Internacional, reforçadas pelas recomendações aprovadas pelo IV Congresso do PCB, desenvolvera um programa de agitações para os trabalhadores rurais do norte do Paraná. Então o problema ia além das preocupações meramente “trabalhistas” e se transformavam em espectro revolucionário a influenciar as massas no campo:

Para isso, o PCB destacou um de seus elementos mais capacitados pela experiência e pelas qualidades de audácia e destemor: Gregório Lourenço Bezerra. Esse líder comunista chegou e se fixou no norte do Paraná em fins de outubro de 1954. Valendo-se de condições gerais da região, falta de recursos assistenciais e dos tumultos advindos dos desequilíbrios político-sociais, foi fácil o trabalho de aliciamento do elemento humano, cujo primarismo intelectual em maturidade política, estavam a calhar com os propósitos visados pelos agentes da ação comunista.⁴⁶³

Segundo o documento, a cidade de Londrina⁴⁶⁴ tinha sido escolhida para ser a sede dessas articulações, a serem estendidas subsequentemente para outras cidades próximas: Nova Fátima, Cornélio Procopio, Maringá, Ibitiporã, Rolândia, Apucarana, Cascavel, Marialva, Jacarezinho e outras.

Fixadas essas bases, com o recrutamento do camponês, o PCB teria passado ao trabalho de promover uma agitação mais profunda, reforçada pela atuação de militantes locais.

Foi assim que a polícia política descobriu as articulações do PCB para organizar o movimento de sindicalização no norte do Paraná, em princípios de

do Estado de Pernambuco, Brasil, segundo informou a rádio de Pequim. Participaram também da entrevista, segundo a emissora, o Sr. Jorge Albano, assessor do Governador eleito e as esposas de ambos. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15-C Pernambuco.

⁴⁶³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná, folha 37. Relatório produzido pelo Gabinete da DPS em 22 de agosto de 1956, referente ao resultado das investigações feitas no norte do Paraná.

⁴⁶⁴ No dia 21 de agosto de 1929, o russo Alexandre Razgulaeff e o britânico George Craig Smith, depois de enfrentarem 20 km de picadas no meio da densa Mata Atlântica, chegaram ao local hoje conhecido como Marco Zero (1 km a leste do atual Centro de Londrina) e ali abriram uma clareira no meio da floresta. Eles estavam à serviço dos ingleses da Paraná Plantation (Companhia de Terras Norte do Paraná era seu nome no Brasil). Sediada em Londres (tinha como acionistas principais Lord Lovat e o Príncipe de Gales), havia adquirido do governo estadual em 1925 e 1927, uma enorme extensão de terras (1.246.300 ha ou 12.463 km²), então completamente cobertas por Mata Atlântica, com alguns pequenos bolsões de araucárias. A propriedade da Companhia começava justamente no Marco Zero de Londrina e se estendia para oeste, para bem depois de Maringá, e para o sul abrangendo a região de Cianorte. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966008>

1956, na cidade de Londrina. Todas as reuniões, desde a primeira, realizado no escritório de um advogado, Flávio Ribeiro, foram acompanhadas por estes agentes.

Conforme estes entenderam a estratégia do PCB foi a de fazer penetrar as ideias comunistas nas fazendas próximas da cidade, partindo dos lugares em que havia organizações de base daquele partido. Tal estratégia teria sido considerada mais eficiente para uma convocação de camponeses e, a pretexto de melhor defenderem os seus direitos, congregarem uma associação, que posteriormente seria transformada em um Sindicato Rural.]

Também é por estes documentos que sabemos hoje, que, após uma série de reuniões, tiveram início as primeiras atividades sindicalistas dos camponeses, resultando na criação da entidade denominada *Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina*.⁴⁶⁵

De fato, esta estratégia do PCB era fruto de suas determinações políticas frente à leitura que faziam da conjuntura nacional, como bem observa Maria Angélica Momenso Garcia, citando artigo de Raimundo Santo: *A questão agrária na ótica do Partido Comunista do Brasil (PCB) na década de 1950*:

O PCB em dois anos seguidos, uma em 1953 e outra em 1954, realizou a I e a II Conferência de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses. Isso marcou uma maior atuação do trabalho do Partido junto à massa de trabalhadores do meio rural. Na II Conferência três medidas marcaram a atuação do Partido. A primeira foi à elaboração de uma carta dos direitos e das reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas, a segunda foi à criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ULTAB, primeira organização de caráter nacional criada com a finalidade de unir as mais diversas organizações locais dos trabalhadores agrícolas e camponeses e, por fim, a terceira foi a aprovação da resolução de coletar cinco milhões de assinaturas em todo país em favor da reforma agrária.⁴⁶⁶

Mas, voltando ao relatório, este afirmava que a finalidade desse “sindicato”, seria a mobilizar os trabalhadores agrícolas para lutarem pela extensão dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho, para eles. A notícia

⁴⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná, folha 37. Relatório produzido pelo Gabinete da DPS em 22 de agosto de 1956, referente ao resultado das investigações feitas no norte do Paraná.

⁴⁶⁶ SANTOS, Raimundo. *Questão agrária e política*. Autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996. pp. 48-53. In: GARCIA, Maria Angélica Momenso. *A questão agrária na ótica do PCB NA DÉCADA DE 1950*. Revista Economia e Pesquisa, volume nº7, Araçatuba, 2005. Fundação Educacional de Araçatuba. p. 52.

repercutira amplamente, fazendo convergir para a entidade, levas de trabalhadores rurais, os quais se inscreviam como associados mediante contribuição mensal de dez cruzeiros.

Nos parece que era justamente essa prática do Partido, incentivar a sindicalização para entidades não autorizadas pelo Ministério do Trabalho,⁴⁶⁷ que garantia a autonomia dos trabalhadores e suas mobilizações fora do controle do Ministério.

Para as autoridadesurgia que fossem criados mecanismos jurídicos que permitissem agir com repressão para aniquilar tais articulações.

Era sempre o “fantasma” da Constituição de 1946, que segundo eles, obstruía o trabalho das polícias políticas. Tal “impecilho” não impediu as autoridades policiais de reprimir os movimentos com uma violência sem igual em regiões do Brasil, principalmente no norte do Paraná do qual estamos tratando.

O relatório prossegue afirmando que os partidários do PCB, estimulados por esse primeiro resultado da criação do sindicato dos agricultores, trataram de fundar novas associações, nas cidades próximas, nos mesmos moldes e com os mesmos propósitos, fundando sindicatos que passaram a constituir a “frente legal” do PCB nessa região. Enquanto isso ocorria, o trabalho subterrâneo do Partido aumentava em extensão e profundidade, criando um comitê regional e reforçando as suas organizações de base.

Como consequência desse estado de coisas, já se esboçavam os primeiros movimentos grevistas nas atividades rurais, o que vinha constituindo um clima de inquietação para os fazendeiros e agricultores da região, sem contar as consequências de ordem econômica que poderiam resultar das mesmas, comprometendo e agravando o problema da produção nacional. Frente a essa situação, propõe o mentor do relatório,

[...] tendo em vista a gravidade geral da situação naquela parte do território nacional é de meu dever levar ao conhecimento de V. Excelência, a existência desses fatos para que sejam os mesmos levados à apreciação

⁴⁶⁷ “Organizar sindicalmente os trabalhadores agrícolas, apesar de não ser proibido, tornou-se, no entanto, quase impossível, dado o tortuoso procedimento na tramitação das solicitações de personalidade jurídica. Assim, por exemplo, muito depois de se conseguir registrar um dos primeiros sindicatos rurais em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (RJ), e, em 1954, quando se registrou o sindicato dos trabalhadores da Usina de Barreiros (PE), somente essas duas organizações, e duas ou três mais (duas em São Paulo e uma na Bahia), funcionavam legalmente na área rural brasileira”. MORAIS, opus cit., p.22.

de outras autoridades superiores, posto que, os mesmos me parecem infringentes de dispositivos previstos nas Leis: Código Penal, Lei nº 1802 (Segurança Nacional) Economia Popular e Consolidação das Leis do Trabalho [...].⁴⁶⁸

No mesmo teor é a correspondência do Presidente da Câmara Municipal de Cornélio Procópio, ao Ministro da Justiça em 20 de setembro de 1956:

Senhor Ministro, Este município, como as demais da zona norte do Paraná, tem sido palco dos mais desencontrados desentendimentos entre fazendeiros, sitiantes e colonos, em virtude destes últimos, vítimas de agitadores comunistas, viverem criando uma verdadeira babel em torno de salários, prestação de horas de serviço e assuntos correlatos. Este legislativo, compreendendo a gravidade da situação e reconhecendo que a maioria dos trabalhadores rurais que se deixam arrastar pelas promessas falazes dos pseudos salvadores da classe, o fazem por ignorância, vem apelar para V. Excia. no sentido de que sejam tomadas imediatas medidas para conter a onda de agitação em virtude da mesma estar causando sérios embaraços à economia e à vida normal deste município.⁴⁶⁹

O assunto sobre a criação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, como também os conflitos rurais do norte do Paraná, repercutiu no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pois em 21 de setembro de 1956, a Seção de Segurança Nacional do referido Ministério encaminhou correspondência ao Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, General Augusto da Cunha Magessi:

Senhor Chefe de Polícia, tenho a satisfação de apresentar o Dr. Ranor Thales Barbosa da Silva, membro do Corpo Técnico da Seção de Segurança Nacional deste Ministério. Venho, outrossim, comunicar a V. Excia. que o referido Membro está encarregado, na qualidade de Relator, de estudar o processo que transita nessa Seção, relativo ao “Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, no Estado do Paraná, solicitando as obsequiosas providências de V. Excia. no sentido de serem

⁴⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná, folha 35. Relatório produzido pelo Gabinete da DPS em 22 de agosto de 1956, referente ao resultado das investigações feitas no norte do Paraná.

⁴⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná, folha 62.

fornecidas, por esse Departamento, todas as informações concernentes ao assunto.⁴⁷⁰

Outra Seção de Segurança Nacional pertencente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores encaminhou criptograma (mensagem cifrada) para o DFSP, versando sobre pessoas envolvidas com a militância sindical, nesse caso com o Sindicato dos Mineiros de Criciúma.⁴⁷¹

Criptograma recebido no dia 27 de setembro de 1956, procedente de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. [...] o Dr. Aldo Dietrich está em Criciúma, onde conseguiu três mil assinaturas pró seu ingresso no Sindicato dos Mineiros. O Delegado do Ministério do Trabalho se mostra contrário à sua admissão pelos motivos alegados⁴⁷² em ofício há tempos remetido a essa Seção.⁴⁷³

Três anos depois, em quatro de maio de 1959, a DOPS-SC informava à DPS sob o advogado acima referido, o apontando como diretor do periódico comunista *Unidade*, e advogado em atividade no Sindicato dos Mineiros do município de Criciúma, também fichado como comunista.⁴⁷⁴

Como se vê, o trâmite entre os diversos Ministérios da República e suas respectivas seções de Segurança Nacional e as instâncias policiais estaduais e federais tinha como única prioridade buscar formas jurídicas para reprimir as demandas consideradas conflituosas e ameaçadoras da Segurança Nacional.

Desta maneira as autoridades associavam os problemas estruturais do campo que, na verdade eram o pano de fundo destes conflitos, à quebra do status quo, não levando em consideração, a grave situação de sobrevivência dessas populações relegadas à exploração e as suas inúmeras dificuldades.

⁴⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná folha 64. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – Seção de Segurança Nacional.

⁴⁷¹ Outro segmento social afetado duramente pelas condições de trabalho e subsistência eram os empregados das mineradoras, onde sua atuação sindical em grande parte sem a presença de direção comunista, desempenhou um papel altamente combativo no movimento grevista de Santa Catarina.

⁴⁷² O referido advogado foi impedido de assumir a direção do sindicato devido a sua aproximação com os membros do PCB

⁴⁷³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 21-A SC folha 458.

⁴⁷⁴ DOPS-SC para DPS, Of. 136. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 21-A SC folha 474

Mais uma vez fica claro o medo dos segmentos dominantes, o que espelha sua fragilidade e os faz apoiar tal violência estatal. Conforme Florestan Fernandes tal receio das burguesias advinha de uma fragilidade determinada pela particularidade da inserção do capitalismo brasileiro na ordem mundial e configurava um desenvolvimento conservador, pois, entre outros atributos, temia qualquer possibilidade de transformação social, resultando na convergência de uma finalidade que se resumia na arregimentação de interesses egoísticos. Assim as decisões que esta burguesia, ou pequenos segmentos dela que tinham acesso ao poder político, beneficiavam apenas suas aspirações particulares em detrimento do bem público, definindo-se aí o caráter do Estado:

A dominação burguesa revela-se à história, então sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as “virtudes e os defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas, e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de auto privilégio.⁴⁷⁵

A mediação das forças policiais para a manutenção desta ordem conversadora se denota da leitura de pronunciamentos dos próprios agentes do sistema. Neste sentido, o autor do *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*, José César Pestana, explicita a visão que determina a práxis policial frente às exigências do Estado, caracterizando a polícia enquanto instância ligada inerentemente ao Poder de Polícia, cuja função social se revela no fato de que:

O Poder de polícia não é somente exercido pela polícia comum, de segurança, mas por diversas outras autoridades no desempenho de atribuições administrativas. Entretanto, é à Polícia que compete aqueles (sic) casos que exigem efetiva, imediata e acertada atividade na execução da lei e, na falta desta, a escolha de meios adequados para a solução dos problemas que ameacem, de qualquer forma, a ordem pública.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ FLORESTAN, Fernandes. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2006. Página 45. Ver também CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

⁴⁷⁶ PESTANA, José Cesar. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. Coletânea Acácio Nogueira, volume V, Ed: Escola de Polícia de São Paulo. Edições consultadas: 1955, 1959 e 1965.

A perspectiva de que a ordem pública dizia respeito apenas ao Estado e, dentro deles, às forças policiais, explicita como a leitura que faziam da realidade concreta era politicista. Esclarecendo:

Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional. Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo. [...] O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política [...] jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político.⁴⁷⁷

É diante dessa determinante estrutural que se revela a atrofia do Estado autocrático: um governo de minoria burguesa que desarticulou e reprimiu a sociedade civil, mas que teve no discurso político a explicação racional de seus atos, invertendo a realidade concreta, calcado em um tipo ideal. Assim explica Livia Cotrim sobre autocracia e politicismo:

Autocracia e politicismo, longe de serem contingentes ou restritos a um momento histórico singular, são determinados pela atrofia histórica e estrutural do capital e da burguesia de via colonial, retardatária, conciliadora e subordinada, economicamente liberal, mas sem aspirações democráticas. Estreiteza econômica e consequentemente política que lhe inviabilizam o exercício da hegemonia sob forma democrática que exigiria a integração e participação de todas as categorias sociais e deixam-lhe apenas duas alternativas para sua dominação: “a truculência de classe manifesta” - o bonapartismo, expressão armada do politicismo - ou a “imposição de classe velada ou semivelada” - a autocracia institucionalizada, expressão jurídica do politicismo. A alternância entre estes dois polos pode ser observada tanto na última ditadura militar e sua posterior “abertura”, quanto na sucessão do Estado Novo pela assim chamada redemocratização de 1945/46.⁴⁷⁸

O documento a seguir demonstra a leitura politicista de um agente infiltrado da DOPS-PR, numa reunião do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminhado a DPS. A preocupação do censor é somente identificar o caráter ideológico das

⁴⁷⁷ CHASIN, op. cit., pp. 123-124.

⁴⁷⁸ COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. In: CHASIN, opus cit., p. VIII.

falas dos componentes da reunião, interpretando as denúncias de penúria da classe trabalhadora operária e rural, como apelos ao movimento comunista:

Quando demos entrada no recinto, já havia sido lida a ata e estava a mesma em discussão. Depois de aprovada, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao primeiro orador inscrito, o qual fez uma longa oração referente à sindicalização dos operários e suas vantagens, assistência social aos trabalhadores, leis de consolidação do trabalho e encerrou o assunto glorificando o trabalho dos operários e lavradores como base fundamental da Nação. [...] em seguida falou o jornalista Pedro Mota Lima, com imponência de líder, expressando em rico e correto vernáculo as suas ideias comunistas e propondo indiretamente a coligação das classes operárias e camponesas, para se aliarem aos comunistas e juntos combaterem os demagogos do Governo, que são homens com elevados cargos mas apenas estão sugando o sangue dos operários e camponeses, os quais, com seu salário mínimo, dão o máximo de seus esforços para a produção em massa, enquanto os demagogos fazem altas negociatas com o dinheiro da Nação, somente em proveito próprio, enquanto que os operários e lavradores estão morrendo de fome devido o alto custo de vida e porque não lhes é concedido um aumento do salário mínimo. Em seguida tomou a palavra um dos componentes da comitiva do jornalista, ocasião em que me retirei, em virtude de também estarem se retirando todos os trabalhistas daquele recinto, permanecendo assim uma simples reunião comunista, que, como se vê, passou de caráter trabalhista a comunista. [...] ⁴⁷⁹

O mesmo relatório também foi enviado ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Moysés Lupion por se tratar, segundo eles, de reunião de deputados do PTB com a presença de elementos comunistas:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, afim de encaminhar cópia do relatório que o titular da Delegacia de Ordem Política e Social vem encaminhar a esta Chefia, a respeito da presença de comunistas na reunião do Partido Trabalhista Brasileiro, realizada a 23 do corrente, nesta Capital. Também aqui anexo encontrará Vossa Excelência o exemplar do jornal comunista “Tribuna Popular”, onde foi noticiado o fato. ⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ Relatório do DOPS-PR a DPS datado em 29 de maio de 1956. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14-A Paraná folha 17.

⁴⁸⁰ Correspondência do Chefe de Polícia do Estado do Paraná ao Governador do Estado do Paraná. Chefatura de Polícia – Estado Paraná, nº316/G. Reservado. Curitiba, 30 de maio de 1956. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 14A Paraná folha 19.

Naquela conjuntura, conforme dissemos, qualquer movimento grevista era considerado uma ação dotada de uma radicalidade capaz de desafiar a ordem. Nesta perspectiva é que o movimento grevista dos trabalhadores em transportes rodoviários, deflagrado em municípios fluminenses, limítrofes ao Rio de Janeiro, foi registrado:

[...] formaram piquetes de greve, e tentaram penetrar no território do Estado da Guanabara com a intenção de perturbar o tráfego dos coletivos que serviam àqueles municípios, sendo detidos ao atravessarem a “barreira” da Via Presidente Dutra antes de darem início de execução de seus desígnios: 1) Edson da Silva (lubrificador); 2) Geraldo Moura da Costa (motorista); 3) Jacy Vieira Oliveira (mecânico); 4) Roberto Marcelino (trocador); 5) Adilson Freitas Del Puerto (trocador); 6) Cicero Humberto de Oliveira Jr. (bomba de gasolina); 7) Vantuil Gomes Nascimento (trocador); e tantos outros.⁴⁸¹

O informe acima sobre a detenção dos elementos grevistas foi enviado pelo Diretor da DPS aos Delegados de Ordem Política e Social dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ou seja, tratou-se de uma ação policial integrada. Os piquetes de greve eram considerados atos de vandalismo que poderiam despertar, nas classes subalternas, uma “cultura” de desafio à ordem estabelecida.

Naqueles tempos que a onda revolucionária povoava as mentes das autoridades, o espectro de uma revolução comunista era tido como iminente, por isso todas as forças policiais vinculadas às estruturas de poder, tinham como missão primeira destruir os possíveis focos “revolucionários”, tolhendo as organizações de caráter duvidoso, que segundo as autoridades propiciariam o avanço comunista no continente.

Diante dessas elucubrações que geraram as ações das forças policiais civis e militares, de combate ao “inimigo interno”, até as diligências policiais cotidianas, a ameaça à ordem interna se encontrava em todos os lugares, em toda ação que tivesse alguma visibilidade pública.

Nos documentos a seguir, a informação sobre um contrabando de armas agitou o sistema repressivo do governo JK: foram acionados a Secretaria Geral

⁴⁸¹ Ofício nº 100 do DFSP, referente a detenção de grevistas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 20 E RJ folha 1146.

do CSN, SFICI, DPS, JCI e a Chefatura de Polícia do Estado da Paraíba. No primeiro documento datado em 09 de setembro de 1959, o Chefe do SFICI e secretário da JCI, remeteu um informe de Administração Pública – Assistência Social – sobre contrabando de armas, ao Diretor da DPS, para que fossem tomadas as devidas providências.⁴⁸² No segundo documento, datado em 19 de outubro de 1959, a Seção Especial de Investigações do DFSP, sugeriu que fosse feita uma diligência policial no próprio Estado onde ocorreu o dito contrabando de armas:

Senhor Chefe do Serviço de Investigações, com referência ao ofício nº 292/59 do Conselho de Segurança Nacional, informo a V.S. que o envio de um funcionário a Cabedelo (cidade da Paraíba), a fim de elucidar a denúncia anexa ao dito ofício, além de difícil traria muita despesa com resultados incertos, assim, penso seja melhor oficial à Polícia do Estado solicitando as devidas providências.⁴⁸³

No terceiro documento datado em 30 de outubro de 1959, o Diretor da DPS encaminhou solicitação de investigação ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba:

Senhor Chefe de Polícia, para as providências que V.Ex^a julgar cabíveis, remeto a inclusa cópia do informe secreto sobre o contrabando de armas verificado em cidades desse Estado, e que foi enviado a esta Divisão pelo ofício nº 292, de 9 de setembro do ano em curso, do Serviço Federal de Informações e Contra Informações.⁴⁸⁴

Para certeza de uns e descréditos de outros, a investigação foi acionada e transitou por várias instâncias do sistema repressivo, mas não há documentos que deem o desfecho do processo investigativo. Aqui só podemos deduzir que o que provocou tamanha circulação da informação, era a suspeita de que as armas

⁴⁸² Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Of. SFI nº 292/59 de 09/9/1959. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 13 Paraíba folha 192, referente ao contrabando de armas informado pelo Conselho de Segurança Nacional em 09 de setembro de 1959.

⁴⁸³ Departamento Federal de Segurança Pública. Serv. Inv. – Seção Especial de Investigações. Ref.Prot. 10806-DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 13 Paraíba folha 194.

⁴⁸⁴ M.J.N.I. – Departamento Federal de Segurança Pública. Divisão de Polícia Política e Social. DPS-3442, Ref: Prot. Nº 10806/59. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 13 Paraíba folha 196.

fossem destinadas a movimentos subversivos. Acontecimento similar envolvendo o roubo de armas do arsenal do exército, também criou grande polêmica. O que difere os dois acontecimentos é que este ganhou a repercussão pública através da imprensa burguesa. O relatório a seguir, do Serviço Secreto da DOPS-SP demonstra, coincidentemente, que no mesmo momento em que a PUI⁴⁸⁵ convocava todas as agremiações da sociedade civil para lutar por melhores condições de vida e defender o patrimônio nacional, lançava-se na imprensa burguesa, representada pelo seu maior baluarte, o jornal *Tribuna da Imprensa* em 24/10/1958, uma notícia cuja função só poderia ser a de formar opinião pública contra qualquer articulação social que não fosse endossada pelo Estado. Tratava-se da acusação, sem provas concretas, de que comunistas haviam explodido um depósito de armas das forças do exército. Assim começava a manchete:

Comunistas acusados da explosão de Deodoro! A Polícia do Exército e investigadores da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) prenderam ontem diversos comunistas, transportando-os, incomunicáveis, para a 1ª Divisão de Infantaria, como responsáveis pela explosão dos paióis do Depósito de Munições de Deodoro. Entre os presos são apontados como principais acusados o tenente reformado do Exército Antônio Guimarães e os civis Antônio Soares de Albuquerque e João Augusto Leitão, que teriam sido denunciados por outros suspeitos, detidos há mais de 15 dias na DPS.⁴⁸⁶

Segundo a notícia, o ato subversivo era para provocar o adiamento das eleições para deputados, senadores e governadores que estariam acontecendo naqueles dias. O interessante que essa seria a segunda explosão provocada nos paióis de Deodoro. Na primeira ocorrida em agosto de 1958, as autoridades chegaram à conclusão que fora acidental. Conforme a acusação, devido á grande movimentação que houvera em relação ao acontecido naquela ocasião, o PCB teria resolvido explodi-lo novamente para criar tumulto e adiar o pleito eleitoral:

⁴⁸⁵ Segundo Ângela de Castro Gomes, o ano de 1953 é histórico, devido a grande movimentação grevista. Nele ocorrem duas experiências grevistas particularmente importantes para o sindicalismo brasileiro. Em março, a chamada greve dos 300 mil, que agitou São Paulo não apenas pelo grande número de manifestantes, como principalmente por ter dado origem a um Comando Intersindical, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

⁴⁸⁶ Recorte do jornal *Tribuna da Imprensa* de 24/10/1958. Anexo ao Relatório Reservado do DEOPS 50.Z.09. Documento nº 501.

A finalidade dos comunistas seria a de provocar o adiamento das eleições, tendo em vista a campanha cerrada que a igreja e a oposição moviam contra os candidatos por eles indicados, e a certeza antecipada da derrota eleitoral. Segundo concluem as autoridades, a primeira explosão, ocorrida a 2 de agosto, foi realmente accidental e inspirou os planos do Partido Comunista. Pelos depoimentos, as autoridades que estão dirigindo o IPM, chegaram à conclusão de que isso não aconteceu porque a bomba de retardamento, colocada pelos comunistas nos paióis, explodiu antes da hora, e o seu efeito não teve as proporções esperadas pelos sabotadores.⁴⁸⁷

Os civis que teriam participado de tal atentado eram acusados de terem cargo diretivo em associações de classe trabalhadora e de bairros e seriam, como o artigo deixa entrever, considerados pelo partido como elementos descartáveis, usados como “massa de manobra”.

Desta forma, observa-se que o intuito da notícia era a de desacreditar aquelas organizações como legítimas e idôneas, até mesmo entre seus adeptos, dadas a falta de humanidade que estariam revelando:

Antônio Albuquerque, um dos presos, é presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro e está registrado na DPS como elemento ativista-militante do Partido Comunista. Os arquivos daquela Divisão especializada registram, ainda, a existência de numerosos núcleos comunistas em Deodoro, que funcionam como organizações de base. Estas, geralmente, são constituídas de três a cinco pessoas subordinadas aos comitês de bairros. Leitão, outro dos presos, é presidente da Associação Pró-Melhoramentos de Guadalupe, que os agentes da DPS acreditam funcionar como comitê de bairro, enquanto o tenente Guimarães é também elemento ligado aos outros dois. Esses três seriam elementos utilizados pelo PC para determinadas missões e teriam executado, com alguns auxiliares, o plano de fazer explodirem os paióis.⁴⁸⁸

Haveria ainda um quarto elemento não identificado pelas autoridades, *“esse corpo foi encontrado no interior do paiol, em local de acesso proibido a estranhos, inteiramente calcinado”*.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ Recorte do jornal *Tribuna da Imprensa* de 24/10/1958. Anexo ao Relatório Reservado do DEOPS 50.Z.09. Documento nº 501.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

O coronel Danilo Cunha da DPS tardava em concluir as investigações e suas discordâncias denotam o ardil que se entrevê na boataria sobre o episódio. Por não concordar com o laudo do IML enviado ao General Dantas Ribeiro, responsável pelo inquérito militar, o coronel faz a seguinte declaração ao repórter que o entrevistava:

O Cel. Danilo confirmou a prisão dos comunistas e esclareceu-nos que a detenção dos suspeitos foi iniciativa exclusiva das autoridades da 1ª Divisão de Infantaria. Acrescentou que a equipe da DPS apenas colaborou nas diligências. Nada adiantou sobre os depoimentos dos presos e disse ser prematura a afirmativa de que a explosão teria sido causada por sabotagem. Os meios militares mostram-se reservados sobre o assunto, pois o IPM é de caráter sigiloso.⁴⁹⁰

A criminalização prévia sem comprovação do resultado das perícias policiais se manifesta também nas notícias publicadas pela *Tribuna da Imprensa* que se adianta no julgamento, assim como nas considerações dos membros das Forças Armadas. Mais notável é constatar que nem mesmo um membro da temida DPS, se arriscava em acusar os suspeitos (disse ser prematura a afirmativa de que a explosão teria sido causada por sabotagem) sem as devidas diligências da investigação.

Cabe ressaltar que, naquela conjuntura da segunda metade dos anos de 1950, os boatos sobre golpes de Estado⁴⁹¹ eram corriqueiros, tanto no interior das Forças Armadas, através das polêmicas no Clube Militar, como também incentivadas pela imprensa burguesa, principalmente no jornal de Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*. Desta feita, não era á toa que as informações sobre um possível contrabando de armas aguçassem os serviços de informações.

E é nessa perspectiva sempre presente de um possível golpe dos comunistas, que a DOPS-PE elaborou um minucioso dossiê sobre as atividades

⁴⁹⁰ Recorte do jornal *Tribuna da Imprensa* de 24/10/1958. Anexo ao Relatório Reservado do DEOPS 50.Z.09. Documento nº 501.

⁴⁹¹ Como o levante de Jacareacanga, a Revolta de Aragarças, em dezembro de 1959, segundo seus promotores, teve uma dupla motivação: a desistência de Jânio Quadros, candidato opositorista à presidência da República, de concorrer às eleições de outubro de 1960, e informações referentes a uma iminente sublevação de esquerda, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

do PCB no nordeste. A riqueza de detalhes é impressionante, pois contém, além de considerações gerais em torno do PCB naquela conjuntura, um levantamento considerado por eles, parcial, sobre os Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Traz ainda a composição do secretariado do governo do nordeste e um gráfico da organização do Partido Comunista na região.

No acervo da DPS, no setor Estados, a pasta referente ao Estado de Pernambuco é imensa, demonstrando o alto grau de vigilância que o Estado efetuava, uma vez que a penetração do Partido nos movimentos reivindicatórios e principalmente a grande agitação camponesa intensificada pela Ligas Camponesas, colocou as autoridades em prontidão, sendo tais movimentos eram severamente reprimidos.

O mesmo ocorre com a documentação da DOPS-SP, que possui um enorme acervo documental sobre todo o Estado, e aí se observa que, em várias ocasiões, as diligências policiais realizadas pela DOPS-PE, foram acompanhadas por agentes do Serviço Secreto da DOPS-SP, demonstrando o que a historiografia já vem apontando, que havia uma articulação entre as agências estatais, inclusive que a DOPS-SP, lhes prestava assessoramento.

Para os órgãos da repressão do Estado, Pernambuco representava um foco revolucionário extremamente perigoso, pois se perspectivava que a prática e a organização de levantes camponeses, poderiam se alastrar em todo o país, principalmente no nordeste, onde as contradições da estrutura arcaica latifundiária eram, de fato, o cerne dos questionamentos e levantes.

Somava-se a isso o grande debate na sociedade civil sobre a questão da reforma agrária, tanto no Congresso Nacional, através de propostas de parlamentares, como algumas promessas (que nunca se concretizavam) do poder executivo em acelerar a discussão e a implementação da referida reforma. Destaca-se nessa linha o discurso parlamentar do Deputado Josué de Castro do PTB-PE,

[...] é hoje de consenso de todas as nações que a estrutura agrária brasileira, arcaica, está superada, e não satisfaz às necessidades da nossa expansão econômica. Todos nós que nos batemos pela emancipação econômica brasileira, estamos certos de que só podemos alcançar nosso objetivo através da industrialização intensiva. Temos consciência de que não se atingirá esse estágio, sem uma agricultura

suficientemente forte, estruturada em bases racionais, de modo que forneça as matérias-primas indispensáveis à industrialização e os bens de subsistência necessários à alimentação das massas que se deslocarão do campo para a indústria.⁴⁹²

Esse embate estava inserido na clara manifestação da falta de consenso dos grupos que apoiavam o Plano de Metas de JK: de um lado os *nacionalistas* que eram a favor de uma disciplina na remessa de lucros, *royalties* e dividendos, concentrando e fortalecendo desta maneira o capital nacional, e que viam na reforma agrária um apêndice fundamental na concretização desse objetivo, não só fortalecendo o mercado interno, como melhorando as condições básicas de sobrevivência dos trabalhadores do campo. De outro, os que acreditavam que, superar o subdesenvolvimento, significava garantir o desenvolvimento nacional em bases capitalistas apoiadas pelo capital internacional.

Desta maneira, apesar da divergência desses grupos, o denominador comum era fincado no desenvolvimento industrial tornando o país autossustentável, mas contraditoriamente, a entrada maciça do capital externo, característica marcante da política econômica do governo JK, tornava o país mais dependente do capitalismo monopolista.

Destes debates participaram pessoas integrantes dos mais distintos segmentos sociais, muitos dos quais, dependendo de sua inserção ou postura, integravam, e fato, o PCB. Em Pernambuco a visibilidade deste Partido já vinha de longa data, desde os anos do movimento que ficou conhecido por Intentona Comunista. Assim, não é por acaso que Pernambuco foi uma das bases mais aparelhadas desse Sistema de Inteligência e que aí o PCB fosse vigiado nos mínimos detalhes.

A ironia é que, hoje em dia, qualquer historiador dedicado à análise deste Partido na região, vai encontrar nestes acervos um vasto material, todo ele apreendido pelos agentes do Estado.

Veremos a seguir o relatório sobre o Partido Comunista no Nordeste Brasileiro que nos fornece um panorama geral das suas atividades, visando, não resgatar a história deste partido, mas sim recuperar a lógica da repressão. O relatório é dividido em partes, referentes, cada qual, aos Estados nordestinos e

⁴⁹² MOREIRA, opus cit.. p. 16.

trazem uma enorme lista dos simpatizantes, da cúpula, dos comitês, a estrutura interna e as frentes legalizadas do Partido, assim como a descrição das cidades do Estado, em termos de diagnósticos.⁴⁹³

Diante da riqueza dos dados apresentados, notamos como a infiltração de agentes nessas unidades era enorme, pois para o sistema repressivo a infiltração era considerada como a principal arma de combate aos focos bolchevistas. A apresentação do Relatório demonstra a sua profundidade,

Damos a seguir, uma visão geral dos “quadros” do Partido Comunista no Nordeste, - organizados, simpatizantes, colaboradores, amigos do Partido e cripto comunistas, - afim de que seja permitido aquilatar suas forças, nos Estados [...]

[...] Todos estes Estados acham-se sob o controle e orientação de uma organização poderosa e móvel – o SECRETARIADO DO NORDESTE -, composta de elementos capazes e supervisionadores das tarefas executadas pelos órgãos menores, verdadeiros “cérebros” do Partido, enviados diretamente do Comitê Central. Muitos destes elementos atuam simultaneamente em diversos setores de responsabilidade do Partido, como tática política, a fim de aproveitar ao máximo a capacidade dos militantes para melhor desenvolvimento orgânico. [...] ⁴⁹⁴

O relatório enfatizava que nesses 35 anos de existência nefasta do PCB, a despeito dos reveses que tinha sofrido, conseguira realizar um trabalho de radicalização no seio das massas trabalhadoras, de tão elevada importância que não se poderia subestimar o seu valor naquele momento. Para os agentes policiais, a capacidade de reorganização do Partido apesar da grande repressão, os colocava como um inimigo poderoso, sorrateiro, que somente um trabalho árduo de toda a sociedade brasileira poderia extingui-lo de vez.

Está, portanto o PCB comemorando este ano o seu 35º aniversário. Isto já é algo de sugestivo quando se conhece os resultados práticos no seio das massas, obtidos a troco de uma atuação que se fez continuar até mesmo

⁴⁹³ Este mesmo tipo de diagnóstico é encontrado em todos os estados, para todas as cidades do país. Os diagnósticos realizados no Estado de São Paulo foram analisados por Luciana da Conceição Feltrim, em sua Dissertação de mestrado, intitulada *As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamentos e repressão política no Estado de São Paulo, de 1954 a 1960* (PUC-SP, 2012), sob a orientação da Professora Dra. Vera Lucia Vieira.

⁴⁹⁴ Levantamento parcial do Partido Comunista no nordeste brasileiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Segundo o índice do dossiê parte 1. Introdução. Documento sem data.

após ser considerado instituição contrária às leis vigentes no país. Estas três dezenas e meia de anos da ação nefasta do PC, não tem só valor histórico. Tem, antes de tudo, um valor material imenso, e, sobretudo moral na vida brasileira.⁴⁹⁵

Segundo a visão do autor do relatório, o povo brasileiro não se dava conta dos tentáculos poderosos dessa força “psicodominador”, que constituía o Partido Comunista, com sua máquina quase totalmente organizada, cujo poder de penetração surpreendia os muitos estudiosos dos problemas políticos até nas nações mais desenvolvidas com tradição democrática na moderna civilização. Com certeza ele se baseava nos preceitos anticomunistas dos Estados Unidos, que colocavam o grande perigo dessa ideologia soviética revestida de apelos nacionalistas e democráticos, numa clara demonstração que o mundo caminhava numa guerra silenciosa, porém perigosa das nações democráticas do ocidente contra os países satélites moscovitas.

Nessa perspectiva, o diagnóstico que o referido relatório fazia sobre a conjuntura brasileira, apontava os problemas estruturais da nossa formação econômica como responsáveis pela disseminação dos ideais comunistas, aliciando a classe trabalhadora a defender os seus propósitos, os considerando desta maneira como mera massa de manobra, não levando em conta que esses efeitos danosos eram fruto do próprio capitalismo que aqui se desenvolvia,

O desequilíbrio da situação econômica e a incompreensão dos políticos nos trabalhos partidários de orientação das classes tem sido os dois ângulos de maior amplitude, que conduzem os comunistas aos campos psicológicos das massas proletárias. Está plenamente confirmado que se deve ao pauperismo das camadas consideradas inferiores – fator preponderante do enfraquecimento da resistência ilegal -, o avanço continuado e pertinaz dos comunistas em todos os núcleos populares, onde praticamente não encontra a menor reação dado o clima de revolta ali reinante. Soma-se ainda, o interesse dos representantes intelectuais, na sua maioria considerável, aceitam o Partido como tábua de salvação, como um regime político melhor, de equilíbrio econômico das classes, ou alimentando ideais socialistas, na esperança de algum dia, ter nas mãos a direção do País.⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ Considerações em torno do Partido Comunista do Brasil na hora presente. Item 3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Relatório sem data.

⁴⁹⁶ Idem. item 5.

Desta maneira as manifestações legítimas da classe trabalhadora em lutar por melhores condições de trabalho e de sobrevivência são encarados como manifestações funestas patrocinadas pelos bolcheviques,

A eficácia deste trabalho bem planejado e executado, é conhecida daqueles que estão em contato direto com os inimigos número um do regime em que vivemos. O país acha-se abalado quase constantemente por graves cujas consequências funestas, solapam a economia e a confiança dos brasileiros nos poderes. Torna-se instável então pelos distúrbios ocasionados em sua força vital que é a economia e o povo, indiferente e às vezes descrente dos governantes, possibilita este caos público que serve de meio de cultura para novas investidas dos bolcheviques.⁴⁹⁷

Frente a essa constatação, o pensamento reinante das autoridades – que também ficou evidente nos relatórios da DOPS-SP, na Primeira Conferência de Polícia em 1951 e na atitude planificadora do CSN -, que somente uma boa política disciplinadora das atividades administrativa dos encarregados da “coisa pública”, conjugada a vontade das forças morais na planificação das atividades executivas, seria capaz de deter a força do Partido Comunista, que se nutre da miséria e da ignorância do povo, para conquistar novos adeptos da ideologia comunista.

Abandonadas, porém no setor político, como vivem as massas trabalhadoras, desorientadas em todos os círculos produtivos; enfraquecidas pelo regime de carência, resultante do aumento imoderado do custo de vida superior aos salários e sempre superior, mesmo se estes salários gozem de relativo aumento, constituem estas massas, campo aberto e sem resistência à ideologia comunista. Ao mesmo tempo em que uma força latente de grandes proporções, propícia até à concretização do ideal insurrecional, que, se desenvolve, já não mais com a lentidão por vezes sufocada ou desarticulada dos tempos idos, mas aceleradamente e sem encontrar obstáculos sérios que barrem a sua marcha para a frente em todos os setores da atividade profissional.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ Considerações em torno do Partido Comunista do Brasil na hora presente. Item 3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Relatório sem data, item 6.

⁴⁹⁸ Idem. item 8.

O que podemos deduzir destes julgamentos, em conjunturas diferentes, uma no período do governo de Getúlio Vargas e outra no decorrer do governo de JK, é que a responsabilidade pelo fracasso econômico e pelo aumento assustador do Partido Comunista no seio da classe trabalhadora se dava pela gestão desses governantes, que tinham como sustentação da política econômica, a aproximação com o operariado, pois, o pacto social herança do getulismo, somada, segundo eles, a uma demasiada abertura política (que como vimos era extremamente reacionária) enfraquecia os poderes do Estado levando-o a sua própria destruição.

A crítica ao governo JK não era somente das autoridades policiais, mas também de alguns setores das Forças Armadas que o consideravam um governo que favorecia o crescimento comunista nas instituições governamentais.

São vários os caminhos por aonde se conduzem as forças que se projetam, através de um plano pacientemente elaborado, a todos os setores da comunidade social brasileira, no presente momento. Na execução desse plano, todos os elementos são úteis, mesmo os que lhe são contrários ou que o desdenham. O PC sabe aproveitar e não desperdiçar forças e oportunidades. Até mesmo as forças organizadas da reação fornecem-lhe, muitas vezes, elementos proveitosos de que se utiliza para fazer jogo das circunstâncias ou o preparo psicológico das massas. A cobertura legal das suas atividades é facilmente construída, uma vasta frente de organização de toda a espécie, todas elas legalmente constituídas e constitucionalmente reconhecidas com base solidificada na estrutura democrática do regime político em que vivemos.⁴⁹⁹

Destarte, mesmo seguindo uma diretriz que favorecia a entrada do grande capital com o apoio da burguesia industrial e de um apoio condicional da ESG, o que se objetivava era uma maior centralização do Estado, eliminando de vez qualquer indício da herança política deixada por Vargas.

Não era somente o governo de JK o responsabilizado por essa situação crítica, mas o sistema partidário no país, que segundo eles legislava às cegas, colaborando eficazmente com a infiltração comunista nas suas hostes. Desse pensamento é a ideia motriz da falência do poder público, das instituições ditas

⁴⁹⁹ Considerações em torno do Partido Comunista do Brasil na hora presente. Item 3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Relatório sem data, item 12.

democráticas. Objetivaram-se desta maneira um saneamento de todas as forças organizadas do país, revelando a impossibilidade de conviver com liberdades democráticas.

A falta de politização ou de “espírito público” que deveria ser a bússola para a determinação da rota política de todos os Partidos Legais democráticos em essência, é que dá lugar a vulnerabilidade das instituições vitalizantes da democracia. Deste modo ela se expõe a penetração comunista, sanguessuga de suas energias que lhe enfraquece as bases, deixando-a de se defender ou reagir.⁵⁰⁰

[...] E ainda a incompreensão dos políticos que dá lugar a que os comunistas encontrem abrigo nas suas legendas partidárias, onde facilmente se elegem para postos legislativos, e sob a capa das imunidades passam a explorar todas as debilidades político-administrativas, ditando o programa do PC no Brasil visando as massas que não compreendem que seja política, muito menos, a ideologia de Lenin, Engels e Karl Marx. [...] ⁵⁰¹

Nessa crítica ao sistema partidário, o PTB era considerado o Partido mais nocivo daquela conjuntura, por abrigar na sua composição deputados pertencentes ao PCB, sem falar na herança deixada por Vargas, que o Partido estava assentado no movimento sindical. Desta maneira não era somente um problema ideológico – pois o PTB e o PCB para as autoridades eram sinônimos – mas o seu grande avanço na composição partidária ameaçava as estruturas do poder, que naquela conjuntura considerada como momento pré-revolucionário bolchevista, demonstrava a falência do sistema partidário em permitir tal configuração.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Considerações em torno do Partido Comunista do Brasil na hora presente. Item 3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Relatório sem data, item 16.

⁵⁰¹ Idem, item 17.

⁵⁰² [...] a taxa de identificação partidária antes do movimento militar de 1964 –, pode-se verificar que o desempenho do PTB era alentador. Em pesquisa realizada pelo Ibope junto a amostras de eleitores das oito principais capitais do país, o PTB liderava com uma taxa de 29%, contra 14% da UDN, 7% do PSD e 5% do PSP, o partido de Ademar de Barros. Somava-se a isso o fato de o PTB ser o partido com o qual se identificava a maior fatia do eleitorado dos grandes centros urbanos, dos quais se excetuava apenas a cidade de São Paulo, o que se devia às históricas disputas internas ocorridas nesse estado [...]. GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002.p.12

Por outro lado, os grandes partidos brasileiros aceitam em suas fileiras políticas cuja intenção é reconhecidamente extremista, trazendo um estado de caos dentro destes próprios partidos que representam a Democracia. O PTB, o mais novo é que reúne em maior percentagem estes verdadeiros agentes de Moscou fazendo que do Partido Trabalhista um porta-voz do PC. Assim, as ideias do PTB são comuns às do PCB, e a razão está clara. Deduzimos assim o trabalho bem realizado, pertinaz e, sobretudo, bem recompensado do Partido nas classes trabalhistas que nas horas presentes mina a Democracia Brasileira.⁵⁰³

A visão dos agentes da DPS sobre a conjuntura nacional e sobre o PCB o colocava com uma ameaça iminente de revolução armada e tomada do poder. E consideravam que toda a movimentação de caráter democrático estaria subordinada a essa estratégia do Partido.

Cogitar que a plataforma política do PTB era sinônima da plataforma política do PCB era mais um apelo ideológico de perseguir e reprimir as movimentações das classes trabalhadoras.

Naquela conjuntura de meados da década de 1950, o PCB abandonara suas estratégias de revolução para uma linha social democrata, na qual através das alianças políticas com setores progressistas da sociedade civil, alcançaria seus objetivos em médio prazo e que também estava perdendo terreno para o PTB e para os sindicatos. Então a tese de que o PCB estava apto há um golpe de Estado, não correspondia à realidade. Na verdade o que não era admissível, era a possibilidade de participação da classe trabalhadora nas decisões políticas nacionais, independentemente de sua filiação partidária.

Nessa perspectiva achamos conveniente contrapor essa leitura dos agentes da DPS (e também dos demais envolvidos, pois todo o sistema repressivo considerava essa leitura de supremacia e envolvimento do PCB nos movimentos que atentam contra o Estado) com a visão que o próprio Partido fazia de si mesmo e da conjuntura nacional e internacional.

É o caso das Teses do PCB distribuídas entre os membros da JCI, onde a preocupação da cúpula do executivo federal era entender os meandros do

⁵⁰³ Considerações em torno do Partido Comunista do Brasil na hora presente. Item 19. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados Pasta 15 D Pernambuco. Relatório sem data.

Partido, através das suas colocações sobre a situação nacional e internacional no contexto da Guerra Fria e os estatutos que regiam o seu funcionamento.

O interessante é notar que o Conselho de Segurança Nacional tinha conhecimento das limitações do Partido, de suas divergências internas e da sua estratégia de luta. Mas o discurso das autoridades aproveitava o mote do anticomunismo e do papel tutelar das Forças Armadas em salvar a nação do perigo comunista. Desta maneira a leitura que faziam da realidade era muito mais voltada aos preceitos da Guerra Fria que escamoteava o conservadorismo da política brasileira naquela conjuntura.

As Teses aqui analisadas foram apresentadas no V Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 06 de dezembro de 1960. O Congresso foi realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias vinte e nove de agosto a seis de setembro de 1960. As sessões foram levadas a efeito em instalações do Partido e na sede do jornal comunista, Novos Rumos, debaixo de severa vigilância segundo os censores infiltrados. A sessão de encerramento, entretanto, foi realizada pública e ostensivamente com apelos nacionalistas e forte campanha sobre a sucessão presidencial. Durante o V Congresso foi aprovado o documento intitulado *Teses para a Discussão e o Projeto de Estatutos*, ambos, desde algum tempo, largamente difundidos para os militantes, para estudos e debates preliminares. Aprovadas, as Teses passaram a constituir o novo Programa do PCB e o Estatuto entrou em vigor logo a seguir a sua aprovação. Durante a realização do Congresso, o PCB recebeu mensagens de apoio de diversos PC, destacando-se os da URSS, China Comunista, Argentina, Cuba, França e Itália, além da presença de representantes do Partido Comunista da Argentina, Chile e Uruguai.

O tom marcante das Teses tem como pano de fundo a crise eminente do sistema capitalista e da ascensão do socialismo como solução libertária da classe operária mundial. Consideravam o início da década de 1960 como a transição do Capitalismo ao Socialismo, cuja característica principal residia em que o socialismo ultrapassava os limites da União Soviética e se convertia em um sistema mundial poderoso e florescente, oposto ao sistema capitalista em

decadência. As tendências e as perspectivas da situação internacional são determinadas “pela competição entre esses dois sistemas sociais”.⁵⁰⁴

O otimismo era decorrente da visão que o sistema socialista estava abarcando 2/3 da população do globo, com superioridade sobre o capitalista e com um ritmo sem precedentes no desenvolvimento das forças que buscam a elevação contínua do nível de vida do trabalhador. Tal situação é apresentada como assegurada pelos êxitos das conquistas alcançadas pela URSS nos campos científicos, econômico e tecnológico, assim como pela China e demais países socialistas.⁵⁰⁵

Dentre as teses, a de número 7 do relatório sobre o PCB, analisava a situação latino-americana classificando-a como a “luta dos povos latino-americanos pela sua emancipação do domínio imperialista e por transformações democráticas” que atingiram um nível mais alto nos últimos anos, tornando-se cada vez mais difícil aos monopólios ianques converter a América Latina na retaguarda segura que almejam. Alegando que com o agravamento das contradições econômicas e políticas os imperialistas norte americanos intensificaram seus esforços para manter e acentuar seu domínio, mas em contrapartida, elevaram-se a consciência e a combatividade anti-imperialista das massas populares, avolumaram-se os movimentos contra o opressor ianque e aumentaram os choques entre a burguesia dos países latino-americanos e os monopolistas dos EUA,⁵⁰⁶

[...] o movimento operário reconquistou sua liberdade de organização, os PC alcançaram a legalidade e ampliam suas fileiras, aprofunda-se a consciência da necessidade de uma política exterior independente e acentua-se a tendência ao estabelecimento de relações comerciais, diplomáticas e culturais com os países socialistas.⁵⁰⁷

Segundo os relatores do estudo, o PCB em 1945, com a euforia da vitória das forças aliadas e em virtude de ter naquela época conquistado sua legalidade, traçara uma linha tática criticada internamente de “direitista”, preconizando uma

⁵⁰⁴ Relatório do Chefe do Sfici para o Chefe do Gabinete do Ministério de Viação e Obras. Teses para discussão do PCB. Dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960.04.01 vop II 7A2 p.1.

⁵⁰⁵ Idem

⁵⁰⁶ Idem, p. 4.

⁵⁰⁷ Idem.

“frente única” do proletariado com a “burguesia progressista”, um desenvolvimento pacífico da revolução, uma valorização das eleições: enfim, uma preocupação em torná-lo um “partido das massas”. Entretanto, sem uma elaboração de fórmulas para levar à prática essa linha, sucederam-se erros ou fracassos que foram atribuídos à existência de diretrizes estranhas ao proletariado, como a referência “à ordem e tranquilidade”. Essa recomendação visava assegurar a aliança com a burguesia progressista e, assim, a luta de classes estaria sendo amainada. Destarte, começou a formar-se uma corrente de oposição que alertava a entrada, para os quadros militantes, de ideias não proletárias, desarmando ideologicamente o Partido.

Coerente com a linha de então o PCB, para alarme dos oposicionistas, muitas vezes evitou a deflagração de greves, chegando mesmo a considerar algumas como provocação. Tal tática predominou até fins de 1948. Com o desencadeamento da guerra-fria e com a reação interna do Governo brasileiro que cassou o registro eleitoral e os mandatos dos parlamentares comunistas, surgiu nova tática, sectária, completamente diversa, totalmente “esquerdista”. Foram expressões dessa linha o Manifesto de 1948 e o de agosto de 1950.

Abandonando as atitudes favoráveis a alianças e frente-única, o PCB adotara o processo das “lutas altas e vigorosas, com reação”; da “revolução em curto prazo”; da “criação de organizações paralelas aos sindicatos”; ao “abandono das eleições”: enfim, uma posição acusada pela nova oposição, de “isolamento das massas”.⁵⁰⁸

Nessa época, a insubordinação interna dos militantes, adquiria sintomas sérios. Contrariando a linha política do Partido, estabeleceram-se, como no nordeste, em particular em Pernambuco, táticas locais e regionais que tiveram êxito em algumas partes com a valorização das eleições e a reestruturação de frentes-únicas. Em 1954, com a realização do IV Congresso, foi condenada tanto a linha “direitista” de 1945, como a “sectária” esquerdista, de 1950. O programa que segundo a direção do PCB, significava uma mudança radical, qualitativa, na

⁵⁰⁸ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfci para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 5.

linha política do Partido, condenava o chauvinismo-nacionalista e tendências nacionais reformistas.⁵⁰⁹

Para a direção do Partido o programa era um apelo às forças progressistas, democráticas, nacionais e libertadoras, para uma unidade de luta com o objetivo de liquidar a dominação americana e derrubar o governo Varguista, compostos de latifundiários e grandes capitalistas. Essa nova mudança da linha política trouxe novos ataques à direção do Partido com a formação de uma corrente que, na prática, foi pondo de lado o Programa de 1954, justificando-se como uma decorrência de uma imposição da realidade, contra a qual se chocava as indicações gerais então existentes. Passou a tornar-se evidente uma contradição entre a atividade e a participação legal dos comunistas na vida política de alguns Estados, de um lado, e, de outro, a utilização de métodos ilegais pelo Partido, que vivia, “desnecessariamente, nas catacumbas”.⁵¹⁰

A orientação política desse Programa foi considerada, pela corrente oposicionista, como causadora de erros graves que decorreram de sua unilateralidade; de uma falsa tese de estagnação da economia nacional; de um exagero negativista da realidade política brasileira o que levava ao desligamento do PCB de massa; do mandonismo e personalismo e das violações do centralismo-democrático. Desta maneira, em 1956, com a volta de Diógenes Arruda Câmara da URSS, iniciou-se dentro do PCB um processo contra o stalinismo e o mandonismo da cúpula dirigente que resistiu em defesa de seus interesses pessoais. Em 1957, agosto, a maioria dos membros do CC, liderada por Prestes, decidiu modificar a estrutura do Secretariado Nacional e do Presidium afastando seus membros acusados de dogmáticos, sectários e mandonistas, como o próprio Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas entre outros.

Consumada mais essa cisão, um novo grupo, constituído de novos líderes, que então se projetavam (Jacob Gorender, Mário Alves de Souza Vieira,

⁵⁰⁹ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfci para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 5.

⁵¹⁰ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfci para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 6.

Giocando Dias, Carlos Marighela), tratou de consolidar uma posição de destaque e por em ação uma hegemonia de fato. Reafirmando as tendências já esboçadas e apoiadas pelo novo grupo, em 1958 foi publicada a “Declaração de Março de 1958”. Por esse documento a direção do Partido apresentou a possibilidade do caminho pacífico da revolução brasileira, em virtude do desenvolvimento econômico, político e social do país, o que levou a maioria dos comunistas a acreditar na viabilidade de uma solução não violenta. A facção oposicionista viu nessa Declaração uma linha oportunista, não correspondendo aos interesses da classe proletária, pois define uma linha oportunista de direita, embelezando e exagerando a importância do capitalismo nacional, e na realidade, “esquecendo-se de que o imperialismo também participa desse processo”.⁵¹¹

Nesta perspectiva a estratégia representava a possibilidade do caminho pacífico da revolução que, entretanto exigia profundas modificações na estrutura econômica e política do país, que implicava em reações do capital norte-americano e das forças entreguistas. Isso exigia da classe operária e do Partido, ação e vigilância enérgicas a fim de revidar e derrotar as tentativas para deter a revolução, pois, em desespero de causa, as forças reacionárias poderiam recorrer à violência e, então, a revolução não teria outra possibilidade senão a de recorrer a uma solução pela luta armada.⁵¹²

Naquela conjuntura tanto internamente como no contexto latino americano, as discussões sobre as táticas de vencer o imperialismo norte americano e trilhar o caminho para a revolução comunista era apenas no campo ideológico, pois não havia consenso e nem tão pouco uma teoria que desse conta de entender e mobilizar as realidades peculiares para o inimigo comum: o capitalismo sob a égide norte americana.

A América Latina tem sua especificação política e social. Existe um Movimento Latino-Americano de Liberação, formado concretamente pelos Movimentos Nacionais de Libertação de cada uma das nações do

⁵¹¹ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfici para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 7.

⁵¹² Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfici para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 17.

continente, incipientes em uns casos, com experiência de poder em alguns, e dirigindo atualmente a nação em outros. A falta de uma teoria de libertação para toda a América, a ausência de uma linha política para o movimento latino-americano de libertação, extraída das experiências concretas de todos os movimentos do presente século, põem em evidência a debilidade dessa unidade de conjunto, incipiente e com graves desvios de esquerda com direção ao imperialismo. Só o exame atento da realidade americana pode mostrar uma linha comum e coordenar suficientemente a ação anti-imperialista de todos os países. Esse trabalho teórico (do PCB) não está feito - sob o ponto de vista marxista. O PCB não conseguiu sair do esquerdismo que caracteriza o problema - que faz das contradições externas a causa externa - de todos os PC americanos. O objetivo do imperialismo ianque, de dividir os movimentos de libertação afastá-los entre si e enfrentá-los ideologicamente, em cumprimento à prática do Departamento de Estado e da imprensa internacional, encontra colaboradores inconscientes no extremismo - sectário dos PC latino-americanos. A unidade da América é rompida pelo imperialismo e pelo sectarismo.⁵¹³

Destarte dessa visão heterogênea sobre os rumos do Partido Comunista latino-americano e suas realidades internas, a concretude esbarrava com o ideológico, ou em outras palavras o embate se dava entre o internacionalismo operário e os nacionalismos de classe, o arcaico e o moderno na economia capitalista, a junção do operariado e o campesinato na nova configuração da luta de classes e a experiência espetacular da revolução Cubana como exemplo de combate ao poderoso imperialismo norte americano. Assim nesse mosaico ideológico, onde o PCB está mais preocupado com a realidade brasileira do que com o internacionalismo soviético, o fim do relatório vislumbra quais caminhos percorrerá a orientação comunista no trato da Revolução Proletária nas Américas: A situação esdrúxula do PCB em relação aos demais PC da América Latina na recente Conferência de Moscou (novembro de 1960), como partidário da linha do PCUS, enquanto os demais se declaravam a favor da linha chinesa, é outro fator a considerar quanto às perspectivas de evolução do PCB. A disputa, entre Krushev e Mao Tse Tung, para a orientação e condução dos destinos do PCB ou

⁵¹³ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfci para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1 p. 25.

dos PC latino-americanos, será fator condicionante da situação da atual cúpula comunista brasileira.⁵¹⁴

Assim numa clara sintonia do Estado e de seus aparatos coercitivos, os objetivos percorridos por esse sistema repressivo era detonar as movimentações civis que pudessem por em risco a manutenção do status quo. A comunização de tais movimentos era a impossibilidade de um governo democrático nos moldes apregoados pela sociedade civil frente aos preceitos oriundos da constituição de 1946, da qual o Estado se apropriava do discurso democratizante para impor a sua práxis política repressiva, não considerando os outros como elementos formadores da organização social.

⁵¹⁴ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do Sfci para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1, página 45.

CAPÍTULO V –

A Junta Coordenadora de Informações: a centralização das informações sobre a Segurança Nacional no governo JK

A articulação do Sistema Nacional de Inteligência no Brasil, funcionando como um organismo para a tramitação de informações, visando o controle, a coerção e a coação de indivíduos e organizações em todo o país, completou-se com a criação, em 1959, de mais uma unidade com ramificações nacionais: a Junta Coordenadora de Informações (JCI).

À JCI coube definir a responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais, entre outros, e ficou vinculada ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). Na perspectiva de garantir maior autonomia à Agência Central de Informações, o SFICI foi, por sua vez, desagregado da Segunda Seção e vinculado diretamente a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN).⁵¹⁵

Essas mudanças evidenciaram a importância que o Sistema de Inteligência adquiriu naquele final da década de 1950, devido ao acirramento da Guerra Fria no mundo, cuja particularidade na América Latina se devia aos desdobramentos da Revolução Cubana, pela propagação de um ideário contra o imperialismo e pela possibilidade da implantação de algum tipo de governo popular.

Na especificidade brasileira, tal relevância respondia a uma necessidade de conter a mobilização social e promover a modernização do país, nos moldes autocratas que configuravam a dominação burguesa. A pressão norte-americana sobre os países latino-americanos, veio no sentido de garantir um alinhamento à sua política externa, incluindo-se aí o combate ao comunismo:

As políticas adotadas na América Latina e no Caribe no período da Guerra Fria se pautaram pela combinação de pressões econômicas em favor da promoção da abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro e combate aos regimes nacionalistas e de esquerda, que expressariam as escolhas “erradas” para lidar com os desafios do desenvolvimento.⁵¹⁶

⁵¹⁵ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN. Uma leitura da atuação dos Serviços Secreos brasileiros ao longo do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 51.

⁵¹⁶ AYERBE, Luís Fernando. *A revolução cubana*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 93.

O órgão que consolidou tal política no Brasil foi a Junta Coordenadora de Informações (JCI), daí a importância de entendermos seus princípios e o funcionamento de tal órgão, no Sistema de Informações. Para tanto, recorremos ao arquivo pessoal do Ministro da Viação e Obras Públicas, Ernani do Amaral Peixoto,⁵¹⁷ então Ministro do governo JK e membro da JCI.

A documentação a seguir nos revela o trâmite de informações que garantia à JCI planejar, coordenar e monitorar as ações das diversas instituições governamentais nos âmbitos federal, estaduais e municipais, através dos mesmos mecanismos já vigentes, ou seja, a tramitação de relatórios, boletins, informes sobre os mais variados assuntos considerados de interesse para a Segurança Nacional.

Tanto para as Delegacias de Polícia Política quanto para a Junta Coordenadora de Informações, o foco continuava o mesmo: conter o movimento operário e o Partido Comunista, objetivando impedir o crescimento e a divulgação de qualquer ideário a eles associado no seio da sociedade brasileira.

Partiam do pressuposto que o quilate do PCB não poderia ser medido apenas por sua militância política, que naquela conjuntura enfrentava divisões internas entre a direção do Partido e facções que a acusavam de revisionista e dogmática, mas, sim, pela sua enorme capacidade de infiltração nas diversas instâncias sociais.

Dessa maneira, o que assustava os membros da JCI e diretamente a cúpula do CSN era justamente a abertura democrática que, segundo eles, facilitava a infiltração comunista compensando as deficiências infraestruturais que o partido apresentava. Apesar da improbabilidade do PCB apresentar, naquela conjuntura, estrutura suficiente para organizar um golpe de Estado ou ter condições de desencadear um movimento de guerrilhas como acontecera em Cuba – até pela falta de armas –, a sua capacidade de sobrevivência e infiltração já era motivo suficiente para as autoridades proporem a aniquilação da organização.

⁵¹⁷ Foi um dos fundadores do PSD. Desde então se tornou a maior liderança da seção fluminense do PSD, que presidiu de 1951 a 1965, quando o partido foi extinto. Em 1945, elegeu-se Deputado Federal Constituinte. Em outubro de 1950 foi eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro. Embaixador brasileiro nos EUA entre 1956 e 1959; de volta ao Brasil foi designado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo no cargo até o início de 1961. O seu arquivo pessoal está localizado no CPDOC-FGV.

Destarte os estudos sobre a conjuntura nacional, sobre o movimento operário e camponês, sobre as resoluções do PCB, sobre os desdobramentos de ambas as Revoluções – Cubana e Chinesa, e ainda sobre todos os assuntos que pudessem elucidar a estratégia política do Partido Comunista no continente latino-americano e no Brasil –, a estratégia sistêmica do CSN refletia, através do controle da JCI, o conhecimento geral para o qual propiciava a elucidação das partes, e vice-versa.

Tal estratégia retomava, além dos indicativos elaborados pela Primeira Conferência das Polícias Políticas, de 1951, uma proposta elaborada pelo General Juarez Távora⁵¹⁸ e apresentada à ESG, em 1953. Naquela conjuntura ele propunha, em primeiro lugar, a implantação de um órgão capaz de centralizar o controle, o planejamento e as decisões sobre a segurança interna e a redução dos órgãos ligados aos altos escalões propiciando, assim, uma coordenação política, econômica e financeira, de bem-estar-social e em prol da defesa nacional, efetiva. Em outras palavras, a centralização dos negócios do Estado.

A criação de órgãos permanentes e especializados de planejamento, coordenação e controle administrativos, na presidência da república e nos grandes órgãos a ela diretamente subordinados, para que possam os mais elevados agentes da administração delinear, coerentemente, num quadro de conjunto, os objetivos globais de sua ação.⁵¹⁹

O aperfeiçoamento deste sistema perpassou toda a década de 1950, avançando mesmo aos primeiros anos de 1960. Ao longo destes anos foram criados tantos órgãos e apêndices vinculados ao CSN que, em 1961, aparecem novamente sugestões de racionalização do sistema – muito semelhantes às pronunciadas pelo General Juarez Távora em 1953 –, quando se deram as primeiras discussões sobre a necessidade de integração e articulação nacional dos órgãos de informações. Apenas lembrando, naquela época, o citado general, na qualidade de Secretário-Geral do CSN e ante as propostas de criação de novos órgãos como apêndices daquela instância, alertava para a

⁵¹⁸ Em setembro de 1952, o General Juarez Távora assumiu a direção da Escola Superior de Guerra, e se consagrou como um dos grandes teóricos do pensamento militar no Brasil.

⁵¹⁹ JT dpf 1952.09.06 Arquivo pessoal do general Juarez Távora. CPDOC-FGV.

burocratização excessiva da Administração Central dos Serviços de Informação e sobre o perigo de emanarem diretrizes conflitantes.

O risco apontado pelo General em 1953 parece ter se concretizado, pois em 1961 é enviada orientação para todos os membros da JCI – e para todos os Ministérios –, sobre a necessidade de racionalizar a burocracia do CSN. À JCI indica-se a elaboração de uma Diretriz Geral para o Planejamento da Segurança Interna.⁵²⁰ O primeiro item do documento que leva o mesmo nome, indicava sua finalidade.

Fixar as bases e a coordenação indispensável à realização do planejamento da Segurança Interna, tendo em vista a garantia das instituições nacionais e, em particular a manutenção da ordem pública (ações preventivas e repressivas).⁵²¹

No tópico referente a objetivos nacionais, novamente, o combate ao comunismo foi colocado como uma ação necessária à defesa das nações democráticas do Ocidente na manutenção do Estado, do território e da unidade econômica capitalista, tendo como perspectiva a hegemonia do Brasil no continente latino-americano.

Assegurar a inviolabilidade do território nacional; neutralizar a ação do comunismo no Brasil e, neste sentido, colaborar com as Nações do Bloco Democrático contra o expansionismo soviético; promover o fortalecimento do Pan-americanismo como forma de preservar as instituições do Continente e de reafirmar o prestígio internacional do País, em particular na América Latina; promover a realização econômica do país, mediante políticas de autossuficiência agropecuária e industrial capazes de harmonizar os interesses regionais; desenvolver o padrão socioeconômico do país, mediante a valorização do homem, suas condições de saúde e seu interesse pela educação e cultura.⁵²²

⁵²⁰ Documento “Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna”. Anexo ao Ofício da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) ao Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas. Correspondência Secreta entre o Secretário Geral do CSN e o Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em 02 /01/1961. Of. Secreto nº 2 – GEP/32/61. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop. II 12. Um esboço da referida diretriz havia sido encaminhada pelo Secretário-Geral do CSN aos demais participantes da JCI, em 29 de abril de 1960, para discussão e apresentação de propostas e retornava agora com as sugestões dos altos órgãos consultados.

⁵²¹ Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vo II 12A.

⁵²² Idem.

No tópico referente aos recursos para viabilizar um planejamento real e exequível, indicava-se que seria necessário contar com verbas já alocadas nos ministérios, departamentos governamentais, autarquias e sociedades de economia mista, sendo necessário colocá-las a serviço dos órgãos planejadores no âmbito federal, estadual e municipal. Seguindo as mesmas determinações de planejamento, os recursos complementares viriam de outros países, através de acordos internacionais existentes e futuros. Também a ordenação e a captação dos recursos seriam centralizadas no Governo Federal.

A coordenação para o planejamento e utilização desses recursos se processará: no âmbito federal por intermédio da Presidência da República e dos demais órgãos interessados; no âmbito estadual, de acordo com a organização político-administrativa de cada Estado, e tendo em vista sua integração na de âmbito federal. Inclui, como indispensável, a coordenação dos planejamentos de âmbito municipal.⁵²³

O plano diretor tinha que levar em conta os fatores antagônicos no decorrer do processo, para que houvesse uma equalização nos resultados. As pressões dominantes externas, segundo eles, advinham da divisão do mundo em dois blocos ideológicos: de um lado a pressão soviética de âmbito imperialista e doutrinário, de outro o bloco democrático, ou seja, o mundo capitalista.

Em relação às pressões dominantes internas, a diretriz considerava que a infiltração comunista no país era o mais grave, pois poderia levar a uma desorganização total do Estado – propiciando ao PCB um futuro controle político do país.

As pressões econômicas também eram dignas de nota, tanto no âmbito continental como no mundial: relativas ao fornecimento de matérias primas de que careciam as grandes potências; às limitações de importação dos elementos indispensáveis ao desenvolvimento econômico do país, particularmente à sua industrialização; à exportação dos produtos-chave para a obtenção de divisas.

Como se observa não se tratava, nesta lógica, de uma análise imparcial da correlação de forças internacionais e nem das condições para o desenvolvimento econômico. No primeiro caso, uma das pressões era reconhecida como legítima e

⁵²³ Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 12^a, página 2.

defensora da democracia. No segundo caso, revela-se claramente a opção por um desenvolvimento que mantinha o país fornecedor de matérias primas para os países centrais e facilitador da importação de produtos industrializados, exatamente como propunha no debate nacional sobre as alternativas de desenvolvimento e os adeptos da manutenção da abertura à importação e a continuidade da subordinação ao capital internacional.

Do ponto de vista da organização da sociedade civil, continuava o documento, sua fragilidade comprovava a necessidade da tutela e do controle, pois se mostravam deficientes: a organização jurídica, a organização político-administrativa, o baixo índice educacional e de saúde, o desequilibrado desenvolvimento socioeconômico das regiões do país. Todos estes tópicos influenciavam as práticas político-partidárias, tornando-as desvinculadas da realidade nacional – sem falar nos seus reflexos sobre os aspectos político-militares do país. Nesse rol também figuravam as pressões exercidas por grupos econômicos nacionais, ligados ou não a grupos, ou interesses, igualmente alcunhados de “alienígenas”.⁵²⁴ O documento não deixa claro que tipo de pressão teria que ser feita aos segmentos da burguesia, e nem quem os compunha.

A burguesia nacional que se desenvolvera sob a égide do Estado Novo, de acordo com a historiografia, estava dividida em duas tendências no concernente ao desenvolvimento nacional: uma ligada ao capital transnacional era considerada por seus opositores “entreguista”, e a outra, “nacionalista” e composta por empresários que demandavam partilhar das benesses concedidas aos grandes capitalistas nacionais e internacionais. Seus interesses se coadunaram, naquela conjuntura, com as propostas de intelectuais e militantes do Partido Comunista que advogavam por políticas que levassem à maior autonomia do país, no que concerne ao seu desenvolvimento.

A postura das Forças Armadas através da Escola Superior de Guerra seguiu a adotada pelo governo JK de promover o desenvolvimento com a entrada maciça de capital estrangeiro – principalmente capital norte-americano –, enquanto o debate seguia seu curso no interior da intelectualidade.

A burguesia “nacionalista” que foi alijada desse processo por não ter acesso aos capitais financeiros, compôs alianças no Congresso Nacional, tendo

⁵²⁴ Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 12^a, página 3.

apoio das mais variadas entidades de classe que vislumbravam que sua participação e controle sobre os destinos do país, poderiam favorecer um desenvolvimento nacional redistributivo e uma atitude reformista contra as estruturas agrárias arcaicas.

Assim, na verdade, a visão dualista da formação da burguesia se mostrou um equívoco, ao atribuir um caráter progressista à burguesia “nacionalista” que, no fundo, buscava participação política nesse intrincado jogo do poder, e era tão conservadora na defesa de suas demandas econômicas como a outra, pois para as “duas” a motivação maior era uma só: o acesso ao subsídio governamental para seus projetos de desenvolvimento privados.

As deficiências estruturais apresentadas pela proposta de reorganização do Sistema de Segurança, identificado como Diretriz, referiam-se, não apenas à autonomia das forças policiais em cada Estado, mas também aos grupos de poder regionais e locais cujas formas arcaicas de governar se colocavam como empecilhos àquela modernização conservadora, levando as Forças Armadas a pensar que o poder político nas mãos dos civis era a falência do Estado por carecerem de uma visão planejada e centralizada no que tangia à realização dos objetivos nacionais. Para os militares, como uma “varinha de condão”, o planejamento racional superaria todos os problemas nacionais, não levando em conta que os interesses antagônicos das classes eram irreconciliáveis.

Na verdade, esse posicionamento das Forças Armadas não era novo na burocracia estatal, pois, a partir dos anos 1930, no Brasil, observa-se o início de um processo gradativo de racionalização do trabalho em organismos públicos e privados com base, especialmente, nos preceitos do taylorismo.⁵²⁵ Por tudo isto era necessário modernizar a máquina do Estado mediante:

525 Esta forma de organização do trabalho teve a sua difusão comandada pelo empresariado paulista, exercendo forte efeito sobre o meio empresarial, o meio intelectual e a própria gestão burocrática do Estado brasileiro no período. Representantes da burguesia industrial paulista, entre as décadas de 1930 e 1960, levaram a cabo a missão de incorporar o que era saber constituído em torno da doutrina da “‘Organização Racional do Trabalho’”, com o propósito de formar uma força de trabalho adequada às bases da produção moderna e do capitalismo industrial. Para tanto, articularam-se, dentro e fora das organizações, políticos e intelectuais que contribuíram para a disseminação da ideologia da racionalização do trabalho”. REBECHI, Claudia Nociolini. *A gênese da atividade de comunicação em organizações brasileiras: um estudo a partir do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)*. V ABRAPCORP – Redes Sociais, comunicação, organizações. São Paulo, maio de 2011.

A reorganização, no âmbito federal, dos setores que atentem particularmente à: defesa militar, defesa civil, segurança pública, relações exteriores, economia, educação e saúde, de modo a permitir unidade de orientação, coordenação e execução. O incentivo da União, no sentido de que os Governos Estaduais e Municipais possam reorganizar-se de forma idêntica, observando as normas constitucionais e guardadas as devidas proporções.⁵²⁶

Observa-se, portanto, o quanto esta CSN, além de centralizar as informações sobre as atividades consideradas de segurança, intervinha nos governos eleitos pelo voto direto, pois todos, independentemente de suas posições político-partidárias, deveriam agir da mesma forma no concernente à coleta de informações sobre o que a população pensava e o que fazia, suas mobilizações, demandas, condições socioeconômicas etc..⁵²⁷ Ou, conforme consta do *Dicionário do Pensamento Marxista*, de Bottomore:

O desenvolvimento das forças produtivas e a centralização e concentração do capital, produzem um Estado que intervém na economia em favor dos monopólios, em parte por causa da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas cada vez mais socializadas, em parte devido à importância dos monopólios para o conjunto da economia, e em parte, finalmente, por força da necessidade que têm os monopólios da administração do ciclo econômico pelo Estado.⁵²⁸

Assim, desenvolvimento econômico capitalista e Segurança Nacional significavam, em última instância, o fortalecimento também das Forças Armadas. Conforme expressou o General Cordeiro de Farias:

⁵²⁶ Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 12ª, página 5.

⁵²⁷ A coleta de informações sobre todos estes quesitos era de responsabilidade de todos os agentes policiais em todas as delegacias de polícia do país. Os questionários que tais agentes respondiam, as informações que prestavam e que denota o controle sobre a sociedade civil, encontra-se exaustivamente detalhado na dissertação de mestrado de Luciana Feltrim. Cf. FELTRIN, Luciana da Conceição. *As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamentos e repressão política no estado de São Paulo, de 1954 a 1960*. 2012. 292f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

⁵²⁸ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 56.

[...] a segurança nacional repousa, antes de tudo, em uma organização adequada de governo, em que o planejamento seja a preocupação maior. Desse planejamento geral surgirá um incremento da economia, tomada ela no sentido mais amplo e de onde emergirá, final e naturalmente, uma organização sólida para as classes armadas.⁵²⁹

Para viabilizar tais propostas de fortalecimento do Estado através do desenvolvimento econômico e político, caberia ao Estado estimular a colaboração de todas as organizações estatais, paraestatais e particulares, na manutenção da Segurança Interna, a única capaz de neutralizar as forças adversas que ameaçavam a “paz social”.

Em síntese, o que este documento revela – ao reiterar a necessidade de um Plano Geral de Segurança Interna – é que a CSN abrangia todos os níveis de governo e que a JCI, como um de seus apêndices, produzia as normas a serem implantadas.

No âmbito federal, enfatizava-se a competência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de elaborar o Plano Federal de Segurança Pública, envolvendo organizações policiais (civis e militares). Para viabilizar tal plano, era necessário, além dos órgãos já criados e das medidas integradoras, formalizar convênios com os governos estaduais em colaboração com as Forças Armadas, estabelecendo ações preventivas e repressivas.

A definição de um Plano Geral de Guerra continuava a cargo do Estado-Maior das Forças Armadas, mantendo a segurança interna, enquanto enfatizava a necessidade dos Ministérios Militares consolidarem o planejamento da integração dos planos elaborados pelo EMFA e pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A grande novidade é que, nestas diretrizes, aparecem, pela primeira vez, indicativos ao Ministério da Educação e Cultura. A este caberia a responsabilidade de elaborar e implantar um plano educacional geral (equacionamento do ensino às necessidades do país), e definir estratégias de esclarecimento da opinião pública sobre a prática da democracia, assim como divulgar os objetivos nacionais e as políticas de combate aos opositores que

⁵²⁹ Artigo do General Cordeiro de Farias na *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. 3. n. 8. pp. 9-15 [Apud FERRAZ, 1997. Op. cit., p. 12. O artigo original é de 18 de Maio de 1949]

ameaçavam a democracia.⁵³⁰ Os demais ministérios estariam agregados a essa política geral colaborando uns com os outros na integração dos objetivos nacionais, com ênfase no combate às atividades extremistas.

Além do mais, a alta cúpula do poder Executivo defendia um desenvolvimento econômico e social baseado na integração com o capitalismo mundial, e no planejamento indicativo da ação econômica – pública e privada – em consonância com a ideia de planejamento estratégico definida na ESG.⁵³¹

5.1 O poder judiciário e a repressão

A contradição entre o que rezava a Constituição e as práticas repressivas ocorria no âmbito do judiciário também. Mesmo na forma autocrata como este atuava – dado que poucos tinham acesso à justiça no país – e de continuar restrito o direito à livre manifestação, era necessário respeitar os preceitos constitucionais.

O Sistema de Segurança exorbitava a lei na prática repressiva e, neste sentido, necessitava do apoio do judiciário. Mas, conforme os pronunciamentos dos dirigentes da JCI, isto nem sempre ocorria, manifestando-se aí certa tensão, principalmente decorrente do recrudescimento dos movimentos grevistas e das manifestações populares.

Frequentemente os dirigentes da JCI criticavam o apoio do Judiciário ao movimento grevista e apontavam como mais grave a vigência da Lei nº 9070, de 1946, que assegurava o direito de greve, “dando total cobertura aos comunistas”, o que respaldava o STF em decidir sobre a inconstitucionalidade dessas paralisações, quando o fazia.

Atender à Carta Magna exigia uma verdadeira maratona por parte dessas autoridades, pois a prática coercitiva não se restringia aos Departamentos de Polícia. A ideia de cerceamento social se mantinha em várias instituições governamentais, dado que, na essência, pouco havia mudado nas relações de poder neste interregno entre ditaduras.

⁵³⁰ Diretriz Geral para o planejamento da Segurança Interna. Arquivo pessoal do político Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 12^a, página 7.

⁵³¹ FERRAZ, 1997. Op. cit.

Em face às mobilizações sociais que revelavam os antagonismos inerentes a uma sociedade dividida em classes, coerentemente, a postura da dominação era a da repressão e punição.

Nessa perspectiva a violência institucional não se resumia à violência física, mas, sim, instituiu uma violência difusa, pela qual a “ordem” reproduzia os seus conflitos impregnados na *práxis* social,

[...] [com] as diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social [e] podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder – tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micro poder entre os grupos sociais – caracteriza a violência social contemporânea.⁵³²

Nessa dimensão de relações de poder, os conflitos internos da ordem jurídica *versus* a atividade policial parecem ser um bom exemplo dos limites à interpretação da lei, pois o embate sobre a censura prévia e a repressão às atividades de cunho social colocavam os Tribunais de Justiça e as Polícias Políticas em desalinho frente à validade da Constituição.

Isso ocorria devido à Constituição ditatorial (1937) – revogada há pouco tempo –, segundo a qual o rol de cerceamentos era total, e a nova, de 1946 com características liberais – mas que propiciava posicionamentos ambíguos frente à proibição e repressão às demandas sociais – que expressavam as lutas de classes.

A postura conservadora dos integrantes do Sistema de Segurança se manifestava exatamente aí: na solicitação de que a repressão se mantivesse respaldada na Constituição revogada. Ora as delegacias faziam pressão para a

⁵³² SANTOS, José Vicente Tavares dos. “O tema da violência na historiografia.” In *Sociologias*, n. 8. Porto Alegre/RS: s.n., Jul.-Dec. 2002. Texto integrante dos Anais do *XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM. [Apud VIEIRA, Vera Lucia]

quebra das garantias Constitucionais, baseadas nos preceitos da Constituição estadonovista, ora questionavam as determinações do Judiciário por entenderem que a nova Constituição suplantava a anterior, quando consideravam muito flexível a decisão judicial.

Tal conservadorismo não se manifestava apenas na cúpula policial, mas também entre os Ministérios, causando inclusive contradições entre as orientações, de que é um exemplo, o caso abaixo. Em princípio, eram as cúpulas das Polícias Políticas que demandavam ao governo central que obrigasse os tribunais de Justiça a manter o rigor ditatorial na censura ideológica, sob o argumento da facilitação ao fortalecimento do inimigo interno. Mas, no caso abaixo, era o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a exigir tal rigor, solicitando-lhes que impedissem a realização de um evento de apoio à libertação de presos políticos na Espanha e Portugal,⁵³³ que naquela conjuntura amargavam ditaduras sobre o comando de Salazar, em Portugal, e do General Franco, na Espanha. A “referida Conferência seria realizada na sede da União Brasileira de Escritores, instalada à Rua 24 de maio, nº 250/13º andar, em São Paulo”, nos dias 22, 23, 24 de janeiro de 1960.

Após externar a sua preocupação do ponto de vista da amizade entre os países, o MRE solicita providências ao SFICI e à JCI para o impedimento de tal evento.

Muito agradeceria, pois, as providências de V. Senhoria no sentido de serem frustradas as manifestações programadas, bem como qualquer ação futura da organização em apreço que possa comprometer as boas relações do Brasil com aqueles países amigos.⁵³⁴

A preocupação do referido chefe do Ministério das Relações Exteriores com a mencionada União Brasileira dos Escritores era a sua orientação comunista. Inúmeras vezes, dizia ele, esta organização criara atritos nas relações

⁵³³ Pasta do DEOPS-SP contendo vários documentos referentes à realização da Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Relatório Reservado. Correspondência reservada entre o Chefe do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores com o Chefe do SFICI membro da JCI. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-115, folha 500.

⁵³⁴ Idem, *ibidem*.

do Brasil com Portugal e Espanha, pretextando para isso a defesa de presos e refugiados políticos daqueles dois países.

Essa correspondência confidencial havia sido enviada em dezembro de 1959, pelo Chefe do Departamento Político e Cultural do MRE, ao Coronel Humberto Mello, Chefe do SFICI e membro da JCI. A partir dessa solicitação de proibição ao referido evento, foi iniciada uma enorme maratona jurídica sobre a legalidade do impedimento.

Primeiramente, o Ministro da Justiça solicitou, ao Governador do Estado de São Paulo, a proibição da referida Conferência baseado na orientação do CSN e do MRE.

Transmito a Vossa Excelência solicitando a adoção das providências que o caso requer, as inclusas cópias do Ofício Confidencial 165, de 17 do corrente, do Conselho de Segurança Nacional e do Aviso DPC/DPo/601.35(84), do departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, a respeito da “Conferência Sul-americana Pró-anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”.⁵³⁵

O delegado da DOPS-SP também recebeu o mesmo ofício e respondeu ao Ministério da Justiça alertando que a proibição era um desrespeito à cláusula Constitucional. Em seu argumento ficam claros os parâmetros da intervenção proibitiva às mobilizações, assim como a extensão do controle à sociedade.

[...] O que se deseja, contudo, nessa conferência é anistiar presos políticos de Espanha e Portugal. Ora se tudo se fizer dentro da ordem e da lei, quer nos parecer que se trata de um direito dos que assim pensam, pois que do pensamento à ação há grande diferença, mesmo levando em conta nossas salutaras relações diplomáticas com os aludidos países.

[...] esta autoridade, até o presente momento, desconhece o temário dos trabalhos, bem assim quais as pessoas que irão pronunciar ditas conferências, ignorando, portanto, seus reais objetivos e as atividades que, ilícitas, possam contrariar a ordem pública e social porque nocivas e perigosas à segurança do Estado;

[...] há muito vem sendo acompanhadas e fiscalizadas, veladamente, por esta Delegacia Especializada, tanto isso é certo que todas as atividades foram anotadas através dos relatórios nºs 558/58, de 06 de junho; 023/59, de 19 de janeiro do corrente ano; 171/59, de 12 de abril de 1959; 213/59,

⁵³⁵ Correspondência entre o Ministro da Justiça e Negócios do Interior Armando Falcão e o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Carvalho Pinto, em 18 de dezembro de 1959, sobre a Conferência Sul-Americana pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-115, folha 503.

de 27 de abril de 1959; invest. 018/59, de 17 de abril de 1959; 042/59, de 11 de novembro p. findo e outros relatórios e investigações aqui arquivados.

[...] mas para que o direito de proibição caiba, é preciso que a autoridade tenha provas de que se vai fazer propaganda de guerra de processos violentos para se subverter a ordem pública ou social. Se não os tem, comete crime a polícia, o crime de vedar a livre manifestação do pensamento.⁵³⁶

Portanto, a alegação do citado delegado era a de que eles vinham observando há algum tempo, veladamente, as atividades do grupo que pretendia fazer a Conferência e não encontrara, até aquele momento, nada que indicasse que iriam “fazer propaganda de guerra de processos violentos para subverter a ordem pública ou social”.

O processo investigativo tivera início em junho de 1959, quando a Comissão Paulista Pró-Anistia aos Presos Políticos da Espanha e Portugal fora à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo apresentar ao seu Presidente, uma moção de solidariedade ao povo daqueles países, assinada por inúmeros deputados. Solicitavam que a Assembleia intercedesse junto ao Presidente da República, para que este fizesse gestões, através de seu Ministério das Relações Exteriores, em prol da anistia aos presos políticos encarcerados⁵³⁷ desde as ditaduras de Franco e de Salazar.

O pedido de investigação encaminhado a DOPS-SP se respaldava no Decreto 383/38, art.2º, que dispunha sobre os estrangeiros fixados no território nacional. Tal decreto rezava e pessoas residentes no país em caráter temporário não podiam exercer atividade de natureza política. A polêmica que agitava os magistrados e outros Ministérios dizia respeito à validade do Decreto de 1938, se ficara ou não revogado pela Constituição em vigor, a de 1946.

Encaminhado ao Ministério da Justiça, os argumentos que acompanhavam a solicitação passaram por várias instâncias graduadas do Judiciário, caindo nas mãos do próprio Ministro para deliberação final.

⁵³⁶ Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-115, folha 495.

⁵³⁷ Relatório da Subchefia de Ordem Política ao Delegado Titular de Ordem Política. Investigação nº 22 referente à Comissão Paulista Pró-Anistia aos Presos Políticos da Espanha e Portugal. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115, folha 499.

Este optou pela proibição do evento baseado na lei de 1937,⁵³⁸ acatando o parecer de um dos consultores jurídicos. Quanto aos participantes brasileiros alegava-se que a liberdade de reunião pressupunha fins lícitos, e, segundo ele, a Conferência não os tinha,

Senhor Ministro, a Embaixada de Espanha protesta junto ao nosso governo contra a realização dessa Conferência, que reputa prejudicial ao decoro daquela nação amiga, visando a dar ao mundo uma falsa posição da realidade penal espanhola. É iniludível o caráter político da Conferência que versa sobre a situação de presos políticos e procura influir na orientação de governo estrangeiro. Duas são as hipóteses que se pode fazer sobre a realização dessa Conferência: ou ela é promovida por estrangeiros, ou por brasileiros. Se for por estrangeiros, trata-se de atividade proibida pelo decreto lei n. 383, de 18-4-1938, que dispõe que os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política. Incumbe à polícia paulista advertir os estrangeiros que estejam envolvidos na realização da Conferência, e, caso persistam em seus propósitos, comunicar ao Governo Federal, para instauração do processo de expulsão contra os recalcitrantes. Se a Conferência é iniciativa de brasileiros, não os ampara o direito de reunião, consagrado pelo art. 141, parágrafo 11,⁵³⁹ da Constituição Federal, por falta de objeto lícito. [...] a garantia constitucional de reunião não impede o governo de obstar a realização de uma Conferência que importa em desconsideração para com país com quem mantemos relações diplomáticas. Sendo a reunião contrária ao direito internacional, sua finalidade é ilícita e, por isso, não protegida pela Lei Magna. Opino, pois. No sentido de que se proíba a realização da Conferência, comunicando-se a proibição ao Governo de São Paulo e ao Itamarati, para que negue o visto, no estrangeiro, aos que pretendem dela participar. RJ, 12 de janeiro de 1960.⁵⁴⁰

⁵³⁸ Em enquadramento similar e a solicitação do MJNI a DOPS-SP pedindo providências para proibição da circulação de jornal do Movimento Pro Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal, o delegado também se pronuncia a favor da circulação uma vez que o conteúdo do jornal não atentava contra a segurança nacional, e que eles tinham garantia constitucional de liberdade de expressão. Correspondência do MJNI para o Delegado Adjunto à Ordem Social Luís Antonio Monte Alegre em nove de novembro de 1959. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folha 498.

⁵³⁹ Art. 141- A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 11 - Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

⁵⁴⁰ Correspondência do Consultor jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Ministro Armando Falcão sobre a realização da Conferência Sul Americana Pró Anistia dos presos políticos de Espanha e Portugal, 12 de janeiro de 1960. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folha 490 a 487.

Mas o Procurador Geral do Estado de São Paulo era a favor da realização, pois se não houvesse desrespeito à ordem pública:

[...] não poderá a Polícia interferir e impedir a Conferência, não obstante, contrariem pontos de vista do governo ou do povo. Sua função terá de ser meramente preventiva, evitando degenerar em tumulto ou em perturbação da ordem, casos em que agirá com todo o rigor. [...] não nos parece, de outro lado, procedente, a invocação dos dispositivos do decreto-lei federal n. 383, de 1938, com o intuito de se impedirem a estrangeiros, atividades políticas, por isso que inexistem, na Constituição Federal, restrições à livre manifestação do pensamento por tais cidadãos, devendo considerar-se aludido diploma legal vigente apenas no regime anterior a 1947, que foi, por este, revogado.⁵⁴¹

Considerado que os intentos eram marcadamente comunistas e atentatórios à segurança do país, conforme decisão do Ministério das Relações Exteriores em 20 de dezembro de 1959, o Ministro da Justiça Armando Falcão, por determinação do CSN, solicitou ao Governo do Estado de São Paulo a adoção de providências para impedir a Conferência.⁵⁴²

Essa determinação teve grande repercussão, uma vez que, através da imprensa falada, escrita e televisiva, os promotores protestaram veementemente contra essa decisão governamental, e apenas após a interferência direta do ex-embaixador do Brasil, Dr. Álvaro Lins, junto ao Governo Português, o executivo federal reconsiderou a decisão de proibição.⁵⁴³

Após essa maratona jurídica, no dia 22 de Janeiro de 1960, data marcada para o referido Congresso, o Ministro da Justiça enviou telegrama ao Governador Carvalho Pinto cancelando a proibição:

⁵⁴¹ Correspondência do Procurador Geral do Estado ao Governador do Estado de São Paulo, sobre o impedimento da Conferência Sul Americana Pró Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal, 18 de janeiro de 1960. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folha 485 a 483.

⁵⁴² Correspondência do Ministro da Justiça e Negócios Interiores Armando Falcão para o Governador do Estado de São Paulo, determinando o impedimento da Conferência Sul Americana Pró Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal, 20 de janeiro de 1960. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folha 480 a 482.

⁵⁴³ Relatório enviado do Delegado Adjunto à Ordem Política ao Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Política em 26 de janeiro de 1960, sobre a realização da Conferência Sul Americana Pró- Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folhas 470 e 469.

Considerando termos ofício acabo receber senhor Ministro Relações Exteriores, tenho honra comunicar V.Exa. resolvi cancelar proibição realização Conferência Sul Americana Pró Anistia Presos Políticos e Exilados Espanha Portugal.⁵⁴⁴

Assim, um mero evento de uma instituição devidamente reconhecida, pôs a nu a falta de consenso entre as autoridades sobre a efetivação da vigência da Constituição liberal de 1946, no país.

A dita Conferência aconteceu com um dia de atraso, em 23 de Janeiro de 1960, embora devidamente vigiada, conforme atesta o relatório do agente infiltrado,

Inicialmente, discursou o Dr. Álvaro Lins, elogiando o Doutor Presidente da República por haver sustado a proibição, que impedia a Conferência e, posteriormente, atacou violentamente o regime português e espanhol, taxando-o de “uma ditadura desumana”, uma vez que os presos políticos são julgados por tribunais de Exceção. Em seguida, falaram um representante de cada Delegação: Argentina. Uruguai, Chile, Espanha e Portugal.⁵⁴⁵

O relatório apontou o nome de todos os participantes, as suas falas, o material de discussão das comissões, etc., mas nos legou também a denúncia da similaridade das coerções nos tempos liberais, fossem europeus ou latino americanos, com práticas idênticas de repressão política. Daí a ênfase, na Conferência, nas reivindicações de anistia política.

Assim, para estas autoridades as “liberdades garantidas pela constituição”, só podiam ser aceitas sob controle, pois a infiltração de agentes respondia à diretriz de expurgar os focos bolchevistas e, neste sentido, reivindicações de caráter liberal e com aspectos nacionalistas, eram suspeitas de tal subversão, ou

⁵⁴⁴ Telegrama RIO-DF, nº 3403 Pls. 45, do Ministro da Justiça Armando Falcão ao governador Carvalho Pinto cancelando proibição da Conferência Sul Americana Pró- Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal, 22 de Janeiro de 1960. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folha 471.

⁵⁴⁵ Relatório enviado do Delegado Adjunto à Ordem Política ao Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Política em 26 de janeiro de 1960, sobre a realização da Conferência Sul Americana Pró- Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Relatório Reservado Dossiê DEOPS-SP. 50-Z-745-115 folhas 470 e 469. O delegado ainda enviou todo o material vinculado na Conferência, mas esse não se encontrava no acervo, junto aos aqui apresentados.

seja, as garantias constitucionais eram um entrave para muito de seus projetos de cerceamento à sociedade civil.

A associação que as autoridades do Estado faziam do nacionalismo com subversão advinha de sua leitura das propostas que o PCB fizera ao governo de JK. Segundo um relatório da JCI, o PCB considerava aquele governo heterogêneo, “com um setor nacionalista burguês ao lado de outro entreguista e que, apesar de alguns aspectos anti-imperialistas e democráticos, realizava uma política conciliadora com graves concessões ao imperialismo”.

Diante desse quadro, o caminho para a conquista de um governo nacionalista e democrático seria marcado, segundo o PCB, pelos seguintes fatores: “pressão pacífica das massas, dentro e fora do parlamento, apoiando a corrente nacionalista e afastando os entreguistas substituindo-os por elementos nacionalistas; pela vitória de candidatos nacionalistas e democráticos nas eleições; pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das Forças Armadas e do governo, para impor e restabelecer a legalidade democrática se esta for ameaçada por entreguistas ou golpistas”.⁵⁴⁶

Assim, para além do embate ideológico, a perspectiva era a da defesa dos interesses econômicos na ordem capitalista, daí incluírem as plataformas nacionalistas na esfera do “perigo comunista”.

Para solucionar o problema a JCI propunha mudanças nos procedimentos legais, nos moldes ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, no trato de assuntos que iam, desde a concessão de passaporte para estrangeiros, até reuniões estudantis, conforme se observa em sua agenda de reunião de oito de setembro de 1960.

1- Estudo da parte final do “Parecer” do Assistente Técnico da SSN/MJ sobre o problema do fornecimento de passaportes, ou visto de saída – para impedir o comparecimento de pessoas ou delegações a conclaves ou visitas a países do “Bloco Comunista”. O referido “Parecer” encara a possibilidade de “caso a referida Junta julgue oportuno a adoção de medidas legais a respeito, parece conveniente seja o assunto objeto do expediente dirigido ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores”. **2-** Aos membros da JCI foi pedida uma lista de casos concretos conhecidos e

⁵⁴⁶Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do SFICI para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1, p. 7.

referentes aos desacertos entre os diferentes membros do governo. **3-** Foi pedido ao Representante do EMFA que apresentasse um estudo tendo em vista a possibilidade da JCI, através de seus diferentes membros, cobrar a decisão que deve ser tomada pelas autoridades conseqüentes de uma informação ou de um Estudo de Informação, bem como de fiscalização da execução das medidas tomadas por aquelas autoridades. **4-** Conhecimento, por parte da JCI, do documento elaborado pelo SFICI sobre atividade da UNE, conforme deliberado na 12ª reunião (já enviado aos representantes da JCI, pelo SFICI).⁵⁴⁷ **5-** Inclusão nas “Atas” dos motivos do não comparecimento dos membros às sessões. **6-** Leitura do documento sobre Greves⁵⁴⁸ elaborado pelo SFICI, conforme deliberado na 12ª reunião.⁵⁴⁹

Além da postura conservadora, tendente sempre a proceder conforme os preceitos do período ditatorial, observa-se, volta e meia, naquele início da década de 1960, observações sobre a aproximação do governo com sindicalistas, agregando-se isto aos outros três critérios que norteavam o controle sobre sociedade em geral: indícios de ideias ou praticas comunistas; o controle dos trabalhadores e a necessidade de se melhorar a condição sócio econômica dos excluídos, reconhecida esta como campo fértil para a subversão, conforme se observa na ata da reunião da cúpula do SFICI e a da JCI que geraram documento encaminhado ao Ministério da Justiça.

O encaminhamento dessa agenda de 26 de setembro de 1960 foi feito pelo Coronel Chefe do SFICI e assessor do Presidente da JCI, ao Chefe de Gabinete do MV e membro da JCI, sobre as deliberações da 14ª sessão:

Conforme ficou deliberado na 14ª Sessão da JCI, envio a V.S. cópias da Agenda e ao parecer do Assistente Técnico da SSN/MJ. [...] **2.4** – que o representante do Ministério de Educação e Cultura fizesse um relato sobre as observações colhidas por ocasião das Conferências e Pesquisas feitas nas Universidades que percorreu; **2.5** – que foi solicitado a todos os membros da JCI discutissem, na próxima reunião, a quem caberia à confecção do “Plano” proposto pelo representante do MTIC que visasse: o prestígio, por parte do Governo, das forças anticomunistas do meio sindical; a união destas forças de modo a representarem uma barreira à

⁵⁴⁷ Ainda nesse capítulo veremos o relatório enviado pelo SFICI aos membros da JCI sobre as atividades da UNE.

⁵⁴⁸ Idem sobre estudo das Greves.

⁵⁴⁹ Agenda da reunião da JCI de oito de setembro 1960, com ênfase no estudo sobre impedimento de delegações irem a países comunistas. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 18A2.

infiltração comunista; melhoria do Bem-Estar-Social; que a SG/CSN elaborasse um “Estudo” visando o restabelecimento do “Atestado de ideologia” para ser membro de Diretoria de Sindicato, Federação e Confederação, tendo em vista combater a infiltração comunista nestas entidades.⁵⁵⁰

A articulação autocrata do Estado se manifestava aqui mais uma vez, pois o Ministério da Justiça, ante tal solicitação, passou a estudar as possibilidades de atender às solicitações da JCI visando, inclusive, propor alterações na Constituição. No caso em tela, tratava-se de encontrar um meio legal de impedir a entrada de pessoas de determinados países no Brasil, mas, como veremos, tais propostas não se restringiam a isto.

Senhor Diretor, a JCI, em sessão de 26 de fevereiro do corrente ano, recomendou fosse estudada a forma legal de recusa ao fornecimento do passaporte ou visto de saída, para impedir o comparecimento de pessoas ou delegações aos conclaves julgados perniciosos, devendo, para tal, ser feita consulta ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu representante no mesmo órgão. Examinando, de ordem, o assunto em referência, em face dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes à matéria, e de se concluir, à vista dos preceitos firmados nos parágrafos 2º e 23 do art. 141 e no art. 142 da Constituição, e do disposto nos decretos nºs. 3.345, 6.483 e 21.106, de 30-11-38, 5-11-40 e 10-5-46, respectivamente, que regulam a expedição de passaportes, que a hipótese aventada não se encontra prevista na legislação em vigor, e, assim a referida Junta julgue oportuno à adoção de medidas legais a respeito, parece-me conveniente seja o assunto objeto do expediente dirigido ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores. SSN, 17/08/1960.⁵⁵¹

5.2 Atestados ideológicos

Nesta mesma lógica de retrocesso ao Estado de Direito, encontrava-se a solicitação de exigência de atestado ideológico para o registro de candidatos para cargos em sindicatos. O interesse da JCI, no ressurgimento do atestado

⁵⁵⁰Correspondência entre o Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete do Ministério de Viação e Obras Públicas. Of. nº 107 – JCI/60. Deliberação da 14ª Sessão da JCI. 26 de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 18 página 1

⁵⁵¹Correspondência entre o Assistente Técnico do Ministério da Justiça e o diretor da JCI em agosto de 1960, referente a estudo sobre possível impedimento de delegações a países comunistas. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 18ª.

ideológico, se dava na medida em que o movimento operário e camponês estava em franco desenvolvimento, onde a liderança do PCB poderia colocar em risco as estratégias do governo para conter tais movimentações. A proposta era dar, a um dos artigos da CLT, uma interpretação que possibilitasse tal cerceamento. Tratava-se da alínea “a” do art. 530 que instituía:

Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional: **a)** os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou com os interesses da nação.⁵⁵²

Constatavam com tal pedido, o que as DOPS estaduais já alardeavam desde o começo da década de 1950, o medo da infiltração comunista, reconheciam inclusive que a postura do PCB não era mais a de lutar por uma revolução armada no país, mas sim tomar o poder pelas vias legais,⁵⁵³ daí a necessidade de se retornar, dizia a JCI, o atestado ideológico como mais um meio de controle sobre os trabalhadores.

Como bem ressaltou o informe do SFICI de dois de setembro do corrente ano, sobre a “Síntese da situação do Comunismo no Brasil”, o perigo comunista não reside mais, hoje em dia, na revolução armada, mas sim, na infiltração. O propósito é minar os governos e as instituições. Para essa infiltração, os comunistas estão usando, cada vez mais, além da Fração (que visa dominar uma organização de massas), a tática das Frentes que é uma organização constituída de membros não comunistas em sua maioria, porém, dirigidas por uma minoria comunista atuante.⁵⁵⁴

⁵⁵² Consolidação das Leis do Trabalho, art. 530.

⁵⁵³ De fato, desde o início da década de 1950, os planos do Partido passaram a visar, não mais o assalto ao poder pela revolução armada, mas a conquista das entidades representativas do povo, tais como partidos políticos e as associações sindicais, estudantis e culturais, a fim de ser constituída a Frente Democrática de Libertação Nacional. Conforme Anita Leocádia Prestes, “Há que lembrar que, a partir de 1948 e, em particular, a partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB havia abandonado a política anterior de alianças com a chamada burguesia nacional e adotado uma tática de cunho “esquerdizante”, que prognosticava, inclusive, a derrubada do governo através da luta armada, embora a concepção estratégica da revolução em duas etapas fosse sempre mantida pelo Partido, desde os anos 20. Segundo tal estratégia, seria necessária uma primeira etapa – a da revolução agrária e anti-imperialista –, que deveria propiciar um desenvolvimento capitalista autônomo, para, numa segunda etapa, ter como objetivo a conquista do socialismo”. PRESTES, Anita Leocádia. Sobre os 50 anos da “Declaração de Março de 1958” do PCB. Disponível em <http://www.cecac.org.br/>, acessado 15/02/2012.

⁵⁵⁴ Relatório sobre Atestado de Ideologia, enviado pelo SFICI ao MV e JCI. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 1A.

Para justificar a obrigatoriedade de tal atestado, nada melhor do que comparar tal prática com a dos norte-americanos, considerados o exemplo de “democracia”,

Vale registrar, outrossim, que a Lei Taft-Hartley, que regula a vida sindical norte-americana, exige, igualmente, como condição para a investidura em cargo de direção sindical, o juramento de não ser o investido adepto do comunismo. E ainda recentemente, ao decidir litígio suscitado por uma organização sindical filiado a CIO (Congresso das Organizações Industriais), proclamou a Corte Suprema dos Estados Unidos da América a constitucionalidade da referida exigência da lei sindical de 1947.⁵⁵⁵

A opinião pública seria fundamental para o endosso das novas medidas repressivas a serem tomadas pelo executivo. O consenso entre os donos do poder, os segmentos dominantes da burguesia, por eles denominados “elites esclarecidas” era o motor primordial no apoio à repressão, na medida em que essas ações reacionárias iriam ferir a Constituição e o Estado de Direito,

Consequência deste fato é a necessidade de um esclarecimento continuado, permanente da opinião pública que deve ser alertada para a hora difícil em que vive o mundo [...]. Esta obra deverá ser das elites esclarecidas e, antes de tudo, das que tem por missão plasmar o caráter e formar a cultura da nossa mocidade, [...] todos os instrumentos que tanta e tamanha força representam nos dias que ocorrem.⁵⁵⁶

Assim completava-se o referido “Plano” coordenado pela JCI, o qual visava fundamentalmente retornar a intervenção nos sindicatos, impedir seus contatos com entidades internacionais semelhantes, processando, baseados na legislação, os responsáveis por tais atos.

Que os membros da JCI cooperassem na coleta das provas materiais necessárias ao estabelecimento de processos dos Sindicatos que toma parte em conclaves internacionais, contra a legislação em vigor, e as enviasse ao SFICI para que este órgão as remetesse, posteriormente, ao representante do MTIC, na JCI, que seria o encarregado da ação

⁵⁵⁵ Relatório sobre Atestado de Ideologia, enviado pelo SFICI ao MV e JCI. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 1A.

⁵⁵⁶ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra, *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, ESG, Divisão de documentação, v.3, nº7, 1986 pp. 09-23 Apud FERRAZ, 1994, p. 26.

processual. Que foi designado o representante do MTIC, na JCI, para elaborar, com a cooperação dos representantes do Ministério da Viação e do Estado Maior da Armada, o “Plano de União das Forças Anticomunistas dos Sindicatos e prestígio das mesmas pelos órgãos do Governo”.⁵⁵⁷

A preocupação sempre presente com o movimento operário e consequentemente com a atuação das lideranças sindicais, se dava pelo crescimento das lutas operárias, às voltas com o aumento da exploração, naquele contexto de modernização conservadora do capitalismo.

Os incontáveis relatórios (estudos) elaborados pelos técnicos das Seções de Segurança dos ministérios civis e mais, o grande fluxo de informações advindas das polícias políticas locais de todo o país, teciam um quadro, tanto do perigo operário ou camponês, quanto da visão ideológica do Partido Comunista e de suas futuras ações políticas.

O relatório sobre o PCB citava, além de suas mudanças nas estratégias e táticas em relação à questão da revolução, as lutas na Venezuela, na Colômbia e em Cuba, que culminaram em movimentos insurrecionais de caráter popular que puseram fim a “sangrentas ditaduras serviçais dos EUA”.⁵⁵⁸ Apontava ainda a “Revolução de Cuba” como poderosamente influente nas lutas de libertação nacionais dos países latino-americanos, capaz de suscitar um amplo movimento de solidariedade em todo o continente, demonstrando que vários dos objetivos táticos do Movimento Comunista Mundial foram lançados na América Latina.

Como bem observou Reznik, “o interesse pelos vizinhos sul-americanos não era pequeno, especialmente os do Cone Sul, de onde se temia a maior circulação de subversivos, mormente pelo desenvolvimento do movimento comunista nestes países”.⁵⁵⁹

⁵⁵⁷ Agenda da reunião da JCI de nove de novembro de 1960, enviada pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete do MV com ênfase sobre a infiltração comunista nos sindicatos. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 1.

⁵⁵⁸ Relatório do Chefe do SFICI para o Chefe do Gabinete do Ministério de Viação e Obras. Teses para discussão do PCB. Dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960.04.01 vop II 7A2 página 4.

⁵⁵⁹ Ainda conforme esse autor: Em março de 1948, o Diretor Geral de Investigações, do Chile, Luís Brun D’Avoglio, envia correspondência ao Chefe de Polícia da DFSP, Antonio José de Lima Câmara, propondo a criação de uma Oficina De Coordenação Policial Panamericana (OCP), cuja função era ser uma espécie de escritório centralizador das fichas de identificação “de todos os agitadores” que se encontrasse em cada país filiado. [...] esta medida teria sido uma resolução da Conferência de Chapultepec, que estabeleceu que os governos das Repúblicas participantes

5.3 Movimento grevista

Para os membros da JCI o movimento grevista que naquela conjuntura se espalhava por quase todos os estados da federação⁵⁶⁰ obedeciam a um planejamento que visava fortalecer o poder político da classe operária pela união, em uma entidade única de todo o sistema sindical brasileiro:

Os movimentos grevistas não terão mais, no Brasil, o simples significado de desajustamentos entre pequena parte da sociedade brasileira, restringindo-se ao seu campo puramente local e específico. As greves serão aproveitadas como o maior veículo da consecução de reivindicações, consideradas indispensáveis à projeção da classe dos trabalhadores, e servirão como elemento estimulador da associação sindical, toda a vez que for vitoriosa, para conduzir a classe a uma unidade.⁵⁶¹

A grande preocupação era o encadeamento de tais movimentos que seguiam, segundo eles, uma técnica satisfatória de ligações e instruções, em que despontaram as delegações e agentes, particularmente extremistas, com grande mobilidade de ação, sem falar que “dia a dia, surgem conferências, congressos, etc., que tem visado o equacionamento de verdadeiros programas para as várias categorias profissionais”.⁵⁶²

Para a cúpula da JCI o próprio governo tinha prestigiado tais conchaves sem se aperceber que eles, à guisa de tratarem de problemas de equilíbrio social, procuravam, de fato, o estabelecimento de etapas para produzir agitação, visando suas reivindicações, “nem sempre justas e oportunas”.

Destarte a Constituição era sempre posta em segundo plano, como uma deficiência a ser vencida, na medida em que “não dava sustentação” à repressão

continuassem aplicando medidas técnicas de coordenação policial e as recomendações do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política. [...] REZNIK, Opus cit. Página 153.

⁵⁶⁰ O Estudo dos “Movimentos Grevistas” apresentado aos membros da JCI apontavam greves nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o nascente movimento sindical em Brasília. Documento Secreto: Político-Social - Estudo “Movimentos grevistas” datado em agosto de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 14 pp. 1 a 26.

⁵⁶¹ Idem, p. 2.

⁵⁶² Idem, p. 3.

aos movimentos considerados ameaçadores à ordem “constituída”. Assim vão dando “asas” aos sindicalistas que se “consideram um quarto poder da república”:

Mais arrogantes vem se mostrando alguns líderes sindicais que já chegaram ao de declarar não reconhecerem autoridade no STF para opinar sobre a constitucionalidade da lei 9070; de declarar que o chefe do executivo não tem autoridade para considerar ilegal uma greve – reconhecida como tal pela própria lei e de protestar contra o legislativo que não os atende de forma como desejam. Os líderes sindicais brasileiros estão se considerando um quarto poder, e fácil é compreender o destino que darão às instituições, caso consigam algum dia a união em entidade única.⁵⁶³

Perspectivar que a classe trabalhadora pudesse ter força política capaz de transformar até mesmo o regime era devido que as suas reivindicações não envolviam mais o simples equilíbrio entre o patrão e o empregado, mas ao contrário, estes estariam envolvidos em complicadas concepções de política econômica, financeira e até internacional, ou em outras palavras, almejavam discutir e participar das decisões do desenvolvimento nacional. “Certamente que, em tal andar, as classes de trabalhadores poderão ser exploradas a qualquer momento, servindo de escudo a interesses que sejam contrários a elas mesmas, mas acima de tudo, à democracia brasileira”.⁵⁶⁴ Querer ter voz ativa no processo democrático era sinônimo de engajamento comunista, traição ao pacto social que sustentava o imaginário trabalhista desde a época de Getúlio Vargas.

Para os membros da JCI, a classe política também favorecia esse estado de coisas, uma vez que o levantamento das greves que eles monitoravam apontava para um apoio político ostensivo de determinados grupos. Ou, no mínimo, esses se beneficiavam “do silêncio daqueles que não tiveram coragem de afrontá-las, por temerem cair no desagrado de tão expressiva representação eleitoral”.⁵⁶⁵ Além disto, o sindicato significava, para qualquer agremiação política, um sistema em funcionamento que poderia ser aproveitado como verdadeiro núcleo eleitoral de qualquer candidatura.

⁵⁶³ Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 14, p. 4.

⁵⁶⁴ Idem, p. 5.

⁵⁶⁵ Idem, p. 6.

Assim a possível falência do Estado estaria no fisiologismo político, sempre denunciado pelas Forças Armadas como a incapacidade do poder civil em governar o país, uma vez que em época eleitoral, as tentativas de influências sobre tais organizações passam a crescer de significado, e os partidos políticos, nessa fase de cotejamento, passam a admitir uma modificação de padrões que seria intolerável em época normal.

5.4 Conhecendo o “inimigo”: o PCB

A JCI monitorava os movimentos internos do PCB, mapeando as tendências das estratégias das lutas sociais, decorrentes da concessão das liberdades constitucionais, pois o sistema repressivo as teria que enfrentar. De positivo para os censores, essa pseudoliberalidade de expressão concedida a instituições de cunho democrático que tinham influência ou não do Partido, facilitava em muito o mapeamento dos “inimigos internos”, pois estes, confiantes nos preceitos legais, colocam publicamente suas leituras sobre a conjuntura nacional e internacional. E o mais importante para a repressão, era que demonstravam as suas táticas de luta, dando desta maneira mais ferramentas para as autoridades policiais.

Foi o caso da reunião nacional do Partido de 1960, conclamada para definir novos estatutos, avaliar sua atuação desde a fundação e definir novos rumos para a luta, sobre o que a repressão elaborou um detalhadíssimo relatório a que já nos referimos. Tratou-se de um verdadeiro estudo sobre o PCB, pois além de esmiuçar sua situação interna, chamando a atenção que a direção nacional do Partido, em toda sua existência, teve de enfrentar como bom executante, as ordens do Movimento Comunista Mundial, as mudanças das linhas políticas no plano internacional, as derivações sectárias de doutrinas e outras correntes divisionistas. Conforme apontavam “dentro do PCB existiam e ainda existem opiniões oposicionistas e personalísticas”, além da influência externa que comprovaria sua subordinação a ditames russos.⁵⁶⁶

⁵⁶⁶ Relatório intitulado: Estudo de Ação Comunista, enviado pelo Chefe do SFICI para o Chefe de Gabinete do MV. O estudo enfatiza o Vº congresso do PCB, realizado em fins de agosto e começo de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 7A1, p. 4.

Aliás, a influência russa era encontrada nos mais diferentes lugares, como se este país possuísse uma capacidade de espalhar doutrinações nas mais diferentes instituições. No caso que apresentamos a seguir, as acusações neste sentido revelam-se uma camuflagem para perseguições também à imprensa e a jornalistas.

A Escola de Tradutores “Irineu de Souza” – Bolsa do Livro⁵⁶⁷ passou a ser acusada de fazer propaganda soviética no Brasil, não apenas porque ensinava o idioma russo aos futuros tradutores, como também oferecia viagens àquele país a preços convidativos, a título de aperfeiçoamento. Um levantamento completo da entidade em pauta fora enviado pelo Chefe do SFICI aos membros da JCI. Segundo o Informe, a Escola tinha como real finalidade propagandear através do ensino do idioma russo, o regime soviético, pois o interesse acentuado em atrair funcionários dos órgãos governamentais e outras instituições, “e que faz supor a intenção de se obter uma “cobertura” oficial para suas atividades ou de realizar uma “infiltração” nesses organismos”.⁵⁶⁸

Na verdade a preocupação dos censores era com o corpo diretivo da escola, pois o seu diretor e professor Luiz de Barros era jornalista do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, e registrado na polícia por atividades comunistas. Foi também registrada na polícia por atividades comunistas, uma das professoras de idioma russo, Lúcia Prestes Brandão (irmã de Luís Carlos Prestes) que estivera durante quinze anos naquele país, onde fizera um curso normal sobre o idioma e outro de eletrônica. Outra professora, a ucraniana Raquel Faingold, também registrada na polícia por atividades subversivas. Além disso, a Escola de tradutores oferecia curso de francês, inglês, alemão e russo, entretanto só estavam matriculados no curso de francês e inglês doze alunos, e nenhum no curso de alemão, mas em compensação estavam matriculados no curso do idioma russo 180 alunos.

A Escola oferecia aos alunos matriculados no curso de russo, participar de uma caravana cultural e de difusão de vários produtos brasileiros na União

⁵⁶⁷ Correspondência Secreta entre o Chefe do SFICI e o Chefe de Gabinete do MV, remetendo Informe sobre Ação Comunista: Escola de Tradutores Irineu Souza – Bolsa do Livro. Of. nº 182 – SFI/60 de 15 de junho de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 4

⁵⁶⁸ Informe: Ação Comunista Escola de Tradutores Irineu Souza – Bolsa do Livro. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV EAP1960 04 01 vop I 4^a, p. 1.

Soviética, na qualidade de convidados das mais altas personalidades, entre as quais, parlamentares, magistrados, cientistas, jornalistas, radialistas e técnicos etc. Sem falar que facilitavam bastante o pagamento para os alunos matriculados. Desta maneira, concluía o relatório, “a promessa de uma viagem em tão favoráveis condições indubitavelmente, principalmente após o regresso da primeira turma, consistirá em um esplêndido atrativo para que a viagem subsequente, já anunciada, seja um dos maiores instrumentos da propaganda soviética no Brasil”.⁵⁶⁹

Mesmo que as propostas do PCB apontassem para uma linha “pacífica”, abandonando os confrontos, a JCI alertava para a sua radicalização e que suas facções internas tendiam a propostas de revolução armada. Com essas reflexões os argumentos a favor da centralização das polícias ganhavam força, solicitando inclusive maior articulação com as Forças Armadas:

Atualmente, a mesma oposição, que vem lutando desde 1956, enfrenta ainda a cúpula do PCB que conta decididamente com o apoio do novo grupo de líderes, surgido também nessa época. Essa oposição encarando as novas Teses, em coerência com a posição que vinha mantendo, classifica-as de oportunistas e de caráter nacional-reformista, reafirmando a necessidade de “derrotar as concepções de direita no terreno ideológico, político e organizacional e avançar no caminho da revolução”.⁵⁷⁰

5.5 Além disto, havia o Prestes...

Se tudo e todos eram vigiados, imaginem a vigilância sobre o “inimigo mor” do Estado Brasileiro: Luís Carlos Prestes. O informe a seguir é sobre a sua viagem à China Comunista, União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia e a zona soviética de Berlim em outubro de 1959,⁵⁷¹ o que demonstra a conexão internacional que o Sistema de Inteligência alcançou naqueles anos. Na China, Prestes, com mais 15 líderes latino-americanos comunistas, fora recebido pelo Presidente do Comitê Central do PC da China, Mao TseTung e pelos vice-presidentes do CC, relata o agente.

⁵⁶⁹ Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV EAP1960 04 01 vop I 4ª, p. 9.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Correspondência entre o Coronel Chefe do SFICI e o Chefe de Gabinete do MV, informando sobre Ação Comunista. OF. nº510 – SFI/60 Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 10

O objetivo dessas conferências nos países alinhados com Moscou era dar um panorama da situação política na América Latina e as lutas do PCs no caminho do socialismo. Segundo o relatório apresentado à JCI, do lado soviético, essas conferências visaram esclarecer os comunistas brasileiros a respeito dos planos de ação de Moscou para a América Latina. Nessa perspectiva fora debatida a organização de um centro de coordenação latino-americano, similar ao Centro de Coordenação do Este-Europeu que para eles reputavam bem sucedido. No Centro de Coordenação para a América Latina o PCB teria uma posição de destaque, ocupando uma função diretora.

À pedido da delegação brasileira, a questão da assistência aos PCs latino-americanos fora discutida e estudada. Para isso, decidiu-se que, em primeiro lugar havia a necessidade de um incremento comercial maior com o bloco comunista, (inclusive a possibilidade do reatamento das relações comerciais entre a URSS e o Brasil). Moscou tencionaria investir, por meios de suas organizações de comércio exterior no ano de 1960,

[...] cerca de um e meio bilhões de dólares (US) na América Latina. Desse total, um bilhão e 200 milhões destinar-se-iam ao fornecimento de mercadorias e créditos. Os restantes 300 milhões seriam vinculados às despesas, no ano de 1960, relativas à infiltração intensiva e a influência comunista (propaganda) na América Latina.⁵⁷²

Prestes chegou a Praga no começo de dezembro de 1960 e numa entrevista com a imprensa, fez referência aos grandes progressos que havia observado tanto na China como na URSS e que considerava como uma base sólida para a distensão da pressão mundial. Sublinhou as dificuldades políticas e econômicas do Brasil e dos países latinos americanos e o crescimento das lutas desses povos contra o imperialismo norte-americano. Por este relatório se sabe também que Prestes compareceu a essas entrevistas, inclusive como porta-voz dos PCs da América Latina, os quais, no XI Congresso do PC do Chile (novembro de 1958) haviam criado um Comitê Comum de ação dos PC do Chile, Argentina,

⁵⁷² Informe Secreto: Ação Comunista – Viagem de Luís Carlos Prestes aos países do bloco comunista em 1959. Datado em 19 de dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 10A p. 3.

Bolívia, Paraguai, Uruguai, Cuba e Venezuela, e o PCB entrou para esse Comitê dois meses depois.⁵⁷³

Concomitante a esse relatório sobre a viagem de Prestes aos países comunistas, em 19 de dezembro de 1960, a JCI recebeu outro informe do Chefe do SFICI, intitulado: *Ação Comunista- Viagem de Prestes ao Rio Grande do Sul*.⁵⁷⁴ O relatório afirmava que no mês de Junho de 1960, Luís Carlos Prestes, acompanhado dos líderes comunistas Ramiro Luchesi e Luiz Fernandes e outros não identificados, estiveram naquele Estado. Nas cidades de Livramento e Uruguiana, estruturaram os respectivos Comitês municipais. Durante as reuniões nessas duas cidades, estiveram presentes dirigentes comunistas uruguaios das localidades de Rivera e de Tacuarembó,⁵⁷⁵ além de uma representação comunista de Paso de Los Libres (na Argentina), chefiada por um alto dirigente do Partido Comunista Argentino.

Segundo o informe, Prestes proferiu uma breve conferência, fazendo uma autocrítica, apontando os erros do PCB que seriam, na maior parte das vezes decorrentes de uma orientação subjetivista, sectária, dogmática e ultraesquerdista. Afirmara que a atual linha do PCB era baseada no marxismo-leninismo e na realidade brasileira. Depois conclamou os militantes dos três partidos comunistas a lutarem contra o imperialismo e em favor da Revolução Cubana, formulando um apelo no sentido de uma promoção real em favor de Cuba, com a mobilização do povo, da classe operária e dos estudantes em prol daquela revolução. Os representantes argentinos declararam que, em caso de ataque a Cuba, por parte do imperialismo norte-americano (invasão militar) o PCA enviaria seus revolucionários para defender a conquista e os postulados da Revolução Cubana. E para reforçar ainda mais o apoio que pedia aos companheiros comunistas sul-americanos, Prestes declarou, que os comunistas e os nacionalistas brasileiros também enviariam seus voluntários.

⁵⁷³ Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 10A, página 4.

⁵⁷⁴ Correspondência entre o Coronel Chefe do SFICI e o Chefe de Gabinete do MV, informando sobre Ação Comunista. OF. nº495 – SFI/60 Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 9

⁵⁷⁵ O diretor do diário comunista uruguaio “Orientación”, editado em Tacuarembó, escreveu que os PC olham para o Partido Comunista do Brasil como a esperança e o exemplo para os comunistas da América Latina. Informe sobre Ação Comunista: viagem de Prestes ao Rio Grande do Sul. Dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 9ª, p. 2.

Para a cúpula da Junta Coordenadora de Informações ter acesso a essas informações, que demonstravam que a liderança dos comunistas do continente sul-americano era o PCB, só lhe dava a certeza da necessidade de seu extermínio, pois o partido representava uma ameaça em dobro uma vez que seus aliados vizinhos, na perspectiva de estender o “espírito revolucionário” da ilha caribenha, poderiam influir drasticamente na realidade brasileira, apoiando qualquer movimento revolucionário que aqui se desenvolvesse.

Além da Rússia, a proposta de maior intervenção das Forças Armadas no cenário nacional, com o argumento de que se tratava de questões que envolviam um inimigo externo, se apoiava no caso a China Comunista que estaria em articulação com o inimigo interno, no caso o PCB, assim como com os latino-americanos. Esse informe foi remetido pelo Coronel Chefe do SFICI e Assessor do Presidente da JCI ao Dr. Henrique Vale, Chefe de Gabinete do MV e membro da JCI 19 de outubro de 1960.⁵⁷⁶

Na China, em Pequim, já existem cursos teóricos de capacitação comunista para os comunistas de outros países. O comunismo chinês está penetrando em todos os países da África, Ásia e da América Latina. Em Cuba, está penetrando em profundidade. Fidel Castro e os demais dirigentes da revolução cubana convidaram Mão-Tse-Tung para visitar Cuba. Em China já foram realizadas manifestações de solidariedade à Revolução Cubana. Em Cuba, já foi organizada uma Sociedade Cultural de Amizade Sino-Cubana. Há poucos meses uma delegação de jornalistas e escritores chineses, liderada pelo dirigente comunista Teng Hang, visitou Cuba. Este firmou uma aliança entre o PC chinês e o Partido Popular Socialista de Cuba (comunista).⁵⁷⁷

Nesta ótica, até a organização da Associação Sino-Latino-Americano teria sido uma determinação de MãoTseTung e do PC Chinês, com várias delegações de comunistas e pró-comunistas latino-americanos participando do ato de sua fundação.

⁵⁷⁶ Correspondência sobre Informe Exterior sobre a expansão da China Comunista. Enviado pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete do MV, em outubro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 21.

⁵⁷⁷ Informe Exterior sobre a expansão da China Comunista. Enviado pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete do MV, em outubro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 21^a, p. 1.

O mesmo viés teriam todas as outras congêneres abertas no continente latino americano, como a Associação Argentina de Cultura Chinesa, Associação Peruana dos Amigos da China, Instituto Cultural Uruguai-China, Sociedade Venezuelana de Amigos da China, Associação Cultural Sino-Brasileira, na Colômbia a Associação Cultural dos Amigos da China e no México uma sociedade de idênticos objetivos.

De 11 a 15 de abril último, foi realizada na Capital da Guiné, Conakry, a 2ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, celebrada sob o signo do fortalecimento da solidariedade entre os países da África e da Ásia, na luta anticolonialista e anti-imperialista. A China Popular, através de sua delegação, teve papel de destaque no conclave. O Conselho Mundial da Paz solidarizou-se com a citada Conferência, enviando uma forte delegação, a qual foi liderada por Velio Spano, Isabelle Blume e Fernand Vigne. A delegação chinesa foi liderada por Lian Cheng Chih. O conclave firmou sua fidelidade aos princípios de Bandung⁵⁷⁸ e manifestava a vontade dos povos afro-asiáticos de conquistar imediatamente a independência e a soberania nacional. Em Acra, Gana, de 7 a 9 de abril último, realizou-se a Conferência de Ação Positiva pela Paz e a Segurança da África, a qual reafirmou a neutralidade positiva dos povos da África, bem como foi deliberado protestar contra as experiências atômicas no território africano. O Conselho Mundial da Paz enviou um delegado à reunião de Acra. A China Popular apoia irrestritamente a luta dos povos da África⁵⁷⁹.

Daí ser necessária a prevenção como única saída para a contenção da expansão dos países da “Cortina de Ferro”. Por isso a JCI fomentava a troca de informações e os estudos técnicos da conjuntura internacional e nacional como medida preventiva e repressiva em conjunto, não com Ministérios das Relações

⁵⁷⁸ Entre 18 e 24 de Abril de 1955, reuniram-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, os líderes de vinte e nove Estados asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnã, Irã, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iémen do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egito) perfazendo uma população total de 1 350 milhões de habitantes. O patrocínio cabia à Indonésia, Índia, Birmânia, Ceilão (Sri Lanka) e Paquistão, que haviam preparado a conferência em uma reunião anterior em Colombo, no Ceilão. O objetivo era a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outro Estado considerado imperialista.

<http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung/>

⁵⁷⁹ Informe Exterior sobre a expansão da China Comunista. Enviado pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete do MV, em outubro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 21ª, p. 3.

Exteriores, ou o Itamaraty, mas diretamente com as Forças Armadas. A tudo isso se acrescia ainda o problema cubano,

Em Cuba, os comunistas estão penetrando em profundidade em todos os setores de atividade (político, social, sindical, etc.). Seus maiores êxitos tem sido alcançados nas entidades sindicais e na Confederação dos Trabalhadores Cubanos, onde procuram eliminar os líderes denominados “mujalistas”, isto é, os que têm ainda como líder supremo ex-dirigente da CTC, Eusebio Mujal, partidário do governo de Fulgêncio Batista. O X Congresso da CTC, realizado em novembro de 1959, evidenciou um passo avante no caminho da reconstrução do Movimento Sindical de Cuba, sobre bases unitárias e revolucionárias. O proletariado e os camponeses cubanos, com o governo revolucionário, obtiveram uma série de reivindicações. Indiscutivelmente o sustentáculo do governo revolucionário de Fidel Castro. A CTC estabeleceu relações fraternais com a Federação Sindical Mundial e com os seus Departamentos Profissionais.⁵⁸⁰

5.6 O perigo cubano – consolida-se a integração entre as forças policiais e as Forças Armadas

De fato, é neste caso que se observa mais diretamente a ampla articulação com as forças repressivas americanas desde o desencadear daquele movimento, pois no mesmo ano de 1959, são acionados os 32 delegados permanentes da Confederación Interamericana de Defensa del Continente, representando 22 países, para se posicionar ante o problema. Tal convocação foi datada em oito de Janeiro de 1959 pelo Presidente da citada Confederación, o Amirante Penna Botto⁵⁸¹

Prosado compañero, tiene esta carta como finalidad tratar do la question Cubana. Em la noche do 4 Enero corrente recebi cablegrama del Snr.

⁵⁸⁰ Informe exterior Cuba - Penetração Comunista. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 20A

⁵⁸¹ O referido Almirante era bem conhecido no Brasil pela sua atuação anticomunista e reacionária, alinhado a ala golpista da UDN e aos grupos das Forças Armadas que tentaram impedir a posse de JK e posteriormente derrubar o seu governo. Sua atuação vinha desde de 1945, como inimigo voraz do governo Vargas: “Dentre os principais aliados de Lacerda no anticomunismo radical estava o jornalista Amaral Netto fundador do reacionário Clube da Lanterna, e o almirante Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952. Penna Botto acabaria tornando-se figura anedótica na sociedade brasileira dos anos 50, pelo seu anticomunismo exagerado, dando origem ao adjetivo pejorativo penabotismo, usada para designar aqueles que procuravam e denunciavam comunistas em todos os lugares e de forma obsessiva”. DELGADO, Marcio de Paiva. O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Juiz de Fora, MG. Dissertação de Mestrado defendida na UFJF em 2006, p. 64.

Ernesto de la Pó, nuestro querido Secretario-General, diciendo que comunistas estaban porpotrando disturbios, ataques o obos, em la Habana, oien que las autoridades del nuevo Gobierno Revolucionário, quisessem, soubessem ou pudessem poner um termino a tales irregularidades [...] Remeti inmediatamente um cabo al Presidente Urrutia pedindolo, em mi calidade de Presidente de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, que hubiera por bien ratificar los propósitos anti-comunistas atribuidos al Gobierno Revolucionario y, tambien, tomar medidas urgentes contra las atitudes subversivas de los comunistas. N'el dia 6, a la noche, las estaciones radiodifusoras transmitiram la noticia de que “hubiera sido preso, em la Habana, el Sr. Ernesto de la Pó, luchador anti-comunista nº 1 do Cuba”, y em la mañana del 7 Enero recebi cabo de nuestra. Delegación em Santo Domingo, confirmando la prision del Secretario-General de la “Confederación”, em la Habana. (...) Estoy seguro do que Ud, y por lo tanto lo otros Delegados Permanentes de la “Confederación” em los 22 paises de las Americas, hicieron tambien energicas protestos ante el Gobierno que se installo em Cuba⁵⁸².

A *Confederación* tinha como objetivo dirigir a luta contra as tendências marxistas no continente Latino Americano e era subordinada ao Departamento de Estado estadunidense. Dentre outras funções, esta apoiava a divulgação, pela imprensa, de um vasto movimento anticomunista, exemplo típico dos efeitos da Guerra Fria, nas tensas relações internacionais do pós- segunda guerra:

Durante el “Tercer Congreso Contra la Intervención Soviética em América Latina” reunido en Lima en abril de 1957, un grupo de 46 periodistas aprobaron el acta fundacional de una nueva entidad que llamaron “Asociación de Periodistas Anticomunistas”, con filiales “en todos los países de América, incluso en Estados Unidos y Canadá”. Dichas reuniones eran auspiciadas por La Confederación Interamericana de Defensa del Continente, una organización que, como consta en un documento de la CIA, constituía uno de sus “canales” públicos de trabajo en el continente americano ya que tenía “su propia prensa”.⁵⁸³

⁵⁸² Correspondência do Presidente da Confederación Interamericana de Defensa del Continente para os Delegados Permanentes da confederação. Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50-D- 65-816 de 08 de janeiro de 1959.

⁵⁸³ CIA, “Jacobo ARBENZ, ex-President of Guatemala—Operations Against”, Doc. No. 919959, 16 May 957. Resulta interesante observar cómo su creación había sido saludada por la prensa anticomunista uruguaya dos años antes. Véase por ejemplo La Mañana, 27 de agosto de 1955, 1. Sobre la reunión en Lima véase La Mañana, 15 de abril de 1957, 1. [“Asociación de periodistas anticomunistas”] Acerca de la misma véase también ADNII, Carpeta 270, “Tercer Congreso Contra la Intervención Soviética en la América Latina”. También Voz de la Libertad, Año II, Número 10, Abril de 1957, 1, “III Congreso Contra la Intervención Soviética en América-Latina”. In: TERRA, Mercedes, FERREIRA, Roberto García. Comunismo y sabotaje en la represa de Rincón de

Nessa perspectiva anticomunista, os documentos do Conselho de Segurança Nacional demonstram bem a grande preocupação da penetração comunista na América Latina. Em nove de setembro de 1960 o Coronel Lucídio de Arruda, Chefe do SFICI e também secretário da JCI, remete ofício ao Dr. Henrique Vale, Chefe de Gabinete do Ministério de Viação e Obras Públicas anexando um Estudo de Contrainformações sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina.⁵⁸⁴

O interesse da JCI sobre a conjuntura interna cubana após a Revolução de 1959 estava diretamente ligado à grande repercussão que esse movimento causou no continente, sem falar que as propostas da revolução caminhavam na direção da reforma agrária e do controle governamental sobre as indústrias do país, colocando em pânico, no Brasil, as classes dominantes. Pois a defesa de uma reforma agrária radical já era feita por alguns parlamentares e movimentos com influência direta ou não do PCB, como também as propostas de controle de remessa de lucros das multinacionais, o que já criara polêmica desde o início da década de 1950, ainda no governo de Vargas.

Nessa ótica a documentação do referido estudo, trazia informações recentes da Confederação dos Trabalhadores de Cuba –CTC -, que enviara à Federação Nacional dos Ferroviários, à Federação dos Marítimos, à União dos Portuários do Brasil e outras entidades de trabalhadores, o seguinte telegrama:

Ante cerco econômico norte-americano CUBA enfrenta polvo petrolífero Texas Company (Texaco) a soldo Congresso Yanke propósito rebaixar quota açucareira. Trabalhadores cubanos firmes em defesa soberania e apoio revolução têm patentes sua consigna Pátria ou Morte. Solicitamos trabalhadores e povo irmão desse país apoiarem luta trabalhadores povo e Governo Cubano, realizando atos solidariedade. Venceremos. a) Rogelio Iglesias Patino – Sec. Rel. Ext. CTC Revolucionária.⁵⁸⁵

O estudo revelava ainda um pedido do governo cubano, aos trabalhadores brasileiros, de solidariedade em defesa da Revolução Cubana, e alarmava

Baygorria. *Revista Contracorriente*, vol. 7, nº 3, Spring 2010, pp. 249-276. Departamento de Lenguas & Literaturas Extranjeras de North Carolina State University.

⁵⁸⁴ Correspondência do Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral. Of. nº 310 – SFI/60 de 09 de setembro de 1960, anexando Estudo de Contrainformações sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 16.

⁵⁸⁵ Idem.

também sobre as estatizações de empresas norte americanas em Cuba e o risco à propriedade privada que tudo aquilo representava para o resto do Continente Latino Americano.

Os últimos acontecimentos verificados em Cuba face à política reinante contrária aos EUA resultaram na encampação de diversas indústrias norte-americanas, incluindo-se as de petróleo e açúcar. O Governo de Fidel Castro, através da Confederação dos Trabalhadores de Cuba (CTC) está realizando um apelo entre os demais trabalhadores latino-americanos, no sentido de uma solidarização geral aos atos de confisco que vem realizando.⁵⁸⁶

Em continuidade, demonstrava-se como a influência revolucionária cubana se estendia pelo continente latino americano, estabelecendo contatos com indivíduos e movimentos oposicionistas, como Cheddi Jagan da Guiana Inglesa, cujas ideias, segundo eles, representavam o espírito da Revolução Cubana.⁵⁸⁷ Além disso, o anti-imperialismo, antiamericanismo, a oposição aos ditadores da América Latina e o apoio aos movimentos democráticos que se opunham às ditaduras, eram apontados como comprovação da subversão, a que se acrescia acusações de assistência financeira a tais grupos em troca de apoio à Revolução Cubana,

Até recentemente, o Movimento para Libertação da República Dominicana tinha seu comitê Executivo Central em Havana e recebia financiamento sólido do governo cubano. [...] na Argentina eles estão em contato com os peronistas, comunistas e com o Partido Socialista Argentino através de Alexis Latendorf. Examinam a possibilidade de conseguir contato exclusivo com o Vice-Presidente da Bolívia, Juan Lechim e apoiá-lo caso decida prosseguir com a revolução boliviana, que eles consideram como tendo sido desvirtuada, pela aceitação de empréstimos e créditos concedidos pelos EUA e Inglaterra. Uma delegação de notáveis membros marxistas da APRA do Peru conversou, recentemente, com pessoas do Movimento 26 de Julho [...].⁵⁸⁸

⁵⁸⁶ Contrainformações A/E. Estudo sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina, datado de 8 de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 15, p. 5.

⁵⁸⁷ Contrainformações A/E. Estudo sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina, datado de 8 de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 15, p.1.

⁵⁸⁸ Idem, pp. 2 e 3.

À medida que os argumentos sobre o perigo cubano aumentavam, com a apresentação de novos relatórios produzidos pelos agentes do SFICI e fomentados pela lista de distribuição da JCI, as estratégias de controle aos movimentos operários e a suspeição sobre a sociedade, executadas pelas polícias políticas, foram consolidando o Sistema de Segurança Nacional, todo ele centralizado no CSN, dirigido pelo alto escalão das Forças Armadas.

Assim, quando foi realizado o Primeiro Congresso da Juventude Latino Americana, a acusação de apoio da Confederação dos Trabalhadores Cubanos parecia que uma nova Internacional proletária iria tomar conta do continente. Também o perigo estaria na divulgação de uma “Enciclopédia Popular Cubana [...] com a missão (de) espalhar a propaganda revolucionária através da América Latina. A organização planeja(ria) publicar mais de 100 volumes, tirando meio milhão de cópias de cada obra; [...] intitulados, por exemplo: Escravidão na América Latina; Origens do Capitalismo; A Revolução Socialista; A Revolução Chinesa; Colonialismo na Ásia e na África”.⁵⁸⁹

Mas o que foi considerado o mais comprobatório de tal complô subversivo foi o livro de Che Guevara intitulado *Operação de Guerrilhas (La Guerra de Guerrillas)*. O livro, apontava o relatório da contra informação, era um tipo de manual, dando instruções sobre métodos e táticas de guerras de guerrilhas, o uso de armas e explosivos, e um pequeno guia sobre como fazer uma revolução. Nele, continua o documento, Guevara acentuava que esta dentro do poder das forças populares influenciar uma guerra contra as Forças Armadas, e que nem sempre seria necessário esperar que as condições para uma revolução fossem as mais vantajosas, porque essas vantagens podem surgir depois de começada a luta.⁵⁹⁰

Imagine-se então o impacto da transmissão iniciada pela Agência Cubana da Prensa Latina,⁵⁹¹ que recebera destaque em vários jornais do país. Esta foi

⁵⁸⁹ “A Enciclopédia Popular Cubana tem como missão espalhar a propaganda revolucionária através da América Latina. A organização planeja publicar mais de 100 volumes, tirando meio milhão de cópias de cada obra; serão intitulados, por exemplo: Escravidão na América Latina; Origens do Capitalismo; A Revolução Socialista; A Revolução Chinesa; Colonialismo na Ásia e na África. Contrainformações A/E.” Estudo sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina, datado de 8 de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 15, p. 4.

⁵⁹⁰ Idem, p. 5.

⁵⁹¹ “A Prensa Latina (PRELA), com sede nesta cidade, à Av. Almirante Barroso, 91 – salas 502/3 – Tef. 42-7755- é uma sucursal da Agência Informativa Latina Americana S/A, - com notícias e

considerada “tendenciosa e favorecedora do bloco comunista na luta “fria” contra o bloco ocidental”.⁵⁹² Neste relatório, agora da JCI, a Prensa Latina era acusada de fornecer farto material sobre as atividades das Organizações de Frente Comunista ao jornal Hoje (vinculado ao PCB) para a divulgação de suas notícias e em defesa da Revolução Cubana, sem falar que a atuação da Agência nos diferentes países do continente, em particular no Brasil, só tinha trazido um aumento de tensão nas relações com os EUA, em razão do caráter ofensivo e antiamericano das notícias vinculadas na imprensa brasileira sob os auspícios da Prensa Latina.

A JCI afirmava ainda que o PCB estaria realizando um trabalho “psicológico” nos meios sindicais, predispondo grupos a participarem de movimentos que levassem o país à implantação de um regime socialista, como o de Cuba. Através do patrocínio do Comitê Pró-solidariedade à Revolução Cubana, a JCI vislumbrava a criação em escolas, ginásios, etc., “de Comitês que difundirão a propaganda, tendo em vista esclarecerem os jovens brasileiros dos propósitos da revolução cubana”.⁵⁹³

Finalizando o relatório afirmava que o Governo revolucionário cubano não admitira a ingerência, em seus negócios internos, de um órgão como a OEA, e estaria procurando, de todas as maneiras e através de processos não normativos de intercâmbio entre nações independentes, influir, sobretudo, nos assuntos internos do Brasil utilizando-se, inclusive, de métodos clandestinos de atuação e desempenho francamente subversivos.

Mas o alerta para a gravidade do problema e a preocupação com o sigilo na esfera das decisões do executivo federal, vinham do Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob a responsabilidade da Chefia do Serviço Federal de Informações e Contrainformações, remetendo o referido “Estudo” a vários ministérios para as possíveis providências:

informações a respeito de vários assuntos, nitidamente de natureza política e diretamente ligada ao governo de Fidel Castro. A referida noticiosa tem 18 sucursais disseminadas em países de língua latina com o objetivo de transmitir notícias alusivas a acontecimentos relacionados com o governo cubano. Relatório sobre a agência de notícias cubana Prensa Latina, datado de 28 de setembro de 1960”. Informe enviado pelo Chefe de Gabinete do CSN ao Chefe de Gabinete do MV. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 7A3

⁵⁹² Contrainformações A/E. Estudo sobre o Desenvolvimento da Revolução Cubana na América Latina, datado de 8 de setembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP 1960 04 01 vop I 15, p. 6.

⁵⁹³ Idem, p. 8.

Remeto-vos o Estudo de Informações sobre as “Atividades Cubanas no Brasil”, encarecendo a necessidade do reenvio do mesmo aos Exmos Srs. Ministros das Relações Exteriores, Justiça, Guerra e Viação, por tornar-se, inadiável, o estabelecimento de medidas concretas que visem neutralizar, e mesmo impedir, a ação nefasta e desagregadora do comunismo internacional que tem como seu principal instrumento, na América Latina, o governo de Fidel Castro. Cabe, ainda, lembrar que as manifestações e ações dos “Comitês de Solidariedade a Cuba” e o seu órgão de cúpula nacional, em vias de ser criado – “Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba” – são francamente revolucionárias e que, de posse de armas, representam uma força armada de base popular, pronta a travar as primeiras escaramuças de uma “Guerra Revolucionária” no Brasil, a soldo do comunismo e tão a gosto do atual governo cubano.⁵⁹⁴

De tal forma que, após a recomendação do CSN, o Estudo secreto sobre as Atividades Cubanas no Brasil chega ao Ministro de Viação e Obras Públicas

Incumbiu-me o Exmº Senhor General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de ter a honra de remeter, em anexo, cópia de expediente do Chefe do Serviço Federal de Informações e Contrainformações desta secretaria e dirigido a esta Chefia, em que retrata preocupações quando a insidiosa ação do comunismo internacional na América Latina. Liderada no momento pelo governo de Fidel Castro.⁵⁹⁵

Neste, acusa-se Cuba de, após seu movimento revolucionário e de ter “desertado” da esfera ocidental, passara para o “Bloco Comunista”, estabelecendo um programa de “comunização de seu povo” e de desenvolvimento de seus “princípios pragmáticos revolucionários” em toda a América Latina. O relatório aponta que haveria uma ação conjunta entre Moscou-Pequim-Satélites nesta operação, obedecendo a um plano pré-elaborado com o duplo objetivo

[...] sabotar as relações dos países latino-americanos com os EUA e assegurar o contato entre os movimentos antiocidentais na Ásia e África e

⁵⁹⁴ Memorando Secreto nº 234 – SFI/60 de 23 de novembro de 1960, enviado pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do CSN, remetendo Estudo sobre as Atividades Cubanas no Brasil. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 3.

⁵⁹⁵ Correspondência entre o Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN ao Ministro de Viação e Obras Públicas sobre atividade cubana no Brasil. Of.Secreto nº 1185 – GAB/31450/60. Dezembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 11.

anti-imperialista na América Latina, tendo em vista enfraquecer as forças de resistência do “mundo livre”, através de uma ação conjugada dos agentes do governo de Cuba com todos os agentes de propaganda comunista soviéticos, chineses e satélites.⁵⁹⁶

Nessa perspectiva, a colaboração do Ministério das Relações Exteriores com o sistema repressivo, acompanhava de perto o que acontecia internamente no governo de Fidel Castro e consequentemente a sua rede de apoio. A Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional encaminha a JCI, um informe do Ministério das Relações Exteriores versando sobre “Missão Especial Comercial de Cuba aos países do bloco socialista”.⁵⁹⁷ A Missão encabeçada pelo Diretor cubano do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), capitão Antônio Nuñez Jiménez, visitou a URSS em maio e junho de 1960. Durante essa visita, a Missão se desdobrou em oito comissões, encarregadas de estudar, conjuntamente com funcionários soviéticos, os seguintes pontos:

[...] assistência técnica e formação de pessoal cubano; exportação cubana para a URSS e composição das exportações russas para Cuba durante o período de 1960-61; utilização do convênio de créditos, assinado em Havana em fevereiro último, para o estabelecimento da primeira usina siderúrgica cubana, com capacidade para 1.000.000 de toneladas; abastecimento, por Cuba, de parte das necessidades de consumo soviético de alguns produtos como açúcar, café, sapatos, couros, minerais, frutas em conservas, etc.⁵⁹⁸

De igual teor é outro informe⁵⁹⁹ vindo também do Ministério das Relações Exteriores datado de 20 de agosto de 1960,

⁵⁹⁶ Relatório enviado do SFICI ao Ministério de Viação e Obras Públicas em novembro de 1960. Contrainformações A/E, Estudo (22.11.1960) Atividades cubanas no Brasil. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 4ª, p. 1.

⁵⁹⁷ Ofício Confidencial nº 656 – GAB/2767/60 de 12 de julho de 1960. Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN ao Chefe do Gabinete do Ministro de Viação e Obras Públicas. Referente à Missão Comercial de Cuba aos países do bloco socialista. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 8.

⁵⁹⁸ “A delegação cubana também solicitou assistência técnica soviética para execução de um vasto plano de educação superior, que permitiria a formação de pesquisadores, técnicos e trabalhadores especializados. Informe: Missão Especial Comercial de Cuba aos países do bloco socialista. Julho de 1960”. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 8A1

⁵⁹⁹ Ofício confidencial nº 858 – GAB2984/60 de 30 de agosto de 1960. Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN ao Chefe do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas.

[...] Chegou a Havana em 11 de julho último, procedente de Paris, a Missão Comercial Cubana que, num período de 45 dias visitou a União Soviética, a Polónia, a Tchécoslováquia e a Alemanha Oriental. [...] o engenheiro Cintra Mata, do Instituto Cubano do Petróleo, separou-se do grupo em Paris, tendo de lá seguido para Roma encarregado de uma missão especial relativa a questões do petróleo.⁶⁰⁰

Segundo o relatório, Nuñez Jiménez, chefe da Missão Comissão Comercial Cubana anunciava a instalação em Cuba, em curto prazo, de trinta fábricas, cujas matrizes estavam situadas nos países visitados pela missão comercial, ou seja, países integrantes da União Soviética.

Cuba assim se livrava das multinacionais norte-americanas, símbolo primeiro do imperialismo moderno, mas em compensação caía nas mãos de outro bloco económico tão imperialista quanto os americanos do norte. A troca de apoio financeiro representava muito mais que um alinhamento económico com o bloco comunista, mas sim colocava Cuba como ponto estratégico dos russos na América Latina, com a perspectiva de exportação dos princípios ideológicos da revolução sob a égide da URSS.⁶⁰¹

Mas, voltando ao documento, quanto mais as relações diplomáticas de Cuba e EUA se deterioravam, somando a isso a ajuda económica vinda do “Bloco Comunista” para o novo governo de Fidel Castro, a que se somaram as medidas radicais internas de nacionalização da economia; mais os países Latino-Americanos se afastavam, segundo eles, da ordem capitalista:

Ataques repetidos e violentos feitos por Fidel Castro ao Governo dos EUA, pseudo ameaça de invasão do território cubana por forças militares norte americanas, encampação de todas as empresas estrangeiras, nacionalização dos Bancos e acordos de ajuda económica e militar realizados com o “Bloco Comunista”. [...] presença de elementos cubanos em todos os países do continente, em particular por ocasião de crises originadas pelas greves e movimentos sindicais [...]

Encaminhando informe referente à Missão Especial Comercial de Cuba aos países do bloco comunista. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. 1960 EAP1960 04 01 vop I 8A 4.

⁶⁰⁰ Informe do Ministério das Relações Exteriores de 20 de agosto de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 8A 4, p. 1.

⁶⁰¹ O documento ainda declarava que Krushev faria uma visita oficial a Cuba, demonstrando o total apoio dos russos ao governo cubano.

[...] recrudescimento da propaganda cubana no continente que se faz, principalmente, não só através de suas representações diplomáticas, mas também através de sua Agência de Notícias, Prensa Latina, e clandestinamente. [...] ⁶⁰²

Nesta lógica o cerco à embaixada cubana era imprescindível para evitar qualquer aproximação diplomática de Cuba com lideranças políticas ou movimentos sociais no Brasil, com o intuito da divulgação, a busca de apoio ao movimento revolucionário Castrista, ou o fortalecimento do PCB como liderança revolucionária latino-americana

O Embaixador de Cuba convidou um grupo de dirigentes estudantis da UNE para debater assuntos de nacionalismo, imperialismo norte-americano e participação dos estudantes na luta a favor da revolução cubana (8 de janeiro de 1960). O Sr. Luís Carlos Prestes conferenciou várias vezes com o Embaixador de Cuba, tendo a iniciativa deste último. Os assuntos tratados relacionavam-se com a formação de um “Bloco de Países Subdesenvolvidos” para a luta contra os países imperialistas, em particular os EUA (15 de janeiro de 1960). [...] o retrato de Fidel Castro, colocado na fachada da UNE, durante a visita do Presidente Eisenhower ao Brasil, foi entregue aos dirigentes daquela organização pela Embaixada de Cuba [...]

[...] no comício realizado pelos estudantes, na Praça dos Trabalhadores – em Padre Miguel, foi anotado o carro da Embaixada de Cuba, CD-15, transportando pessoas para o referido local, inclusive o Presidente da UBES Jarbas Santana (21/11/1960) [...]. ⁶⁰³

Assim é que ao “inimigo interno” soma-se o inimigo externo, ambos acusados de atentarem contra a segurança nacional, na mesma lógica que norteava a Doutrina de Segurança Nacional, já aventada em anos anteriores. ⁶⁰⁴ Pois estariam todos com o intuito de transformar o mundo ocidental num satélite da revolução total soviética, através da constituição de um

⁶⁰²Informe do Ministério das Relações Exteriores de 20 de agosto de 1960. Acervo documental de Emami do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 8A 4 página 2.

⁶⁰³Idem, p. 3.

⁶⁰⁴ Neste sentido ver nossa dissertação de mestrado intitulada: A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. Orientada pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008 com apoio da CAPES.

[...] Movimento Popular Pró-liberação da América Latina. É este “Movimento”, uma entidade de caráter internacional, e foi concebido pelo comunismo para completar, nos países latino-americanos, a Base Técnica da Revolução Total. [...]

[...] Raul Apacício Nogales é o verdadeiro chefe da representação diplomática cubana, no Brasil e responsável por todas as atividades clandestinas de Cuba, no país. Foram assinalados contatos de Nogales com dois agentes soviéticos já identificados: Maurício Gruner e Valerian Odintsoff, e que, juntamente com José Prado Laballos, constituem, os quatro, o enlace entre os serviços secreto cubano e soviético no Brasil. [...]

[...] O Embaixador de Cuba, na URSS, declarou que seu país distribuiu armas e munições para todas as suas Embaixadas, na América Latina, com o objetivo de passar este material às mãos de grupos locais estudantis, nacionalistas e comunistas, para assumirem a defesa da revolução cubana caso necessário. Esta tarefa poderia se cumprida pelos Comitês pró-defesa da Revolução Cubana. (13/07.60) [...]

[...] o entrosamento dos Serviços Secretos da URSS (Polônia, Tchecoslováquia) e Cuba, em sua atuação clandestina no Brasil representa um grande reforço na busca sistemática de informes políticos, econômicos, militares e psicossociais, tendo em vista a atual política agressiva comunista, sobre o Brasil, considerado, juntamente com a Argentina, o baluarte democrático da América Latina. [...] ⁶⁰⁵

Ante tanta “ameaça” a cúpula da JCI considerava inadiável o estabelecimento de medidas concretas que visassem impedir, ou mesmo neutralizar, “a ação nefasta e desagregadora do comunismo internacional que tem como seu principal instrumento na América Latina, o governo de Fidel Castro”. ⁶⁰⁶ Para eles, a ligação da Embaixada de Cuba com os movimentos de agitação que se desenvolviam no Brasil era inequívoca, pela participação ostensiva que vinham mantendo com os Sindicatos e Organizações Estudantis que, por qualquer motivo, apresentam-se prontos a defender a Revolução Cubana, sem falar também no apoio incondicional do PCB às plataformas políticas revolucionárias que vislumbassem a implantação do socialismo no continente Latino Americano.

⁶⁰⁵ Informe do Ministério das Relações Exteriores de 20 de agosto de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 8A 4 página 9 e 10.

⁶⁰⁶ Memorando Secreto nº 234 – SFI/60 de 23 de novembro de 1960, enviado pelo Chefe do SFICI ao Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do CSN, remetendo Estudo sobre as Atividades Cubanas no Brasil. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 3.

Assim, o espectro das Revoluções Russa e Cubana compunha o imaginário argumentativo que o próximo foco revolucionário seria o Brasil, pois as evidências estavam em todos os lugares.

5.7 E os estudantes...

A aproximação do movimento estudantil com as campanhas de reconhecimento do novo governo cubano, somada à posição anticolonialista, anti-imperialista e antiamericanista que adotaram, colocou a União Nacional dos Estudantes⁶⁰⁷ (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEE) como organizações ainda mais visadas pelas polícias políticas. Apesar de serem vigiadas desde a década de 1930 pelas DOPS(s) estaduais, agora a sua movimentação preocupava a alta cúpula da JCI, pois, segundo eles, o movimento estudantil naquela conjuntura era um fenômeno de reprodução ideológica e incitamento dos movimentos dos trabalhadores sob a liderança do PCB. Destarte, em oito de agosto de 1960 o Coronel Chefe do SFICI remete ao Chefe do Gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas, um Estudo e informe de “Setor Estudantil”, sobre Atividades da UNE,⁶⁰⁸

A União Nacional dos Estudantes, UNE, vem se apresentando no panorama político nacional como forte GRUPO DE PRESSÃO, orientada por sentimentos anti norte-americanista e bastante ligada ao atual governo de Cuba. [...] As atividades exercidas pela UNE favorecem nitidamente aos anseios comunistas. Serve de forte Grupo de Pressão sobre o governo, já tendo conseguido modificações de decisões tomadas em vários assuntos. A atual sede da Praia do Flamengo favorece as atividades de subversão da ordem, pela imediata repercussão que alcançam os atos em que se empenha a UNE. A UNE está dominada por Diretoria esquerdista e dirigida por um estudante profissional. A concessão de favores que permitam a construção em região estratégica de uma nova sede da UNE em Brasília,

⁶⁰⁷ A UNE foi fundada por ocasião do I Congresso Nacional de Estudantes, no Distrito Federal, em agosto de 1937, tendo sido oficializada em dezembro de 1938. Nas décadas seguintes, participou das grandes campanhas nacionais como “o petróleo é nosso”, a gratuidade do ensino, a defesa da escola pública e a reforma universitária, sendo essa última sua principal bandeira de luta nos anos de 1960. Disponível: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica Acesso: 03/022012.

⁶⁰⁸ Informe Secreto do Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral, OF. nº 259 – SFI/60 de 08/08/1960. Do Chefe do SFICI para o Chefe de Gabinete do MV: Atividade UNE. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 12

transportará para aquela cidade todos os problemas presentemente existentes no Rio. [...]

[...] a eleição da atual diretoria, acoimada pelos líderes estudantis católicos de comunistas, e quem vem auxiliando particularmente a penetração das ideias de Fidel Castro e as manobras vermelhas nos seios sindicais [...].⁶⁰⁹

Novamente em novembro de 1960 a atividade estudantil voltava à pauta no informe na reunião da JCI: Setor Político – Agitação Social, datado de 25 de novembro de 1960.⁶¹⁰ Segundo o informe, uma onda de agitação assolava o país, colocando em risco não só a estabilidade econômica como também prenunciariam, em médio prazo, uma onda revolucionária patrocinada pelo PCB, que direcionava a UNE e o movimento sindical no patrocínio do movimento grevista nacional.

No julgamento das autoridades policiais e da JCI, os movimentos reivindicatórios que lutavam por seus direitos e vislumbravam um governo que atendesse às demandas populares, estariam desviando o povo brasileiro a seu caráter original que era o de ser ordeiro e pacato.

Uma onda de agitação tem varrido o país nesses últimos meses, trazendo sérias preocupações ao povo ordeiro e esperançoso de dias de paz e segurança. As demonstrações havidas vêm revelando facetas que não se coaduna com o espírito e temperamento do povo brasileiro, o que realça uma orientação adrede (de propósito) preparada que conduza o Brasil para um destino incompatível com os anseios da maioria de sua gente e parte de um plano de subversão plena.⁶¹¹

Acusava-se os movimentos estudantis de manipular uma população ordeira e de se aproveitar das “dissenções de classe” para “agitar a sociedade” com tal organização e precisão que só poderiam indicar um estágio de preparação de algo com “propósitos inconfessáveis”, que urgia, fosse “atalhado sem perda de tempo”,

⁶⁰⁹ Setor Estudantil – Estudo – 23/07/1960 – Atividades da UNE. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop I 12ª, pp. 8 e 9.

⁶¹⁰ Correspondência entre o Chefe do SFICI e o Chefe de Gabinete do MV encaminhando informe: Setor Político sobre Agitação Social, datado de 25 de novembro de 1960. Of. nº 459 – SFI/60. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 5

⁶¹¹ Setor Político – Informe – Agitação Social. 24 de novembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 5ª, p. 1.

[...] amparados por uma imprensa suspeita e pronta a realçar e agravar dissensões de classe, líderes sindicais, políticos e estudantes, de colorido vermelho, vem agitando o ambiente, valendo-se de todas as oportunidades para enfraquecerem a ordem política, social e econômica, com propósitos inconfessáveis. Os movimentos se sucedem em cadeia e obedecem a uma disciplina e uniformidade que revela um estágio de preparação que urge seja atalhado sem perda de tempo.⁶¹²

Nesse contexto “pré-revolucionário”, o movimento estudantil estaria presente em vários estados da federação, sugerindo às autoridades que se constituíam em um temível grupo de pressão política, e por isso precisavam ser severamente combatidos.

Os estudantes, em íntima associação aos trabalhadores, vêm emprestando apoio absoluto aos seus movimentos de rebelião contra as autoridades e a lei, nitidamente inspirados em orientação de Cuba e da própria URSS.⁶¹³

Era o que observavam no Amazonas, onde “[...] o aumento constante nos preços dos produtos Nestlé, em Manaus, vem dando margem a que os estudantes planejam um quebra-quebra nos seus escritórios [...]”,⁶¹⁴ e no Pará, na mesma lógica, estaria se articulando com os trabalhadores, “tendo até havido ofício dos trabalhadores em apoio aos movimentos [...] preparados pelos estudantes para protesto contra aumento de coletivos [...] contra o aumento de tarifas, tendo interrompido o trânsito com apedrejamento de veículos”.⁶¹⁵ Na Paraíba, estaria ocorrendo a mesma articulação com os trabalhadores, mas diretamente com os sindicatos “sendo que estes seriam muito politizados e dominados pelos vermelhos”.⁶¹⁶ Já em Pernambuco o perigo se apresentava de outra forma, mas não menos perigoso, pois ali a “existência das Ligas Camponesas, e de um ambiente político e estudantil favorável, apresenta uma situação potencialmente perigosa”.⁶¹⁷ Em Alagoas “promoveram concentração de

⁶¹² Setor Político – Informe – Agitação Social. 24 de novembro de 1960. Acervo documental de Emani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 5ª, p. 1.

⁶¹³ Idem, p. 2.

⁶¹⁴ Idem, pp. 2 e 3.

⁶¹⁵ Idem, p. 3.

⁶¹⁶ Idem, p. 4.

⁶¹⁷ Idem, p. 5

trabalhadores e do povo em geral, para protestar contra a SUDENE”.⁶¹⁸ Na Bahia o movimento grevista dos estudantes durou vários meses, “veio demonstrar o espírito de rebeldia da classe, contra as autoridades”.⁶¹⁹ Enquanto que no estado da Guanabara, “os estudantes, universitários e secundaristas, apoiam os movimentos de agitação, e até mesmo vêm fomentando-os, orientados pela ideologia vermelha e muito bem apoiados materialmente, por intermédio da Embaixada de Cuba”.⁶²⁰

Em Goiás, no Paraná e no Rio Grande do Sul os relatórios criticam também o governo dos respectivos estados pela incapacidade em fazer prevalecer a sua autoridade. No de Goiás, o relator aventava sobre o perfil de um estudante padrão, após alertar que estes “constituem o maior grupo de pressão do Estado”

Os estudantes. Divorciados dos pensamentos que deveriam norteá-los, por uma Democracia, acintosamente convidam Fidel Castro para paraninfar cerimônia importante de suas vidas. Ao invés de cultuarem a ordem e o direito, vêm ferindo a ordem e o direito. Não acatam a decisão do governo que fixou as tarifas dos coletivos em Goiânia; não permitem que trafeguem os ônibus, atentando contra o patrimônio das empresas e contra a utilização de um serviço de utilidade pública, pelo povo. O governo, não foi capaz de fazer prevalecer sua autoridade.⁶²¹

Destaca-se ainda, no Paraná e no Rio Grande do Sul, a incompetência da polícia militar em conter o “quebra-quebra” promovido pelos estudantes e trabalhadores.⁶²²

[...] as manifestações estudantil-operárias têm ocorrido com frequência no Estado. No presente ano, foi realizada greve geral que exigiu medidas das autoridades federais para coibir a situação. Os ferroviários continuam a ser os principais elementos de agitação no Estado. Aderiram, integralmente, à greve da paridade. O clima é de insatisfação com o governo estadual.⁶²³

⁶¹⁸Setor Político – Informe – Agitação Social. 24 de novembro de 1960. Acervo documental de Emami do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 5ª, p. 1.

⁶¹⁹Idem.

⁶²⁰Idem, 6.

⁶²¹Idem, p. 7.

⁶²²Idem, p. 8.

⁶²³Idem, p. 9.

Ora, ao se atacar a autoridade civil, eleita diretamente, visava-se minar sua autoridade, ou seja, em última instância, fragilizar o Estado de direito, incapaz de conter “ [...] a existência de um grupo atuante que vinha agindo, com eficiência, no sentido de uma subversão da ordem política e social [...]”.⁶²⁴

Os estudos e informes que chegavam à JCI para integrarem as pautas das reuniões deliberativas, apresentavam um cenário “assustador” das demandas societárias, dando a eles fortes argumentos de que as liberdades constitucionais promovidas pela carta magna de 1946 representavam uma ameaça para a manutenção do *status quo*. Os apelos para que as Forças Armadas reconstituíssem a “Ordem” reconduziam à tutela que historicamente as FA desempenharam no período republicano,

[...] o quem vem exigindo a participação das Forças Armadas, pois essas articulações no Estado vêm aumentando dia a dia, a título de reação contra o custo de vida [...].⁶²⁵

[...] nota-se que os Estados da Federação vêm se mostrando fracos no tocante às suas responsabilidades de Segurança Interna de seus territórios, o que vem obrigando a que as Forças Armadas sejam distraídas de suas missões principais, com sérios prejuízos para sua eficiência. A organização de “piquetes” de greve com organização tipo militar poderá significar os primeiros passos para a organização de um Exército Popular, necessário à revolução marxista [...].⁶²⁶

A influência da ESG nesses relatórios é notória, pois as acusações da infiltração comunista no interior das FA como também nas polícias militares, - seu braço de apoio na repressão social - era sua maior bandeira sobre a falência da “democracia” no país. Uma vez que se consumassem as infiltrações com apoio da classe trabalhadora seria um passo para a revolução bolchevista no Brasil,

As manifestações de indisciplina das polícias militares podem significar um trabalho de penetração e infiltração perigosa para a Segurança Nacional, desde que se tenha em vista as demonstrações de solidariedade dos trabalhadores.⁶²⁷

⁶²⁴ Setor Político – Informe – Agitação Social. 24 de novembro de 1960. Acervo documental de Ernani do Amaral Peixoto, localizado no CPDOC-FGV. EAP1960 04 01 vop II 5ª, p. 1.

⁶²⁵ Idem, p. 8.

⁶²⁶ Idem, p. 10.

⁶²⁷ idem, p. 10.

Assim nessa concepção repressora, de encarar que todos os movimentos societários representavam uma ameaça a sobrevivência do Estado, todas as demandas sociais eram vistas no universo de problemas particulares, que não estavam em sintonia com os objetivos nacionais, desprovidas de visão crítica e alienadas pela sua incultura e subdesenvolvimento. Destarte a sociedade civil teria que comungar num único objetivo ditado pelas elites dominantes que transformavam seus interesses de classe em interesses nacionais.

E para a concretização desses objetivos, a solução seria tirar a administração pública das mãos dos cidadãos e dos políticos, reféns de uma visão fragmentada e, portanto, disfuncional da realidade social, e a colocar nas mãos de uma nova classe profissional de tecnocratas que direcionariam,

[...] a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, a despeito de quaisquer antagonismos internos ou externos, a consecução e preservação dos objetivos nacionais.⁶²⁸

Concebe-se assim o Estado como uma entidade que se coloca acima dos antagonismos de classe para promover a união dos objetivos nacionais garantindo que os segmentos dominantes continuem a estabelecer os rumos do desenvolvimento e o bem comum.

⁶²⁸ Discurso do General Juarez Távora na solenidade de diplomação dos estagiários da Escola Superior de Guerra em 1953. Arquivo Pessoal do General Juarez Távora, localizado no CPDOC-FGV. JT dpf 1952.09.06

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa possibilitou comprovar que no governo de Juscelino Kubitschek, a articulação horizontal e vertical entre os diferentes órgãos estatais que tem como função a vigilância, a coerção e a repressão, em defesa dos preceitos legais em curso, resultou em um sistema nacional.

A evidência de tal configuração só pode ser visível após a pesquisa em acervos diversos, que foram sendo consultados conforme os documentos já compulsados indicavam a conexão de um órgão com outro – tanto entre os já existentes desde períodos anteriores, quanto os criados na década de 1950.

Diferentemente do que ocorre no período ditatorial iniciado em 1964, quando se cria o Sistema Nacional de Inteligência, o SNI, não recebeu o mesmo uma denominação formal que o identificasse como uma peça única em funcionamento no interior do Estado, daí a dificuldade em detectá-lo enquanto tal. Não foi possível, nesta tese, cotejar tal estrutura com a do SNI para poder afirmar que o SNI de 1964 foi, de fato, organizado na década de 1950, mas este é um trabalho que se pretende encetar logo após submeter esta pesquisa às considerações dos especialistas, durante a defesa.

As propostas preliminares de centralização e integração nacional das Polícias foram tomando forma a partir da criação de dois órgãos federais na década de 1940: o Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, e a sua subordinada – a Divisão de Polícia Política e Social, DPS, ambas em 1944.

Naquela conjuntura, sempre respaldados na lógica da Segurança Nacional, a integração dos Serviços de Inteligência já configurava uma grande rede nacional voltada para o combate ao inimigo interno. Quanto mais a sociedade civil se organizava e se manifestava, confiante nos direitos garantidos pela Constituição de 1946, mais o Estado se articulava para prevenir-se contra possíveis ameaças contra a ordem instituída. Tal espírito prevencionista fica claro nos pronunciamentos das cúpulas das Polícias que encaravam aqueles movimentos como uma ameaça ao Estado constituído, acompanhando os receios dos segmentos dominantes de perda de seus privilégios e hegemonia.

As diretrizes para o combate ao comunismo, sob a égide da Guerra Fria, capitaneadas pelos Estados Unidos para a América Latina, oportunizaram que o

segmento dominante mais conservador em embates na sociedade civil sobre as alternativas para o desenvolvimento econômico, consolidasse seu poder, inclusive de forma articulada com as Forças Armadas. Também estes participavam, na época, das discussões sobre as alternativas para o desenvolvimento nacional, portanto expunham abertamente suas posições. Já em fins de 1950, ocorreram vários expurgos na caserna, sob a justificativa de que se tratava de comunistas ou simpatizantes desta ideologia. Não por coincidência, os expurgados eram os que apoiavam a manutenção da abertura democrática e/ou defendiam ideias nacionalistas.

Conforme dissemos, os mais diversos setores da sociedade – ansiosos pela liberdade possível com a abertura constitucional –, passaram a expressar em debates, mobilizações, greves etc., suas demandas de trabalho, suas opiniões sobre a política ou sobre a coisa pública, em geral, e sobre questões internacionais.

Mas, sob este clima de democracia vicejou um controle quase que total da sociedade que mapeou, de forma cada vez mais detalhada, estas manifestações em todo o Brasil.

Para tanto, foi necessária a integração das Forças Armadas – responsáveis pela aplicação da Doutrina de Segurança Nacional –, com as Polícias Cíveis e Militares de todo o país. Na falta de agentes da Polícia Política, cumpriam tal tarefa os policiais comuns, alocados nas Delegacias de Polícia em todo o território nacional.

Diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, este sistema passou, desde esta época, a fornecer informações às instâncias centrais do governo sobre qualquer pessoa ou organização considerada suspeita ou sobre a qual se solicitava informações sigilosas. Definia ainda quem ou o que deveria ser vigiado, ou reprimido violentamente ou cerceado em suas atividades públicas.

As ideias para a constituição deste sistema já eram ventiladas desde o início dos Anos 1950. Aparentemente tratava-se apenas de propostas para tornar mais eficiente o trabalho das Polícias, tanto a Civil como a Militar, em sua perseguição aos comunistas. A Primeira Conferência Nacional de Polícia refletia essa preocupação e tendência do Estado controlado por uma burguesia autocrata, de conter, em particular, o movimento operário e camponês e, também, o Partido Comunista Brasileiro – PCB (que, segundo seus pensamentos, era o

responsável único pelas mobilizações e lutas sociais). Este encontro reuniu, sob os auspícios do Ministério da Justiça, delegados e representantes de todas as unidades policiais da Federação.

As propostas de centralização no Governo Federal e de articulação vertical e horizontal a nível nacional se respaldaram nos resultados de um diagnóstico efetuado em todo o país que mapeou o grau de periculosidade vigente na sociedade, ou seja, qual era a possibilidade de mobilização social e de penetração das ideias comunistas em cada Estado, em cada cidade ou região. Os dados deste diagnóstico foram levantados pelas Delegacias de Polícia, mediante um questionário que lhes foi enviado pelos Dops Estaduais. A consolidação resultou em um mapa da possível periculosidade subversiva vigente no país, com indicação dos lugares em que esta tendência era mais acentuada e onde, portanto, deveria haver maior prevenção, tanto com a instalação de unidade de Polícia Política, quanto com alocação de agentes mais especializados.

Conforme indicado nesta Conferência de 1951, era imprescindível a articulação de todas as agências das Polícias Cíveis e Militares sob uma direção única e da qual emanasse, desde o governo central, em diretrizes para o controle político e social. Assim estariam todos voltados para a preservação da Segurança Nacional que visava assegurar a ordem e conter a participação e a mobilização da sociedade naquele período de Abertura constitucional que se inaugurava.

Em 1958 uma nova reformulação no regimento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – com a justificativa da manutenção da soberania e da segurança (interna e externa) do país – deu início às medidas centralizadoras e articuladoras. A partir daí, coube a esta Secretaria elaborar o Conceito de Estratégia Nacional, definir a execução dos planejamentos governamentais na área e dirigir, coordenar e orientar as atividades de informação de interesse para a Segurança Nacional em todo o país, exatamente conforme proposto no projeto original de Juarez Távora, representante da ESG no começo dos Anos 1950.

Concomitante ao cenário que se configurava, fruto da pressão norte-americana que instava ao Governo brasileiro a criação de um serviço de Inteligência centralizado no poder Executivo, foi criado o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), subordinado ao CSN, pois competia a este último gerenciar e coordenar as informações no país. O SFICI funcionava

como agência central de processamento de todas as informações sobre atividades consideradas suspeitas, provenientes de todos os órgãos policiais do país, tais como as DOPS(s) estaduais que reuniam as informações advindas das Delegacias de Polícias, as autarquias, as Secretarias de Segurança dos Estados, os Ministérios Cíveis etc..

Todas estas informações passaram a ser processadas e enviadas para uma Junta Coordenadora de Informações (JCI), que era presidida pelo Secretário-Geral do CSN e a integravam os representantes do Estado-Maior dos Ministérios Militares, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), os Ministérios Cíveis, o Departamento Federal de Segurança Pública e o Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do CSN. Com tal medida, o Governo JK articulou a vigilância e estendeu a repressão nacionalmente, inclusive em todas as instâncias da estrutura do Estado.

Portanto, no decorrer da década de 1950 e apesar da euforia de novos tempos, a sociedade civil continuou refém da repressão policial. A modernização dos aparatos coercitivos baseada na centralização e na integração das informações era lastreada nos preceitos da Lei de Segurança Nacional, advindos da Escola Superior de Guerra que propunha a Guerra Total ao “inimigo interno”. Com a justificativa da ameaça comunista, legislou-se para assegurar ao Estado maior poder de repressão e controle, já no período do governo JK (1956-1961).

Diante dessa complexa estrutura pode-se considerar que, pela primeira vez no país, havia um Sistema de Informações de fato no Brasil, articulado a partir da segunda metade dos Anos 1950 e precisamente durante um período de expansão – ainda que restringida –, dos direitos constitucionais. Um atributo que se estendia também a conexões internacionais devido à Guerra Fria.

Naquela conjuntura marcada pelo acirramento das lutas sociais em grande parte dos países latino-americanos, decorrentes da selvageria do capitalismo e da forma autocrata como se punham a formação da maior parte dos Estados na região, o receio dos segmentos dominantes deu respaldo, no Brasil, não apenas à continuidade do monitoramento e da repressão à sociedade, mas soube organizar um sistema eficiente para cumprir tal função. Um sistema também capaz de responder pelos acordos internacionais que versavam sobre a vigilância e a troca de informações dos movimentos considerados atentatórios à Segurança Nacional do país e no continente latino-americano, quando demandadas.

Uma perspectiva internacional que via nesses movimentos internos a extensão mundial da Revolução Comunista que poderia colocar em xeque, segundo eles, o desenvolvimento da economia capitalista e a manutenção dos governos “democráticos”, capitaneados, aqui na América Latina, de forma geral, pela política estadunidense.

Dessa maneira, a ideologia da Guerra Fria – fomentada pelos norte-americanos, mais o anticomunismo exacerbado do sistema de vigilância –, atuaram conforme os interesses dos segmentos dominantes, receosos de qualquer mudança que pudesse alterar seu domínio sobre o governo.

Os argumentos da **falência do poder civil** e da ineficiência das Leis e do Poder Judiciário no que tangia à defesa do Estado, serviu como uma luva aos defensores da modernização conservadora que manteria os mesmos padrões de desenvolvimento atrelado e subordinado ao capital internacional.

Nesse contexto, a luta pela cidadania foi vista como uma anomalia social, uma característica do subdesenvolvimento e da falta de cultura que colocava as “massas” à mercê das ideologias alienígenas. E se consolidava um Estado que, mesmo naquele período democratizante, se pôs como uma entidade acima dos antagonismos de classe para promover a união dos objetivos nacionais aglutinados em torno de segmentos dominantes e respaldados na Ideologia da Segurança Nacional.

FONTES:**Arquivo Público do Estado de São Paulo****Série Ordem Social (OS):**

- a) **OS-0040** – Campanha Pró-Paz, ou Cruzada Humanitária pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1958); b) **OS-0041** – Camponeses – Agitação rural (1948-1957); c) – Departamento Estadual de Investigações Criminais (1947-1972); d) **OS-0110** – Jornalistas (1948-1975); e) **OS-0129** a **OS-0134** – Militares (1934-1968); f) **OS-0136** – Ministérios (1949-1977); g) **OS-0144-5** – Pacto da Unidade Intersindical (1955-1964); h) **OS-0190** – Presídios (1947-1982); i) **OS-0379** – Delegacias do Interior ABCD (1959-1972); j) **OS-1965** – Comunismo volume 60; k) **OS-1966** a **OS-1969** – Inquérito ULTAB (1959-1963); l) **OS-2018** a **OS-2020** – Relatórios de Inquéritos policiais e sindicâncias (1949-1962); m) **OS-1965** – Cartas dos sindicatos ao presidente da ULTAB (1962-1964); n) **OS-1966** – Encontros sindicais e suas resoluções (várias entidades), congressos latino-americanos sobre reforma agrária – 1961; o) **OS-1967** – Rádio-telegramas entre a ULTAB e sindicatos internacionais (1961-1964); p) **OS-2018** a **OS-2020** – Inquéritos policiais (1950-1960)

Família documental 20 e 50 – pastas documentais**Ministérios:**

- Ministério da Marinha – **50-D-007**
- Ministério da Aeronáutica – **50-D-014** e **50-D-026**
- Ministérios das Relações Exteriores – **50-E-001**
- Ministério do Trabalho – **50-Z-242**

Forças Armadas:

- II Exército e DOI-CODI (1940-1983) – **50-Z-009-4**

Militares:

- Marechal Lott – **50-D-067**
- General Juarez Távora – **50-D-062**
- Almirante Pena Boto – **50-D-065**

Inquéritos Policiais:

- **50-Z-694**

Instituições do Estado:

- Primeira Conferência Nacional de Polícia (1951) – **50-Z-711**
- Conferência de Delegados da América Latina – **50-D-65**
- Conselho de Segurança Nacional – **50-Z-745-001**
- DOPS-AC – **50-Z-322**
- DOPS-AM – **50-Z-705**
- DOPS-BA – **50-Z-680-003**
- DOPS-CE – **50-Z-695-001**
- DOPS-ES – **50-Z-696**
- DOPS-GO – **50-Z-693-002 e 003**
- DOPS-MG e CONSEG-MG – **50-HH-084**
- DOPS-PB – **50-Z-697**
- DOPS-PE – **50-Z-694-002 a 50-Z-694-004**
- DOPS-PI – **50-Z-712**
- DOPS-PR – **50-Z-71**
- DOPS-RJ e DOPS-SP – **50-Z-040-014**
- DOPS-SC – **50-Z-319-002**
- DOPS-SE – **50-Z-702**
- DOPS-SP – **50-Z-30**
- DFSP-DOPS-SP – **50-Z-103-01**
- Petrobras: **50-Z-731-001 e 002**
- Relatório do Delegado Luiz Apolônio da Escola de Polícia de São Paulo sob diligências policiais no Estado de Pernambuco – **50-Z-694-375**
- Vigilância a Guarda Civil e Força Pública – **50-D-5**
- Lutas Sociais: a) Movimentos de Associações de Bairro – **50-J-138**; b) Movimento Político Partidário – **20-C-2-002**
- Partidos e organizações militantes: a) Clube da Lanterna e UDN – **50-J-139**; b) Central Geral dos Trabalhadores (CGT) – **50-K-116**
Movimento Estudantil e suspeitas de atividade antinacional – **20-C-001**
- Movimentos contra as bases militares norte-americanas – **50-Z-758**

Políticos:

- Jânio Quadros – **50-K-112-007**
- João Goulart – **20-K-156**
- Assis Chateaubriand – **50-Z-7**
- Vigilância a escritora Aldenora de Sá Porto, militante da Federação Internacional das Mulheres – **50-Z-18**

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Fundo – Polícias Políticas no Rio de Janeiro – Divisão de Polícia Política e Social (DPS):

1944-1962 – Setor ESTADOS:

- ES – Pasta 7 [Caixa 606]
- GO – Pasta 8 [Caixa 606]
- PA – Pasta 12-B [Caixa 608]
- PB – Pasta 13 [Caixa 609]
- PR – Pasta 14-A [Caixa 609]
- PE – Pasta 15-C [Caixa 610]
- PE – Pasta 15-D [Caixa 610]
- RS – Pasta 19-H [Caixa 612]
- RJ – Pasta 20-D [Caixa 613]
- RJ – Pasta 20-E [Caixa 613]
- SC – Pasta 21-A [Caixa 613]

CPDOC – Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro

- Classificação: **EAP vop 1960.04.01**

Série: vop – Ministro da Viação e Obras Públicas

Data de produção: 01/04/1960 a 02/01/1961

Documentos relacionados com o Conselho de Segurança Nacional. Contêm informes, deliberações, atas de reuniões e estudos, entre os quais se destacam: atividades cubanas no Brasil; estudo da ação comunista – o V Congresso do PCB; atividades da UNE; Política Nacional para o Café; III Congresso Sindical Nacional; Greve Geral no RS; situação financeira da E. F. Central do Brasil. Rio de Janeiro

Acervo do General Juarez Távara:

- **Classificação: JT piop Távara, J. 1951.00.00**

Discurso a ser proferido em sessão extraordinária do Clube Militar, à margem de atividades "extremistas" de alguns dos membros de sua diretoria, manifestadas através da revista mensal do Clube. Rio de Janeiro

- **Classificação: JT dpf 1954.08.26**

Documentos referentes à atuação de Juarez Távara junto à chefia do Gabinete Militar da Presidência da República e à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, destacando-se: proposta de reestruturação do Conselho

Acervo do Presidente Getúlio Vargas:

- Classificação: **GV c 1951.00.00/40**

Informações sobre as atividades de elementos antigetulistas lotados nos setores de Polícia Política e Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

- Classificação: **GV c 1951.12.18/2**

Carta de João Cabanas a Getúlio Vargas denunciando o caráter golpista do Congresso Policial e sugerindo substituições e reformas no Setor de Segurança. Rio de Janeiro

Acervo do Arquivo Nacional de Brasília – Conselho de Segurança Nacional:

Pastas (Os documentos são provenientes da SG/CSN das várias instituições governamentais)

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_645_Parte 1

- **112 02/04/1956** – Sugestão de criação de um setor especializado de informações sobre o Petróleo
- **179 a 180 07/01/1956** – Processo de Estudos sobre Indústrias Petroquímicas S/A. [Questionamentos de viabilidade econômica e técnica]
- **182 a 185 17/01/1956** – Indústria Química da Petrobrás S/A. [Endereçada ao seu Presidente]
- **279 a 284 27/01/1956** – Ao Presidente da República: acordo entre a Superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional e o Estado do Paraná [Referente a questionamento sobre posse de terras]
- **310 a 313 17/01/1956** – Relatório: Comunismo e seus métodos, do Capítulo “Segurança Nacional”, da mensagem presidencial de 1955

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_645_Parte 2

- **324 a 326 13/03/1956** – Formulário para levantamento estratégico ao CSN (Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia e Paraguai)
- **333 19/03/1956** – Rede de Informações e propaganda anticomunista (denominada “Catarina I”)
- **341 06/04/1956** – Ao Ministério do Trabalho: deslocamento de Força Federal para a região de Francisco Beltrão-PR (Cango, assentamento de terras)
- **345 a 346 11/04/1956** – Processo sobre atividades extremistas dos ganhadores da chapa do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira de Fortaleza [Correspondência também enviada ao 1º Comando da 1ª Região Militar e a DOPS-CE]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_646

- **110 a 113 05/09/1956** – Defesa do Atlântico Sul. Reunião Buenos Ayres [sic]
- **225 a 229 31/10/1956** – Compromissos do Brasil na defesa do hemisfério
- **247 e 248 03/11/1956** – Defesa do hemisfério
- **277 a 286 04/12/1956** – Defesa do hemisfério – Memória para a fixação de uma política nacional face à solicitação norte-americana
- **287 a 293 (Anexo)** – Razões de ordem geográfica, psicossocial, política e econômica

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_647

- **113 a 115 08/03/1957** – Imigração chinesa
- **119 a 123 18/03/1957** – Informação sobre requerimento do Deputado Carlos Lacerda. A SG/CSN condena o uso de informações consideradas ultra-secretas na fala do referido deputado

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_648_Parte 1

- **50 20/08/1957** – Solicitação de linha telefônica para agente da SG/CSN
- **79 e 80 23/09/1957** – Incidente entre colonos e empregados da Cia. Colonizadora CITPLA. Conflito de posse de terras
- **88 a 90 27/09/1957** – Conflitos na região Sudoeste do Paraná: Conflitos entre colonos e autoridades
- **104 a 109 27/09/1957** – Investigação “*in loco*” sobre o Movimento Ruralista de Marília-SP

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_648_Parte 2

- **152 a 154 24/10/1957** – Conflitos de colonos no Paraná
- **155 e 156 31/10/1957** – Invasão de território no Estado do Espírito Santo
- **157 e 158 31/10/1957** – Irregularidades na região do Sudoeste do Paraná
- **160 09/11/1957** – Plano subversivo político-militar no Distrito Federal (RJ)

- **172 09/11/1957** – Sumário de Informações ref. de 15 a 30 de novembro [Só há a correspondência de encaminhamento. Portanto, fica evidente que havia vários informes de informações circulando no CSN]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_650

- **1 a 4 09/04/1958** – SG/CSN ao Presidente da República (JK), referente ao PCB solicitando medidas legais para o seu banimento (repressão aos comunistas)

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_651

- **74 12/11/1958** – Atuação da UNE e sua natureza ideológica na liderança das organizações estudantis

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_652

- **147 e 148 28/02/1958** – Conceito Estratégico Nacional
- **149 e 150 28/02/1958** – Matrícula de oficiais na ESG [A carta expõe os motivos da necessidade da Doutrina da SN aos colaboradores do Executivo]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_653

- **119 a 150 – Janeiro de 1959** – Relatório de Atividades em 1958 da SG/CSN

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_654

- **4 07/07/1959** – Atividades comunistas no Estado do Pernambuco
- **10 28/07/1959** – Festival da Juventude Comunista em Viena [Levantamento de passaportes]
- **19 e 20 30/07/1959** – CSN para a DPS – Sugestões sobre entendimentos com a Sociedade de Estudos Interamericana – SEI. [Classificação: **Importante**. A SEI desempenha papel de elaborar propaganda anticomunista ou contrapropaganda nas Américas]
- **21 a 26** – Anexo sobre a SEI – CONTRAINFORMAÇÃO. Estudo sobre a SEI (10/07/1959). Classificação: **Documento importante** [A SEI, na verdade, quer controlar toda a rede de informações no Brasil, competindo com a JCI. Financiada pelo Governo norte-americano, Agência de Inteligência Americana e a FIESP etc.]
- **27 a 33** – Anexo ao Estudo anterior sobre os componentes da SEI
- **34 e 35 30/07/1959** – Sugestões sobre entendimentos com a SEI

- **67 e 68 08/09/1959** – Transação de enormes extensões de terra na Amazônia (Projeto Jari)
- **69 23/07/1959** – Aquisição por companhia norte-americana da Empresa de Navegação e Comércio do Jari
- **72 e 73 09/09/1959** – Apreensão de bagagem contendo propaganda comunista
- **74 a 85 10/09/1959** – Projeto de Lei sobre o Direito de Greve

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_655_Parte 1

- **118 a 120 12/10/1959** – Sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- **121 a 126 12/10/1959** – Ação de missionários na Amazônia
- **127 12/10/1959** – Aquisição por entidade estrangeira de terreno localizado em faixa de fronteira
- **176 a 178 10/11/1959** – O PCB e a Organização Sindical Brasileira. Relação de pessoas de 1956 a 1959
- **194 e 195 13/11/1959** – ISEB (suspeitas de ter infiltração comunista na sua organização) [Classificação: **Importante**]
- **204 a 209 16/11/1959** – Relatório sobre membro do PTB [O documento cita na referência sobre uma CPI contra o DFSP, mas não há esclarecimentos sobre o referido]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_655_Parte 2

- **216 a 218 19/11/1959** – Questões de Terra no Mato Grosso, região de Dourados. Conflitos de posse da terra
- **221 27/11/1959** – Estudo sobre o Conselho Sindical dos Trabalhadores [Não há, anexo, o referido Estudo]
- **222 a 224 30/11/1959** – Informe do SFICI sobre atividades suspeitas do capitão da FAB
- **225 A 231 30/11/1959** – Situação interna da Argentina
- **233 e 234 01/12/1959** – [Idem ao documento **221**, mas sem o Estudo]
- **237 07/12/1959** – Dados elucidativos sobre imigração de “russos brancos” enviadas pelo SFICI [Não há o informe anexo]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_655_Parte 3

- **239 07/12/1959** – [Idem ao documento **237** sobre “russos brancos”. Sem o informe anexo]
- **245 e 246 10/12/1959** – Documento original e cópia sobre Segurança Interna (atividades subversivas dos comunistas, em particular ao Sr. Roberto Morena)
- **291 a 295 18/12/1959** – Ação Subversiva: Remessa de informes de várias regiões
- **299 a 302 23/12/1959** – Tentativa de divisão das Forças Armadas

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_655_Parte 4

- **305 a 308 29/12/1959** – Atividades estrangeiras no Brasil (entrada de comunistas conforme informe de agente infiltrado na América Latina)
- **314 29/12/1959** – Atividade comunista na Academia Militar das Agulhas Negras [Somente consta a correspondência, não há anexo o processo]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_656_Parte 1

- **3 28/04/1959** – Funcionários do SFICI disponíveis para SG/CSN
- **7 07/09/1959** – Solicitação de informações sobre explosões nucleares no Atlântico Sul feitas pelos EUA, e a polêmica entre o governo do RS e o Presidente da COFAP [Não há resposta]
- **8 11/05/1959** – Informações sobre atividade comunista [Não há resposta]
- **14 a 16 12/05/1959** – Expedição soviética de pesca
- **17 06/05/1959** – Atividades comunistas na fronteira Sul do país
- **32 23/06/1959** – A SG/CSN reivindica que o SFICI elabore o mais rápido possível Sumário de Informações
- **36 02/07/1959** – Normas sobre correspondências (informativa e operacional)
- **38 07/07/1959** – Informe sobre situação do Oriente Médio [Não há o informe]
- **40 24/07/1959** – Memorando apresentando funcionário do DFSP prestando serviço no gabinete da SG/CSN
- **43 e 44 30/07/1959** – Projeto nº 341, de 1959, criando o Departamento Superior de Planejamento Nacional
- **53 11/08/1959** – Programa de formação de líderes sindicais [Sob a ótica do governo]
- **54 21/08/1959** – Antecedentes de cidadãos

- **57 08/09/1959** – Documento de autoria de cidadão que, segundo eles, atentam para o perigo da Segurança Nacional

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_656_Parte 2

- **59 09/09/1959** – Remessa de cópias sobre o VII Festival Mundial da Juventude realizado em Viena, obtido pelo agente infiltrado da SEI [Não há cópia anexa – ilustra a infiltração de agentes da SEI no Sistema de informações]
- **62 16/09/1959** – Estudo sobre o ISEB, acusado de pregação de doutrina subversiva [Citado anteriormente – documento referente ao assunto]
- **66 a 68 16/09/1959** – Dados sobre *Herr* Hang Bayer, acompanhante do Chefe de Divisão de Informações para a América Latina do SFI alemão
- **72 24/09/1959** – Plano de viagem para funcionários da SG/CSN à reunião do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)
- **82 16/10/1959** – Estudo sobre campanha de parlamentares contra as Forças Armadas [O documento solicita ao SFICI estudo, mas o referido não está anexo]
- **83 e 84 15/10/1959** – Normas sobre correspondência informativa e operacional
- **92 23/11/1959** – Remessa de publicação da ESG [Não anexa]
- **93 24/11/1959** – Memorando encaminhando pedido de investigação do Dr. Celso Furtado, para envio ao Presidente da República
- **97 a 101 30/11/1959** – Relatório da 2ª Conferência Sindical Nacional
- **104 02/12/1959** – Informe sobre comitês paulistas de representação de países sul-americanos etc.

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_656_Parte 3

- **105 02/12/1959** – Informe secreto sobre Ação Comunista [Referente ao documento anterior]
- **107 e 108 09/12/1959** – Informe sobre contrabando em Santos [Sem nenhum documento anexo]
- **109 a 112 08 e 09/12/1959** Informes sobre estrangeiros
- **113 18/12/1959** – Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal

- **114 e 115 18/12/1959** – Documentos iguais do gabinete da SG/CSN ao Chefe da 2ª Seção de SN. Estudo e parecer sobre atividades de missões estrangeiras em território nacional. Contrabando de material atômico
- **116 a 118 18/12/1959** – Ação subversiva [Não há anexo que explique que ação é essa, somente pede providências]
- **119 e 120 28/12/1959** – Fichário de mobilização e participação [Aparenta ser um controle sobre a movimentação de oficiais e praças das Forças Armadas]
- **121 e 122 29/12/1959** – Informe sobre cidadãos [O documento **121** se refere a indivíduo da Academia Militar das Agulhas Negras]
- **127 a 141 s.d.** – Secreto. Ordem de Serviço nº 159. Estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional. Curso de Formação de Oficiais

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_657_Parte 1

- **3 05/01/1960** – Agitação Social [Não há anexo com explicação]
- **4 05/01/1960** – Agitação Social ao Ministério da Justiça [Também não há anexo explicativo]
- **5 a 7 05/01/1960** – Agitação sindical [Sem anexo]
- **9 e 10 06/01/1960** – Dirigida ao Departamento Político e Cultural do Itamarati. Infiltração comunista em Hong Kong e sugestão sobre contrainformação [Versa sobre o controle de imigrantes comunistas que entram no país]
- **24 a 30 12/01/1960** – Encaminha a Seção de SN do Ministério da Educação. Informe sobre o 3º Congresso da Federação dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades Católicas do Brasil
- **47 e 48 14/01/1960** – Informe sobre as atividades de militares junto a sindicatos de classe
- **96 e 97 25/01/1960** – Ministério da Justiça. Informe sobre dirigentes do Comitê Executivo da Confederação dos Trabalhadores de Cuba
- **103 e 104 25/01/1960** – Ministério da Justiça. Informação sobre a SEI [Existem outros documentos que tratam da SEI]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_657_Parte 2

- **111 e 112 25/01/1960** – Itamarati. 1º Festival Latino-Americano da Juventude
- **117 e 118 25/01/1960** – Informe sobre Seminário Latino-Americano de Reforma do Ensino

- **121 a 123 25/01/1960** – Informe sobre ação do governo de Cuba
- **124 a 126 26/01/1960** – Informe sobre a situação do Paraguai e sugestões
- **162 a 164; e 166 02/02/1960** – Cópia da relação dos missionários evangélicos que atuam na Amazônia. 166 ^aAção Missionária na região

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_657_Parte 3

- **167** – [Continuação do documento anterior 166, Pasta 2]
- **169 02/02/1960** – Aquisição de terras localizadas em faixa de fronteira, por entidade estrangeira
- **201 a 209 10/02/1960** – Política internacional (URSS). Relatório da Embaixada em Washington
- **218 10/02/1960** – *Prensa Latina* [O documento só acusa o jornal de ser financiado por interesses privados mexicanos e administrado por interesses privados em Cuba. Na tese, o assunto em questão foi abordado]
- **231 a 239 11/02/1960** – Atividades comunistas no Uruguai

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_657_Parte 4

- **286 e 287 11/02/1960** – Política de longo prazo para o Café
- **335 19/02/1960** – Atividades da Sociedade de Estudos Interamericana – S. E. I. [Sem o informe]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_658_Parte 1

- **54 a 59 04/03/1960** – Estudo de informações sobre o circo soviético – Circo Estatal da URSS em giro artístico nos países da América Latina
- **60 09/03/1960** – Ao Itamarati. Intercâmbio cultural com países comunistas (infiltração)
- **94 a 99 21/03/1960** – Estudo: propaganda comunista. Apresentação do Circo Estatal da URSS
- **125 a 132 24/03/1960** – Análise da conjuntura estudantil brasileira e informe sobre a atuação da UNE
- **161 a 164 04/04/1960** – Revolução Paraguaia de dezembro de 1959
- **192 e 193 04/04/1960** – Viagem da Comissão da SG/CSN ao Serviço Federal de Informações da Alemanha Ocidental. Luta contra o comunismo internacional

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_658_Parte 2

- **209 e 210 06/04/1960** – Conjuntura estudantil [Aqui, dois documentos que analisam o Movimento Estudantil revelando que esse assunto preocupava em demasia a alta cúpula do poder Executivo. A primeira é endereçada ao Ministro da Guerra e, a segunda, ao Ministro da Justiça]
- **211 e 212 07/04/1960** – Ministério da Guerra. Subversão no Norte do Paraná. Questão de posse de terra
- **287 a 291 29/04/1960** – Situação no Oeste paranaense. Conflitos entre colonos, disputas de terras, contrabando etc. Companhias colonizadoras X colonos

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_659_Parte 1

- **2 03/05/1960** – Ministério da Aeronáutica. Revolução no Paraguai
- **12 e 13 02/05/1960** – Informe sobre a Revolução no Paraguai
- **30 05/05/1960** – 1º Congresso Latino-Americano de Mulheres [A correspondência informa do Congresso e envia um estudo anexo, mas o referido não está anexo]
- **55 11/05/1960** – Instituições e centros culturais comunistas no Chile [Também sem o anexo]
- **63 e 64 12/05/1960** – Rede de agentes no meio estudantil. Seguir o exemplo dos Serviços de Informações nos países adiantados [sic]
- **70 e 71 10/01/1960** – Ministério da Agricultura. Missões religiosas O agente relata grande movimentação de pessoas, pista de pouso de aviões, transporte de madeira etc.. Proíbem o trânsito de qualquer pessoa na reserva indígena
- **103 e 104 04/06/1960** – Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado da Guanabara [O Ofício comunica que o referido departamento não faz mais parte da JCI, por não se tratar mais de órgão federal]
- **105 01/06/1960** – Ao chefe DFSP. Convite para participação da JCI [O chefe (general) fora nomeado recentemente para o cargo, por isso o convite]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_659_Parte 2

- **107 02/06/1960** – Estado-Maior do 1º Exército. Relatórios provenientes das Delegacias Regionais do Trabalho [O documento não traz anexos os referidos relatórios]
- **138 a 148 07/06/1960** – Informes correntes dos vários Estados do Brasil – Situação Sindical

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_659_Parte 3

- **149 a 151 07/06/1960** – Endereçadas aos Ministérios da Justiça, da Guerra, do Estado-Maior, do 1º Exército. Comemorações de 1º de Maio em Pequim. Delegações latino-americanas [Não há o informe anexo]
- **170 e 171 15/06/1960** – Viagem da delegação da SG/CSN ao British Intelligence Service (Serviço de Inteligência Britânico) [Em documento anterior, a delegação da SG/CSN também foi à Alemanha Oriental para conhecer o Serviço de Inteligência daquele país]
- **176 17/06/1960** – Informes sobre correntes de estudos: Situação Sindical [Não há informes anexos; serve como exemplo da tramitação]
- **185 20/06/1960** – Estado-Maior do Exército. Designação de representante da JCI
- **203 a 206 21/06/1960** – Atividades de cidadão tcheco ligado a CZK – Agência de Notícias da Tchecoslováquia, a convite do senador Assis Chateaubriand. Parecer também da 2ª Seção do CSN
- **234 23/06/1960** – Ao Ministério do Trabalho. Diretriz Geral para o Planejamento de Segurança Interna. Pede sugestões [A referida Tese está presente no texto deste trabalho]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_659_Parte 4

- **244 24/06/1960** – Ao presidente do BNDE. Informe sobre infiltração comunista em órgãos federais
- **248 a 252 27/06/1960** – Itamarati. Informe sobre infiltração comunista em órgãos federais. Anexo Estudo: *Ação Comunista*
- **261 23/06/1960** – Do Ministério das Relações Exteriores ao SG/CSN. Congresso Internacional de Operários Metalúrgicos
- **265 30/06/1960** – Do CSN ao Departamento dos Correios e Telégrafos. Violação de correspondência do governador do Estado de São Paulo [Classificação: **Importante**]
- **272 e 273 30/06/1960** – Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Marinha. Combater ao comunismo no Brasil [Sem anexo]
- **286 (Anexo 1) s.d.** Diretriz Governamental [Aparenta ser um resumo das resoluções de documento maior]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_660_Parte 1

- **12 05/07/1960** – Ministério da Guerra. Greve Geral no RS [Sem informe]

- **23 06/07/1960** – Ministério da Aeronáutica. Incidentes no município de Atalaia do Norte-AM [Sem anexo]
- **45 07/07/1960** – Centro de Relações Culturais de Cuba, em Montevideu [Sem anexo]
- **49 07/07/1960** – Movimento Revolucionário Paraguaio: “14 de Mayo” [Sem informe]
- **52 07/07/1960** – Circo de Moscou [Sem anexo]
- **54 07/07/1960** – Ministério da Guerra. II Congresso Mundial de Jornalistas. Áustria [Sem anexo]
- **97 19/07/1960** – Estado-Maior do I Exército. Informes correntes sobre estados da Federação [Sem anexo]
- **109 19/07/1960** – Ministério da Guerra. Informe sobre elementos comunistas em institutos (Federação Nacional de Marítimos) [Sem anexo]
- **137 25/07/1960** – Ministério da Guerra. Criação Associação Cultural Brasil-URSS, em São Paulo [Sem anexo]
- **141 25/07/1960** – Ministério da Guerra. Primeira exibição artística e cultural peruana em Pequim [Sem informe]
- **142 25/07/1960** – Ministério da Guerra. A China Popular. O professor equatoriano Manuel Medina [Sem informe]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_660_Parte 2

- **121 a 123 22/07/1960** – Ministério da Agricultura enviou ao CSN que, por sua vez, encaminhou aos seguintes órgãos: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, DFSP, Estado-Maior do I Exército. Atividades nocivas à Segurança Nacional: Geraldo Paizan [Sem informe]
- **129 25/07/1960** – Ministério da Justiça. Filme documentário sobre a China Comunista
- **135 25/07/1960** Ministério da Guerra. Visita a Cuba do redator do “*Seminário Indiano Blitz*” [Sem anexo]
- **136 25/07/1960** – Ministério da Guerra. Visita à China Comunista de personalidades argentinas e chilenas [Sem anexo]
- **162 27/07/1960** – Ministério da Marinha. Viagem de Raul Castro à Tchecoslováquia e a República Árabe Unida [Sem informe]
- **169 29/07/1960** – Ministério da Guerra. Ligas Camponesas organizadas no Nordeste do país [Sem informe]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_661_Parte 1

- **1 e 2 01/08/1960** – Conselho Nacional de Pesquisas. Excursão científica na região do Oiapoque
- **11 01/08/1960** – Itamarati. Vinda ao Brasil de equipes desportivas de países comunistas
- **54 05/08/1960** – Estado-Maior do Exército. Designação de representante da JCI [Documento citado neste trabalho]
- **105 08/08/1960** – Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores. Atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na política externa e na segurança interna do país
- **116 12/08/1960** – Ministério da Marinha. Atividade de espionagem, legação – Tchecoslováquia [Sem informe]
- **125 12/08/1960** – Ministério da Guerra. Visita de Senador chileno à Polônia [Sem informe]
- **126 12/08/1960** – Ministério da Marinha. Visita de professor argentino à China Comunista [Sem anexo]
- **128 12/08/1960** – Ministério da Marinha. Visita de delegação parlamentar boliviana à China Comunista [Sem informe]
- **130 12/08/1960** – Ministério das Relações Exteriores. Ligações do governo de Fidel Castro com líder revolucionário da Guiana Inglesa, em Georgetown [Informação consta na próxima pasta – **documento 132**]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_661_Parte 2

- **132 08/08/1960** – Informe sobre o governo de Fidel Castro: envio de emissários a Guiana Inglesa
- **165 a 177 24/08/1960** – Ministério da Marinha. Informes de vários Estados do Brasil. Situação dos Sindicatos

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_662_Parte 1

- **3 02/09/1960** – Estado-Maior da Marinha. Informe sobre infiltração chinesa na América Latina [Sem anexo]
- **22 a 24 05/09/1960** – Itamarati. Passaportes de estrangeiros. Vistos negados aos passaportes
- **26 a 29 05/09/1960** – Itamarati. Ficha de assentamento do cidadão Roman Poznansky

- **34 a 37 06/09/1960** – Ministério da Justiça. Atividades nocivas à Segurança Nacional, Geraldo Papazian – sócio da empresa mineradora que exporta para a Tchecoslováquia
- **60 a 66 09/09/1960** – Itamarati. Convênio Comercial com a Guiana Inglesa
- **99 a 100 14/09/1960** – Ministério da Justiça – Informe 08/09/1960, anexo. Senha para suspensão de greve através de transmissão pela Rádio Nacional
- **111 15/09/1960** – Ministério da Guerra. I Congresso Latino-Americano de Mulheres. Comissão Nacional Uruguaia [Sem informe]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_662_Parte 2

- **129 16/09/1960** – EMFA. Viagem à China Comunista de representante da Associação de Mulheres Cubanas [Sem informe]
- **135 e 136 16/09/1960** – Itamarati. Atividades nocivas à Segurança Nacional. Geraldo Papazian. O informe anexo é da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, Departamento de Ordem Política e Social
- **189 05/09/1960** – Ministério das Relações Exteriores. Informe sobre a chegada de Caio Prado Júnior e sua esposa a Pequim. Viajaram a convite da Associação da Amizade China-América Latina
- **199 20/09/1960** – Ministério da Marinha. Remessa de informes [Sem anexo. Consta um resumo do conteúdo dos informes]
- **210 e 211 21/09/1960** – Presidente da Comissão de Orçamento do Senado Federal. Verba para a Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_662_Parte 3

- **255 22/09/1960** – Divisão da Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho. Ação Comunista – Reunião do PC em Recife
- **256 e 257 22/09/1960** – Estado-Maior do I Exército. Ação subversiva. Informe em 20/09/1960. Elementos que trabalham nos Serviços de Informações das Forças Armadas

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_663

- **16 a 49 10/10/1960** – Ministério da Marinha. Informes correntes sobre diferentes Estados e territórios brasileiros. Situação sindical
- **53 e 54 10/10/1960** – Ministério da Viação e Obras Públicas. JCI – Convocando representante do Ministério
- **64 e 65 17/10/1960** – Ministério da Justiça. Rebelião no Sudoeste paranaense. Conflito com madeiras – souberam do acontecimento através de grampo telefônico

- **96 20/10/1960** – Polícia Marítima e Aérea. Estrangeiros indesejáveis [Sem anexo]

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_664

- **10 04/11/1960** – EMFA. Cuba comprando armamentos de países comunistas [Sem informe]
- **26 e 27 04/11/1960** – Ministério do Trabalho. Deflagração de Greve Geral
- **53 08/11/1960** – EMFA. Comunismo na Espanha e Portugal [Sem informe]
- **62 09/11/1960** – Ministério da Guerra. Material de agitação terrorista apreendido pelo governo da Guatemala [Sem informe]
- **69 a 71 09/11/1960** – Itamarati. Atividades comunistas: Francisco Julião
- **72 e 73 09/11/1960** Secretaria do Interior e Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Infiltração comunista na imprensa

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_665

- **18 05/12/1960** Ministério da Justiça. Direito de Greve – Solicita ao Ministro a aprovação do projeto que regulamenta o “Direito de Greve”, de acordo com os interesses da Segurança Nacional
- **19 05/12/1960** – Ministério da Justiça. Lei de Segurança Nacional – o Secretário do CSN afirma que a Lei de Segurança Nacional é insuficiente para impedir os comunistas encobertos pela Constituição [1946]
- **57 e 58 12/12/1960** – À Presidência da República. Movimentos de agitação social no Porto do Recife [O documento faz várias observações do que precisa o Estado fazer para impedir as manifestações sociais]
- **193 27/12/1960** – Ministério das Relações Exteriores. Designação de representante para a JCI
- **218 30/12/1960** – Ministério das Relações Exteriores. Atividades de norte-americanos no Norte do país e em várias regiões brasileiras. Denúncia de deputado

BR_AN_BSB_N8_0_PSN-EST_666

- **16 e 17 03/01/1961** – Ministério da Justiça. Diretriz Geral para o Planejamento da Segurança Interna. Submete a aproximação cultural dos países comunistas com o Brasil ao crivo da referida Diretriz
- **74 e 75 13/01/1961** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Situação no Oeste paranaense [Documento idêntico em outra pasta. Afirma que a solução para os conflitos

entre a União, o Estado do Paraná e as Companhias Colonizadoras, somente ocorrerão com a decisão do Supremo Tribunal Federal]

- **77 13/01/1961** – Ministério da Justiça. Lei sobre as Polícias Militares. Indisciplina nas Polícias Militares e Estaduais
- **111 24/01/1961** – A JCI. Atestado de Ideologia para o registro de candidatos a cargos de Administração Sindical

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; et. alii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. ed. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001.

AHUMADA P., Magda Alicia. *El enemigo interno en Colombia*. 1. ed. Quito/Ecuador: Ediciones Abya-Yala, maio 2007.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e Dominação Burguesa nos anos JK*. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 1. ed. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

ALVES, Vágner Camilo. “Ilusão desfeita: a ‘aliança especial’ Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*. n. 48. Rio de Janeiro: s.n., 2005. pp. 151-177.

ANDRADE JÚNIOR, Hermes. “Matrizes ideológicas presentes no segmento militar brasileiro: o caso do Clube Militar (1950-1964)”. In *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano I. n. 1. Rio de Janeiro: s.n., jul.-dez. 2001.

ANDRADE JUNIOR, Hermes. *A Escola Superior de Guerra na política brasileira: um estudo sobre o pensamento militar diante da Questão Agrária (1949-1964)*. 1998. 191f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN. Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels*. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. “Para onde vai o mundo do trabalho?” In ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. ed. São Paulo: Scritta, 1997. pp.105-116.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vennucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. *O DEOPS-SP em busca do crime político: Família 50*. v. 4. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP), 2002.

ARAGÃO, José Campos de. *A intentona comunista de 1935*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARÓSTEGUI SANCHEZ, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. 1. ed. Barcelona/Espanha: Critica Espanha, 2001.

ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. *Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: APERJ, 1994; *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: a Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. São Paulo: PUC-SP, 1999.

AYERBE, Luís Fernando. *A revolução cubana*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AZEVEDO, Lúcia Rangel. "O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do século XX". In ECCOM. v. 1. n. 2. S.l.: s.n., jul.-dez., 2010. pp. 7-22.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In ENCICLOPÉDIA EINAUDI. v. 1. ed. Lisboa/Portugal: Imprensa Nacional / Casa da Moeda Editora Portuguesa, 1985.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. 1. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. São Paulo: PUC-SP, 1988.

BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. 1988. 157f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Instituto *Sedes Sapientiae* – PUC-SP, São Paulo.

BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, crise e movimento*. ed. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências". In FREITAS, Marcos Cezar de; MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. ed. São Paulo: Contexto, 1998. pp.145-158.

BATALHA, Cláudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (org.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente*. v. 1. 1 ed. Rio de Janeiro, 2003. pp. 161-189.

BATTIBURGLI, Thaís. *Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)*. ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. "1964, um golpe de classe? Sobre um livro de René Dreifuss". In Revista *Lua Nova*. n. 58. São Paulo: s.n., 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BESKOW, Paulo Roberto. “Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964)”. In *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 12. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 1999.

BICUDO, Hélio. “A unificação das polícias no Brasil”. In *Revista Estudos Avançados*, n. 14 (40). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2000.

BONELLI, Maria da Glória. *Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000* (Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association. Dallas, Texas/USA, March, 27-29, 2003. p. 17).

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUDON, Raymond. *A ideologia ou a origem das ideias recebidas*. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRAGA, Paulo Romeu. “Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas”. In *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). v. 45. n. 2. Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, jul.-dez. 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “Linhagens do Pensamento Político Brasileiro”. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. v. 48. n. 2. Rio de Janeiro, s.n., 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997.

BRITO, Fausto. “Deslocamentos da população brasileira para as metrópoles”. In *Revista Estudos Avançados*. n. 20 (57). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP – IEA-USP, 2006.

BUONICORE, Augusto César. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. In *Caderno AEL*. v. 7. n. 12/13. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – AEL, 2000. pp. 16-17.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CARDOSO, Ana Maria Ribas. *A operação pan-americana: a diplomacia nos tempos de JK (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Centro Universitário da Cidade, 2005. Disponível: <http://www.univercidade.edu/uc/cursos/graduacao/ri/pdf/opa.pdf> Acesso:

CARDOSO, Miriam Limoeiro. “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”. In *Revista de Estudos Avançados*. n. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP – IEA-USP, 1995.

CARLONI, Karla Guilherme. *Forças Armadas e legalidade: o contra-golpe de 1955*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível:

CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989, ou em edições anteriores, sob o mesmo título: Editora Buriti, 1965 (1. ed.) e DIFEL, 1975 (2. ed.).

CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35!* 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Coleção Nova Biblioteca de Ciências Sociais)

CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.). *América Latina: história de meio século*. ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília - EdUnB, 1988.

CEPIK, Marco. "Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual". In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. v. 46. n. 1. Rio de Janeiro: Iuperj, 2003. pp. 75-127.

CEVASCO, Maria Elisa. "Questões de teoria: o materialismo cultural". In: *Para ler Raymond Williams*. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. 1. ed. Santo André/SP: Editora Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O Que É Ideologia?* ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena de Souza. "Introdução". In LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. ed. São Paulo: Editora UNESP / Hucitec, 1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. ed. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História do Brasil)

CORAZZA, Gentil. Resenha sobre o livro de Sonia Miriam Draibe: *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. In *Ensaio FEE*. v. 7. n. 2. Porto Alegre/RS: Fundação de Economia e Estatística – FEE-RS, 1986. pp. 159-169.

CORRÊA, Maria Letícia. "Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-americano". In *Estado e desenvolvimento no Brasil: um estudo de casos sobre engenheiros e economistas (1956-1961)*. ed. Rio de Janeiro: GrPesq / CNPq / Universidade Estadual do Rio de Janeiro –UERJ, 2007.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *A Revolta Comunista de 1935 em Natal. Relatos da insurreição que gerou o primeiro soviete nas Américas*. 1. ed. Natal/RN: s.n., 1985, 2005.

COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COTRIM, Livia. “O capital atrofico: da via colonial à mundialização”. 1. ed. In CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André/SP: Editora Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Livia. *O ideário de Getulio Vargas no Estado Novo*. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, v. 9)

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas de nosso tempo, v. 51)

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. ed. Porto Alegre/RS: L&PM, 1981.

CUEVA, Agustín. *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. ed. São Paulo: Global, 1983.

CUNHA, H. “Conselho da UNE”. In *Movimento*. fev. 1963. pp. 4-5.

DAMÁSIO, João. “Notas introdutórias ao capitalismo monopolista: um comentário”. In *Revista de Economia Política*. v. 1 n. 3. S.l.: s.n., jul.-set. 1981.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático. Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora/MG.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930 (DHBB). 5 v. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DINIZ, Eli. (2000). *Globalização Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil Anos 1990*. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, s.d.

DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2004. [1985]

DREIFUSS, René Armand. 1964, *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. ed. Petrópolis/RJ: VOZES, 2006.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ENTREVISTA – Artigo do General Cordeiro de Farias na *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. 3. n. 8. pp. 9-15 [Apud FERRAZ, 1997. Op. cit., p. 12. O artigo original é de 18 de Maio de 1949]

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. “Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra”. In *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. 3 n. 7. Rio de Janeiro: ESG – Divisão de Documentação, 1986.

FELTRIN, Luciana da Conceição. *As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamentos e repressão política no estado de São Paulo, de 1954 a 1960*. 2012. 292f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

FERNANDES, Ananda Simões. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. In *Revista Antíteses*. v. 2. n. 4. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – UEL, jul.-dez. 2009.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERRAZ, Francisco César Alves. *À Sombra dos Carvalhos. Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955)*. 1. ed. Londrina/PR: Editora UEL, 1997.

FERRAZ, Francisco César Alves. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Assis/SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis, 1994.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história, debate e crítica*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”. In *ANPUH – Revista Brasileira de História*. n. São Paulo: s.n., 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro, de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2005.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. 2000. 242f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Franca, Franca/SP.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FREDERICI, Sandra Maria. *Instituição militar e política, uma abordagem antropológica (1964-1974)*. São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 2003.

GHEVENTER, Alexandre. “Política antitruste e credibilidade regulatória na América Latina”. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. n. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

GOMES, Angela de Castro. “Uma breve história do PTB”. In Trabalho apresentado no *I Curso de Formação e Capacitação Política* (realizado na Sede do PTB). São Paulo, 13 jul. 2002. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. ed. São Paulo: Ática, 1990.

GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. *Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos Anos 1950 e 1960. Memória e Cultura do carvão em Santa Catarina*. ed. Florianópolis/SC: Cidade Futura, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “Sindicatos Patronais rurais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará. Novas estratégias de representação política. In Paper NAEA. n. 124. S.l.: s.n., ago. 1999.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*. v. 1 – *O movimento operário*; v. 2 – *Condições de vida e de trabalho, relações com os empregados e o Estado*. 1. ed. São Paulo: Alfa-Omega/Brasiliense, 1979-1981.

HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IPÓLITO, Verônica Karina. “Hierarquização de ideias: a Lei de Segurança Nacional de 1953, o PCB e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no norte do Paraná”. In *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, set. 2011. pp. 862-870.

JAGUARIBE, Hélio. *Economic and Political Development. A Theoretical Approach and a Brazilian Case Study*. 1. ed. Boston/USA: Harvard University Press (HUP), 1968.

KLÖCKNER, Luciano. “Identificação dos códigos da série **Dossiê** do fundo DEOPS-SP: estudos preliminares”. In *Revista Vir a Ser*. n. 2-3. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 1998.

KLÖCKNER, Luciano. *O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial*. Campo Grande/MS: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

LEFFLER, Melvyn P. "National Security and US foreign policy". In: _____; PAINTER, David S. (ed.). *Origins of the Cold War: an international history*. 1. ed. London/UK: Routledge, 1994 (2005, 2. ed.).

LEFFLER, Melvyn P. *The preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. 1. ed. Stanford/USA: Stanford University Press, 1992.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. "Um histórico do fundo DEOPS-SP". In *Quadrilátero: Revista do Arquivo do Distrito Federal*. v. 1. n. 1. Brasília/DF: Arquivo Público do Distrito Federal, mar.-ago. 1998.

LIMA, Valentina da Rocha. *Getúlio: uma história oral*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1986.

LIMOEIRO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. ed. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Triunfo e decadência do sufrágio universal. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

LUKÁCS, György. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". In *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. pp.225-251.

MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2004.

MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil. O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGALHÃES, M. B. de. *Paraná: política e governo*. ed. Curitiba/PR: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná)

MARTINS, Carlos Estevão. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais – Brasil em Foco. v. 1)

MARX, Karl. "A guerra civil na França". In: _____; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v. 2. 11. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2008.

MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

MARX, Karl. *A questão judaica*. 4. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2007. [2003]

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlim/DE: Dietz, 1955.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Dolores Duran: experiências e boemias em Copacabana nos anos 50*. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 24. n. 47. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca”. In *Revista Lutas Sociais*. n. 6. Rio de Janeiro: s.n., s.d.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro”. In *Revista Estudos Históricos*. v. 12. n. 22. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MONTEIRO, Cláudia; GANDRA, Edgar Ávila. *Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 1950*. In *Revista Analecta*. v. 6. n. 1. Guarapuava/PR: s.n., jan.-jun. 2005. pp. 66-67.

MORAES, de João Quartim. *Do golpe a ditadura: rumo ao Estado de segurança nacional*. ed. Campinas/SP: ADUNICAMP, 2007.

MORAES, Maria Blassioli. *Movimentos sociais e processo de urbanização*. São Paulo: USP, 2006. Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpuh2005/karla_guilherme_carloni.pdf Acesso: 03/02/2012.

MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas – 1951-1964*. v. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)*. 2009. 667f. Tese (Doutoramento em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Newton Estillac Leal: o militar de esquerda e o Exército na frágil democracia brasileira do pós-guerra*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 18. n. 35. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira”. In *Revista Brasileira de História Online*. v. 30. n. 59. São Paulo: s.n., 2010. pp. 237-266.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O ofício das sombras”. In *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 1. Belo Horizonte/MG: Arquivo Público Mineiro, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUNHOZ, Sidnei J. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. In *Revista Diálogos*. v. 6. Maringá/PR: Departamento de História – Universidade Estadual de Maringá, DHI/UEM, 2002.

NETO DOMINGOS, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In

ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1980.

NICOLAU, Jairo. *A participação Eleitoral no Brasil*. Oxford/UK: University of Oxford – Centre for Brazilian Studies, Working Paper Series, Oct.-Dec. 2001. p. 11. [Working Paper CBS-26-2002. Visiting Research Fellow]

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. (Coleção Descobrindo o Brasil)

NOLLI, Joana D’Arc Moreira; CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. “Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento no governo JK”. Artigo apresentado à XXIII Anpuh – Simpósio Nacional de História. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2005.

NORA, Pierre. “O Retorno do fato”. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. ed. São Paulo: Francisco Alves Editora, 1979.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes, um operário no poder: a Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979)”. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1980.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. ed. Petrópolis/RJ: VOZES, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. “Nossos comerciais por favor!”. *A televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti*. ed. São Paulo: Editora Beca, 2001.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. 1. ed. Alemanha: Editorial Académica Española, 2012.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil, década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

PEDROSO, Regina Célio. *Estado autoritário e ideologia policial*. 1. ed. São Paulo: Humanitas/USP/FAPESP, 2005.

PEIXOTO, Antonio Carlos. “Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação”. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1980. p. 27.

PEIXOTO, Antonio Carlos. “Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação”; “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. 1. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança Para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido”. In DADOS – Revista de Ciências Sociais. v. 47. n. 1. Rio de Janeiro: s.n., 2004. pp. 49-84.

PEREIRA, Márcia Guerra; FIGUEIREDO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luís. “A reconstituição do acervo”. In *A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 1996.

PEREIRA, Maurício Broinizi. “Estado Novo: a constituição das bases do ‘partido militar’ e do projeto ‘Brasil Potência’”. In *Caderno Premissas*. n. 15-16. Campinas/SP: UNICAMP, abr.-ago. 1997.

PESTANA, José Cesar. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. Coletânea Acácio Nogueira. v. V. São Paulo: Editora da Escola de Polícia de São Paulo. [Edições compulsadas: 1955, 1959 e 1965]

PICOLIN, João Carlos. *Juscelino para presidente do Brasil: as estratégias de Comunicação política na campanha eleitoral de JK em 1955*. Rio Claro/SP: Faculdades Integradas Claretianas, 2002.

PONTES, Wallace Tarcisio. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)*. Vitória/ES: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PRESTES, Anita Leocádia. “Sobre os 50 anos da ‘Declaração de Março de 1958’ do PCB”. Disponível <http://www.cecac.org.br/> Acesso: 15/02/2012.

RABELO, Ricardo Fonseca. “Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil”. In *E & G. Revista Economia e Gestão*. v. 2-3. n. 4-5. Belo Horizonte/MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, dez. 2002-jul. 2003. p. 44-55.

RAGO FILHO, Antonio. “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. In *Revista Projeto História* (29). Tomo 1. São Paulo: EDUC, dez. 2004. pp. 139-167.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 64 e os gestores do capital atrofico*. 1998. 371f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

REBECHI, Claudia Nociolini. *A gênese da atividade de comunicação em organizações brasileiras: um estudo a partir do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)*. V ABRAPCORP – Redes Sociais, comunicação, organizações. São Paulo, maio de 2011.

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. v. 3. n. 8. Rio de Janeiro, 1949. In *Sociologias*. n. 8. Porto Alegre/RS: s.n., Jul.-Dec., 2002. Disponível:

REZENDE, Priscila. *Do inimigo externo ao interno: a participação do alto oficialato das Forças Armadas no cenário político brasileiro (1930-1937)*. São Paulo: PUC-SP, 2007.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia Política no pós-guerra*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no Pós-Segunda Guerra Mundial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas – IUPERJ, 2000.

REZNIK, Luís; PEREIRA, Márcia Guerra. “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS – Evolução administrativa, 1955 a 1983”. In *DOPS: a lógica da desconfiância*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

RICCI, Fabio. *Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba Paulista*. Taubaté/SP: UNITAU, 2002.

ROCHA, Luiz Carlos. *Organização Policial Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos Anos 70*. São Paulo: EDUSP, 1996.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. ed. Porto Alegre/RS: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, L. B. “Bancários – Movimento sindical e participação política. DIEESE: Saber intelectual e prática sindical”. In *Revista Lua Nova*. n. 19. São Paulo: s.n., nov. 1989.

ROEPER, Sandro Joel Roecker. *Estratégias de desenvolvimento no 2º governo Vargas (1951-1954) sob a ótica da EPSM (Economia Política dos Sistemas Mundo)*. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

ROLIM, Rivail Carvalho. “A reorganização da Polícia no Estado do Paraná nos Anos 1950”. In *Revista de História Regional*. v. 5. n. 1. Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Verão 2000. pp. 153-166. (p. 160)

RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. “O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos”. In *Revista Brasileira de Inteligência*. v. 2. n. 2. Brasília/DF: ABIN, abr. 2006.

RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. “O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos”. In *Revista Brasileira de Inteligência*. v. 2. n. 2. Brasília/DF: Agência Brasileira de Inteligência/ABIN, abr. 2006. pp. 9-20.

RORATTO; CARNIELLI “A Inteligência no Estado Democrático: soluções e impasses.” In *Revista Brasileira de Inteligência*. n. 6. Brasília/DF: Agência Brasileira de Inteligência/ABIN, abr. 2011. pp. 7-11.

ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. *UTI Exploratoribus: credibilidade e controle da atividade de inteligência no Brasil*. 2009. 257f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ.

ROTHEN, José Carlos. *Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação*. 2004. 270f. Tese (Doutoramento em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba/SP.

ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1980.

SAES, Décio Azevedo Marques de. “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”. In *Revista ESTUDOS AVANÇADOS*. n. 15 (42). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. “O tema da violência na historiografia.” In *Sociologias*. n. 8. Porto Alegre/RS: s.n., Jul.-Dec. 2002. Texto integrante dos Anais do *XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM. [Apud VIEIRA, Vera Lucia]

SARMENTO, Carlos Eduardo. “O Brasil de JK. O custo do desenvolvimentismo”. Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm Acesso: 02/03/2012.

SERRA, Marco Alexandre de Souza. *Economia política da pena*. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2007.

SILVA, Hélio (Ribeiro). *1935 – A revolta vermelha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Helio. *1945: Por que depuseram Vargas*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica. Estatização e Desenvolvimento, 1956-1967*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SILVA, Ricardo. “Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do Plano de Desenvolvimento ao malogro dos Programas de Estabilização”. In *Revista de Sociologia e Política*. n. 14. Curitiba/PR: s.n., jun. 2000. pp. 77-101.

SILVA, Sueli Braga da. “50 anos em 5: a odisséia desenvolvimentista do Plano de Metas”. Disponível: www.cpdoc.fgv.br Acesso:

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOMBRA, Luiz Henrique. “Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?” In *Revista do APERJ – A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2004.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. (1. ed., 1971)

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Generais de 1964: perfis de carreira militar e atuação política*. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2006.

TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas em el siglo, intelectuales y cultura en el siglo XX latino-americano*. ed. Buenos Aires/Argentina: Siglo XXI, 2004.

TERRA, Mercedes; FERREIRA, Roberto García. “Comunismo y sabotaje en la represa de Rincón de Baygorria”. In *Revista Contracorriente*. v. 7. n. 3. S.l.: s.n., Spring, 2010. pp. 249-276. Disponível: Departamento de Lenguas & Literaturas Extranjeras de North Carolina State University Acesso: 02/03/2012

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: “O golpe contra as reformas e a democracia”. In *Revista Brasileira de História*. v. 24. n. 47. São Paulo: s.n., 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. ed. São Paulo: Editora Revan, 2005.

TOSTA JR., Wilson Machado. “O Serviço Federal de Informações e Contrainformação: depoimentos e controvérsia em fragmentos da História”. In *Revista Eletrônica Boletim do Tempo – Estudos de Defesa e Política Internacional*. n. 19. Rio de Janeiro: s.n., 2012.

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. ed. Rio de Janeiro: Digital Rocket Edition eBooks Brasil, 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. “Sindicalismo comerciário: retaguarda e conservadorismo político”. In Caderno AEL. v. 7. n. 12-13. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2000.

VAISMAN, Ester. *A Determinação Marxiana da Ideologia*. 1996. 253f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. ed. Brasília/DF: Editora do Senado Federal, 1999.

VIEIRA, Hermes; SILVA, Osvaldo. *História da Polícia Civil de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

VIEIRA, Vera Lucia. *A violência institucional: problemas e perspectivas historiográficas*.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. ed. Florianópolis/SC: Editora UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. pp. 117-118.

WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 2004 (4. ed.), ou sob o mesmo título em edição da Biblioteca do Exército – Bibliex-Cooperativa, 1998. (1. ed., Coleção General Benício)

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. ed. Curitiba/PR: Editora Lútero-Técnica, 1985.

WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott*. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2005.

XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

FONTES E ARQUIVOS:

Arquivo CEMAP/CEDEM – UNESP, São Paulo

Arquivo Nacional de Brasília – ANB

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP

Biblioteca de Ciências Sociais – FFLCH-USP

Biblioteca do Clube Militar do Rio de Janeiro

Biblioteca de História e Geografia – FFLCH-USP

Biblioteca Municipal Mário de Andrade – SP

Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Biblioteca Virgílio do Nascimento – Academia de Polícia de São Paulo

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC

Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro – FGV-RJ

Fundos do CPDOC – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro